

José Angelo Rebelo

# A Estação Experimental da Sesmaria de Drummond

Estação Experimental da Sesmaria de Drummond

José Angelo Rebelo

com o apoio de DIOESC

Apoio:



Prefeitura  
Municipal  
de Itajaí



Associação dos  
Funcionários da Estação  
Experimental de Itajaí



Governo do Estado de Santa Catarina  
Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca  
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina





**Governador do Estado**  
João Raimundo Colombo

**Vice-Governador do Estado**  
Eduardo Pinho Moreira

**Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca**  
João Rodrigues

**Presidente da Epagri**  
Luiz Ademir Hessmann

**Diretores**

Ditmar Alfonso Zimath  
Extensão Rural

Luiz Antonio Palladini  
Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Roberto Lisboa Arruda  
Administração e Finanças

Eduardo Medeiros Piazero  
Desenvolvimento Institucional



José Angelo Rebelo

*A* Estação Experimental  
da Sesmaria de Drummond



José Angelo Rebelo

*A* Estação Experimental  
da Sesmaria de Drummond

Edição Epagri  
Itajaí – Santa Catarina  
2011

Revisão textual: João Batista Leonel Ghizoni

Projeto Gráfico e Diagramação: Cheila Pinnow – Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina – DIOESC

As informações e afirmações contidas nesta obra são de inteira responsabilidade do autor.

Referência bibliográfica

**REBELO**, José Angelo. A Estação Experimental da Sesmaria de Drumond. Florianópolis: Epagri, 2011. 192p. il.

Ciência; Tecnologia; História; Estação Experimental de Itajaí. I. Título.

CDD: 630

Maria do Carmo Marcelino Galatto CRB 14/339  
Bibliotecária - Epagri/Estação Experimental de Itajaí

# A apresentação

Este livro, *A Estação Experimental da Sesmaria de Drumond*, do engenheiro-agrônomo José Angelo Rebelo, Dr., trata da história da Estação Experimental de Itajaí (EEI), que tem preponderante papel na ciência agropecuária catarinense e brasileira. O registro da vida da EEI está contextualizado nos feitos brasileiros para esta ciência, desde o período colonial brasileiro até os nossos republicanos dias. Nesta inserção, o autor acaba fazendo um resgate da história do Brasil, de Santa Catarina e de Itajaí, como também do bairro itajaiense onde a EEI está localizada, relacionada com a existência dessa Estação. O livro constitui-se em um interessante e importante registro para marcar e comemorar a passagem dos 35 anos da instalação da primeira Estação Experimental constituída pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc). A geração de conhecimentos agrícolas das Estações Experimentais, juntamente com o Serviço de Extensão Rural catarinense, deu condições aos produtores agrícolas para projetar nosso Estado, cujo território é de apenas 1,1% da área do Brasil, à posição de um dos maiores produtores nacionais de alimentos.

*A Estação Experimental da Sesmaria de Drumond* é um livro para leitores ávidos por conhecimento a respeito da história da ciência agropecuária brasileira e de seu contexto, e nela bem se insere a Estação Experimental de Itajaí, com sua produção científica e interessantes e também pitorescas histórias.

**Luiz Ademir Hessmann**  
Presidente da Epagri





# Mensagem

“Cada um que passa pela nossa vida, passa sozinho, porque cada pessoa é única para nós e nenhuma substitui a outra. Cada um que passa pela nossa vida passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa sós. Leva um pouco de nós e nos deixa um pouco de si.

Há os que levam muito, mas não há os que não levam nada. Há os que deixam muito, mas não há os que não deixam nada.

Esta é a mais bela realidade da vida e a prova maior de que todos somos importantes e que nenhuma aproximação se dá por acaso.”

*Saint Exupéry*



**“Que me dirás quando falo do esquecimento, e ao mesmo tempo reconheço do que falo, como poderia eu reconhecê-lo se não o recordasse.”**

Santo Agostinho





# Dedicatória

Dedicamos este livro a Itajaí, seio de mãe transbordante de carinho;

A todos que viveram e vivem nesta e por esta Estação Experimental;

Às autoridades e aos dirigentes que viabilizaram a criação, implantação e continuidade dessa unidade geradora e divulgadora de saber;

Aos extensionistas rurais, agricultores e criadores que levaram em conta a ciência agrícola que lhes foi oferecida pelos pesquisadores dessa Estação;

A todos que em Itajaí labutam, sofrem e amam, independentemente de onde tenham nascido;

Aos que ainda viverão nessa e por essa Estação.

**O autor**





## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>5</b>
<b>Mensagem</b> .....	<b>7</b>
<b>Dedicatória</b> .....	<b>11</b>
<b>A estreia da Estação Experimental de Itajaí e suas sedes provisórias e definitiva</b> .....	<b>17</b>
A instalação da Estação Experimental de Itajaí.....	17
A inauguração da EEI e sua segunda sede provisória.....	18
A sede definitiva da EEI.....	22
<b>Por quem fomos colonizados e por que nos descobriram</b> .....	<b>28</b>
<b>A origem de Santa Catarina</b> .....	<b>30</b>
<b>O Bairro Itaipava e a história de Itajaí</b> .....	<b>31</b>
<b>O primórdio da agricultura catarinense</b> .....	<b>33</b>
O insucesso agrícola dos açorianos.....	33
Assentamento de agricultores europeus.....	34
<b>A ciência nos períodos Colonial e Imperial brasileiros</b> .....	<b>37</b>
Da colônia ao império.....	37
A necessidade de Escola Agrícola e a substituição da mão de obra escrava.....	37
As primeiras revelações para a ciência brasileira.....	38
As primeiras instituições científicas brasileiras.....	38
Os cursos superiores de ensino agrícola e as revistas científicas.....	39
<b>A ciência no período republicano brasileiro</b> .....	<b>41</b>
<b>O sucesso da agricultura por meio da pesquisa agropecuária e da extensão rural</b> .....	<b>43</b>
<b>O contexto da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária</b> .....	<b>45</b>
<b>A pesquisa agropecuária em Santa Catarina</b> .....	<b>47</b>
<b>A primeira Estação Experimental de Itajaí</b> .....	<b>53</b>
<b>A criação da Empasc e da Epagri</b> .....	<b>56</b>

<b>Os bastidores da criação da Empasc e seu primeiro presidente .....</b>	<b>62</b>
<b>A EEI e a fusão das empresas da Secretaria de Estado da Agricultura .....</b>	<b>65</b>
<b>O EEI e a Gerência Regional .....</b>	<b>72</b>
<b>A Estação Experimental de Itajaí e a sua localização.....</b>	<b>73</b>
Polo irradiador de tecnologia agrícola para o Litoral e Vale do Itajaí .....	73
A busca por locais propícios .....	76
Demais áreas visitadas .....	77
Litoral Norte .....	78
Baixo e Médio Vale do Itajaí .....	78
Itajaí a Brusque .....	78
Itajaí-Ilhota-Gaspar-Blumenau-Indaial .....	78
Florianópolis .....	79
A área do Valério .....	79
A área que não era de Valério e a do Valério .....	80
A área que agrada .....	81
A área do vizinho .....	83
A área da EEI .....	84
<b>Estação de Tubarão, a ET.....</b>	<b>85</b>
<b>Como era a nossa cidade agradável de morar quando da instalação da EEI .....</b>	<b>86</b>
<b>Reflexos sociais na comunidade local causados pela instalação da EEI .....</b>	<b>88</b>
<b>As equipes pioneiras da EEI .....</b>	<b>90</b>
<b>As impressões e a história de trabalho de um pioneiro.....</b>	<b>92</b>
<b>Instituições técnico-científicas que tomaram a EEI como sede e seus funcionários para dirigi-las.....</b>	<b>96</b>
<b>Prêmios e títulos recebidos por pesquisadores da EEI .....</b>	<b>99</b>
<b>EEI sedia reunião do Plano Nacional de Pesquisa .....</b>	<b>102</b>
<b>Alguns eventos técnico-científicos sediados pela EEI.....</b>	<b>103</b>
<b>Os chefes da EEI .....</b>	<b>105</b>
<b>O primeiro chefe da EEI .....</b>	<b>106</b>
<b>CONEXÃO, o jornal da Gestão de Pessoal da EEI.....</b>	<b>110</b>
<b>Atuais recursos humanos da EEI .....</b>	<b>112</b>

<b>Programas atuais de pesquisa da EEI.....</b>	<b>114</b>
Programa Arroz .....	114
Programa Flora Catarinense .....	119
Programa Fruticultura Tropical .....	119
Programa Hortaliças .....	121
<b>Outros Programas de Pesquisa da EEI .....</b>	<b>125</b>
O Programa Aquicultura.....	125
O Programa Essências Florestais .....	125
O Programa Gado Bovino Leiteiro .....	127
O Programa Mandioca .....	130
O Programa Plantas Medicinais .....	133
O Programa Simulídeos .....	136
O Herbário Barbosa Rodrigues sob a administração da EEI .....	138
<b>A estrutura laboratorial da EEI.....</b>	<b>140</b>
Laboratório de Melhoramento Genético de Arroz .....	140
Laboratório de Biotecnologia .....	140
Laboratório de Biologia Molecular .....	140
Laboratório de Fitopatologia .....	140
Laboratório de Entomologia .....	141
Laboratório de Sementes .....	141
Unidade de Ensaio Químico e Cromatografia .....	141
Laboratório de Farmacognosia .....	141
<b>A estrutura da EEI para efetuar capacitação de agricultores, técnicos e estudantes .....</b>	<b>142</b>
O Centro de Treinamento .....	142
<b>A Associação dos Funcionários da EEI.....</b>	<b>143</b>
Cavacos, o jornal dos funcionários da EEI .....	146
A luta pela conquista de um restaurante e alimentação .....	148
A primeira Oline .....	151
O Eife de 99 participantes e o Campeonato de Futebol .....	153
A primeira Oleei .....	154
<b>Algumas histórias da vida cotidiana da EEI.....</b>	<b>155</b>

Triste episódio relacionado à EEI .....	155
O Verdão e o transporte de funcionários .....	155
O Currupaco .....	157
O Menudo .....	158
O Contrabandista .....	159
O Mobral da EEI .....	160
O assalto ao Banco Pagador .....	161
O Pampo .....	162
A morte da vaca fistulada.....	163
O ouvidor da EEI.....	163
O Movimento Construir .....	164
O escape.....	164
O sonho e o pesadelo .....	165
O documento .....	165
Os sonhadores .....	165
A esperança .....	165
A apuração .....	165
A certeza da realização do sonho .....	166
O banho de água fria .....	166
Cacildo e a lista tríplice .....	166
A desconstrução .....	166
A saída .....	167
O fim do sonho .....	167
A perda de identidade e os navegantes .....	168
<b>A greve .....</b>	<b>169</b>
<b>As enchentes no Vale do Rio Itajaí e a EEI.....</b>	<b>171</b>
<b>Perspectivas para a Estação Experimental de Itajaí .....</b>	<b>175</b>
<b>Literatura citada e consultada.....</b>	<b>179</b>
<b>Colaboradores diretos do autor.....</b>	<b>187</b>

# A estreia da Estação Experimental de Itajaí e suas sedes provisórias e definitiva

**A instalação da Estação Experimental de Itajaí** – A Estação Experimental de Itajaí, doravante EEI, foi instalada pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc) em março de 1976. A casa no 1.067 da Rua Lauro Severiano Müller, em Itajaí, SC, foi alugada do Advogado Álvaro Brandão para se constituir na primeira sede provisória dessa Estação. Essa sede também dispunha da casa de dois pisos que havia mais ao fundo do lote contíguo a ela, cuja frente servia de estacionamento aos carros dos funcionários da Estação (Fig. 1). Lá, a EEI permaneceu até julho de 1977.



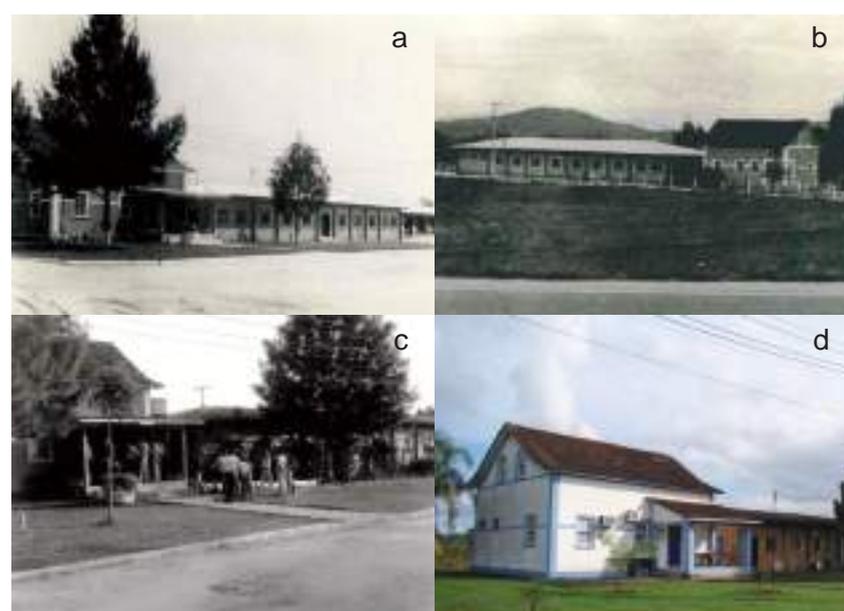
**Figura 1.** A casa, que continua verde, e o local na Rua Lauro Severiano Müller, nº 1.067, onde funcionou a primeira sede provisória da EEI. No detalhe, a frente da casa que havia no lote contíguo a ela, atualmente baldio, que também servia à Estação

O local era vigiado pela *Empresa de Vigilância Silva*, que também fornecia os serviços de uma senhora para prover o cafezinho aos funcionários e efetuar a limpeza das casas. A casa ainda existe, e com o mesmo número e a mesma cor verde da época. O cenário onde aquelas casas estavam inseridas pode ser percebido e lembrado pela Figura 2.



**Figura 2.** O cenário da cidade de Itajaí semelhante ao da época em que a Estação Experimental de Itajaí ficou estabelecida na Rua Lauro Severiano Müller, nº 1.067 (seta)

**A inauguração da EEI e sua segunda sede provisória** – Em julho de 1977 os funcionários passaram para o endereço atual da EEI, em uma sede ainda provisória, na região denominada de Tabuleiro, km 12 da Rodovia Antônio Heil, hoje nº 6.800, em Itajaí, SC. Nesse novo endereço foram instalados numa das duas casas das três áreas contíguas adquiridas pela Empasc e em um pavilhão (Figs. 3a, 3b, 3c e 3d) construído ao lado dessa casa durante o período em que a EEI esteve na Rua Lauro Müller.



**Figura 3.** **a e b** = partes frontal e fundos da casa e do pavilhão que serviram de segunda sede provisória da EEI; **c** = flagrante da ocupação da segunda sede provisória da EEI; **d** = casa e pavilhão, atualmente, que serviram de segunda sede provisória da EEI

Essa casa usada como sede da EEI foi construída em 1950 pelo italiano Michel Senerchi, proprietário do lugar naquela época. Por ocasião da compra das terras pela Empasc, a área onde ainda essa casa existe pertencia a Valério Cadore. Arnoldo Hugo do Nascimento, o *seu* Arno, mais tarde contratado pela EEI, morava nessa casa como capataz da fazenda quando foi vendida para a Empasc. Nela, em 26 de julho de 1975, foi celebrado e festejado o casamento do nosso remanescente funcionário Valdecir Merlo com Ana Maria, filha daquele capataz. Na casa se instalaram a Chefia da Estação, a Secretaria e o Setor de Recursos Humanos. No pavilhão ficaram a biblioteca e a bibliotecária, o setor de veículos e todos os técnicos (pesquisadores e técnicos agrícolas).

Foi nessa segunda sede provisória da EEI que se efetuou a inauguração oficial da instalação da Estação Experimental de Itajaí. A inauguração se deu a partir das 14h do dia 12 de agosto de 1977, sexta-feira, pelo então governador do Estado, Antônio Carlos Konder Reis. Pela manhã o Governador doara à Fepevi (Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí) uma área de terra, até então do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), localizada na Rua Uruguai, no centro de Itajaí, onde hoje fica a administração da Universidade do Vale do Itajaí (Univali), e que anteriormente fora cogitada para sede da EEI. Na cerimônia de inauguração, Konder Reis estava acompanhado pelo Secretário Estadual da Agricultura Victor Fontana, o Prefeito de Itajaí Amilcar Gazaniga, o Prefeito de Balneário Camboriú Armando César Ghislandi, o Reitor da Univali Mansueto Três, o Padre Raulino Reitz, o Presidente da Epagri José Oscar Kurtz, o Diretor Administrativo da Empasc Conrado Zimmermann, o Diretor Técnico da Empasc José Carlos Pieta Filho, o Presidente do IBDF Paulo Azevedo Berutti, o Secretário Executivo da Acaresc Nelton Rogério de Souza, e o Chefe da Estação Experimental de Itajaí Sylvio Ferraz de Araújo, entre outras autoridades, além de funcionários da EEI e populares (Figs. 4, 5, 6, 7 e 8). Por primeiro discursou o Prefeito de Itajaí considerou a EEI como um presente para a conjuntura do município, especialmente na que se insere o setor agrícola. Foi seguido pelo titular da Secretaria da Agricultura, que fez uma breve retrospectiva das atividades da Empasc, que, em menos de dois anos de sua implantação, já contava com sete Estações Experimentais”. Após a fala de Victor Fontana, o governador pronunciou-se e convidou o presidente do IBDF e o prefeito de Itajaí para desatar a fita inaugural da nova e provisória sede da EEI (Jornais *A Nação*, de 13 de agosto de 1977, e *Diários Associados*, de 14 de agosto de 1977). Após inaugurada, a nova sede provisória da EEI recebeu as bênçãos do Padre Raulino Reitz.

A data 8/8/77, marcada no quadro negro localizado atrás do governador (Fig. 6) foi, por engano, até os atuais dias, comemorada como a da inauguração da EEI. Mesmo após inaugurada, a Estação ainda tinha as condições de trabalho precárias naquele início de atividade. Mas aqueles jovens pesquisadores, cheios de criatividade e entusiasmo, não se limitaram por isso. Sylvio

busca o apoio do Colégio Agrícola de Camboriú, por meio do Diretor Jorge Campos Tzachel, e do Posto Agropecuário de Indaial, cujo responsável era o Veterinário João Lari, que, mais tarde, foi disponibilizado à EEI. Foi assim que Sylvio conseguiu a primeira transplantadora de arroz para sua Estação. Nos anos de 1976 e 1977, como nos seguintes, tais pesquisadores geraram conhecimentos e os difundiram de modo inacreditável, como se poderá verificar ao longo desta história de 35 anos da Estação.

A instalação de duas casas de vegetação (CVs) em janeiro de 1979 deram, ainda mais, cara de Estação Experimental à nossa EEI, o que muito animava aqueles moços pesquisadores. As CVs ainda existem e são bem utilizadas. Construídas em metal e vidro, são de um modelo norte-americano para clima subtropical. Apesar de nossa latitude de 27° sul, elas tiveram que sofrer várias adaptações, além de reformas, nesses 35 anos de uso e reuso. A última foi efetuada pela Empresa Van Der Hoeven neste ano de 2011.

Em 1980, a EEI passou a abrigar uma Estação Agrometeorológica (EA) para informações das condições climáticas de sua região, o que a caracterizava ainda mais como Unidade de Pesquisa Agrícola. Os primeiros responsáveis pela leitura dos dados dessa EA foram os operários Valdecir Merlo e Arnoldo Hugo Nascimento, treinados pelo pesquisador Milton Geraldo Ramos.

**Figura 4.** Autoridades presentes à inauguração (12/8/1977) da EEI, em sua segunda sede provisória. Da esquerda para a direita: o governador Konder Reis, o presidente do IBDF Paulo Azevedo Berutti, o secretário da Agricultura Victor Fontana, e o prefeito de Itajaí Amilcar Gazaniga. Na parede, a foto do Presidente do Brasil Ernesto Beckmann Geisel



**Figura 5.** Discurso do Prefeito de Itajaí Amilcar Gazaniga pela inauguração da EEI em 12/8/1977, em sua segunda sede provisória. Da esquerda para a direita: José Oscar Kurtz, presidente da Empasc; Sylvio Ferraz de Araújo, chefe da Estação; Antônio Carlos Konder Reis, governador de Santa Catarina; Paulo Azevedo Berutti, presidente do IBDF; Padre Raulino Reitz; e Victor Fontana, secretário de Estado da Agricultura



**Figura 6.** Flagrante da inauguração (12/8/1977) da EEI em sua segunda sede provisória, na Rodovia Antônio Heil, nº 6.800, Bairro Itaipava, Itajaí. À esquerda, Sylvio Ferraz de Araújo, primeiro chefe da Estação Experimental de Itajaí. À direita, Antônio Carlos Konder Reis, então governador do Estado

Nessa segunda sede provisória da EEI, os funcionários permaneceram até março de 1981. Dessa data até o ano 2000, a casa abrigou os setores de Veículos e de Meteorologia, Almojarifado e Posto de Serviço da Agência do Banco do Estado de Santa Catarina. Hoje, essa casa, reformada durante os anos 2000 a 2002, quando seu estilo arquitetônico externo original foi recuperado, abriga o atual Laboratório de Biotecnologia e duas salas para pesquisadores. O pavilhão anexo abriga o Almojarifado, os setores de Veículos e o de EPI's e, desde janeiro de 2011, o Laboratório de Melhoramento Genético de Arroz Irrigado (Lamgen).



**Figura 7.** Corte da fita inaugural, em 12/8/1977, da instalação da EEI em sua segunda sede provisória. À esquerda, Paulo Azevedo Berutti, presidente do IBDF. À direita, Amilcar Gazaniga, prefeito de Itajaí



**Figura 8.** Bênção inaugural da instalação da EEI pelo Padre Raulino Reitz, acompanhado pelo governador Antônio Carlos Konder Reis e outras autoridades, em 12/8/1977, na nova sede da EEI, quando foi transferida da Rua Lauro Severiano Müller, nº 1.067, centro de Itajaí, para o atual endereço na Rodovia Antônio Heil, nº 6.800, Bairro Itaipava, no mesmo município.

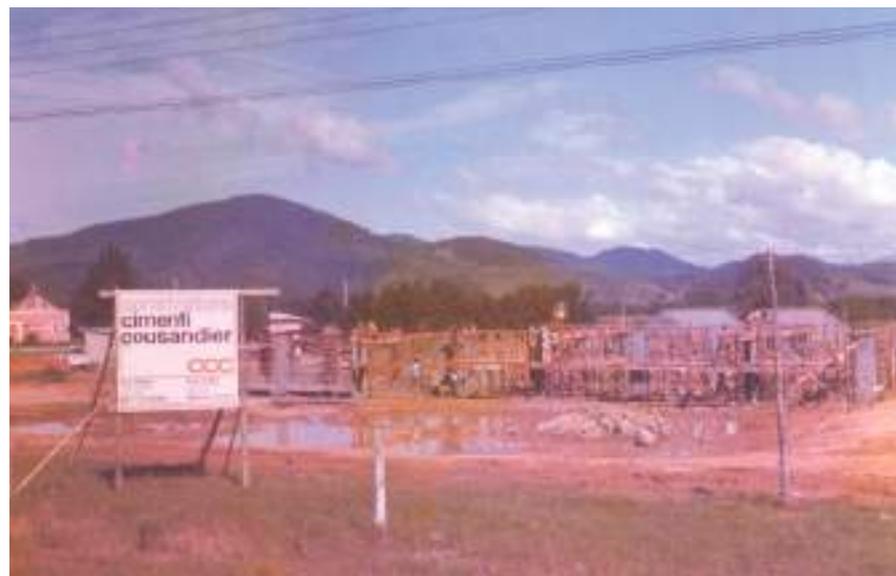
**A sede definitiva da EEI** – Em fevereiro de 1981 os funcionários da EEI iniciaram a ocupação do novo prédio e sede definitiva da Estação. O prédio foi construído pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A obra de 773m<sup>2</sup>, em alvenaria, foi iniciada em 16 de novembro de 1979 e deveria ser concluída em 300 dias. Ficou pronta e foi inaugurada em 17 de março de 1981 (Figs. 9 a 15). No local desse prédio, e além dele, havia extensa lagoa, fechada, que fora pela tentativa de construção de uma ferrovia com final em Brusque. Esse projeto de estrada de ferro não foi concluído e, por isso, abandonado muito antes da construção do prédio da Embrapa. Sobre o leito da inacabada ferrovia foi apoiada a pavimentação asfáltica da Rodovia Antônio Heil. Aproveitavam-se dessa lagoa e de seu entorno alagado o atual Prefeito de Itajaí Jandir Bellini e o ex-governador Leonel Arcângelo Pavan para, em seu tempo de moço, caçar as abundantes e coaxantes rãs do lugar, fazendo valer suas ascendências italianas.



**Figura 9.** As placas, em 2/4/1980, que anunciaram o início da construção do atual prédio sede da EEI, no Bairro Itaipava, Itajaí, SC



**Figura 10.** Aspecto do local da construção do atual prédio sede da EEI antes do início das obras. Ao fundo, vê-se a antiga e segunda sede da Estação no atual endereço



**Figura 11.** Início da construção do atual prédio da EEI (20/2/1980)



**Figura 12.** Flagrante, obtido em 2 de junho de 1980, da construção do atual prédio sede da EEI



**Figura 13.** Flagrante, obtido em 19 de novembro de 1980, da construção do atual prédio sede da EEI



**Figura 14.** Flagrante, obtido em 3 de dezembro de 1980, da construção do atual prédio sede da EEI. Ao fundo, veem-se as imagens das duas casas de vegetação, instaladas em janeiro de 1979 (seta amarela) e a da Estação Agrometeorológica (seta branca), instalada em 1980



**Figura 15.** Flagrante do início da ocupação do novo prédio sede da EEI em fevereiro de 1981

O prédio da Embrapa, terceira sede física da EEI, foi inaugurado no período noturno pelo então governador de Santa Catarina, Jorge Konder Bornhausen, primo de Antônio Carlos Konder Reis, que, quando governador do Estado, inaugurara, em 12 de agosto de 1977, a instalação da EEI, que funcionava, desde março de 1976, na Rua Lauro Müller, no centro da cidade de Itajaí. Acompanhavam o governador Bornhausen os diretores da Empasc, o deputado estadual Júlio César e ex-prefeito de Itajaí, e Amilcar Gazaniga, outro ex-prefeito de Itajaí e o chefe da EEI Sylvio Ferraz de Araújo, entre outros, além de outras autoridades e funcionários da Empasc, conforme as Figuras 16, 17, 18 e 19.



**Figura 16.** Placa inaugurativa do prédio da Embrapa construído para a EEI e inaugurado em 17 de março de 1981

Hoje, a EEI constitui-se em uma das 10 Estações para gerar e divulgar conhecimentos agrícolas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, a Epagri. Essa Estação está assentada em três áreas unificadas em cerca de 120ha, adquiridos em 1976, onde existiam algumas benfeitorias. Eram fazendas com pastagem nativa, cana-de-açúcar, mandioca, sorgo, gado bovino leiteiro, capoeira e algumas benfeitorias, entre elas duas casas.



**Figura 17.** Flagrante da solenidade de inauguração do atual prédio sede da EEI em 17 de março de 1981. Ao microfone, o governador Jorge Konder Bornhausen



**Figura 18.** Flagrante da solenidade de inauguração do atual prédio sede da EEI em março de 1981. Ao microfone, o presidente da Empasc José Oscar Kurtz, à direita dele o governador Jorge Konder Bornhausen (de óculos e paletó escuros) e entre ambos o ex-prefeito de Itajaí Amilcar Gazaniga (de bigode)



**Figura 19.** Flagrante da solenidade de inauguração do atual prédio sede da EEI, em 17 de março de 1981. Ao microfone, o deputado estadual e ex-prefeito de Itajaí Júlio César

Saliente-se que a ocupação, em fevereiro de 1981, da sede definitiva da EEI, oferecida pela Embrapa, foi feita alegremente pelos funcionários. Naquela ocasião, o Presidente Kurtz e o chefe Sylvio tinham ainda mais para comemorar. Celebravam a adesão quase maciça dos funcionários da Empasc ao Partido Democrático Social (PDS). Essa agremiação política brasileira, de direita, foi organizada em 30 de janeiro de 1980. Seu primeiro presidente foi o então senador José Sarney, que a dirigiu por quatro anos, a partir de 28 de fevereiro daquele ano. O governador Jorge Bornhausen pede o empenho do secretário de Agricultura Hélio Antônio Andreazza e este ao presidente da Empasc, que, por sua vez, repassa a responsabilidade aos chefes das Estações para “motivar os funcionários de nossa empresa a se engajarem no nosso partido”. Em 9/2/1976 o Presidente Kurtz envia o resultado das adesões ao secretário da Agricultura e garante-lhe que a coisa foi feita “*sem pressão ou coação de qualquer natureza*” e lhe pede que o resultado de seu trabalho seja repassado ao governador. Os chefes, de fato, tomaram para si a tarefa, como se pode ver:

Unidades da Empasc	Número de funcionários	Número de inscritos	Percentual de inscritos
Urussanga	18	18	100
Sede-Fpolis	74	69	93
Caçador	67	57	85
Itajaí	71	60	85
Chapecó	59	44	75
Videira	33	23	70
São Joaquim	27	12	44
Lages	61	23	38
<b>Total</b>	<b>410</b>	<b>306</b>	<b>75</b>

Fonte: Carta nº 175, de 9/2/1981, da Presidência da Empasc

O Deputado Nereu Guidi, Secretário para Assuntos da Casa Civil, também se alegra com a façanha e, por meio do ofício nº 0805 da Casa Civil, de 13/2/1981, cumprimenta o presidente da Empasc pelo “significativo trabalho realizado”. Entusiasmado, nosso Presidente Kurtz, por meio de carta de 9/2/1981 ao chefe Sylvio da EEI, em que anexa cópias com os resultados da inscrição no partido e das referidas cartas e ofício, agradece pelo empenho e lembra-lhe: “o PDS não é uma agremiação estática e, portanto, continuará recebendo inscrições, as quais serão aceitas a qualquer tempo e, por certo, repercutirão de maneira positiva a nível governamental, favorecendo nossa empresa. Esperamos, pois, que V.Sª continue dando-nos o benefício de sua colaboração”. Era preciso buscar os 25% faltantes na EEI e os demais faltosos das outras Estações. A Estação

Experimental de Urussanga havia *gabaritado*.

Os feitos, os eventos, as peripécias, a participação e a influência na agropecuária catarinense, nacional e também na internacional, durante os 35 anos dessa unidade pesquisadora serão aqui contados. Antes, porém, sua criação deverá ser contextualizada na gente e na história da pesquisa brasileira e catarinense. Isso se faz obrigatório porque sempre estiveram ligadas às transformações socioeconômicas do Brasil, determinando a dinâmica de sua trajetória. Conforme Japiassu (1979), a produção do conhecimento científico e tecnológico carrega em si traços da sociedade que a gera, refletindo suas contradições, tanto em sua organização interna quanto em suas aplicações. Por isso, a importância e a necessidade dessa contextualização para se compreender o nascer e o viver da nossa Estação Experimental de Itajaí.



## Por quem fomos colonizados e por que nos descobriram

De acordo com Southey (1977) e Brum (1999), o primeiro navegante a descobrir a costa brasileira foi o espanhol Vicente Yañez Pinzón, em 26 de janeiro de 1500. Nessa data, em latitude sul de 8°30', avistou terra que denominou de Cabo da Consolação, hoje Cabo de Santo Agostinho. Por outro lado, conforme as anotações do tradutor de Southey (1977), não cabe a Pinzón tal glória e sim a Alonso d'Hojeda. Este, no final de junho de 1499, na companhia de Américo Vespúcio e do piloto espanhol Juan de La Costa, descobriu terra alagada a 5° ao sul do equador. Tal feito foi confirmado por Vespúcio em carta a Lorenzo de Pierfrancesco de Médici, político e banqueiro italiano financiador da viagem. Outros afirmam que Diego de Lepe pisou nossas praias em fevereiro de 1500. O professor Jorge Couto, da Universidade de Lisboa, sustenta que o Português Duarte Pacheco Pereira tocou nossa terra em 1498. Todos esses precederam a Pedro Álvares Cabral, que aportou em nossa costa em 22 de abril de 1500. No entanto, essa disputa não tem a menor importância para os brasileiros. Para nós, a consequência de ordem prática desses descobrimentos se deu em função da chegada de Cabral a nossa terra, a serviço de Portugal.

A motivação que levou esses navegantes a se arriscarem ao sul da linha do equador foi o impedimento que a Europa passou a ter para receber as especiarias orientais. Os turcos otomanos, ao tomarem Constantinopla, atual Istambul, em 29 de maio de 1453, fato que encerrou o período da Idade Média, apossaram-se da rota terrestre para a Índia. Por aquele caminho só passariam os aliados venezianos, que receberam dos turcos a concessão do monopólio do comércio de especiarias para a Europa.

Os prejudicados, como Gênova e Florença, duas cidades-estado da Itália, resolveram investir na descoberta de nova passagem para as Índias. Foi em busca dela que esses navegantes bateram com o costado em nossa terra. A nação que descobrisse nova rota para a Índia derrubaria todo e qualquer detentor do monopólio do comércio de especiarias, notadamente o da pimenta (Bueno, 2000).

Foi em função da chegada de Pedro Álvares Cabral que Portugal estabelece, em 1532, a primeira Vila Portuguesa no Brasil, na Ilha de São Vicente. Após isso, todos sabem o que aconteceu. Somos um imenso país onde, maravilhosamente, toda a sua gente, resultante de fabulosa miscigenação entre indígenas, negros africanos e brancos europeus, além de outras etnias, tem

um idioma. E o usa de maneira clara e compreensível em qualquer dos pontos cardeais que nos norteiam. Temos, pois, verdadeira pátria. Segundo Olavo Bilac, a pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo. Por outro lado, segundo Lacerda (1960), temos um Brasil uno e indivisível, aureolado pela mesma história e coberto por uma mesma bandeira, contribuição da bravura e do espírito da gente portuguesa. É a essa gente, como a seus patrícios que povoaram o resto do Brasil, que devemos não se ter repetido, entre nós, o espetáculo da fragmentação do mundo hispânico, desenrolado em terras da América do Sul.



## origem de Santa Catarina

Sob a bênção do Papa espanhol Alexandre VI ficou acertado, entre o rei português D. João II e os reis de Aragão e Castela Fernando e Isabel, na cidade espanhola de Tordesilhas, em 7 de junho de 1494, que as terras a oeste de uma linha imaginária norte-sul que passasse a 370 léguas a oeste de Cabo Verde pertenceriam à Espanha e a leste a Portugal (Bueno, 2000). Por outro lado, esse tratado era contraditório, pois previa o *utis possidetis* – a terra seria de quem a ocupasse. No Brasil, mesmo antes de sua descoberta oficial, toda área a leste da linha que ligasse Belém do Pará a Laguna, em Santa Catarina, era portuguesa. Foi para acabar com a pirataria no Brasil e apossar-se de vez da terra descoberta que o rei D. João III encarregou a Martim Afonso de Sousa dividir toda a costa brasileira em capitanias, limitadas por paralelos geográficos e por limite ocidental à citada linha de Tordesilhas.

A área em que Santa Catarina estava inserida foi doada em 21 de janeiro de 1535 a Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, que dela não tomou conhecimento e tampouco seus herdeiros. Essa capitania tinha 50 léguas de costa e ocupava as terras de Sant'Ana. Vinha desde o sul de Cananeia (Barra de Paranaguá, Ilha do Mel) até Laguna (28°20' S). Segundo a lenda, em 28 de outubro de 1526, Caboto naufragou na entrada norte da Ilha de Florianópolis quando tentava adentrar na então *Isla de los Patos*, agora denominada por ele de *Isla de Santa Catalina*. Em 11 de agosto de 1738, nos territórios mais meridionais da Capitania de São Paulo, é criada a Capitania de Santa Catarina, com cerca de 4 mil habitantes. Teria por sede a *Villa do Desterro* (Florianópolis) e por governador o engenheiro militar e sargento-mor-de-batalha José da Silva Paes, que, oficialmente, se instala em 7 de março de 1739. Em 28 de fevereiro de 1821, torna-se uma província, que viria a ser, com a Proclamação da República, o atual e apaixonante Estado de Santa Catarina (Lacombe, 1977; Piazza, 1970; Roio, 1998; Farias, 2001).



## Bairro Itaipava e a história de Itajaí

A ocupação inicial das terras do Itajaí pelo homem branco se daria pela iniciativa particular do paulista João Dias de Arzão. Ele e sua família viviam a procurar minas de metais preciosos pelo interior do Brasil. Em 1650 requereu e obteve uma sesmaria às margens do rio Itajaí-Açu, em frente à foz do rio Itajaí-Mirim e ali construiu moradia. Não tinha ele, porém, intenção de fundar uma póvoa, nem empreendeu meios para tal. Seu interesse maior era a cata de ouro, na qual não teve sucesso. Foi, no entanto, a riqueza de madeira, a abundância da pesca e a fertilidade das terras que motivaram verdadeira corrida especulatória para o nosso Itajaí. Assim, no começo do século XIX, as terras da foz desse rio estavam tomadas por diversos sesmeiros.

A inexistência de qualquer obra e, ao mesmo tempo, as vantagens econômicas da exploração da madeira animaram o jovem diplomata Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, do Rio de Janeiro, então com 25 anos, a se estabelecer na Itaipava. Drummond estava em Santa Catarina como contratador dos *reais cortes de madeira* e aproveitou para solicitar ao amigo e Ministro de Dom João VI Tomás Antônio de Villanova Portugal apoio governamental para a fundação de uma colônia nas terras do Itajaí. Por Aviso Real de 5 de fevereiro de 1820, D. João VI autorizou Drummond a estabelecer uma colônia em duas sesmarias reais



**Figura 20.** Mapa e localização das sesmarias de Vasconcelos Drummond situadas às margens do Rio Itajaí-Mirim, Itaipava, em Itajaí, SC. A fotografia no detalhe é do jovem Drummond (Silveira Jr., 1972). A localização da EEI está marcada pelo retângulo verde-branco

junto do rio Itajaí-Mirim (Fig. 20), na região da agora Itaipava, que em português do Brasil significa *recife (banco) de pedra que atravessa o rio de margem a margem, causando desnivelamento e turbulência na corrente – em tupi-guarani “pedra que chora”*. É na sesmaria de Drummond, ao sul do Rio Itajaí-Mirim que está localizada a EEI.

Com a ajuda do governador de Santa Catarina, João Vieira Tovar e Albuquerque, que lhe direcionou ex-soldados de um batalhão da sede da capitania, Drummond iniciou a derrubada das matas para começar as plantações e a construção de casas para os colonos. A planta da futura colônia, denominada de *São Tomás de Vilanova* – evidente homenagem ao Ministro do Rei e protetor Tomás Antônio de Vilanova Portugal – foi levantada pelo coronel português Antônio José Rodrigues. Drummond montou um engenho de serrar madeira e um estaleiro. Nesse estaleiro construiu a sumaca (barco pequeno de dois mastros) *São Domingos Lourenço* e com ela levou para o Rio de Janeiro um carregamento de feijão, milho e tabuado de madeira.

A madeira, presente de Drummond, se destinou à obra do museu do Campo de Sant’Ana. Estavam os trabalhos nesse pé quando, em 26 de fevereiro de 1821, o jovem recebeu ordens para retornar ao Rio de Janeiro. O Rei dera por acabada sua missão. D. João VI voltaria a Portugal dois meses depois, em 25 de abril de 1821. Assim, frustrou-se a colônia que Drummond intentara estabelecer em nossas terras, ficando apenas a lembrança histórica desse seu projeto inacabado na Itaipava. Não seria, pois, Drummond o fundador de Itajaí, mas o coronel Agostinho Alves Ramos, que aqui chega no final de 1823.

Agostinho Alves Ramos, português, comerciante em Desterro (Florianópolis), aqui se estabelece com a mulher, Ana Maria Rita. Com vistas a fundar uma póvoa, requereu ao bispo do Rio de Janeiro a criação de um curato, o que foi feito em 31 de março de 1824. Além disso, providenciou a vinda do religioso Frei Antônio Agote e construiu a capela e o cemitério. Com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento, estava fundada Itajaí. Em 1859, a Assembleia Provincial de Santa Catarina, pela Resolução nº 464, de 4 de abril de 1859, cria o município, desmembrando-o de Porto Belo. O estabelecimento do município se deu quando se instalou a primeira Câmara Municipal, em 15 de junho de 1860 (D’Ávila, 2011; Silveira Jr. 1972).



## primórdio da agricultura catarinense

A primeira atividade agrícola de Santa Catarina voltada à subsistência e ao abastecimento, que foi realizada já pelo primeiro agricultor no Estado, foi testemunhada e descrita por Hans Staden. O alemão Hans retorna ao Brasil em um dos navios da Expedição do Espanhol Diego Sanabria enviado para governar a Região do Prata. Ao Chegar à Ilha de Santa Catarina, no dia 25 de novembro de 1549 – dia de Santa Catarina –, Staden se encontra com o espanhol Juan Ferdinando, natural de Bilbao, capital da Biscaia, na Espanha. Estava na nossa Ilha desde 1546, vindo de Assunção, Paraguai, com a missão de, auxiliado pelos índios carijós, plantar e produzir mandioca e outros mantimentos para abastecer os navios espanhóis com destino à região do Prata. Tal missão fora determinada pelo capitão Juan de Salazar de Espinosa de los Monteros, fundador, em 1537, da capital do Paraguai (Staden, 1900; Southey, 1977).

A segunda instalação agrícola se deu por meio de três Bandeiras Vicentistas de Povoamento, que também buscavam ouro. A primeira, em 1658, realizada sob o comando de Manuel Lourenço de Andrade, que, com sua família, seus escravos e seus homens, sedia-se em Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, São Francisco do Sul. Esse povoamento ficou restrito à vizinhança da sede e é especialmente voltado para a agricultura. A segunda Bandeira Povoadora fixa-se na Ilha de Santa Catarina em 1675, sob o comando de Francisco Dias Velho Monteiro. Francisco Dias Velho deslocou-se de São Paulo com sua família, seus escravos e homens para, com recursos próprios, desenvolver uma empresa agrícola.

Finalmente, o terceiro povoamento com atividade agrícola foi instalado em 1684, sob o comando de Domingos Brito Peixoto, que ocupou as margens da Lagoa de Santo Antônio, em Laguna (Piazza, 1970; Cabral et al., 1971).

**O insucesso agrícola dos açorianos** – De 1748 e até 1758, levas de açorianos foram trazidas para a Ilha de Santa Catarina e para o litoral do seu entorno para ocupação da terra. As famílias receberiam terras que deveriam cultivar. Segundo Lacerda (1960) e Cabral et al. (1971), esses açorianos, ao contrário do que se esperava, não tinham por habilidade a agricultura, mas a pesca. Por outro lado, o que se recomendou e até se obrigou a plantar *não era o que na restinga litorânea*

*encontrasse húmus apropriado para germinar.* Para explicar a estagnação socioeconômica dessa população, alguns a acusam de desleixada para com a terra, de falta de iniciativa, e de outras negatividades. Tais argumentos carecem de fundamentos. Uma das maiores causas estava no próprio estatuto colonial, que previa o recrutamento de agricultores para abastecer as tropas militares, o que retirava da agricultura braços jovens, valiosos. Além disso, erros administrativos, impostos abusivos, proibições de executar outras atividades que não fosse a agricultura, requisições e donativos feitos pela metrópole, dos quais não se tinha como fugir. Apesar dessas limitações, a produção de mandioca era tal que nossa farinha nutria tropas e escravos de Pernambuco ao Prata, levada em barcos matriculados na Provedoria Catarinense.

**Assentamentos de agricultores europeus** – Posteriormente a esses açorianos, fizeram-se vários assentamentos de outras etnias para amanho da terra catarinense. A primeira colônia europeia em Santa Catarina foi instalada em São Pedro de Alcântara, em 1829. Eram 523 colonos católicos alemães vindos de Bremem. Em 22 de maio de 1850, fundam a colônia de D. Francisca (Joinville); em 1852, a colônia de Blumenau, no vale do Rio Itajaí-Açu; em 1870, a colônia de São Bento do Sul. Em 1893, a Sociedade Colonizadora Hanseática funda, no vale do Itajaí do Norte, a colônia de Hamônia (hoje Ibirama). No vale do Itajaí-Mirim, a partir de 1860, começaram a chegar as primeiras levas de imigrantes, principalmente alemães e italianos, que dinamizaram a colônia de Itajaí, na região de Brusque.

Na parte sul da bacia do Rio Tijucas, novos intentos colonizadores foram alcançados por alemães, com a criação das colônias de Santa Tereza e Angelina. O elemento de cultura italiana insere-se no contexto populacional catarinense em seis momentos: 1. Fundação da colônia Nova Itália (São João Batista), em 1836, no vale do Rio Tijucas, com imigrantes da Ilha da Sardenha; 2. A partir de 1875, Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e Apiúna, Porto Franco (Botuverá) e Nova Trento. Em 1877, funda-se a colônia Luís Alves no Vale do Rio Itajaí-Açu e implantam-se, no Vale do Rio Tubarão, os núcleos de Azambuja, Pedras Grandes e Treze de Maio; no Vale do Urussanga, os núcleos de Urussanga, Acioli de Vasconcelos (Cocal) e Criciúma; 3. Fundação da colônia Grão-Pará (Orleans, Grão-Pará, São Ludgero e Braço do Norte); 4. Em 1893, fundação da colônia Nova Veneza (Nova Veneza e Siderópolis); 5. Expansão das antigas colônias do Médio Vale do Itajaí-Mirim em direção ao interior, no encontro de novas terras no Alto Vale do Itajaí (Itajaí do Sul e Itajaí do Oeste, assim como as do perímetro do Rio Tubarão); 6. Ocupação, a partir de 1910, com a vinda dos ítalo-brasileiros do Rio Grande do Sul – das áreas marginais dos Vales dos Rios do Peixe e Uruguai e, paulatinamente, do Meio e do Extremo Oeste catarinense.

A partir de 1871, chegou a Brusque o primeiro grupo de poloneses, que mais tarde se transferiu para o Paraná. Em função do contrato com o governo imperial, já ocorria o ingresso de poloneses na

então província de Santa Catarina, em 1882. A partir de 1889, novas levas de imigrantes poloneses e russos chegavam ao Sul de Santa Catarina – nos Vales dos Rios Urussanga, Tubarão, Mãe Luzia e Araranguá – e outras que se localizaram nos Vales dos Rios Itajaí e Itapocu, e em São Bento do Sul e adjacências. Nessa mesma época, os imigrantes que chegavam ao porto de Paranaguá foram encaminhados pelo governo do Paraná para a Vila de Rio Negro e daí para a Colônia Lucena (atual Itaiópolis). Em 1900, vão ingressar nas localidades de Linha Antunes Braga, em São Camilo e Braço do Norte, nas terras da antiga Colônia Grão-Pará, e nas localidades de Estrada das Areias, Ribeirão das Pedras, Pedras Warnow Alto e Vargem Grande, nas terras do então município de Blumenau. Após a Primeira Guerra Mundial, há novos ingressos na região do Vale do Rio do Peixe, Meio-Oeste Catarinense, em Rio das Antas e Ipomeia (1926); no Vale do Rio Uruguai, nos tributários do Uruguai, em Descanso (1934); no Vale do Itajaí do Oeste (1937); em Faxinal dos Guedes (1938) e no Alto Vale do Itajaí do Norte (1939), entre alguns outros poucos lugares.

Com a Segunda Guerra Mundial, imigrantes poloneses dirigiram-se, em 1940, pelo Vale do Rio Uruguai, para Mondaí e, em 1948, do Alto Vale do Itajaí para Pouso Redondo. Todos esses núcleos passaram a desenvolver, em pequenas propriedades, uma agricultura familiar que caracterizou a estrutura fundiária do Estado de Santa Catarina e que o tornou, por meio do trabalho associado à ciência e à tecnologia, um dos maiores produtores de alimentos do País, apesar de sua pequenez territorial (Santa Catarina, 2011). De acordo com o governador Jorge Lacerda (31/1/1956 a 16/6/1958), Santa Catarina é um Estado diferente, por sua gente e por seus relevos e peculiaridades. *“O que surpreende o viajante, quando percorre o território catarinense, são os acidentes geográficos. Quem vive na capital da República e ouve falar em Santa Catarina tem a impressão de que aqui a natureza é aquela fêmea mansa, de que nos fala Gilberto Freyre a respeito de outras regiões do país, que se agachava, sem resistência, sob as botas petulantes do colonizador. Ocorre, entretanto, o contrário. A natureza parece ter convocado as montanhas, numa verdadeira revolução telúrica, para conter a marcha do homem. O chão catarinense foi sacudido por uma convulsão de serras. Para dominá-lo, foi mister a obstinação heroica daquelas raças que trouxeram do Velho Continente a decisão da luta e a paixão da conquista. Os próprios rios, em Santa Catarina, ao contrário do que observava Pascal, não são aqueles caminhos que andam e nos levam para onde desejamos ir. Não colaboram, como em outras regiões brasileiras, no trabalho de penetração do homem no hinterland. Daí a luta, verdadeiramente titânica, travada pelo lavrador catarinense contra o meio físico. Quantas lavouras da raiz das montanhas ascendem até o cume vencendo escarpas verticais, como a submeterem o lavrador a verdadeiro alpinismo agrário. Não obstante tudo isso, Santa Catarina soube plantar, entre as águas atlânticas e as barrancas do Peperi-Guaçu, uma civilização peculiar na vida brasileira, caracterizada, sobretudo, pelo seu aspecto multiforme – mosaico cultural na paisagem nacional – composto pelas mãos vigorosas de seus pioneiros, de várias procedências e de diferentes raças... Apesar das singularidades típicas*

*do processo de desenvolvimento que modernamente impulsiona a vida do Estado, é perfeita a integração de cidades eminentemente industrializadas, como Joinville, Blumenau e Brusque, no quadro rural. O progresso não expulsou a natureza, que continua participando da vida urbana, compondo-lhe a moldura e proporcionando ao homem os elementos para sua subsistência... Do ponto de vista econômico e cultural, a visão que Santa Catarina oferece ao observador é a de um arquipélago: várias ilhas de cultura, cada uma com suas peculiaridades. Na região do planalto, em que os costumes se assemelham muito aos do Rio Grande do Sul, predomina a indústria pastoril. O catarinense do interior em pouco ou nada difere do gaúcho. E o habitante das zonas coloniais se identifica perfeitamente com o colono do Rio Grande. Tais afinidades se explicam pela circunstância de Santa Catarina ter, por intermédio dos bravos lagunenses, fundado o Rio Grande do Sul; pela similitude das características que marcam a paisagem física e humana; pelo fato de a população do oeste constituir-se de 80% de gaúchos. Na soma de todos esses fatores e dos imponderáveis psicológicos, reafirmados no curso da História, os dois estados sulinos representam verdadeira unidade econômica e sentimental. Só nos faltam as planuras e coxilhas gaúchas... O planalto catarinense é pontilhado de pinheiros que se esparramam pelos campos e se adensam em capões às margens dos rios e no topo das rechãs. Na serra geral, bem defronte ao mar, ergue-se, a 1.200 metros, quase cavaleiro do oceano, a cidade de São Joaquim, uma das mais altas do Brasil. Ali a natureza se manifesta num espraiamento de contrastes, cada qual mais impressionante aos olhos do brasileiro de outras procedências: no verão colhem-se frutas europeias da melhor qualidade, e, no inverno, a paisagem cobre-se de neve. Já no oeste, onde florescem cidades que há pouco eram simples povoados, predomina a colonização teuto-italo-brasileira. É aí que ondulam os trigais de Santa Catarina. Na Lavoura, que é a atividade principal, trabalham o homem e a mulher, segundo os bons costumes rurais europeus. No norte do Estado, vamos encontrar as grandes plantações de erva-mate, cuja indústria experimenta verdadeira ressurreição econômica. Nessa região é que se desenrolou, no começo do século, alastrando-se, depois, entre os Rios Uruguai e Iguaçu, a Guerra dos Fanáticos, também conhecida por Campanha do Contestado, e que assumiu proporções maiores do que a de Canudos quer na extensão do campo de operações, quer no movimento de massas. No sul temos o Vale do Tubarão, cujas terras, segundo a opinião de um agrônomo norte-americano, convertidas em tabletes, poderiam ser exportadas como fertilizante, tal a riqueza de seu húmus. É a região do vinho e também do carvão. Recortado de praias, angras e enseadas, o litoral acolheu outrora o colonizador açoriano, cujo descendente, não afeiçoado ao trabalho da terra, vive, quase que exclusivamente, da pesca. No inverno é famosa a pesca da tainha em arrastão... Em Laguna pescam tainhas tangidas pelos botos até a praia... como perdigueiros amestrados a serviços dos pescadores... Esta é uma terra feita de homens e botos. Não é mito, nem fábula... A fábula entre nós perdeu a imaginação... (Lacerda, 1960).*



## ciência nos períodos Colonial e Imperial brasileiros

**Da Colônia ao Império** – O Brasil passou de colônia a Império em 1822, mas sua economia continuaria colonial durante todo o período monárquico e durante a República Velha (1889-1930). O sistema de produzir para exportar – *plantation*, introduzido pelos colonizadores europeus no Novo Mundo, era favorável apenas aos interesses dos proprietários de terras que cultivavam os produtos primários destinados ao mercado externo (Grieco, 1989). Todo o sistema agrícola dos períodos colonial e imperial estava apoiado no trabalho escravo e na monocultura. Segundo Queiroz (s/d), a escravidão, muito mais que um sistema de coerção econômica, gera um sistema social complexo com uma classe de senhores de escravos que, com ideologia e psicologia próprias, adona-se do poder político e econômico, manipulando a sociedade e impondo-lhe seus valores. A base da pirâmide era formada por escravos e outros, todos de baixo poder aquisitivo que, por isso, não consumiam a produção agrícola das grandes fazendas e que, por outro lado, não eram formadores de opinião. De acordo com Thalheimer (1979), quando o trabalho dos escravos constitui a base da sociedade, a técnica e o desenvolvimento das forças produtivas paralisam-se completamente.

Foi por isso que nos três primeiros séculos após o descobrimento do Brasil nenhum desenvolvimento ocorreu na ciência e na tecnologia brasileiras (Motoyama, 1985).

**A necessidade de Escola Agrícola e a substituição da mão de obra escrava** – O atraso de nossa agricultura era tal que Carlos Augusto Taunay (2001), ao escrever, em 1829, o *Manual do Agricultor Brasileiro*, justificou-o dizendo que a obra tinha por intenção a de *oferecer aos cidadãos dedicados à agricultura um fio pelo qual saíssem a salvo do labirinto de prejuízos e trevas em que a agricultura jaz sepultada*. Entre as recomendações de Taunay, que passaram pela forma de administrar e tratar os escravos, a criação de cadeiras de agricultura em todas as capitais de províncias e mesmo cabeças de comarcas importantes. Obrigar-se-ia, então, que os administradores e primeiros feitores dos engenhos e fazendas que contassem com mais de 20 escravos, fossem assistir às aulas dessas escolas. Seria proibido dar tais empregos a pessoas que não apresentassem diplomas desses cursos.

Conforme Rodrigues (1987), somente depois da perspectiva da substituição da mão de obra

escrava por trabalhadores livres é que começaram a surgir as demandas por conhecimento de ciências agrárias. E a partir daí, a modernização da economia agroexportadora.

O início legal do fim do sistema escravocrata se deu com a lei Eusébio de Queiroz (Lei 531 de 4/7/1850), que determinou a ilegalidade do tráfico de pessoas escravizadas da África para o Brasil. Antes, porém, em 1848, D. Pedro II recomendou, textualmente, aos agricultores dependentes de mão de obra escrava: “*providenciem o modo de suprir a lavoura dos braços que diariamente lhes vão faltando*”.

**As primeiras revelações para a ciência brasileira** – Segundo Roitmann et al. (1990), as primeiras revelações para a ciência a respeito do Brasil foram feitas por cronistas não especializados. Inicialmente por Pero Vaz de Caminha (1500) e depois, de forma destacada, pelos jesuítas Manoel da Nóbrega (1549), José de Anchieta (1553) e Hans Staden (1556), e também pelo Pe. Fernão Cardim (1540-1625) por meio de seu *Tratados da terra e da gente do Brasil*, compilado com anotações de Capistrano de Abreu (1925) e *Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias* (1881), conforme <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FernaoCa.html>. Não podemos esquecer-nos de Taunay e de seu *Manual do Agricultor Brasileiro*, de 1829. Seguiram-se a esses outros cientistas europeus que aqui chegaram para coletar e descrever vegetais, animais e até minerais. O acesso às informações geradas sempre foi negado pela corte portuguesa à sociedade brasileira de então. Segundo Schwartzman (2001), o colonialismo português era predatório e espoliativo, sem intenção de criar no Novo Mundo uma sociedade com instituição para produzir e transmitir conhecimento durante os quatro séculos de ocupação do Brasil.

**As primeiras instituições científicas brasileiras** – Embora a primeira sociedade para desenvolver conhecimentos científicos, *Sociedade Científica*, tenha sido fundada no Rio de Janeiro em 1772, e o primeiro instituto botânico em 1797, em Salvador, a ciência no Brasil somente se organizou a partir das iniciativas do Príncipe Regente Dom João, após 1808. Até então, o Brasil era uma pobre e ignorante colônia. Tal situação interessava a Portugal, que temia que educados brasileiros, impulsionados pelo nacionalismo, levassem a Colônia a sua independência política. Dom João, entre outras criações, fundou o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808), a Biblioteca Nacional (1810) e o Museu Imperial (1818). Seu neto, o Imperador D. Pedro II, criou, entre outras instituições científicas e de ensino, as duas primeiras Escolas Superiores de Agronomia do Brasil.

De acordo com o *site* do Ministério da Agricultura, Dom Pedro II cria a *Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas* (Decreto 1.067 de 28/7/1860). Como o decreto da criação não especificava as funções dessa Secretaria e a tratava por Ministério, ela

é considerada o embrião do Ministério da Agricultura. Após a Proclamação da República, por determinação do Presidente Floriano Peixoto, em 1892, a Secretaria foi transformada em Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Os assuntos de agricultura ficaram sob a responsabilidade da 2ª Secção, da 3ª Diretoria do Ministério, ou seja, em segundo e terceiro planos. O Presidente Nilo Procópio Peçanha, em 1909, restabelece o Ministério da Agricultura, designando-o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

**Os cursos superiores de ensino agrícola e as revistas científicas** – Os primeiros cursos superiores de agronomia e outros foram criados por imposição de urgentes soluções de necessidades imediatas. Em face desse imediatismo, a pesquisa científica foi negligenciada durante o Império e até o início do século 20 (Guédon, 1965).

No final do século 19 e início do século 20, a esmagadora maioria de nossas instituições pioneiras de pesquisa foi fundada e concentrada no eixo Rio-São Paulo, tais como a Imperial Estação Agrícola, hoje Instituto Agrônomo de Campinas (1887); o Instituto Vacinogênico (1892); o Instituto Bacteriológico e o Museu Paulista (1893); o Instituto Butantã (1899); o Instituto de Manguinhos (1900), no Rio de Janeiro, hoje Instituto Oswaldo Cruz, responsáveis pela maioria da ciência produzida no Brasil até a década de 1930. Exceção a essa concentração no sudeste foi o Museu Paraense Emílio Goeldi (Schwartzman, 2001; Weltman, 2006).

Com a reorganização do Museu Imperial, agora Museu Nacional (1876), passou-se a publicar *Archivos do Museu Nacional*, primeira revista científica brasileira. A primeira página dessa revista relacionava os nomes dos membros correspondentes, entre eles Charles Darwin, Quatrefages, Gorceix, Reichenbach e Virchow. A maioria dos artigos publicados foi de pesquisadores nacionais, versando, principalmente, sobre ciências físicas e biológicas (Nogueira, 1987; Langer, 2011).

Segundo Toscano (2003), a ciência agrônoma no Brasil iniciou-se na segunda metade do século 19. Resultou da gradativa extinção da escravidão, do declínio do cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste e da pecuária no Sul. Por isso, a aristocracia agrária, em processo de decadência no Nordeste devido ao deslocamento do eixo econômico do país para o Sudeste com a lavoura do café, pressionava continuamente o governo imperial na busca de uma solução para o problema de mão de obra, comércio e competitividade de seus produtos agrícolas. Com o objetivo de desenvolver uma tecnologia capaz de substituir a mão de obra escrava e melhorar a produção das lavouras, o Imperador criou o Imperial Instituto Baiano de Agricultura (1/11/1859), o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura (22/12/1859), o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano (20/1/1860) e o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (30/6/1860). Segundo Baiard (1999), o Imperial Instituto Baiano de Agricultura teve sua sede definitiva, com laboratórios e campos experimentais, na localidade de São Bento das Lajes, Cruz das Almas, BA, em 1874, onde ficou

até sua extinção, em 1911. Foi a primeira instituição *stricto sensu* de pesquisa e ensino superior de agropecuária no Brasil.

A par desse instituto e no mesmo local, em 1875, foi fundada a primeira escola de agronomia no Brasil. A segunda escola foi criada em Pelotas (Escola de Agronomia Eliseu Maciel), no Rio Grande do Sul, no ano de 1883. No entanto, o reconhecimento do curso só se deu em 1910, por meio do Decreto nº 8.319/10, e o reconhecimento da profissão somente em 1933, pelo *Decreto* nº 23 de 12 de outubro.



# A ciência no período republicano brasileiro

A Universidade Federal do Paraná foi criada em 1912, e sua Escola de Agronomia em 5 de abril de 1918. A Universidade Federal de Santa Catarina foi criada em 18 de dezembro de 1960, mas foi instalada somente em 12 de março de 1962. Sua Escola de Agronomia começou a funcionar em 1975.

A primeira revista científica brasileira digna de nota foi *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, fundada por volta de 1910. A Academia Brasileira de Ciências tem pouco mais de cem anos e possui uma, a revista *Anais*. Por curiosidade: a primeira entre todas as academias científicas foi a *Accademia dei Lincei*, fundada em Roma, em 1603 e que perdura. Se compararmos a nossa história com a história de mais de 400 anos da ciência europeia, vemos quão meninos somos. Tal estado de infância ratifica a constatação da repressão portuguesa encerrada com a vinda da família real para o Brasil (Sabbatini, 1999).

Não se pode deixar de registrar que em 1897 os professores do então denominado Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária (Atual Escola de Agronomia Eliseu Maciel) criaram uma revista de agricultura científica, a *Revista Agrícola do Rio Grande do Sul*, para publicação sobre agricultura científica. O primeiro número foi distribuído em 31 de janeiro de 1898, e há registros de seu funcionamento até 1929 (Casa de Oswaldo Cruz-FioCruz, 2011).

Registre-se que importante incremento à pesquisa agropecuária e industrial brasileira foi dado com a criação, no Rio de Janeiro, do Instituto de Química (1918-1962). O artigo 127 da Lei nº 3.454, de 6/1/1918, que o criou, determinava que a essa instituição caberiam as funções de fiscalizar manteiga, adubos, inseticidas e fungicidas, o estudo de forragens, análises que interessassem à agricultura e à agropecuária e o ensino da química com vista ao preparo de técnicos para as repartições oficiais e estabelecimentos industriais (Brasil, 1918; Casa de Oswaldo Cruz-FioCruz, 2011).

A pesquisa genética foi implantada no Brasil em 1932, no Instituto Agrônomo de Campinas (SP) e na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, SP, quando iniciaram intensivo trabalho de melhoramento em algodão, café, milho e em outros cultivos de interesse econômico (Perondini et al. 1977).

A urgência no desenvolvimento da pesquisa agropecuária brasileira era gritante. Getúlio Vargas, ditador ufanista, cunha, durante o seu *Estado Novo* (1937-1945), “Brasil, celeiro do mundo” (Seibel, 2009). Em 2004, o Prêmio Nobel da Paz de 1970, Normam Borlaug, em visita ao Brasil, vaticinou que o país se tornaria o maior produtor agrícola do planeta em função de sua área ainda a explorar (Senado Federal, 2011).



## sucesso da agricultura por meio da pesquisa agropecuária e da extensão rural

A extensão rural surgiu na Irlanda em 1847 por meio da solicitação e orientação (*A carta do governador*, o Conde Clarendon) do governador daquele país ao Duque de Leinster, então presidente da Real Sociedade de Agricultura, como forma sistematizada de assistência técnica e de educação não formal a agricultores. O trabalho visava garantir a produção agrícola – segurança alimentar – em face da sucessiva destruição dos campos de batatinha, a partir de 1835, pelo terrível fungo *Phytophthora infestans*, causador de severa doença (requeima) em plantas da família das solanáceas – batatinhas (Jones, 1988; Silva, 2000; Guedes, 1995). Da Irlanda esse tipo de trabalho passou para a Inglaterra e desta para os Estados Unidos da América. E de lá, para o Brasil.

Atribui-se à pesquisa agropecuária e à extensão rural o sucesso da agricultura norte-americana, fundamentada na propriedade familiar de médio porte econômico. A estratégia adotada era que com financiamentos acompanhados de assistências técnica, econômica e social corretas às famílias rurais, poder-se-ia alcançar o aumento da produção, da produtividade, do trabalho humano, da elevação da renda e da qualidade de vida das famílias rurais. Foi esse o modelo implantado por Nelson Rockefeller em Minas Gerais em 6 de dezembro de 1948, durante o governo de Milton Campos. Foi o início do serviço de extensão rural no Brasil, estreado pela Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar) daquele Estado. Sete anos depois, Juscelino Kubitschek, baseado nos bons resultados obtidos pela Acar-MG, assinou um acordo com o governo norte-americano e criou o Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Oficialmente, visava a uma cooperação técnico-financeira para execução de projetos de desenvolvimento rural, entre os quais se destacava a extensão rural para todos os Estados brasileiros. Após isso, criou-se, no Rio de Janeiro, um ETA para instalar tal serviço. Em 29 de fevereiro de 1956, Santa Catarina criava o Serviço de Extensão Rural, com o nome ETA-Projeto 17. Tendo o ETA a vigência de apenas quatro anos, criou-se, então, a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), em 21 de junho de 1957, para dar prosseguimento dos trabalhos do ETA.

No âmbito nacional, para coordenar a extensão rural no Brasil, foi criada a Abcar. Em 1974, a Abcar foi extinta e criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Com isso, teve início uma queda na qualidade dos serviços de extensão em todo o País. Tal queda foi atribuída à interferência político-partidária nos serviços de extensão, entre outras. Em 1984, a

Embrater definia a extensão rural como *processo educativo com o objetivo de contribuir para a elevação da produção, da produtividade da renda e da qualidade de vida das famílias rurais, sem dano ao meio ambiente*. Iniciava-se uma nova e importante visão do futuro visando à sustentabilidade das atividades agrossilvopastoris no Brasil.

No governo Fernando Collor (1990-1992), a Embrater foi extinta e os recursos federais ficaram reduzidos de tal forma que vários serviços estaduais de extensão foram encerrados. Em Santa Catarina, em 1990, o Governador Wilson Pedro Kleinübing fundiu os serviços de pesquisa com os de extensão objetivando economia nos gastos, além de outras motivações pouco racionais, criando a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (Epagri). Os resultados foram mais uma queda na qualidade dos serviços prestados, tanto pela pesquisa quanto pela extensão e com aumento de custos, ao contrário do que se pretendia. Hoje, buscam-se novos caminhos para a Epagri visando recuperar a qualidade dos serviços que deram prestígio às instituições de extensão rural e de pesquisa agropecuária que lhe deram origem (Olinger, 1996 e 2006).

Embora o Projeto ETA (29 de fevereiro de 1956) e a Acaresc (junho de 1957) tenham sido instalados no governo de Jorge Lacerda, que acabara de assumir o governo em 31 de janeiro de 1956, todos os trâmites e o favorecimento foram feitos pelo Governador Irineu Bornhausen (31/1/1951 a 31/1/1956), que tinha grande preocupação com a agricultura e a pecuária do Estado. Foi, por isso, levado a criar a Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina. O que facilitou tais feitos foi a aproximação de Irineu, que era da União Democrática Nacional (UDN), de Getúlio Vargas, cujo Ministério da Agricultura dera à UDN, ao nomear para ministro o pernambucano João Cleofas de Oliveira. O Ministro convidou para ser o chefe de seu gabinete o deputado estadual (e sobrinho da esposa de Irineu) o itajaiense Antônio Carlos Konder Reis (Meirinho, 1997). Ademais, um dos filhos de Irineu, Roberto Konder Bornhausen, graduar-se-ia engenheiro-agrônomo pela Escola do km 47 do Rio de Janeiro no final do governo de Irineu.

É importante que se registrem os trabalhos de Cleofas como Ministro da Agricultura, que muito colaboraram com as iniciativas de Santa Catarina em prol de sua agropecuária. À frente da pasta, criou, em julho de 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária, que elaborou projetos de lei voltados para a reforma agrária e, no mês seguinte, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, voltado para o incentivo à lavoura de subsistência desenvolvida por pequenos e médios produtores. Instituiu o Fundo de Mecanização da Lavoura e ampliou as linhas de empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Ainda em 1951, efetivou decreto que criava a Confederação Rural Brasileira, entidade de classe formada pela reunião das Federações de Associações Rurais de todo o País. Encorajou também a criação de federações estaduais de agricultura e de associações rurais municipais (FGV, 2011). Aliás, o Colégio Agrícola de Camboriú foi instalado em Santa Catarina naquela cidade por esforço e intermediação de seu chefe de Gabinete junto a Cleofas.



## contexto da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

A partir de meados do século 20 cresceu, nos países capitalistas centrais, o sentimento de que o desenvolvimento científico, tecnológico e econômico não estava conduzindo, linear e automaticamente, ao desenvolvimento do bem-estar social. Após a euforia inicial com os resultados dos avanços científicos e tecnológicos nas décadas de 1960 e 1970, a degradação ambiental, bem como a vinculação do desenvolvimento científico e tecnológico à guerra (bombas atômicas, a guerra do Vietnã com seu napalm desfolhante) fizeram com que a ciência e a tecnologia (C&T) se tornassem alvo de um olhar mais crítico. Além disso, a publicação dos livros *A estrutura das revoluções científicas*, por Thomas Kuhn, e *Primavera Silenciosa*, por Rachel Carsons, ambos em 1962, potencializaram as discussões sobre as interações entre ciência, tecnologia e sociedade (CTS). Dessa forma, C&T passaram a ser objeto de debate político. Nesse contexto, emerge o denominado movimento CTS (Auler & Bazzo, 2001).

Durante os anos 70 as políticas públicas agrícolas do Brasil, bem como de outros países, foram fortemente influenciadas pelos argumentos da chamada “Revolução Verde”, na qual se defendia a ideia de que havia necessidade de aumentar a produtividade no campo por meio da difusão de novas tecnologias tanto para liberar mão de obra para as cidades como para garantir a existência de alimentos de baixo custo, ou seja, a agricultura deveria estar a favor dos interesses urbanos.

Por outro lado, segundo o Mapa (2011), na década de 1970 a agricultura se intensificava no Brasil. O crescimento acelerado da população e da renda *per capita* e a abertura para o mercado externo mostravam que, sem investimentos em ciências agrárias, o País não conseguiria reduzir o diferencial entre o crescimento da demanda e o da oferta de alimentos e fibras. No âmbito do Ministério da Agricultura, um grupo debatia a importância do conhecimento científico para apoiar o desenvolvimento agrícola. Nesse momento, os profissionais da extensão rural começaram a levantar a questão da falta de conhecimentos técnicos gerados no País para repasse aos agricultores. Ante esse contexto, o então Ministro da Agricultura, Luís Fernando Cirne Lima, constituiu um grupo de trabalho para definir objetivos e funções da pesquisa agropecuária, identificar limitações, sugerir providências, indicar fontes e formas de financiamento e propor legislação adequada para assegurar a dinamização desses trabalhos. Em 7 de dezembro de 1972, o então presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei nº 5.881, que autorizava o Poder Executivo a instituir

empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. O Decreto nº 72.020, datado de 28 de março de 1973, aprovou os estatutos da Empresa e determinou sua instalação em 20 dias. Instalada provisoriamente no Edifício Palácio do Desenvolvimento, em Brasília, DF, a diretoria da nova empresa buscou no mercado os quadros que pudessem liderar as atividades da nova estrutura de pesquisa. No final de 1973, uma portaria do Executivo encerra a existência do Departamento Nacional de Pesquisa e Experimentação (Dnpea), que coordenava todos os órgãos de pesquisa existentes até a criação da Embrapa. Com isso, a Empresa herdou do Dnpea uma estrutura composta de 92 bases físicas: nove sedes de Institutos Regionais, 70 Estações Experimentais, 11 imóveis e dois Centros Nacionais. A Embrapa passa, então, a administrar todo o Sistema de Pesquisa Agropecuária do Brasil. Em 1974, foram criados os primeiros Centros Nacionais por produtos: de Trigo (Passo Fundo, RS), de Arroz e Feijão (Goiânia, GO), de Gado de Corte (Campo Grande, MS) e de Seringueira (Manaus, AM). Com o objetivo de apoiar as ações da diretoria da Embrapa e funcionar como elemento de ligação às áreas responsáveis pela execução da pesquisa, foram criados os Departamentos de Diretrizes e Métodos, Técnico-científico, de Difusão de Tecnologia, de Recursos Humanos, Financeiro e de Informação e Documentação.

Entre os pesquisadores da Embrapa que possibilitaram a incrementação da Revolução Verde na agricultura brasileira destaca-se Johanna Döbereiner com seus trabalhos sobre os microrganismos fixadores de nitrogênio, que renderam, em 1997, a indicação para receber o Prêmio Nobel de Química (Embrapa, 2011).



## pesquisa agropecuária em Santa Catarina

Iniciativas das municipalidades e sobretudo dos Estados à agricultura se conseguem anotar desde os primeiros dias da República. Tais atitudes republicanas revelam uma nova mentalidade em relação à existente durante o Império, a começar pelas eleições democráticas e o crescente prestígio dos grupos econômicos que vieram a substituir as classes aristocráticas anteriores. Foram homens como Hermann Blumenau, farmacêutico e doutor em química pela faculdade de Erfurt–Alemanha, Giovanni Rossi, um intelectual italiano e politicamente anarquista, graduado em ciência veterinária na Itália, e Hercílio Pedro da Luz, graduado na Bélgica em ciência ligada à terra, que trouxeram para Santa Catarina as influências do ambiente cultural e acadêmico europeu que, a exemplo da Alemanha, tinha estações experimentais financiadas pelo Estado.

Hercílio Luz, quando governador de Santa Catarina, inaugurou a política estadual de desenvolvimento agropecuário e deu andamento à ocupação do solo interiorano. Esse governador instalou, em 1895, por meio da Lei nº 166, de setembro daquele ano, a primeira Estação Experimental de Santa Catarina, chamada de Estação Agronômica e Veterinária de Rios dos Cedros, na então Vila de Blumenau, no Vale do Itajaí (*art. 1º: fica criada, no ponto do Estado onde o governo julgar mais conveniente, uma estação agronômica e veterinária, constituindo um campo prático de experiências*). O primeiro diretor dessa Estação foi Giovanni Rossi, que trabalhava na Colônia de Blumenau. *Criada pelo Estado uma Estação Agronômica, ficou esse estabelecimento a cargo do ilustre profissional senhor doutor Giovanni Rossi, instalado provisoriamente na casa que servia para hospedaria de imigrantes no Saco do Padre, no município de São José (Gazeta Oficial do Estado de S. Catarina, 9/3/1905)*. Em 1905 a Estação foi transferida para Florianópolis, durante o governo de Vidal Ramos. Inicialmente funcionou no Estreito e depois foi transferida para a Ilha, no final do *Caminho da Pedra Grande*, em prédio (hoje Palácio da Agronômica) construído para esse fim em 1912 pelo Governador Vidal Ramos.

A vida da Estação é encerrada em 1920 pelo próprio criador, que destina o prédio à recepção de visitantes, porque Hercílio Luz precisava “*dotar a capital do Estado de um edifício assás confortável e capaz de servir de acolhida a hóspedes ilustres que nos honrarem com a sua presença*”. Para confirmar o apoio dado por Hercílio à agropecuária, ele próprio textualmente assim se manifesta: “*Seguindo o programa que tracei ao assumir o Governo, tenho dedicado a melhor*

*atenção à nossa indústria agropecuária, ainda hoje uma das maiores fontes de riqueza do Estado... Aproveitando um terreno do Estado, sito no lugar Carvoeiras, nas proximidades desta Capital, fiz instalar ali uma estação de monta, remodelada mais tarde pelo decreto nº 63 de 26 de fevereiro último [1918], que lhe deu a denominação Posto Zootécnico Dr. Assis Brasil, em homenagem a um dos mais notáveis programadores da indústria agropecuária em nosso país. Esse estabelecimento, bem como as estações de monta que acabam de ser fundadas em Canasvieiras e no Distrito do Ribeirão (Campo da Ressacada) destacam-se, de acordo com o estatuído na Lei nº 1.265, de 5/9/1918, principalmente à criação do gado Jersey, além de se dedicarem à experiência e difusão de plantas forrageiras. O fim principal do posto, portanto, é melhorar a população bovina da Ilha. A proibição da entrada de qualquer reprodutor de outra raça em território da Ilha de Santa Catarina estabelecido pela lei nº 1.265 de 5/9/1919, muito auxiliará a ação do Posto e nos permitirá, termos a nossa Ilha transformada numa Ilha de Jersey” (H. Luz, Mensagem ao Congresso Representativo, 22/7/1920, pp. 49-50) (Pauli, 2011).*

O objetivo principal da criação da Estação de Rio dos Cedros foi resolver problemas com cultivares e de doença (podridões de raízes) da cultura do fumo, além da perda do produto de exportação por excesso de umidade e embalagem inadequada. O fumo era o principal produto de exportação da colônia de Blumenau para a Europa, onde o principal comprador era a Alemanha. A colônia italiana de Rio dos Cedros era a principal produtora regional de tabaco. Mais tarde, Rossi introduziu novos cultivos na região, notadamente de frutíferas, grãos, forrageiras, florestas, abelhas, oliveira e seringueira, pois pretendia libertar os agricultores e a região da dependência total que tinham do tabaco (Santos, 1998; Santos, 2000). Entre o período da implantação dessa Estação de Rios dos Cedros e 1930, outras foram criadas, sendo logo depois abandonadas.

Segundo Rodrigues (1987), Santos (1997) e Kurtz (2005), a pesquisa agropecuária em Santa Catarina implantou-se de fato a partir de 1934. Nesse ano, o Ministério da Agricultura de Getúlio Vargas instalou o Posto Zootécnico de Lages; em 1936, a Estação Experimental de Videira; em 1937, a de Rio Caçador; e em 1943, a Subestação de Enologia de Urussanga. O Posto de Lages era para estudos da área animal, a Estação de Videira e a Subestação de Enologia em Urussanga estavam vinculadas ao Instituto de Fermentação do Rio de Janeiro e se dedicavam à viticultura e à fiscalização de bebidas elaboradas com uvas. A Estação de Caçador era vinculada ao Instituto de Experimentação Agrícola, também do Rio de Janeiro. Dedicava-se ao estudo do trigo.

Em 1943, a Estação de Caçador vincula-se ao Instituto Agrônômico do Sul (IAS), criado naquele ano em Pelotas, RS. Em 1962, o IAS é transformado no Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul (Ipeas), com jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Posteriormente, o Paraná se desvincula do Ipeas. Durante o período de funcionamento do IAS era muito precária a situação das três estações catarinenses. Caçador, isolada por péssimos

meios de comunicação, nunca teve mais de três técnicos, sendo um deles o chefe. Além da falta de comunicação, faltavam recursos e era alta a rotatividade dos empregados. A de Urussanga e a de Videira, além de nunca terem mais de dois técnicos, um dos quais também chefe, tinham além da falta de meios adequados de comunicação, a distante ligação com o Instituto de Fermentação. Tais circunstâncias deixavam as estações em completo abandono e, além do isolamento de seus órgãos de ligação, estavam isoladas entre si.

A situação das referidas estações melhorou com a criação do Ipeas, mas não deixou de ser precária. Os recursos financeiros e materiais eram de pequena monta, sem falar nos humanos. No ano da criação do Ipeas havia apenas cinco técnicos nas três estações do Estado. Em Caçador, um chefe e dois técnicos, em Videira um chefe e em Urussanga outro chefe. Todos sem treinamento formal em pesquisa agropecuária.

Na década de 1960, o governo catarinense fez algumas tentativas de manter o serviço de pesquisa agropecuária no Estado, mas os recursos alocados para tal não lhe deram sustentabilidade. Antes dessa década, porém, foi criado o Projeto ETA-17, em 29 de fevereiro de 1956, que levou à criação da Acaresc (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) em 21 de junho do ano seguinte, ambos no Governo de Jorge Lacerda, de grande sucesso e efeitos positivos para a agropecuária catarinense. A Acaresc, até a criação da Empasc (1975), por falta de instituição de pesquisas relativas ao seu trabalho, executou diversas investigações, adaptações e unidades de observação com vista à geração de conhecimentos agropecuários.

Em 1963, o Governo Celso Ramos, por meio da sua Secretaria de Estado da Agricultura, resolve tomar uma posição diante da predominância do Ministério da Agricultura na condução da pesquisa agropecuária local. Cria, então, o Serviço de Pesquisa e Experimentação Agropecuária e, concomitantemente, a Subestação Experimental da Mandioca do Alto Vale do Itajaí, localizada em Rio do Sul. Depois, em 1966, cria o Campo Experimental de Jaguaruna para estudar cultivos apropriados às terras arenosas do Sul de Santa Catarina.

Tal investida estadual fortalece a pesquisa agropecuária. Três técnicos são alocados na unidade de Rio do Sul, um na de Jaguaruna e dois para a de Caçador, mesmo ela pertencendo ao Ministério da Agricultura, além de outros recursos.

No ano de 1966, durante a administração do governador Ivo Silveira, foi criada a Rede Experimental Catarinense (REC). Essa rede era formada pela participação voluntária das Estações de Caçador e de Urussanga, da Subestação de Rio do Sul, do Campo de Jaguaruna, da Acaresc, dos Postos Agropecuários do Ministério, da Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, dos Colégios Agrícolas, da Fundação 25 de Julho de Joinville, das Cooperativas, de empresas privadas e de agricultores. Os participantes da REC reuniam-se anualmente para tratar da pesquisa e da extensão agropecuárias para discutir resultados e programar ações.

Os pesquisadores passaram a ministrar treinamentos aos colaboradores da REC para instalação, observação e colheita de ensaios experimentais, fato que deu grande incremento à pesquisa agropecuária do Estado. Os experimentos eram planejados nas estações, entregues aos colaboradores e acompanhados pelos pesquisadores. Os resultados eram trabalhados pela pesquisa e devidamente publicados (Fig. 21). Ao mesmo tempo, iniciou-se o desenvolvimento da produção de sementes básicas e fiscalizadas de cereais, elo forte entre os resultados das pesquisas e os agricultores.

O programa brasileiro de sementes começou na década de 1960 com a produção de sementes de trigo. Por volta de 1970, o Ministério da Agricultura elaborou um projeto, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Aliança para o Progresso-Usaid, esta representada pela Universidade Estadual do Mississippi, EUA, chamado de Agiplan – Ação Governamental para Implantação do Plano Nacional de Sementes. Naquela oportunidade é que foi criado o laboratório de sementes de Tijucas, as Unidades de Beneficiamento de Sementes de Canoinhas e Tubarão, e os Armazéns de Estocagem de Sementes de Xanxerê e de Campos Novos.

Com a colaboração do Governo Alemão, a Unidade de Produção de Sementes Básicas de Batata de Canoinhas foi provida de armazéns, câmaras frigoríficas e laboratório de virologia. A Agiplan possuía um subprojeto forte de capacitação de pessoal que oferecia mestrado e doutorado na Universidade Estadual do Mississippi. Até 1976, formaram-se mais de 100 profissionais brasileiros, muitos dos quais catarinenses, que começavam a produzir seus trabalhos técnico-científicos. Como não havia no Brasil uma revista especializada nesses trabalhos, a Associação Brasileira de Tecnologia de Sementes (Abrates), em 1979, lançou a Revista Brasileira de Sementes para atender esses profissionais.

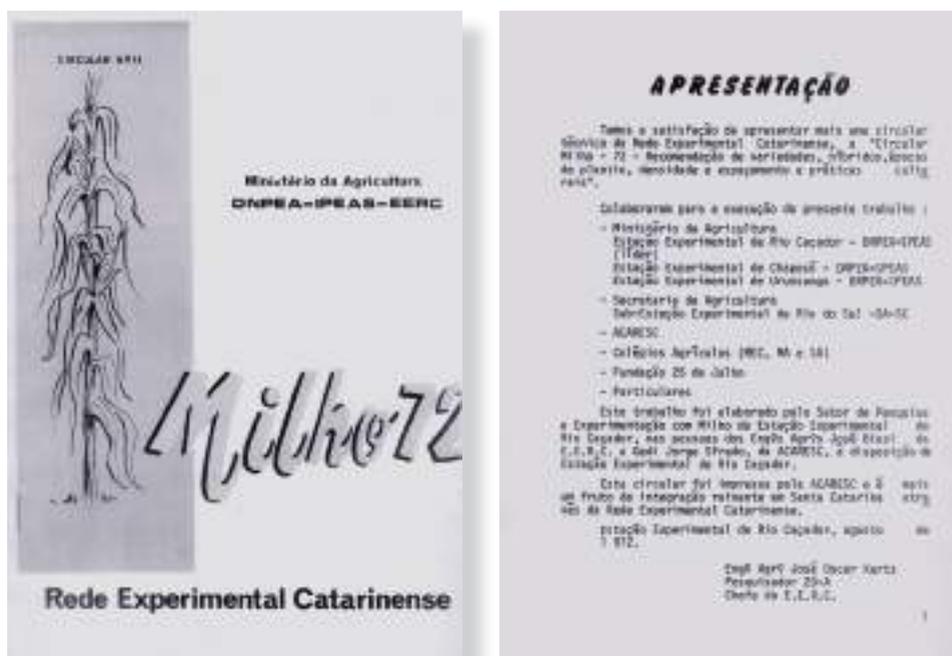


Figura 21. Exemplar de uma publicação da Rede Experimental Catarinense: *Circular Técnica da Cultura do Milho*, 1972, de autoria de José Biasi e Gedi Jorge Sfredo.

A REC foi muito bem-sucedida, e sua forma de trabalho era inédita no Brasil. Era de baixo custo e muito eficiente. Por isso, o Ministério da Agricultura (MA) a apoiou repassando recursos financeiros e pessoal para Santa Catarina. Tal sustentação se refletiu positivamente na qualidade e quantidade dos trabalhos. Os pesquisadores, com o apoio da Secretaria da Agricultura, passaram a interagir mais intensamente com as Estações do MA, principalmente com as do Rio Grande do Sul, com o Instituto Agrônomo de Campinas, em São Paulo, com universidades e outras instituições ligadas à agropecuária. Para isso, as viagens de estudos e cursos se tornaram frequentes. A partir de 1965, os técnicos começaram a participar de cursos de pós-graduação e uma nova e positiva fase se abriu para a pesquisa agropecuária catarinense.

Em 1968 o Posto Agropecuário de Chapecó, criado em 1948 pelo Ministério da Agricultura, foi transformado em Estação Experimental e incorporado à rede do Ipeas. Trabalhar-se-ia lá com trigo, feijão, soja e milho. Nesse mesmo ano a Estação de Caçador foi designada Estação Líder da rede catarinense de estações do Ipeas, com a atribuição de coordenar as ações das demais.

Em 1969 se extingue o Instituto de Fermentação. As duas Estações Catarinenses a ele vinculadas passam para o Ipeas. Na de Videira permaneceu o trabalho com viticultura e na de Urussanga trabalhos com mandioca, arroz irrigado, adubo verde, milho, feijão e culturas típicas da região de sua abrangência. Em 1971 a Fazenda Regional de Criação de Lages (Posto Zootécnico) do MA foi transformada na Estação Experimental de Lages e passou à rede do Ipeas. Passa a trabalhar com bovinos de corte, bovino leiteiro e plantas forrageiras.

Em 1968 a pesquisa agropecuária é enriquecida pela criação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado (Profit), apresentado ao Governador Ivo Silveira e seu Secretário Estadual da Agricultura pelo engenheiro-agrônomo Glauco Olinger, secretário executivo da Acaresc. Seria conduzido e executado por essa empresa, que aloca na Estação Experimental de Videira cinco técnicos para estudos da macieira. O Profit tinha por objetivo criar alternativas de renda para o agricultor catarinense. Em função desse projeto de fruticultura, Ivo Silveira cria em São Joaquim, no ano de 1969, a Unidade de Pesquisa Aplicada em Fruticultura para estudar maçãs e aloca, para isso, dois técnicos. Ao mesmo tempo, firma convênio com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), que trouxe para o Brasil especialistas japoneses em maçã e proporcionou aos técnicos brasileiros ligados ao Profit viagens de estudos e treinamentos no Japão. Também se estabeleceu relacionamento com o *Volcani Center* de Israel, que disponibilizou ao projeto um especialista em quebra de dormência da macieira, além de treinamentos aos técnicos do Profit naquele país. Esse projeto tornou o Estado de Santa Catarina o primeiro produtor nacional de maçãs, tanto em qualidade como em quantidade.

Ainda por meio da Acaresc, o Estado firmou um Termo de Ajuste com a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) para a realização de trabalhos de pesquisa em fertilidade do solo,

enviando para a REC um especialista alemão na referida área. Por sua vez, a Acaresc alocou, em 1972, um técnico para auxiliar os trabalhos de fertilidade de solo para arroz irrigado na Estação Experimental de Urussanga. Nesse mesmo ano foi criado o Laboratório de Análises de Sementes, com recursos do MA, na Estação Experimental de Chapecó. Esse laboratório se constituiu em importante ferramenta para o desenvolvimento dos programas de pesquisa e produção de sementes melhoradas. Outro importante laboratório dessa época, ligado à REC, foi o de análises de amostras de solo, localizado em Florianópolis, que dava suporte à correta adubação das lavouras do Estado. Também fazia parte da REC o Posto de Suinocultura de Concórdia, que era da Secretaria de Estado da Agricultura. Nele se realizava pesquisa com suínos por meio de convênio com a Associação Catarinense de Criadores de Suínos, o Ministério da Agricultura (Dema) e a Associação da Indústria de Carnes e Derivados de Santa Catarina.

No que diz respeito aos trabalhos com cana-de-açúcar, a rede se fazia com o Projeto Cana-de-Açúcar, sediado em Florianópolis e constituído por convênio firmado entre a Associação de Produtores de Cana-de-Açúcar de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Agricultura, a Acaresc e o Instituto do Açúcar e do Alcool. O sucesso da Rede Experimental Catarinense foi tal que em 1974 contava com 23 técnicos graduados, alguns dos quais pós-graduados e seis em curso.

O ponto fraco da REC era a dependência que tinha do bom relacionamento entre as pessoas participantes. Era, pois, uma instituição informal. Necessário se fazia uma instituição oficial para coordenar os diversos serviços voltados para a pesquisa agropecuária do Estado. Era por meio do bom relacionamento com a Acaresc que as Estações Experimentais dispunham de um elevado número de extensionistas à sua disposição. Dessa fragilidade nasceu o grupo de trabalho instituído pela Portaria Ministerial nº 143, de 19/4/72, para definir os objetivos básicos e as funções da pesquisa agropecuária, identificar obstáculos e indicar caminhos que a expandissem, fontes e formas de recursos e legislação que a tornasse dinâmica e eficiente. A Embrapa foi, pois, sob enfoque doméstico, criada (7/12/1972) à luz das informações e da orientação dessa comissão.

Com a criação da Embrapa, extingue-se o Ipeas e as Estações Experimentais ficam subordinadas a ela. A Embrapa, depois de constituída, passa a viabilizar estruturas estaduais para a execução de pesquisa agropecuária. Tal iniciativa culmina, em Santa Catarina, com a instalação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), instalada em outubro de 1975. Em 1991, o então governador de Santa Catarina, Vilson Pedro Kleinübig, cria a Epagri por meio da fusão de Empasc, Acaresc, Acarpesc e Iasc, que eram empresas de pesquisa, extensão rural e fomento da Secretaria de Estado da Agricultura. Essa fusão será tratada em capítulo próprio.

# A primeira Estação Experimental de Itajaí

A EEI não é a primeira Estação Experimental Agrícola de Itajaí. No final dos anos 1920 e até meado dos anos de 1930, havia uma pertencente ao Ministério da Agricultura. Era uma Estação Agroflorestal do Serviço Florestal do Brasil que, segundo Rodrigues (1987), fora criado em 28 de setembro de 1921, por meio do Decreto nº 4.421. Já o Serviço Florestal Catarinense foi criado por Aderbal Ramos da Silva, quando governador, e existiu durante o período de 23/3/1947 a 31/1/1951. O Serviço Florestal do Ministério da Agricultura tinha por objetivo climatizar plantas florestais exóticas, mormente o eucalipto; estimular e orientar o florestamento e o reflorestamento da região por meio de fornecimento de mudas e sementes; dar assistência técnica com vista à exploração racional das florestas; e estudar a mecânica de madeiras, métodos de conservação, tratamento e utilização de seus derivados com fins industriais.

Recompor a floresta da região devastada pela retirada de madeira desde o primórdio da história do Vale do Itajaí era preciso. O comércio de madeira foi a principal atividade dos pioneiros e posteriores moradores da área. A sede dessa Estação ficava na Rua Uruguai, e a área experimental no Bairro Barranco Alto, que hoje pertence ao município de Ilhota, emancipado que foi de Itajaí em 21 de junho de 1958. Essa área, de 58ha, ainda pertence ao Ministério da Agricultura. Parte dela (16ha) foi invadida e nela se cultivava arroz e na outra (38ha) se instalou um campo para recuperação de dependentes químicos, coordenado pelo Padre Krüger. Também se recorda dos trabalhos dessa Estação e nela trabalhou o ex-expedicionário Giusepe Curbani, que, hoje com mais de 85 anos, mora próximo da referida área.

Para conduzir os trabalhos dessa Estação, vieram de uma instituição semelhante localizada em Campinas, SP, e pertencente ao Ministério da Agricultura os funcionários Alberto Alexandre Carlton, responsável técnico pelo trabalho e pela Estação, Arraes, que era exímio desenhista, notadamente na técnica do *crayon*, e Armando Maciel. Em Itajaí, Alberto casou-se com Maria José Rebelo, tia-avó do autor (Fig. 22), e Armando, com Laura Andrade, filha do capitão Adolfo Germano d'Andrade. Segundo d'Ávila (1982), esse capitão, após a consolidação da vitória da Revolução de Vargas, foi empossado pelo Interventor de Santa Catarina, o general Ptolomeu de Assis Brasil (26/10/1930 a 26/10/1932), no cargo de Prefeito Provisório de Itajaí (3/11/1930 a 2/1/1932). A ele coube a tarefa de instalar a Comissão de Sindicância para vistoriar os atos da administração

deposta, a do coronel Marcos Konder, em cujo governo de 15 anos nada foi encontrado que o desabonasse.

Logo após o advento da Revolução de 1930, Getúlio Vargas disponibilizou os funcionários da Estação Agroflorestal e outros. Armando foi servir na Receita Federal da época em Florianópolis, e Alberto, após a criação da Justiça Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, de 24/2/1932, foi servir no TER/SC, em Florianópolis. A Justiça Eleitoral era composta por um Tribunal Superior na capital da República e por um Tribunal Regional (TER) da Justiça Eleitoral em cada capital de Estado, no Distrito Federal e na sede do Governo do Território do Acre, entre outras resoluções.

A história dessa Estação Agroflorestal sempre foi contada a mim – e agora reafirmada por Pedro Paulo Rebelo (n. 1928) e João Valécio Rebelo (n. 1925), pai e tio do autor, respectivamente. João Valécio, advogado, foi criado e instruído pelo casal Maria e Alberto, e tem viva memória do trabalho do tio na Estação. Conta que Alberto saía muito cedo do centro de Itajaí para trabalhar na Pedra de Amolar em um trole (cabriolé) e muitas vezes o levou, como também a seu irmão Pedro, para brincar no campo experimental do Ministério da Agricultura. Silveira Júnior (1972) faz referência a essa Estação por meio de uma foto anterior a 1930 na qual, à direita, puxado por um cavalo branco, se pode ver um trole (Fig. 23).



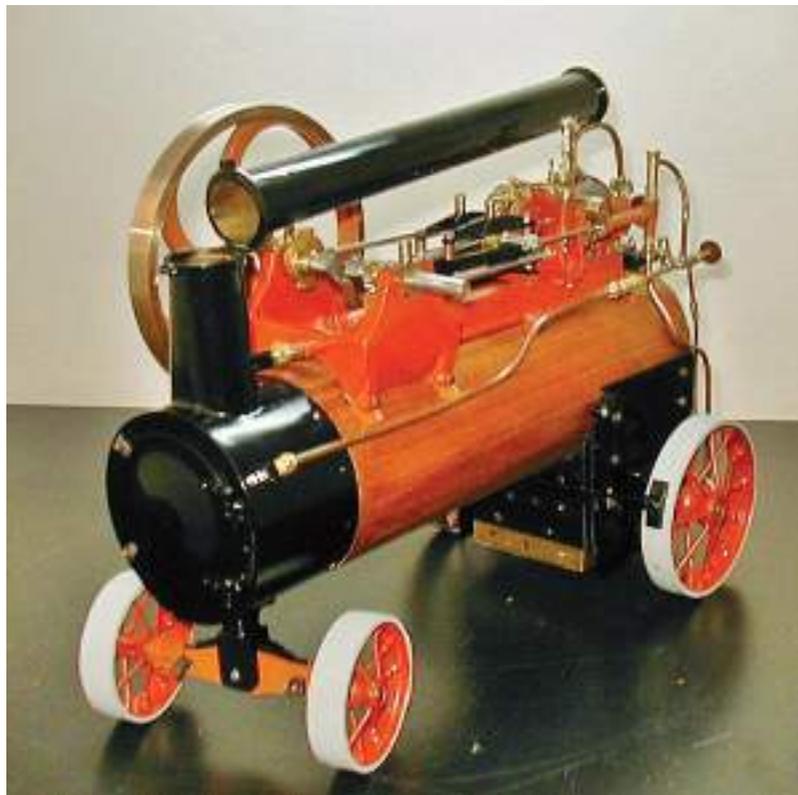
**Figura 22.** Alberto Alexandre Carlton, chefe da Estação Agroflorestal do Ministério da Agricultura em Itajaí e sua esposa, Maria José Rebelo, por volta de 1930



O Presidente Vargas, ao disponibilizar os empregados da Estação, deve também ter suspenso as atividades dela. De acordo com o Art. 138 do Estatuto do Servidor Federal, extinguindo-se o cargo, o funcionário fica em disponibilidade com provento igual ao vencimento ou remuneração que recebia até seu obrigatório aproveitamento em outra função.

**Figura 23.** Foto de um trator que reboca o “locomóvel” da primeira Estação Experimental Agrícola de Itajaí, situada na Rua Uruguai, para aclimação de eucalipto e estudos agrícolas diversos (Silveira Júnior, 1972)

O “locomóvel” é uma máquina a vapor destinada a movimentar pequenas indústrias, como serrarias de desdobro de toras, de beneficiamento de grãos, etc. Essas máquinas queimavam em suas fornalhas restos de madeira ou palha de grão debulhado. Eram bem econômicas por conta da origem do combustível. Atualmente podem ser usadas também como “motogerador” para fazer o mesmo serviço e consomem óleo diesel (Fig. 24).



**Figura 24.** Um “locomóvel” moderno usado como “motogerador” que consome lenha ou carvão. (Extraído de [http://ferri-model.tripod.com/locomovel\\_.htm](http://ferri-model.tripod.com/locomovel_.htm), de Edmar Mammini)



## criação da Empasc e da Epagri

A Empasc foi criada pela mesma estratégia governamental que criou a Embrapa. Tal estratégia visava reorganizar a pesquisa agropecuária brasileira. Para isso, como se viu no capítulo anterior, foram extintas as antigas estruturas de pesquisas ligadas ao Ministério da Agricultura e foi implantado o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela Embrapa. Essa mudança visava fazer frente ao desafio da modernização da agropecuária brasileira por meio do aumento da produtividade da terra e do trabalho no campo gerando riquezas. As mudanças também ocorreram nas universidades com o fito de mais bem preparar os profissionais da agronomia de modo a atenderem a contento os objetivos do governo na agropecuária.

Para sistematizar seu plano de desenvolvimento agrícola, o governo estendeu sua política federal para todos os Estados da federação e criou empresas congêneres à Embrapa e subordinadas à política desta, pelo menos nos primeiros anos da existência da Empasc. De acordo com Empasc Informa (1977), foi assim que, em 15 de janeiro de 1975, se instalou em Florianópolis a Representação da Embrapa para o Estado de Santa Catarina. José Irineu Cabral, o então presidente dessa Empresa, empossou como seu representante catarinense o engenheiro-agrônomo José Oscar Kurtz, M.Sc., que, na ocasião, era o Chefe da Estação Experimental de Caçador. Como representante da Embrapa, Kurtz instalou-se junto à Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, no Centro de Florianópolis, para colaborar com o governo estadual na criação de uma empresa de pesquisa agropecuária para o Estado de Santa Catarina, prover o quadro de pessoal, coordenar a administração das estações experimentais catarinenses pertencentes à Embrapa e apoiar o Centro Nacional de Suínos, em Concórdia.

Em junho de 1975, Kurtz transferiu a sede da representação da Embrapa para o prédio da Secretaria da Agricultura, no Bairro Itacorubi, onde, em outubro daquele ano, a Empasc foi instalada. Nesse mesmo mês, os técnicos alemães do Convênio GTZ a serviço da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, envolvidos nos Programas de Produção Animal, assumiram a sistemática da Embrapa no que dizia respeito a produção, manejo e utilização de pastagens.

De acordo com Kurtz (1976) e Wagner (1979), a Lei nº 5.089, de 30 de abril de 1975, dispunha sobre a organização e modernização da administração pública estadual de Santa Catarina e foi sancionada pelo então governador, Antônio Carlos Konder Reis, quando era Secretário da

Agricultura e do Abastecimento o senhor Victor Fontana. Essa lei, em seus Artigos 49 e 50, criou a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc). De acordo com Empasc (1978), do ponto de vista legal, essa instituição era uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, sob forma de Sociedade por ações, sendo seus acionistas o governo do Estado, com 60%, e a Embrapa, com 40%.

Esse órgão da administração indireta foi instalado em 29 de outubro de 1975, nos termos do Decreto N/GGE de 27 de outubro de 1975 e de nº 1.217. Nessa mesma ocasião foi aprovada a indicação feita pelo Secretário da Agricultura para que Oscar José Kurtz ocupasse a presidência da Empasc, Conrado Zimmermann a diretoria administrativa e Geraldo Caputo Coppola, chefe da delegação da Embrapa para Santa Catarina, a diretoria técnica. Coppola morreu em trágico acidente automobilístico em Florianópolis no dia 21 de novembro de 1976. Assume o cargo de Coppola em dezembro o engenheiro–agrônomo Carlos Pieta Filho, M.Sc.

À Empasc caberia executar a política estadual de implantação do Sistema Estadual de Pesquisa Agropecuária; promover a integração da pesquisa científica, tecnológica e experimental no campo da agricultura e da pecuária em toda Santa Catarina; proceder à análise das potencialidades do solo para seu aproveitamento racional a pedido dos interessados ou por iniciativa própria; proceder à identificação dos tipos de exploração mais recomendáveis e que pudessem representar maior rentabilidade na utilização das áreas agricultáveis e no desenvolvimento da pecuária estadual em consonância com os objetivos, metas e planos, programas, sistemas operacionais preconizados pela Embrapa e com seus organismos especializados nacionais e internacionais; realizar o levantamento dos recursos agropecuários existentes e a os estudos do setor agropecuário. Em seu parágrafo único, essa lei permitiu à Empasc atuar, por meio de convênios específicos, no campo educacional como centro de estágio para formação, aperfeiçoamento e treinamento de especialistas em pesquisa agropecuária.

O Decreto N/GGE nº 415, de 6 de junho de 1975, criou a Comissão Constitutiva da Empasc, que tinha por missão realizar estudos e elaborar projetos de estrutura organizacional e funcional com vistas à constituição, organização e implantação da Empasc, entre outras providências. O resultado dos trabalhos dessa comissão deveria ser apresentado ao governador em 30 dias, para que por ele fosse apreciado. Os membros da comissão foram o Secretário Estadual da Agricultura, que a presidiria, e os demais membros que seriam designados por ele. Foram designados, por meio da portaria nº 032, de 16 de junho de 1975, os engenheiros-agrônomos José Oscar Kurtz, Conrado Zimmermann, Carlos Antônio Loch e Jorge Alberto Saldanha, este como secretário da Comissão.

Para cumprimento dos objetivos da Empasc, fez-se um estudo para determinação dos produtos a ser pesquisados em função da necessidade da agropecuária catarinense, da política governamental para o setor e dos recursos existentes. Os produtos contemplados foram arroz,

bovinos, fruticultura de clima temperado, feijão, mandioca, milho, soja, sorgo, maçã, pêssego e trigo. Em seguida, tratou-se da formação das equipes multidisciplinares de pesquisadores necessárias ao cumprimento desses objetivos. Os técnicos foram buscados nas diversas unidades experimentais que formavam a rede de pesquisa do setor primário do Estado e entre os extensionistas da Acaresc.

O passo seguinte, dado no final de janeiro de 1976, foi a estruturação interna da Empasc. Para isso, buscou-se a integração entre os Governos Estadual e Federal para assegurar a programação de trabalho estabelecida. Realizaram-se então convênios para a dotação de recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros. A seguir, em fevereiro, com a contratação de técnicos da área de Economia Rural, iniciou-se a estruturação da área de planejamento da Empresa por meio da elaboração do programa operativo para 1976-77. Nesse planejamento já se considerou a necessidade de aquisição de uma área de terra para instalação de uma Estação Experimental para o Vale do Itajaí. Essa unidade seria a primeira Estação de Pesquisa criada e implantada pela Empasc – mais tarde reconhecida como o próprio Centro Estadual de Pesquisa da Empasc, se comparada às demais Estações – e que se somaria ao prometido acervo de Estações a ser doado pela Embrapa.

Em março de 1976 a promessa da Embrapa foi cumprida e a Empasc iniciou sua administração das ex-estações e campos experimentais da Embrapa em Santa Catarina. Por meio de comodato assumiu da Embrapa as Estações de Caçador, Videira, Lages, Chapecó e Urussanga; da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina a Unidade de Pesquisa Aplicada em Fruticultura, agora denominada Estação Experimental de São Joaquim, o Campo Experimental de Jaguaruna, da Diretoria Estadual do Ministério da Agricultura (Dema) e, em 1979, da Embrapa, o Posto Agropecuário de Campos Novos com vista a trabalhos de experimentação e produção de sementes de qualidade superior.

Sediada em Florianópolis, a Empasc, baseada na experiência da Rede Experimental Catarinense, estabeleceu a composição e distribuição das áreas de especialidades de cada estação, os grupos de apoio de pesquisa e os de administração. Para que todos os pesquisadores entendessem a nova empresa, foi dado a eles, em abril de 1976, um curso de 40 horas sobre a “Filosofia, Princípios e Objetivos da Embrapa/Empasc”. Ministraram o curso técnicos do Dema, da Acaresc, da Cepa, do Centro Agropecuário, da Empasc, da Embrapa, o governador Antônio Carlos Konder Reis e o secretário estadual da Agricultura Victor Fontana (Empasc Informa, 1977).

Já em 30 de setembro de 1976 a força de trabalho da Empasc era de 82 pesquisadores, dos quais 51 graduados, 25 mestres e 6 doutores. Havia também 81 administrativos, dos quais 4 graduados e 161 de apoio, num total de 324 empregados.

A Estação Experimental de Chapecó dispunha de 90,5ha para estudar milho, soja, feijão, trigo, sorgo e arroz de sequeiro, além da área do Campo Experimental de Campos Novos; a de Lages

tinha 180ha, dos quais 160 seriam permutados com a Prefeitura por 500 a 700ha para instalação dos ensaios que estudariam bovinocultura de corte e de leite; a de Itajaí, 120ha para estudos de arroz irrigado, mandioca, fruticultura de clima tropical (abacate, citros e abacaxi), olericultura (alho, batata, cebola e tomate); a de Urussanga, 57ha para estudar arroz irrigado, mandioca, soja, milho, feijão e sorgo, além da área do Campo Experimental de Jaguaruna; a de Caçador, 1.597ha para estudar ameixa, maçã, pêsego, frutíferas de clima temperado e silvicultura; a de Videira, 60ha para estudar ameixa, maçã, pêsego, frutíferas de clima temperado; e a de São Joaquim, 30ha para estudar ameixa, maçã, pêsego e frutíferas de clima temperado.

O ano de 1976 foi para a Empasc o da implantação efetiva de suas atividades. Em 1977, consolidou suas estruturas administrativa e funcional, época em que tinha o seguinte quadro de pessoal à sua disposição:

<b>Empresa</b>	<b>Pesquisa</b>	<b>Administração</b>	<b>Apoio</b>	<b>Total</b>	
Empasc					
	Diretoria	3		3	
	Outros	57	68	158	283
Embrapa	10	28	51	89	
Conv. Int.	2			2	
Secr. Agric.	1		4	5	
Min. Agric.			1	1	
Acaresc		1		1	

Entre os pesquisadores, 47% tinham pós-graduação e 5% estavam em curso. Em 1977 quatro pesquisadores voltaram de curso de mestrado e outros dois saíram para iniciar em 1978. Quatro pesquisadores fizeram viagem técnica, sendo dois para o Japão, um para Israel e outro para os Estados Unidos. Oito fizeram estágios em instituições nacionais e 16 participaram de congressos no Brasil e outros 28 participaram de eventos técnicos diversos. Em 1977 a Empasc publica 35 trabalhos técnico-científicos, fruto de trabalhos das Estações, e 18 são reeditados.

Para 1978 a principal expectativa era em três frentes: consolidar a pesquisa com gado bovino leiteiro da região do Vale do Itajaí, cumprir a primeira etapa do zoneamento agroclimático de Santa Catarina, e agilizar a divulgação dos resultados de pesquisas de suas unidades experimentais. Foi assim que, em julho de 1978, se publicou o Boletim nº 122 Empasc/Acaresc, coordenado por Osvaldo Carlos Rockenbach, representando a Empasc, e Rosalino Luiz Buffon, representando a Acaresc (Fig. 25). Esse Boletim foi elaborado por pesquisadores, extensionistas e produtores (Fig. 26) e tratava do sistema de produção de gado bovino de leite.



**Figura 25.** Sistema de produção para gado bovino leiteiro elaborado em conjunto por técnicos da Acaresc e da Empasc e por produtores em 1978

**PARTICIPANTES DO PROJETO**

1 - Airton S. Salerno	EMPASC	Itajaí
2 - Carlos Alberto S. Silveira	EMPASC	Lages
3 - Carlos Paulo Vetterle	EMPASC	Itajaí
4 - César Itapi Ramos	EMPASC	Lages
5 - César Nêra S. Duarte	EMPASC	Lages
6 - Dieter Brandes	EMPASC	Lages
7 - João Antonio L. de Sant'Anna	EMPASC	Lages
8 - Raulir Antônio S. Gonçalves	EMPASC	Florianópolis
9 - Sérgio João Sauerberg	EMPASC	Lages
10 - Sérgio José S. Moura	EMPASC	Florianópolis
11 - Sílvia Cristiano	EMPASC	Itajaí
12 - Sílvia Hillebrand	EMPASC	Presidente Getúlio
13 - Odonar S. Ornes	EMPASC	N. de S. C.
14 - César Daniel Gonçalves	EMPASC	Tubarão
15 - Gleuber Costa	EMPASC	Jaraguá do Sul
16 - Celso Paulo S. Passos	EMPASC	Citânia
17 - Joel V. de Almeida	EMPASC	Lages
18 - João Wilsen	EMPASC	N. de S. C.
19 - José Tadeu M. Barbosa	EMPASC	Lages
20 - Wilson Justo Catarina	EMPASC	Florianópolis
21 - Sebastião Assis Brasil	EMPASC	Santa Rosa
22 - Cláudio de A. Froel	EMPASC	N. de S. C.
23 - Gêllio Nêra	EMPASC	Lages
24 - João Antônio Cavalle	EMPASC	Florianópolis
25 - Wilson Sauerberg de S. C.	EMPASC	Florianópolis
26 - Eduardo Augusto	EMPASC	Presidente Getúlio
27 - João Tadeu	EMPASC	N. de S. C.
28 - Júlio César Ramos	EMPASC	Lages
29 - Wilson Sauerberg	EMPASC	Florianópolis
30 - Paulo Cipriani	EMPASC	Florianópolis
31 - Paul Roberto	EMPASC	Jaraguá do Sul
32 - Nelson Sauer	EMPASC	N. de S. C.
33 - Emerson Passano	EMPASC	N. de S. C.
34 - Cláudio L. da Silva	EMPASC	N. de S. C.
35 - Vladimir Costa	EMPASC	Florianópolis
36 - Wilson A. Souza	EMPASC	Lages

**COORDENADORES**

1 - Osvaldo Carlos Sauerberg	EMPASC/EMPASC	Florianópolis
2 - Osvaldo Luiz Sauerberg	EMPASC	Florianópolis

**Figura 26.** Lista de participantes na elaboração do sistema de produção de gado bovino lançado em julho de 1978

Em julho de 1978 diversos Boletins Técnicos já estavam disponibilizados aos agricultores de Santa Catarina, conforme a Figura 27.

Em 1977, segundo ano da Empresa, estavam instalados 15 projetos e 233 experimentos em 35 municípios para estudar arroz de sequeiro e irrigado, bovinos, cevada, feijão, frutíferas de clima temperado (ameixa, marmelo, pera e uva), frutíferas de clima tropical (abacate, café e citros), maçã, mandioca, milho, hortaliças, pêsego, soja, sorgo e trigo, entre outras atividades (Empasc, 1978).

Em 1980 a Empresa já tinha ampliado seu rol de produtos pesquisados, incluindo alpiste, colza, girassol, sorgo sacarino e beterraba açucareira (Empasc, 1981). Além disso, contava com o apoio de vários Centros Nacionais da Embrapa e de órgãos internacionais, na forma de convênios, como Irri (Filipinas), Ciat (Colômbia), Catie (Costa Rica), Cip (Peru), Jica (Japão) e GTZ (Alemanha) para apoiar, principalmente, os trabalhos

**Figura 27.** Boletins Técnicos disponibilizados aos agricultores catarinenses de novembro de 1974 a setembro de 1977

**BOLETINS JÁ PUBLICADOS**

1. Pacotes Tecnológicos para o Trigo e a Soja Circular nº 7 - Novembro de 1974
2. Sistemas de Produção para Maçã Circular nº 19 - Junho de 1975
3. Sistemas de Produção para Milho Circular nº 22 - Junho de 1975
4. Sistemas de Produção para Arroz Irrigado Circular nº 25 - Junho de 1975
5. Sistemas de Produção para Mandioca Circular nº 104 - Abril de 1976
6. Sistemas de Produção para o Feijão Boletim nº 61 - Dezembro de 1976
7. Sistemas de Produção para Milho (Revisão) Boletim nº 104 - Junho de 1977
8. Sistemas de Produção para Soja (Revisão) Boletim nº 95 - Julho de 1977
9. Sistemas de Produção para Arroz Irrigado (Revisão) Boletim nº 107 - Setembro de 1977.

desenvolvidos na Estação Experimental de Itajaí.

Em 1981 é inaugurada a Estação de Distribuição de Alevinos e de Pesquisa Pesqueira na Estação Experimental de Caçador, e são feitas melhorias em laboratórios daquela Estação. Em 1982 a Estação Experimental de Chapecó recebe novas instalações e a de Lages novas instalações laboratoriais. Em 1983 a Estação de Chapecó é transformada em Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP), cujos trabalhos consideram a propriedade como um todo com vista à compatibilização dos fatores técnicos, econômicos, sociais e políticos. Em 1984 é criada a Estação Experimental de Ituporanga para se ocupar, principalmente, com o cultivo da cebola. Nesse ano entra em funcionamento o Laboratório de Controle Biológico do CPPP.

Em 1986 foram inaugurados os laboratórios de Fitossanidade da Estação Experimental de São Joaquim e da Estação Experimental de Lages, a Unidade de Secagem de Sementes de Forrageiras e o Laboratório de Microbiologia de Solo; na Estação Experimental de Itajaí, a Unidade de Beneficiamento de Sementes e acontece, a ela, a incorporação do Herbário Barbosa Rodrigues de Itajaí e do Parque Botânico do Morro Baú de Ilhota; do Campo Experimental de Campos Novos, a Unidade de Beneficiamento de Milho; da Estação Experimental de Videira, a Cantina Modelo; da Estação Experimental de Ituporanga, as novas instalações. Segundo Petri (1996), no ano de 1986 a Empasc contava com o Parque Ecológico Cidades das Abelhas, em Florianópolis, e o Projeto Ibiraquera, em Imbituba.

Em 1988 o Campo Experimental de Campos Novos foi transformado na Estação Experimental de Campos Novos. Nesse ano a Empasc assume a condução dos trabalhos das Estações de Avisos Fitossanitários de São Joaquim e Fraiburgo, anteriormente de responsabilidade do Ministério da Agricultura, e a responsabilidade administrativa do Campo Experimental de Piscicultura de Camboriú (CEPC) por meio de convênio firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina/Colégio Agrícola Camboriú, no município de Camboriú, a Acaresc e a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc). Em 1989 foi criada a Estação Experimental do Planalto Norte, no município de Canoinhas, em área da Embrapa, e inauguradas as novas instalações da Estação Experimental de Campos novos.

A Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária durou 15 anos (1975-91). No final desse período, seu brilho tinha sido embaciado e sua eficácia castigada pela fusão das empresas ligadas à Secretaria de Estado da Agricultura por meio do Decreto nº 1.080 de 20/11/1991, que criou a Epagri. Em 1990 a Empasc dispunha de 810 empregados, dos quais 205 eram pesquisadores (77% com mestrado ou doutorado) e 605 para suporte à pesquisa. Tinha, também, 223 projetos de pesquisa em 47 produtos e 10 bem montadas Estações Experimentais (Kurtz, 2005; Ichikawa 1999).



## Os bastidores da criação da Empasc e seu primeiro presidente

Em entrevista concedida ao autor no dia 5 de setembro de 2011, José Oscar Kurtz conta, entre muitas outras coisas interessantes, a respeito de sua ascensão a tão importantes cargos públicos. Ele, mesmo tendo sido concebido em Caçador, nasceu em Porto Alegre por, segundo ele mesmo, conveniência de parto, em 17 de abril de 1938. Graduiu-se em Agronomia no mês de dezembro de 1960, aos 22 anos. Em 1961 foi avaliador do Banco do Brasil e executou trabalhos de topografia em Caçador. Em 2 de março de 1962 passa a trabalhar na Estação Experimental do Rio Caçador, em Caçador, pertencente ao Ministério da Agricultura e ligada à Rede do Instituto de Pesquisa Agropecuária do Sul (Ipeas), sediado em Pelotas, RS. O chefe da Estação, na época, era o paraibano Tasso de Miranda. Tinha para comandar apenas dois pesquisadores.

Em março de 1962, Tasso entra em licença-prêmio. Elcias Machado Lima, que trabalhava no Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura em Florianópolis, transfere-se para Caçador e assume a chefia da Estação. Consegue três técnicos para o serviço de pesquisa naquele município. Elcias deixa o cargo em 1964 para tomar posse da chefia do Serviço Federal de Promoção Agropecuária no Estado do Rio de Janeiro. A Estação de Caçador fica acéfala. Kurtz diz a seu pai, prefeito de Caçador (1959-65) pela União Democrática Nacional (UDN), que aquela chefia está vaga. Kurtz pai já fora prefeito do município no período de 1947 a 1951, quando a UDN só elegera cinco prefeitos no Estado. Kurtz sênior fora um deles. O pai lhe interroga se deseja ser o chefe da Estação. José Oscar lhe responde que, além de ser muito novo, em idade e em tempo de serviço, não poderia por não estar efetivado no Ministério da Agricultura. O experiente Kurtz pai lhe diz que não há idade para ser chefe e a respeito de efetivação dar-se-ia um jeito.

O velho Kurtz contata o então Senador Daniel Krueger, seu amigo udenista e companheiro revolucionário de 1930-32, advogado, promotor público de Santo Antônio da Patrulha e de Porto Alegre, RS, deputado estadual pelo Rio Grande do Sul para a legislatura de 1947-51 e três vezes seguidas senador da República (1955-78). Marcam encontro na Granja do Lamim, na capital gaúcha. Lá, o senador interroga o Zé a respeito do que deseja e fica sabendo da vacância da chefia da Estação e da capacidade do filho do amigo para ocupá-la, exceto pela falta de efetivação no emprego. O Senador pede ao Kurtz filho que escreva, em um papel qualquer, o texto mais ou menos assim: “*Excelentíssimo Sr. Hugo de Almeida Lemes* (Hugo era engenheiro-agrônomo e foi

Ministro da Agricultura de Castelo Branco de 16/6/1964 a 19/11/1965), *de acordo com os Senadores Irineu Bornhausen (UDN) e Celso Ramos (PSD), de Santa Catarina, estou lhe recomendando o engenheiro-agrônomo, seu colega, José Oscar Kurtz, jovem (26 anos) de grande valor e saber, para a chefia da Estação de Rio Caçador, pertencente ao seu Ministério. Agradeço as providências. Assinado, Daniel Krieger.* Kurtz, com aquele bilhete nas mãos, não sabe o que fazer. O Senador diz, então, a Kurtz filho, que aquele é o texto do telegrama que ele deverá enviar ao Ministro. Telegrama enviado, chefia confirmada. Kurtz assume a chefia (janeiro de 1965 a janeiro de 1975).

Como chefe, Kurtz prima pela divulgação e venda do trabalho e dos resultados da pesquisa de sua Estação. Seus subordinados doravante deverão enviar-lhe os resultados anuais da experimentação e o planejamento para o ano seguinte. Esses dados, Kurtz os envia anualmente para todos os políticos do Estado, Ministros e Diretores dos órgãos públicos ligados à agricultura. Fica, por isso, conhecido de todos os destinatários de seus relatórios.

Antes disso, porém, durante o período em que Cleofas de Oliveira assumiu o Ministério da Agricultura (1951-56) foi seu chefe de gabinete o também jovem deputado estadual catarinense Antônio Carlos Konder Reis. Lá, Konder Reis conheceu o engenheiro-agrônomo José Irineu Cabral, responsável pelas publicações técnicas daquele Ministério. Irineu, mais tarde, assume a primeira presidência da Embrapa, criada em dezembro de 1972. Quando Konder Reis, que também conhecia os relatórios de Kurtz, se elege Governador de Santa Catarina para o período de 15/3/1975 a 15/3/1979, pede ao seu amigo Irineu uma Unidade Estadual de Pesquisa Agropecuária ligada à Embrapa para Santa Catarina e indica o nome de Kurtz para representante daquela Estatal e para presidente da empresa estadual a ser criada. Irineu concorda de imediato com o governador. Kurtz é designado representante da Embrapa em Santa Catarina pela Deliberação 099/12/74, baixada pela diretoria da Estatal em 18/12/1974. Kurtz, que acreditava na vantagem do continuísmo administrativo, assume a representação da Embrapa para Santa Catarina, implanta a Empasc e a dirige por 12 frutíferos anos. É conveniente que se diga que nesse período todos os quatro governadores de Santa Catarina eram ligados à UDN.

Kurtz perde a presidência da Empasc em 17 de março de 1987 com a posse do governador do PMDB, Pedro Ivo Campos, e volta a dirigir uma estatal no Governo Vilson Pedro Kleinübing. O vice-governador, Antônio Carlos Konder Reis, entrega ao amigo a presidência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) em 29/1/1992. Já em 17 de julho do mesmo ano o exonera por desentendimentos entre ambos. A respeito dessa exoneração tem-se para contar um dos gestos mais elegantes que um homem público poderia ter; e não poderia vir de outro que não fosse do itajaiense Antônio Carlos Konder Reis, cujo nome dispensa apresentação. Deu-se, segundo o site <http://www.fecoagro.coop.br/detalheNoticia.php?idRegistro=520>, por ocasião da comemoração da passagem dos 30 anos da instalação da Empasc, em outubro de 2005, e no lugar

máximo em representatividade cívica: a Assembleia Legislativa do Estado Catarinense. Durante a cerimônia todos os oradores destacaram os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores da extinta Empasc e da atual Epagri na área de pesquisa agropecuária. José Oscar Kurtz foi especialmente homenageado por sua atuação como presidente da Empasc. Quando coube a Konder Reis falar, ele discorreu a respeito da história da pesquisa agropecuária catarinense e, nesse momento, o criador da Empasc extravasou sua elegância, num gesto que poucos podem fazer, já que é preciso ser grandioso e humilde ao mesmo tempo para executá-lo.

Ao relatar que foi ele quem trouxe José Oscar Kurtz da chefia da Estação Experimental de Caçador para presidir a Empasc, e que também foi ele o autor, que segundo seu próprio relato, da maior injustiça que um homem público pode cometer durante o exercício da função. Confessou que quando vice-governador de Vilson Pedro Kleinübing, num ato de excessivo capricho político, pediu a demissão de José Oscar Kurtz da presidência da Fatma. Manifestou-se amargurado e arrependido pela providência adotada e destacou a honradez e defesa de princípios de Kurtz, que não concordou com a proposta de ação política dentro de uma atividade técnica. Konder Reis pediu excusas a Kurtz diante dos presentes e das câmeras de TV ao vivo, provocando momentos de emoção nas pessoas que ouviam atentamente a fala do ex-governador. Ao final da cerimônia, José Kurtz saiu da mesa dos homenageados e foi ao encontro de Konder Reis para aceitar o pedido de desculpas. Ficou, assim, muito claro aos presentes que a interferência político-partidária na ciência só é válida e permitida quando a beneficia e traz resultados positivos à sociedade que a patrocina.



## EEI e a fusão das empresas da Secretaria de Estado da Agricultura

No início da década de 1990 respinga no Brasil a política dos países nitidamente capitalistas nascida no final da década de 1980; na Inglaterra com Margareth Thatcher e nos Estados Unidos com Ronald Reagan. Tal política era a de gestão econômica neoliberal, que primava pelo desmonte do setor público e o deslocamento dos conflitos econômicos para a esfera do mercado. O Brasil, entre os países em desenvolvimento, mas endividado, é atingido por essa política de ajuste interno imposta por países poderosos.

Fernando Collor de Mello, presidente (1990-92), submete-se, então, aos programas neoliberais. Tal política consistia na redução do tamanho do Estado, na desregulamentação do mercado, nas privatizações, no enxugamento da máquina pública, entre outras medidas do discurso neoliberal. Extinguiram-se o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e até o Ministério de Ciências e Tecnologia (Ichikawa & Santos, 1999). Segundo Olinger (1998), a falta de repasse de recursos federais à Acaresc pelo desaparecimento da Embrater acarretou grande ônus financeiro ao Estado catarinense.

Em 1991 tomam posse do governo catarinense Wilson Pedro Kleinübing e Antônio Carlos Konder Reis, governador e vice respectivamente. Baseados em seu plano SIM – **S**aúde, **I**nstrução e **M**oradia – de governo, elaborado por um grupo de *iluminados*, procedem à reforma do setor público agrícola em atenção aos apelos neoliberais do Governo Federal (Franco, 1996; Olinger, 1996) e da própria Constituição Federal de 1988. A Carta Magna institucionalizou a descentralização administrativa e redistribuiu competências e recursos entre União, Estados e Municípios. O argumento era atender as necessidades locais da população e disciplinar o destino dos recursos públicos. Isso deveria ser feito por meio da municipalização dos serviços de saúde, educação e agricultura, entre outros.

Para unificar as empresas estaduais da agricultura foi contratado o empresário Lóris João Basso (Diretor Geral da Seara Industrial S/A - Seara/SC), que recebeu o título de diretor-presidente da Empasc e Secretário Executivo da Acaresc e da Acarpesc. A reforma que mais chamou a atenção dos usuários desse setor foi a fusão, numa só instituição, dos serviços de pesquisa (Empasc), extensão rural (Emater/Acaresc), extensão pesqueira (Acarpesc) e de fomento apícola (Iasc). A

nova empresa, depois de ter sido batizada oficiosamente por Ipagri, recebeu o nome oficial de Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina (Epagri). Incorporou, também, a municipalização dos serviços da agricultura em Santa Catarina e provocou, assim, a extinção das empresas fundidas. Segundo Epagri (1993), a municipalização dos serviços das ex-empresas permitiria dar às prefeituras maior apoio da Empresa para efetuar um desenvolvimento mais adequado e participativo do meio rural.

O fecho da fusão se deu com a incorporação à Epagri de todas as atividades do Icepa/SC. Nesta mesma ocasião, a assembleia de acionistas aprovou a transformação da Epagri em empresa pública (Epagri, 1992). Quando criada, em 2 de outubro de 1975, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC) tinha por responsabilidade a execução do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola (SNPA), instituído na década de 1970, que era de responsabilidade da Secretaria de Estado da Agricultura. A comissão era constituída de uma equipe multi-institucional de técnicos, os quais passaram a trabalhar em conjunto. O convênio foi assinado pela Secretaria da Agricultura e pelo Ministério da Agricultura, tendo como intervenientes a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), a Supervisão do Sistema de Planejamento e Orçamento (SSPO) e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc). Com a implantação do sistema, a Cepa/SC se inseriu no contexto, estabelecendo-se nacionalmente como de grande importância no planejamento do setor público agrícola. Em função disso, ampliou sua responsabilidade, redefiniu sua área de atuação e expandiu seus serviços.

Em 1982, foi transformado no Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (Instituto Cepa/SC). Passou a elaborar o planejamento do setor público agrícola e a atuar como fonte de informações agropecuárias para o setor. Entre suas funções está o desenvolvimento de trabalhos, estudos, pesquisas e projetos relacionados com as áreas econômica, social, tecnológica, científica e organizacional com vista ao desenvolvimento agrícola, pesqueiro e florestal. Essas funções foram oficializadas em 1992 pela Lei Agrícola nº 8.676, (17/6/1992), com base nos artigos 174 da Constituição Federal e 144 da Constituição Estadual. Essas Leis propunham análises e estudos sobre a produção e a transformação dos setores agropecuário, pesqueiro e florestal e sua respectiva comercialização, o monitoramento de safras, mercados, índices de preços e estatísticas agrícolas, preços de insumos e fatores dos principais produtos junto a produtores e atacadistas, além da oferta, demanda e capacidade de estocagem dos produtos agropecuários.

Segundo o plano *SIM*, os trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural visariam, por meio da gestão racional dos recursos, ao incremento da produção e da produtividade e, em consequência, à melhoria da qualidade de vida das populações rurais. Para que isto acontecesse, a extensão rural deveria ajustar-se a uma nova mentalidade de ação, integrando-se à pesquisa e aos serviços de fomentos públicos e privados para, somando esforços, melhor servir as famílias rurais. A pesquisa,

a ciência e a tecnologia deveriam ser regidas pelas condições biossocioeconômicas reinantes em 90% das propriedades rurais do Estado. Assim, a geração e a adaptação de tecnologias agrícolas deveriam ser adequadas à pequena propriedade familiar de modo a permitir a intensificação e a racionalização do uso do fator terra, otimizar o rendimento do fator mão de obra, e ser compatíveis com o ambiente de sua utilização.

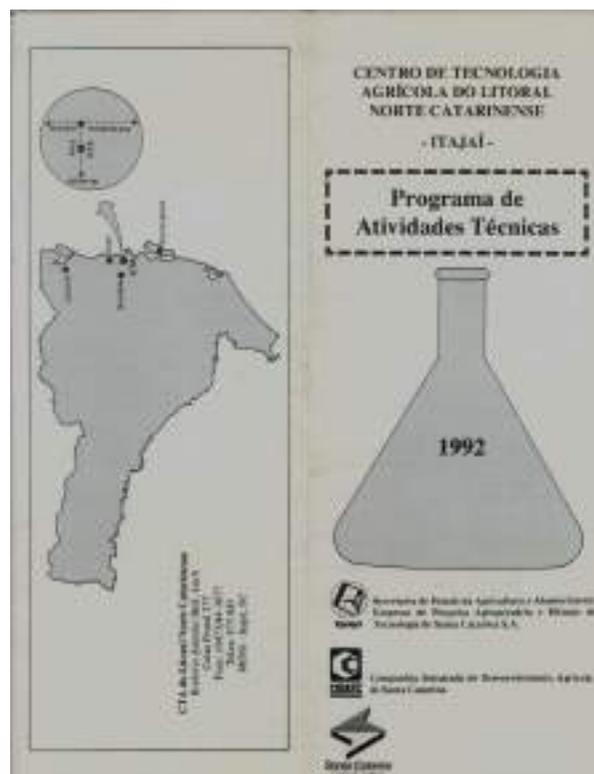
Em junho de 1990 as empresas fundidas empregavam 4.054 funcionários, dos quais quase metade eram engenheiros-agrônomo, médicos-veterinários, técnicos agrícolas, entre outros técnicos. O governador os considerava altamente qualificados e entre os melhores do Brasil. Por outro lado, achava que não estavam sendo devidamente explorados. Assim, para a implantação das atividades e dos programas propostos, ajustes na estrutura da Secretaria da Agricultura e de suas empresas vinculadas se faziam necessários. Era preciso adequá-las às exigências de então referentes a descentralização e modernização do serviço público, de tal forma que se obtivesse maior eficiência e eficácia de sua atuação (Kleinübing & Konder Reis, 1990).

Quando houve a extinção da Empasc, Santa Catarina já se constituía em um dos seis primeiros estados brasileiros produtores de alimentos. Apresentava altos índices de produtividade na agricultura graças ao emprego de tecnologia de ponta e ao caráter familiar de mais de 90% das suas 203 mil explorações agrícolas. O setor agrícola representava 17,4% e o *agribusiness* mais de 40% do PIB estadual. Havia mais de 3 mil estabelecimentos de indústrias agrícolas e agroalimentares que respondiam por 19% da renda do Estado e empregavam 35 mil pessoas. Santa Catarina era o primeiro produtor nacional de maçã, alho, mel e suínos, além de importante produtor nacional de aves, fumo, arroz, banana, batata, feijão e milho (Icepa, 1998; Ichirawa & Santos, 1999). Santa Catarina se pôs nessa posição de destaque por meio da geração e da adaptação de tecnologia agropecuária realizada no Estado pela Empasc (Ichikawa & Santos, 1999) e pela Acaresc.

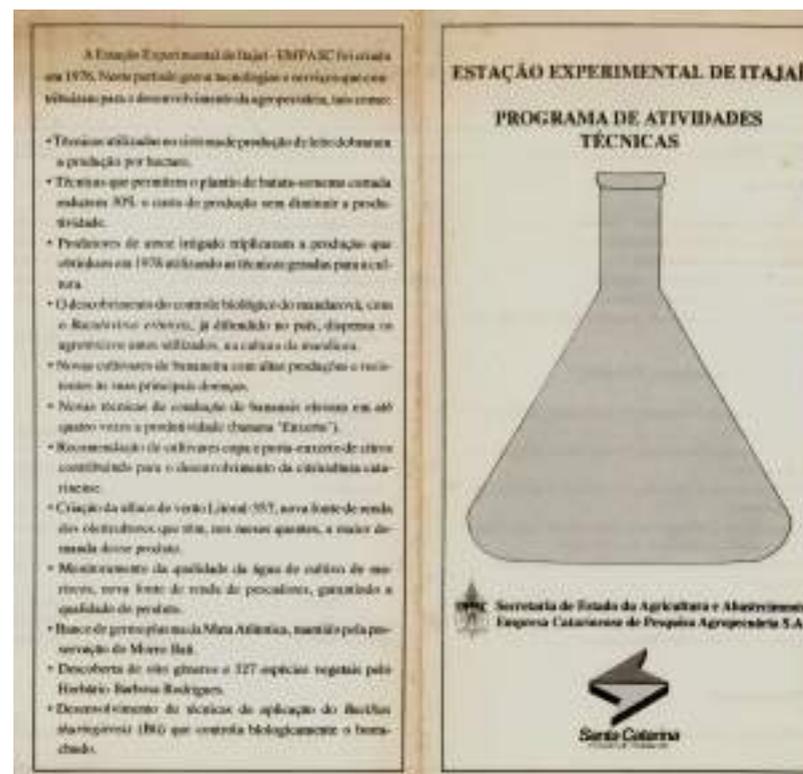
A Epagri, com sede em Florianópolis, no momento da sua criação constituiu-se numa sociedade de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Foi constituída em 20 de novembro de 1991 pelo Decreto nº 1.080, nos termos do artigo 99 da Lei Estadual nº 8.245, de 18 de abril de 1991 (Torres, 1993). Com a criação da Epagri, no tocante à parte financeira o Estado teve um acréscimo cerca de 25% na folha salarial da ex-Acaresc. A Acaresc tinha a prerrogativa de isenção do recolhimento de encargos trabalhistas e sociais e ainda de impostos municipais, estaduais e federais, por ser uma instituição de direito privado de utilidade pública sem fins lucrativos (Deeke, 1996). Em 1995 o governo de Paulo Afonso muda o nome da Epagri para Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, que passa a deter o comando técnico e administrativo das equipes e suas respectivas atividades de extensão rural nos municípios (Cunha, 1998).

Ainda em função da referida fusão dessas empresas, em setembro de 1991 foram criados os Centros de Tecnologia Agrícola (CTA) da Epagri. Foram sediados em Estações Experimentais, Centros de Treinamentos, Campos Experimentais e até onde não havia nem um e nem outro, como em Joinville.

A EEI sediou, de setembro de 1991 a maio de 1993, o CTA do Litoral Norte Catarinense, quando foi criado o CTA de Joinville com essa denominação. A partir daí a EEI passou a sediar o CTA do Baixo Vale do Itajaí, até janeiro de 1995, quando os CTAs foram substituídos por Gerências Regionais. Por ocasião do primeiro aniversário da instalação do CTA Litoral Norte na EEI, seu Gerente Técnico criou intensa programação para comemorar o feito. Utilizou para isso a semana de 14 a 18 de setembro de 1992 (Fig. 28 e 29).



**Figura 28.** Fôlder da programação comemorativa do segundo aniversário da instalação do CTA na EEI



**Figura 29.** Programa para comemorar o segundo aniversário da instalação do CTA na EEI

Durante a vigência do CTA Baixo Vale do Itajaí foi criado um programa de grande repercussão na sociedade local, notadamente entre os escolares e entre seus pais e professores. O programa foi denominado de *Programa para a Formação da Sociedade do Futuro* (Fig. 30). Semanalmente, alunos e professores de cada colégio de Itajaí eram recebidos na EEI, onde, acompanhados por um guia, visitavam todas as instalações internas e externas da Estação. O programa, não daquela maneira formal, ainda existe.

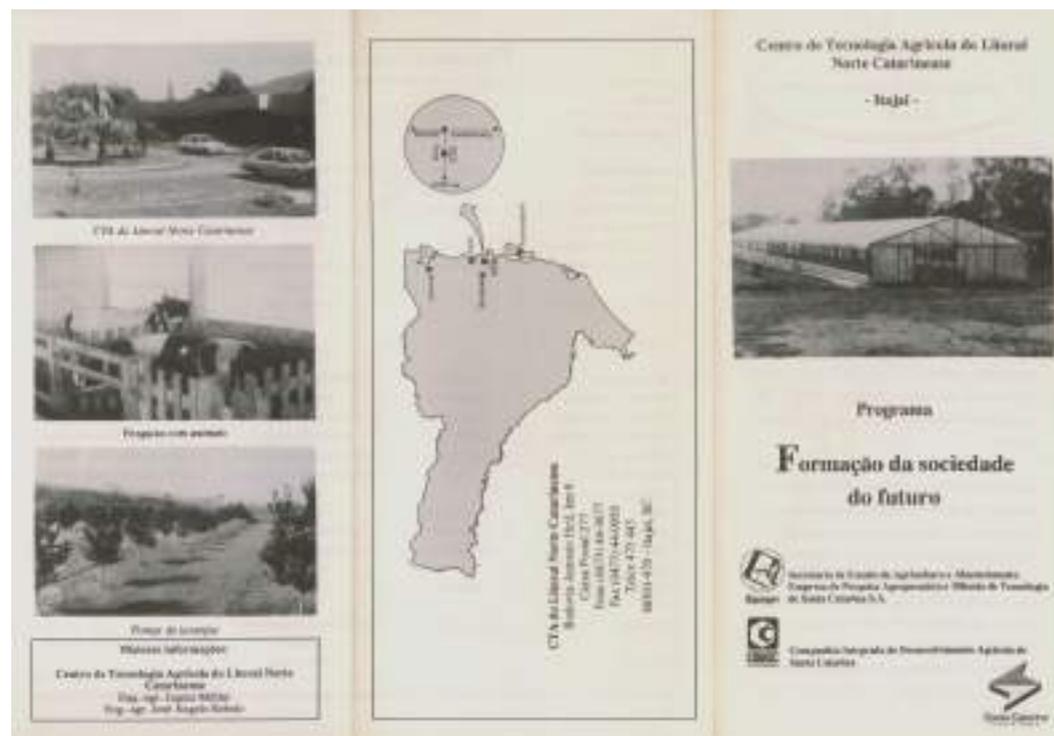


Figura 30. Programa de visitação de escolares à EEI

Centro de Tecnologia Agrícola (CTA)	Município/local da sede
<b>Alto Vale do Rio do Peixe</b>	Caçador/Estação Experimental de Caçador
- Estação Experimental de Caçador	
- Centro de Treinamento de Videira	
<b>Meio-Oeste</b>	
- Campo Experimental de Campos Novos	Campos Novos/Campo Experimental de Campos Novos
<b>Planalto Norte Catarinense</b>	Canoinhas/Estação Experimental de Canoinhas
<b>Oeste Catarinense</b>	Chapecó/ Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades
- Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades	
- Centro de treinamento de Chapecó	
- Centro de treinamento de São Miguel do Oeste	
- Centro de treinamento de Concórdia	

<b>CTA do Litoral Centro Catarinense</b>	Florianópolis/Centro de Treinamento
- Centro de treinamento de Florianópolis	
- Uni.de Pesq. e Assist. Técn. Apícola de Florianópolis	
<b>CTA do Litoral Norte Catarinense (9/1991 a 5/199393)</b>	Itajaí/Estação Experimental de Itajaí
<b>CTA do Baixo Vale do Itajaí (5/1993 a 1/1995)</b>	Itajaí/Estação Experimental de Itajaí
- Estação Experimental de Itajaí	
- Centro de treinamento de Itajaí	
- Herbário Barbosa Rodrigues de Itajaí	
- Campo Experimental de Piscicultura de Camboriú	
<b>CTA do Alto Vale do Itajaí</b>	Ituporanga/Estação Experimental de Ituporanga
- Estação Experimental de Ituporanga	
- Centro de Treinamento de Ituporanga	
<b>CTA do Planalto Norte Catarinense</b>	Lages/Estação Experimental de Lages
- Estação Experimental de Lages	
- Centro de treinamento de Lages	
<b>CTA do Sul Catarinense</b>	Urussanga/Estação Experimental de Urussanga
- Campo experimental de agricultura de Jaguaruna	
- Centro de Treinamento de Araranguá	
<b>CTA do Litoral Norte Catarinense (5/1993 a 1/1995)</b>	Joinville

Fonte: Torres (1996) e Eli Maria Duarte, Analista de Recursos Humanos, Epagri (8/8/2011)

As Estações Experimentais de Videira e de São Joaquim não sediaram CTAs. Ficaram ligadas aos Centros de Caçador e de Lages respectivamente. Inicialmente não haveria CTA em Campos Novos. O Campo Experimental, mais tarde Estação, ficaria ligado ao CTA de Chapecó ou ao de Lages. Os CTAs do Alto Uruguai e Alto Irani (Concórdia) e do Litoral Centro Catarinense (Florianópolis) não fizeram pesquisa agrícola por não terem estrutura para tal.

Os CTAs foram administrados por um gerente geral. Subordinados a este estavam os

gerentes técnico (o chefe da Estação) e administrativo, além de um representante do secretário da Agricultura, alcunhado de Ouvidor. Na EEI o Gerente Técnico Juarez José Vanni Müller manteve a figura do Supervisor Técnico, representada pelo por este autor e pesquisador.

O gerente técnico tinha sob sua responsabilidade duas equipes distintas de trabalho. Uma era a de geração de tecnologia, composta por pesquisadores, e a outra era responsável pela atividade de difusão de tecnologia. As unidades de apoio subordinadas aos CTAs, como era o caso das Estações Experimentais, contavam com um administrador que se envolvia com a área administrativa e também com a técnica. Esses CTAs duraram até 1993, quando foram substituídos por Gerências Regionais. Diz-se que a fusão e a forma de atuar da Epagri causam desconforto ainda hoje nos profissionais egressos das Empresas desaparecidas.

Segundo Deeke (1986), a modernização do setor público agrícola de Santa Catarina pretendida pelo plano *SIM* do Governador Kleinübing ficou prejudicada. Com a fusão das empresas desse setor ocorreram perdas para os agricultores catarinenses, expressas por diversos prefeitos e outras lideranças municipais e pelos próprios agricultores aos quais se pretendia satisfazer. O insucesso do plano é creditado a equívocos conceituais e estratégicos cometidos durante a elaboração do Programa de Governo para o setor primário catarinense em 1990-91.



## EEI e a Gerência Regional

A maioria das Gerências Regionais que substituíram os CTAs teve por sede as Estações Experimentais. A EEI sedia uma delas. Cada gerência, de um modo geral, é composta por equipes de supervisão e apoio aos extensionistas rurais alocados nos municípios, chefe de Estação Experimental, administrador do Centro de Treinamento, responsável administrativo, responsável pela Economia Doméstica e o gerente administrativo, cada um com seu respectivo estafe.

A tentativa de integração da extensão rural com a pesquisa por meio da gestão de projetos (equipes multidisciplinares), dos planos municipais de desenvolvimento, dos estudos básicos regionais e dos projetos institucionais prioritários com vista ao desenvolvimento sustentável e ao número de pessoas circulantes, tais como treinandos, visitantes e excessivas chamadas telefônicas tornaram o ambiente demais tumultuado e concorrido. A Estação Experimental deixou de ser lugar adequado para o grupo de pesquisadores que têm, por isso, grande dificuldade para concentrar-se e produzir.



## Estação Experimental de Itajaí e a sua localização

**Polo irradiador de tecnologia agrícola para o Litoral Catarinense e Vale do Itajaí** – A necessidade de uma Estação de Pesquisa no litoral catarinense se revelou bem antes da instalação no Estado da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc), que ocorreu em 29 de outubro de 1975.

Segundo Sylvio Ferraz de Araújo, a falta de um sistema de produção com base científica para o arroz levou muitos agricultores à dificuldade de saldar seus compromissos com a carteira agrícola do Banco do Brasil. Os financiamentos para essa lavoura, e outras, eram feitos diretamente aos agricultores sem a intermediação de um agente técnico responsável pela assistência técnica. Os insumos necessários eram sugeridos pelas casas agropecuárias, que recebiam do Banco o pagamento pelo que vendiam aos agricultores. Vendiam o que queriam. Como as colheitas eram inferiores às prometidas por essas vendedoras de insumos, os agricultores ficavam a dever seus empréstimos e impossibilitados de receber outros enquanto devedores.

Francisco Hoeltgebaum, representante do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, solicita, em 1957, ao chefe do Posto Agropecuário de Indaial, Geraldo Guimarães, que localize uma área na região para se instalar uma Estação de Pesquisa para estudos com arroz. Guimarães sugeriu a área existente no entorno da atual fábrica da Bunge, em Gaspar. No entanto, em função de seu alto valor, a ideia de uma Estação de Pesquisa em arroz foi prorrogada para momentos de maior disponibilidade de recursos.

Para libertar os agricultores das mãos de vendedores de insumos foi criado, ainda em 1958, o crédito rural supervisionado, não pelo Banco do Brasil, mas pelo Banco Inco. A supervisão caberia aos extensionistas da recém-criada Associação de Crédito e Assistência Técnica do Estado de Santa Catarina, a Acaresc. Nesse processo, o técnico dessa Associação visitava a propriedade do agricultor interessado em financiar sua lavoura para estabelecer sua capacidade de pagamento. Era feito, então, um levantamento dos bens móveis e imóveis e da qualidade da área em que a lavoura seria cultivada. Após isso, um projeto de financiamento era feito e entregue ao Banco. Depois da liberação dos recursos para o agricultor, iniciava-se a supervisão da aplicação dos recursos e das técnicas recomendadas, baseadas em experiências próprias e alheias. Coube a Sylvio elaborar o primeiro Projeto de Crédito Supervisionado em Santa Catarina. Tal fato se deu em Indaial, na

Comunidade de Warnow e para o agricultor Inácio Maiolla.

O movimento para a instalação da Estação Litorânea renasce em 1967. Segundo José Oscar Kurtz, técnicos e dirigentes do Ministério da Agricultura em Santa Catarina tinham mesmo consciência da necessidade de uma Estação Experimental no litoral catarinense, agora para estudos dos principais cultivos da região. A existente Estação de Urussanga era de pé de serra, ou seja, localizada em meia encosta e, por isso, não se prestava para estudos com arroz, por exemplo, nem dispunha de área para tal. Foi assim que o Diretor do Ipeas de então estabeleceu uma comissão para o levantamento de uma área para locar a tal Estação Litorânea. Cogitaram para isso uma área nas proximidades da atual fábrica da Bunge, em Gaspar. Depois de visitada, constatou-se que era perigosamente sujeita a enchentes. Por isso, e por falta de recursos, a ideia foi esquecida, ou prorrogada, por quase 10 anos.

Em 1974, Antônio Carlos Konder Reis é eleito governador de Santa Catarina e pleiteia ao Ministério da Agricultura, por meio da Embrapa, criada dois anos antes, uma empresa de pesquisa agropecuária para o seu Estado (vide capítulo *Os bastidores da criação da Epagri e seu primeiro presidente*). José Oscar Kurtz, que era o representante da Embrapa em Santa Catarina, designado

que fora pela Deliberação 099 de 12/74, baixada pela diretoria em 18/12/1974 e posterior Presidente da Empasc, informa por meio de sua Instrução de Serviço (IS) nº 006/75, de 24 de janeiro de 1975, que a EEI seria criada para estudar arroz, cana-de-açúcar, forrageiras, fruticultura tropical e mandioca. Nessa IS, Kurtz designa o pesquisador da Embrapa a serviço da Empasc, engenheiro-agrônomo João Afonso Zanini Neto, para coordenar os trabalhos de elaboração de documentos para instalação de uma Unidade Executiva de Pesquisa de Âmbito Estadual (Uepae) na região do Vale do Itajaí (Fig.31).

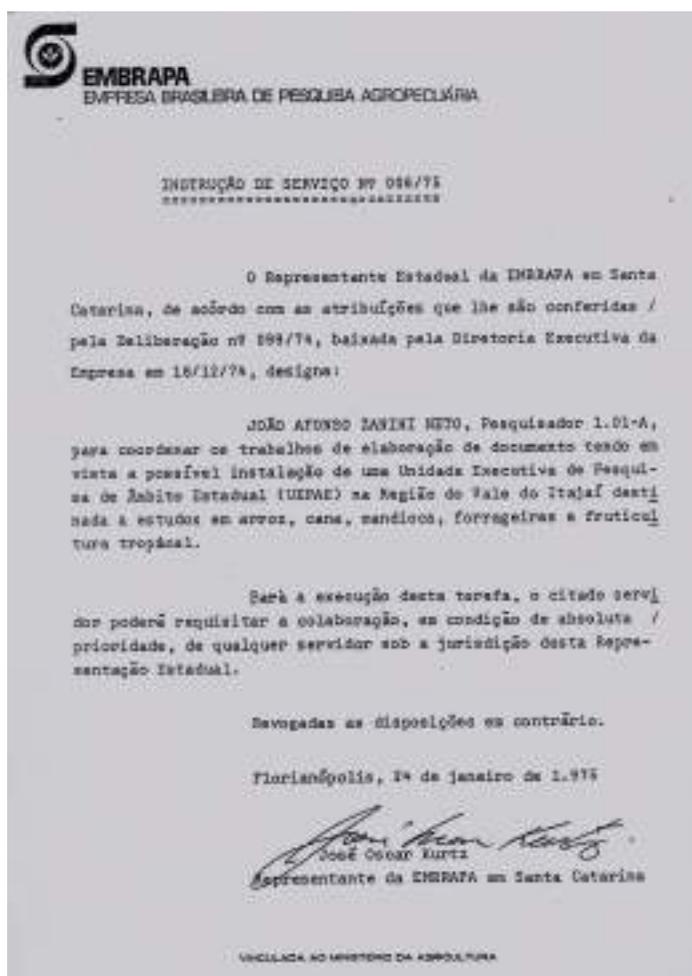
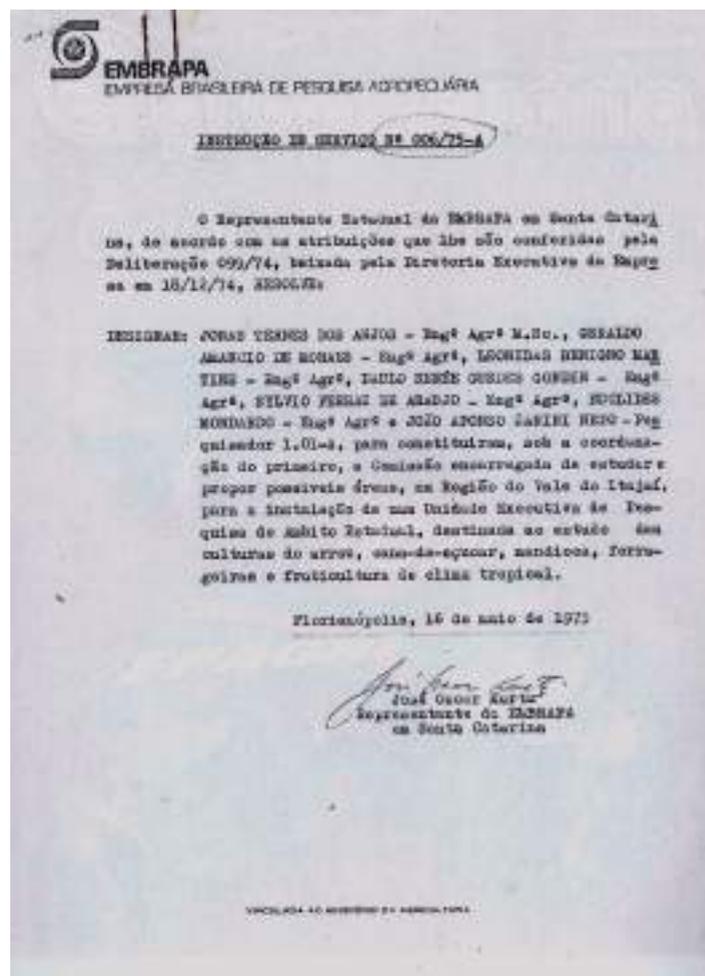


Figura 31. Instrução de Serviço para elaboração de documentos para a instalação de uma Estação Experimental no Litoral de Santa Catarina



**Figura 32.** Instrução de Serviço para escolha de área e local para a instalação de uma Estação Experimental no Litoral de Santa Catarina

A IS nº 006/75-A, de 16/5/1975 (Fig. 32), do mesmo representante da Embrapa, ratifica tais objetivos e designa os engenheiros-agrônomos Jonas Ternes dos Anjos, Leônidas Benigno Martins, Paulo Renée Guedes Gondin, Sylvio Ferraz de Araújo, Euclides Mondardo e João Afonso Zanini Neto para constituir, sob a coordenação do primeiro, a Comissão encarregada de estudar e propor possíveis áreas, na Região do Vale do Itajaí, para a instalação de uma Uepae destinada ao estudo das culturas supracitadas.

Para a escolha da área dever-se-ia privilegiar locais propícios ao cultivo de arroz (solo do tipo Brusque), mandioca e fruticultura, e em município onde fosse agradável morar para evitar evasão dos contratados. Segundo Moraes et al. (1975), em reunião realizada em Florianópolis no dia 23 de maio de 1975, foram definidos esses critérios para a seleção da área que deveria estar entre os polos geoeconômicos

de Florianópolis, Joinville, Blumenau e Brusque e com base na importância das culturas de arroz e cana-de-açúcar. Tal importância estava demonstrada pelo fato de, no litoral norte, onde, em relevo ondulado, ocorriam solos Orleães, e nas baixadas os solos Tubarão, Massaranduba e Pirabeiraba, além de predominarem, com 15.757ha e 4.170ha, as culturas de arroz e cana-de-açúcar respectivamente. Tais áreas representavam, nesta ordem, 64,9% e 16% da área com essas lavouras no Estado. Nessa reunião deliberou-se, ainda, que áreas com solo Massaranduba seriam desejadas à instalação da Estação Litorânea, **desde que se excluíssem as partes baixas, de difícil drenagem e sujeitas a enchentes.**

Até 1976, ano marco da instalação da EEI, as atividades agrícolas de maior importância no Litoral de Santa Catarina e Vale do Itajaí estavam voltadas para a produção de arroz, mandioca e cana-de-açúcar, esta, principalmente pela criação do Programa Nacional de Álcool (1975). Os trabalhos de pesquisa em arroz, além de mandioca, milho, soja e feijão ficavam sob a responsabilidade da Estação Experimental de Urussanga (EEU), localizada em Urussanga, no sul do Estado. Segundo

Zimmermann e Coppola (1976), para executar o trabalho nesses produtos a EEU apresentava limitações físicas, tais como solo inadequado para o cultivo de arroz, excentricidade em relação ao eixo litorâneo e ao Vale do Itajaí, falta de apoio logístico para abrigar uma equipe técnica suficiente para os estudos necessários, e exigência de constantes deslocamentos dos técnicos de sua base física para a região do litoral norte e outras. Ademais, as regiões Litorânea e Vale do Itajaí estão em solos e climas favoráveis à produção de hortaliças, frutas de clima tropical, cana-de-açúcar e forrageiras.

Com bases nestas premissas, pesquisadores da área agrícola havia muito, como se viu na introdução deste capítulo, reivindicavam por uma Estação Experimental situada em local mais propício que o da EEU para atender satisfatoriamente as atividades de pesquisa voltadas para os cultivos agrícolas atuais e futuros de todo o Litoral e o Vale do Itajaí. Entendiam por local mais propício uma base física que tivesse área suficiente e adequada para o cultivo de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, frutíferas de clima tropical, forrageiras, bovino leiteiro e de outras que se mostrassem necessárias por meio de diagnósticos de prioridades. Para execução dos trabalhos citados e outros, em 2 de fevereiro de 1976 a Empasc já possuía 11 técnicos em agronomia e mantinha os entendimentos necessários para contratar mais seis, pois para o referido ano o quadro previsto para a EEI seria de 17 pesquisadores. Os autores vaticinaram que a EEI irradiaria para todo o Litoral e o Vale do Itajaí os conhecimentos gerados e adaptados para as culturas citadas e outras, e ainda contaria com a EEU como Campo Experimental de seus estudos.

**A busca por locais propícios** – De acordo com Mondardo & Zanini Neto (1975), em 24 de março de 1975, com o objetivo de localizar uma Unidade de Pesquisa para atender todo o Litoral Catarinense nas suas principais atividades agropecuárias carentes de tecnologia, quais sejam arroz, cana-de-açúcar, mandioca, fruticultura de clima tropical, olericultura e bovino leiteiro, é que foi feito um levantamento preliminar de local apropriado para tal empreendimento. Toda a Região do Vale do Itajaí foi vasculhada. Diversas propriedades foram visitadas e contatos foram mantidos com diversos técnicos e agricultores. Observando-se as condições mínimas exigidas para a implantação da Uepae, que deveria ficar próxima das principais rodovias e de fácil acesso aos principais meios de comunicação, centralizada na principal região produtora e área adequada qualitativa e quantitativamente para as atividades de pesquisa propostas, foram selecionadas três áreas que mais se aproximavam das condições desejadas.

1. Área de propriedade de Valério Cadore, situada no município de Itajaí, na margem direita do acesso pavimentado a Brusque (BR-486), a 5km da BR-101 e a 12km do centro de Itajaí, com área de 53ha, plana em sua maior parte e ocupada com aproximadamente 10 hectares de pastagem

cultivada – Projeto Condepe financiado pelo Banco do Brasil —, 35 hectares com pastagem nativa e os hectares restantes com sorgo, cana-de-açúcar, mandioca e capoeira. Pequena parte é sujeita a inundação quando ocorre forte cheia no Rio Itajaí-Mirim, o qual faz limite com os fundos da propriedade. O solo pertence à unidade de mapeamento associação Blumenau com Jundiaí. Adapta-se plenamente ao cultivo de arroz, cana-de-açúcar e outras culturas anuais existentes na região. O valor de cada hectare é de Cr\$ 6.000,00 a Cr\$ 8.000,00.

2. Área da Furb somada à da viúva Splengler, situada no município de Gaspar, na margem esquerda do Rio Itajaí, junto à BR-272 (atual BR-470), distante 2km do centro da cidade e 15km de Blumenau. A área é de 43ha, plana em sua maior parte e está ocupada com cana-de-açúcar, pastagem nativa, mandioca, capoeira e mata. Grande parte dos fundos é sujeita a inundação por ocasião de fortes cheias do Rio Itajaí. O solo pertence ao mapeamento Blumenau associado com Jundiaí. Adapta-se plenamente a pastagem e cana-de-açúcar, mas tem limitação com drenagem e irrigação.
3. Área de propriedade de Nicolau Treiz e vizinho, situada no município de Gaspar e limitada pelo perímetro urbano dessa cidade. Está a 14km de Blumenau. São quatro pequenas propriedades anexas que, somadas, formam 17ha de área plana em sua maior parte. O solo pertence ao mapeamento Blumenau associado a Jundiaí e está sujeito a pequenas inundações com fortes cheias do Rio Itajaí. Está ocupada quase totalmente com pastagem nativa e se adapta ao cultivo de arroz e de cana-de-açúcar.

Os autores deram o seguinte parecer: *a propriedade de Valério Cadore oferece as melhores condições para receber a Uepae. Está próxima da BR-101 e é a mais centralizada no litoral. Está mais próxima de bons centros logísticos (Itajaí e Camboriú) e a área é a mais adequada para o fim pretendido. Por outro lado, somos categoricamente de parecer que não se pode fugir de dois pontos básicos: as margens do Rio Itajaí e da BR-272, próximo de Gaspar e de Blumenau ou nas margens da BR-486 e Rio Itajaí-Mirim, no acesso a Brusque e próximo de Itajaí e Camboriú.* Sugeriram a constituição de uma comissão formada por especialista em fertilidade de solo, rizicultura, cana açucareira, bovino leiteiro, agrostologia e fruticultura de clima tropical para estudar, mais detalhadamente e com maior capacidade, as diferentes áreas apontadas e outras vizinhas a elas. Desse modo, eleger-se-ia a área que apresentasse as melhores condições para receber a Estação em questão.

**Demais áreas visitadas** – De acordo com o Relatório de Moraes (1975), os membros da comissão responsável pela escolha da área destinada à EEI viajaram novamente, durante os dias 27 e 28 de maio de 1975, para fazer levantamentos de tais locais.

**Litoral norte** – Em Joinville foi encontrada uma área apta à instalação da EEI com mais de 1.000ha em solo Massaranduba. Era plana, não sujeita a inundação, situada entre a Estrada Dona Francisca, a Ilha Timbé e a Rua João Colin. Nela foi escolhido um terreno de 50ha, tendo fonte de captação de água para irrigação, rede de energia elétrica e de telefone, estrada calçada, ônibus circular, localizada na Estrada Dona Francisca e a 7km do centro da cidade. Além desse terreno, havia muitos outros de semelhante condição na referida área de 1.000ha.

**Baixo e Médio Vale do Itajaí** – Nas áreas de relevo ondulado há predomínio de solos Brusque e Orleães. Nas áreas planas ocorrem as associações de solo Blumenau com solo Jundiaí e gravatal, com predominância do primeiro. As principais culturas são a de arroz, com 18.620ha, e cana-de-açúcar, com 9.756ha, representando 18,3% e 49,1% da área cultivada no Estado respectivamente. O solo Blumenau foi considerado apto à instalação da EEI desde que se evitassem locais muito baixos e sujeitos a inundação.

#### **Itajaí a Brusque**

1. De propriedade de Valério Cadore, encontraram 53ha em solo Blumenau, de relevo plano, com fonte de captação de água para irrigação, rede de energia elétrica, estrada asfaltada, próxima de rede telefônica e a 6km do acesso Itajaí-Brusque e a 15km do centro de Itajaí.
2. De propriedade de José Moser, uma área de 100ha em solo Blumenau, tendo uma parte problema de drenagem e inundação, situada a 1km após a área de Valério Cadore.
3. De propriedade da Mitra de Azambuja, uma área de 380ha em solo Blumenau, de relevo plano, suavemente ondulado, estando parte sujeita a inundação, situada a 2km da área de Valério Cadore.

#### **Itajaí-Ilhota-Gaspar-Blumenau-Indaial**

1. De Antônio Silvestre, uma área de 200ha, em solo Blumenau com Jundiaí, em relevo plano, tendo parte sujeita a inundação, com água para irrigação, rede de energia elétrica, estrada asfaltada e localizada a 3km do acesso Itajaí-Blumenau.
2. Do Espólio de Francisco Schmitt, com área de 350ha, em solo Blumenau com Jundiaí, a 5km do acesso Itajaí-Blumenau e sujeita a inundação.
3. De propriedade do Posto Agropecuário de Ilhota, com área de 56ha, dos quais 26 em várzea, situada na margem esquerda do Rio Itajaí.

4. De propriedade de Alexander Boni, com área de 21ha, próxima do perímetro urbano de Ilhota, não sujeita a inundação e a 12km do acesso Itajaí-Blumenau, à venda por Cr\$ 400.000,00.
5. De propriedade de Francisco Spengler, com área de 56ha, não sujeita a inundação e a 20km do acesso Itajaí-Blumenau, próxima da Ceval (Cereais do Vale Ltda.).
6. De propriedade dos Irmãos Hammann, com 70ha, não sujeita a inundação e a 20km do acesso Itajaí-Blumenau, próxima da Ceval.
7. De propriedade da Furb, com área desconhecida e a 22km do acesso Itajaí-Blumenau, próxima do perímetro urbano de Gaspar.
8. De propriedade do Posto Agropecuário de Indaial, com área de 50há, em relevo plano a ondulado, com instalações para beneficiamento de sementes, casa, oficina, galpões, telefone, situada a 3km do centro de Indaial, terreno apropriado para o cultivo de arroz, mas não representativo para o cultivo de cana-de-açúcar.

**Florianópolis** – Considerando as condições exigidas da área para instalar a EEI, a região de Florianópolis foi descartada durante a reunião de 28/5/75, quando se tratou do assunto. Após a viagem para levantamento das áreas citadas, os membros da Comissão concluíram que:

1. a região do Baixo Vale do Itajaí, por suas características de clima, solo e localização, apresenta as melhores condições para a instalação da Estação Experimental em questão;
2. das propriedades visitadas, a do Sr. Valério Cadore foi considerada a melhor em todos os requisitos para a instalação da Estação Experimental a que se refere;
3. no trecho Itajaí-Ilhota existem áreas de propriedade do grupo Usati que possuem boas condições para a instalação da Estação.

**A área de Valério** – Considerando-se que, para a escolha da área à instalação da Estação Litorânea dever-se-ia atentar para locais planos, com solos propícios ao cultivo de arroz, mandioca, fruticultura e outros, e que estivesse em município agradável para morar, em 3 de agosto de 1975 a área de Valério Cadore é novamente sugerida para a instalação da Estação Experimental do Litoral. No entanto, os responsáveis pela indicação pedem que uma comissão de especialistas ratifique tal sugestão. Além disso, ponderaram que, se em face de tais exigências houvesse dificuldade de compra de terra pelo alto preço na região escolhida, poder-se-ia gestionar junto à Usati e ao Ministério da Agricultura a troca da área do Posto Agropecuário de Ilhota, que fica na margem

esquerda do Rio Itajaí, por outra na margem direita.

O secretário de Agricultura Victor Fontana designou a solicitada comissão para opinar sobre a área mais adequada para instalar a Uepae litorânea. Com base nas informações dessa Comissão, José Oscar Kurtz, em 8 de agosto de 1975, por meio da Carta nº 0425, informa o Secretário da Agricultura e encaminha o relatório a respeito da escolha da área para a EEI. Na carta, Kurtz informa que a Região do Baixo Vale do Itajaí, por suas características de clima, solo e localização, apresenta melhores condições para a instalação da Estação Experimental objetivada e que, das propriedades visitadas, a de Valério Cadore, localizada na estrada que liga Itajaí a Brusque, é a melhor sob todos os aspectos para servir de base física à referida Estação. Diz ainda que *as demais alternativas apresentadas pela Comissão não satisfazem aos requisitos necessários ao bom funcionamento de uma Unidade de Pesquisa.*

Em 17 de novembro de 1975 Sylvio Ferraz de Araujo, Írio Silveira e Conrado Zimmermann informam ao secretário que o preço de Cr\$ 650.000,00 solicitado por Cadore para vender sua terra é justo. Essa mesma comissão, composta pelos engenheiros-agrônomo Sylvio Ferraz de Araújo, Antonio Ayrton Uberti e Euclides Mondardo (Fig. 33), que solicitou a participação de Geraldo Amâncio de Moraes e Paulo Gondin, ratificou, por meio de correspondência datada de 26 de novembro de 1975 ao secretário Victor Fontana, as palavras de Kurtz a respeito da aptidão da área de Cadore para a instalação da Unidade de Pesquisa para o Vale do Itajaí.

**A área que não era de Valério e a de Valério** – A Comissão avaliadora das áreas para a EEI informa que a limítrofe (contígua à de Valério) terra de Vaz Pinto não se presta à EEI *por ter 1/3 da área sujeita a enchentes periódicas; outros 2/3, não sujeitos a inundações, mas feitos de solo extremamente arenoso, portanto limitante a trabalhos de pesquisa agrícola; tem topografia irregular e solo hidromófico, o que é negativo às condições necessárias aos experimentos. Além disso, o solo da área não representa as unidades principais do mapeamento da região, ocorrendo apenas variações. Também não apresenta boas condições de irrigação e drenagem e não possui local apropriado para as instalações da Unidade de Pesquisa.* Já a de Cadore, vizinha e limítrofe *tem menor área sujeita a inundações* – a área de Cadore tem cerca de 8ha a menos que a de Vaz Pinto – *os solos têm significativa representatividade com os existentes no litoral (do tipo Blumenau e Brusque) e têm boas propriedades físicas, bem drenados e com textura que, aliada ao relevo favorável, limitam ao mínimo os riscos de erosão. A topografia é satisfatória, as áreas são homogêneas e preparadas, o que permite a alocação de experimentos e tem boas condições de drenagem e de irrigação. Desse modo, tem local e área apropriados para as instalações da Unidade de Pesquisa.*



**Figura 33.** Portaria que designou comissão para avaliar as áreas sugeridas para instalação da Estação Experimental de Itajaí

Depois de tantos elogios à sua área e tantos defeitos encontrados na do vizinho, Cadore faz exigências para vender o seu tão almejado e vangloriado terreno. Só venderia a sua terra à Empasc se esta comprasse a área contígua – a defeituosa – de 614.158m<sup>2</sup>, que pertencia a Eduardo Antônio Vaz Pinto de Souza e a escriturasse em nome dele (Valério) e liquidasse, até 30 de dezembro

de 1975, um empréstimo seu de Cr\$ 135.000,00 feito pelo Banco do Brasil relacionado ao Conselho de Desenvolvimento da Pecuária (Condepe), criado em 28/7/1967. Ainda não estava acertado se a propriedade seria entregue com ou sem benfeitorias.

A área de Eduardo Souza custaria Cr\$ 500.000,00 à vista ou Cr\$ 530.000,00 a prazo (entrada de Cr\$ 100.000,00 até 30/12/1975, mais Cr\$ 230.000,00 em 30/3/1976, Cr\$ 100.000,00 em 30/4/1976 e Cr\$ 100.000,00 em 30/5/1976).

**A área que agrada** – A compra da área de Valério Cadore para a EEI, por ser em Itajaí, muito agradaria ao governador do Estado, o itajaiense e criador da Empasc, Antônio Carlos Konder Reis. Assim, em 2 de fevereiro de 1976, Conrado Zimmermann, presidente em exercício da Empasc, e seu Diretor Técnico, Geraldo Caputo Coppola, encaminham a carta nº 62 aos membros do Conselho Fiscal da Empresa para que apreciassem a proposta de compra de 54 ha de terra a 4km da BR-101, na estrada que a liga a Brusque, pertencente a Valério Cadore. O preço é de Cr\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil cruzeiros). Serão pagos na forma de Cr\$ 250.000,00 no ato da escritura e quatro parcelas mensais de Cr\$ 100.000,00, depois de 30 dias do primeiro pagamento. Após apreciação do Conselho Fiscal e de sua permissão, a área de 54,13ha foi comprada em 9 de fevereiro de 1976, representada por duas escrituras do Sr. Cadore, uma de 49.274m<sup>2</sup> e outra de 4.855,88 m<sup>2</sup>, ao preço de Cr\$ 635.974,10. Tal compra foi aprovada em 2 e 3 de fevereiro de 1976 conforme o documento de deliberação abaixo:

**Deliberação nº 002/76 de 04/02/1976** – *A Diretoria da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. – Empasc, no uso de suas atribuições que lhe conferem os Estatutos Sociais no Capítulo VII, Artigo 36, Item XII e em atendimento à Ata da 1ª Reunião Ordinária realizada em 3 de fevereiro de 1976; e,*

*Considerando os relatórios apresentados pelas Comissões Técnicas nomeadas pelo Representante da Embrapa no Estado de Santa Catarina e, posteriormente, pelo Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e Abastecimento;*

*Considerando a viabilidade e as possibilidades de realização de pesquisa para o Estado e os resultados que serão alcançados com a utilização da área em apreço;*

*Considerando o Parecer do Conselho Fiscal da Empasc, consubstanciado na 1ª Ata da Reunião de 2 de fevereiro de 1976, a qual aprova a aquisição na forma proposta da área de terra pertencente a Valério Cadore;*

*Considerando a disponibilidade financeira existente na Empasc;*

**DELIBERA:**

1. Comprar, na forma proposta, 53,48 hectares de terra pertencente a Valério Cadore, a ser utilizada para instalação da Estação Experimental de Itajaí;
2. Desdobrar o pagamento da importância global de Cr\$ 650.000,00 da seguinte forma: Cr\$ 250.000,00 no ato da assinatura da Escritura; Cr\$ 100.000,00 mensais a contar de 30 dias após a assinatura da Escritura;
3. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 4 de fevereiro de 1976.

José Oscar Kurtz – Diretor Presidente

Conrado Zimmermann – Diretor Administrativo

Geraldo Caputo Coppola – Diretor Técnico

Note-se que a denominação da EEI aparece de forma natural e, pela primeira vez, na Deliberação 1 desse documento: *Estação Experimental de Itajaí*, na forma em que foram

denominadas as demais Estações, que receberam o nome do município sede.

Curiosamente, a exigência de Cadore de que a Empasc comprasse a terra de Vaz Pinto para ele deixou de existir, já que em 7 de maio de 1976 Vaz Pinto assina uma opção de venda de sua terra à Empasc (Figura 34).

A Empasc quer essa propriedade apesar dos defeitos nela encontrados ou postos pela Comissão de Terra em 26 de novembro de 1975, como já se viu. Esse desejo pela área de Vaz Pinto se deu pelo fato da iminente instalação do Planalsucar na região. Procurava-se por terras para tal. O Governador Konder Reis sugere que as pesquisas desse órgão com cana-de-açúcar devam ficar junto à EEI e pede que se providencie a oportunidade. Vaz Pinto não tem intenção de vender sua propriedade. Os responsáveis pelo atendimento à vontade do governador recorrem ao engenheiro-agrônomo Batistotti, cunhado do proprietário. Batistotti intercede e pede a sua irmã que convença o marido a vender a terra para a Empasc. E Vaz Pinto cede ao pedido da esposa.

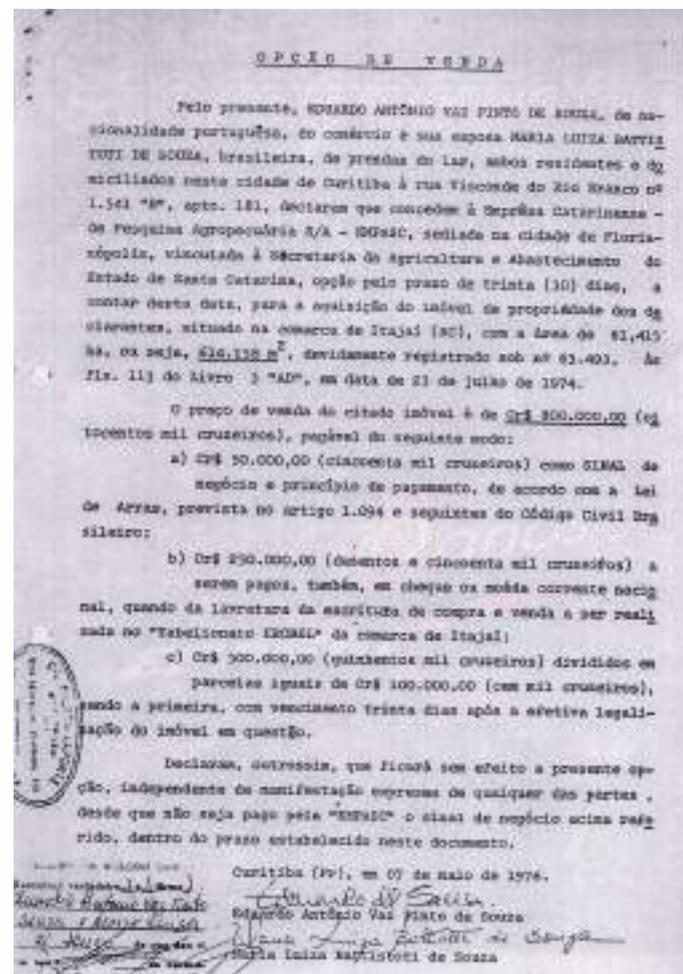


Figura 34. Opção de venda da terra do Sr. Vaz Pinto à Empasc

**A área do vizinho** – Com a opção de venda nas mãos, José Oscar Kurtz encaminha ao secretário da Agricultura, Victor Fontana, a Carta nº 0374, de 19/5/1976, à qual anexa a opção de venda de Vaz à Empasc. Pede-lhe a liberação de recursos do orçamento da Empasc – “Despesas de Capital” –, que, para aquele ano eram de Cr\$ 7.500.000,00, para comprar a área de terra de Vaz Pinto. Justifica a necessidade da compra dizendo que servirá ao Planalsucar, aos trabalhos em colaboração com outras Estações Experimentais da Empasc e a atendimento de trabalhos futuros.

A liberação solicitada deveria ser de Cr\$ 1.200.000,00, sendo Cr\$ 100.000,00 imediatamente; Cr\$ 350.000,00 até 20 de junho; Cr\$ 150.000,00 até 20 de julho e assim, a cada mês, outros Cr\$ 150.000,00 até 20 de novembro daquele ano. Esse valor cobriria o pagamento da terra e as despesas decorrentes dessa compra.

José Oscar Kurtz tinha plena certeza da opinião favorável do Conselho Fiscal a respeito da

compra da terra de Vaz Pinto. Tanto que pediu ao secretário Victor a liberação do dinheiro antes de consultar os membros do Conselho a respeito da aquisição que faria. Ele era um presidente de um tempo que já não existe. Assim, repletos de certeza, José Oscar Kurtz, Conrado Zimmermann e Geraldo Caputo Coppola, presidente, diretor administrativo e diretor técnico da Empasc respectivamente, enviam a Carta nº 0404, de 24 de maio de 1976, aos membros do Conselho Fiscal da Empresa para que analisassem o processo de aquisição da área de 614.518m<sup>2</sup> de Vaz Pinto. Argumentavam que a área adquirida de Valério Cadore era insuficiente para a condução dos trabalhos da EEI e dos demais, em colaboração com outras Estações, nas culturas do feijão, milho, sorgo, soja e forrageira, e que o Planalsucar, interessado em pesquisar cana-de-açúcar, necessitava de 25ha para tal. Em troca da cessão dessa área, o Planalsucar aplicaria a importância de dois milhões de cruzeiros sob a forma de recursos humanos, financeiros e materiais, além de introduzir um laboratório para os trabalhos de pesquisa, e uma grande coleção de cultivares de cana, que também serviriam à Empasc.

O preço da área seria de Cr\$ 800.000,00, pagos com Cr\$ 50.000,00 de sinal, Cr\$ 250.000,00 na escrituração e Cr\$ 500.000,00 divididos em parcelas iguais de Cr\$ 100.000,00, sendo a primeira a vencer 30 dias após a legalização do terreno em questão.

Em 25 de maio de 1976 fica deliberada a compra da terra de Vaz Pinto por meio da Deliberação nº 006/76. Hoje, sobre essa área, recusada pela Comissão de Terra constituída pelo secretário Victor Fontana, está localizada a maior parte dos experimentos com bananeiras, inclusive a casa de maturação, a sede do Programa Flora Catarinense, onde já esteve o Essências Florestais, e todas as instalações e todos os experimentos de ambos os Programas, incluindo o atual Banco de Germoplasma de Plantas Bioativas e onde já estiveram experimentos de hortaliças e de cana-de-açúcar, entre outras atividades experimentais.

**A área da EEI** – A área da Estação Experimental de Itajaí é composta por três ex-escrituras. Duas de Valério Cadore, com 49.274m<sup>2</sup> e 485.588m<sup>2</sup>, e a terceira, conhecida por *Fazenda Tabuleiro*, de Antonio Vaz Pinto de Souza, com 614.158m<sup>2</sup>. Nessa área a EEI se constituiu na primeira Estação, propriamente dita, da Empasc, já que as já existentes foram cedidas pela Embrapa, que as herdara do Ministério da Agricultura.

A área da EEI ficou firmada em 114,9ha nas margens da Rodovia Antônio Heil, km 6, em latitude 26°57'57" sul e longitude 48°48'01" oeste. O lugar tem temperatura média anual de 19,2°C; temperatura mínima absoluta de 2,6°C; temperatura máxima absoluta de 39,5°C; umidade relativa do ar de 87,1% e precipitação média anual de 1.510,2mm, o que faz transbordar, de tempo em tempo, o Rio Itajaí-Mirim para dentro da área no seu limite norte, apesar da retificação executada no seu trecho de Brusque a Itajaí.



## Estação de Tubarão, a ET

Para o plantio de mandioca, por exemplo, a área da EEI não era muito propícia. Mas a Empasc não desejava instalar o trabalho em Urussanga e tampouco em Ituporanga, onde teria dificuldade de fixar seu corpo de empregados a contratar. Cogitou-se a criação de uma Estação em Tubarão, em solo do tipo Morro da Fumaça. A Área foi encontrada em Capivari de Baixo. Para chefiar tal Estação o Presidente Kurtz pediu sugestão ao chefe Sylvio, da EEI. O pesquisador Lucas Miura foi apontado, mas declinou do convite, assim como fez Richard Bacha e Murito Ternes, todos da EEI.

Enquanto isso, políticos da Região Sul do Estado saíram em defesa da Estação de Urussanga, pressionando para que se contratassem técnicos para aquela Estação. Até então, só havia o chefe Mondardo, um técnico agrícola e um operário de campo que se envolviam apenas com trabalhos em mandioca. Para poder desenvolver algum trabalho, Mondardo se utilizava da estrutura do Campo Experimental de Jaguaruna. Foi assim, e por isso, que não saiu a Estação de Tubarão e os trabalhos de Mandioca da EEI passaram a ser feitos em Itajaí e em Urussanga e do jeito que dava.



## Como era a nossa cidade agradável de morar quando da instalação da EEI

Segundo Silveira Jr. (1972), Itajaí, naquela época, tinha 304km<sup>2</sup>, dos quais 66 na área urbana e 238 na área rural. De acordo com o censo demográfico de 1970, a população era de 63.881 habitantes, dos quais 54.796 (86%) na cidade e 9.085 (14%) na zona rural. A produção agropastoril era pequena. A agricultura era toda desenvolvida em regime de minifúndio produzindo, em pequena escala, cana-de-açúcar, milho, arroz, feijão, mandioca, hortaliças, laranja, abacaxi e outros de menor monta. A suinocultura estava a se desenvolver e se começava a criar galinhas para o comércio local. No município havia 16 médicos, 14 dentistas, 3 laboratórios de análises clínicas, 16 farmácias, 1 hospital (Marieta Konder Bornhausen) para clínicas e cirurgias, 1 sanatório (Santa Beatriz) para doenças pulmonares, 1 hospital infantil (Menino Jesus), 1 centro de saúde, 1 posto de puericultura, vários ambulatórios do Instituto Nacional de Previdência Social e 1 posto de serviço de erradicação da malária. Havia um porto de 24 pés de calado e um aeroporto com três pousos diários de aviões turbo-hélice da Varig (dois para São Paulo e um para Porto Alegre). Por estrada asfaltada Itajaí se ligava a Florianópolis e Porto Alegre, Blumenau e Curitiba, com várias linhas diárias de ônibus. Em termos de telecomunicações o município estava servido por correios e telégrafos, telefones automáticos e telex e em breve disporia de central telefônica equipada de sistema de discagem direta. Havia ainda 18 radioamadores e 2 emissoras de radiodifusão.

Contava-se com várias bibliotecas do sistema de ensino e uma biblioteca pública municipal. Para o ensino médio e primário contava-se com 5 colégios, 2 escolas de comércio, 11 ginásios, sendo um orientado para o trabalho, 20 escolas profissionalizantes e 50 escolas primárias. O ensino superior apoiava-se em duas faculdades fundadas em 1964 pelo Professor José Medeiros Vieira. A de Direito e a de Filosofia, esta com os cursos de Geografia, Pedagogia, História, Português e Línguas.

Ainda segundo Silveira Jr. (1972), a falta de produtos locais, principalmente hortaliças, para o abastecimento da cidade levou o Prefeito Júlio César a estabelecer a Agrovila do Rio Novo, conhecida por Colônia Japonesa. Em negociação com a Jamic, representada pelo Dr. Sassada, Porto Alegre, e o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (Irasc), de Florianópolis, representado pelo itajaiense e engenheiro-agrônomo Hélio Guerreiro, assentaram-se, em julho e dezembro de 1972, em uma área de 683.920m<sup>2</sup>, anteriormente vistoriada pelo Cônsul do Japão (São Paulo), 10

famílias. Oito eram japonesas e duas brasileiras, estas impostas pelo Irasc e indicadas pela Acaresc, para que, no dizer do prefeito, “assimilassem os métodos de trabalho dos japoneses”. Cada família recebeu um lote de 6.137m<sup>2</sup> parcialmente destocados e drenados e com uma casa de madeira com área de 60m<sup>2</sup>. Em 7 de outubro daquele ano Hajime Katsurayama já punha no mercado 18 molhos de mostarda, 12 molhos de rabanetes e couve-flores, faturando Cr\$ 55,00. Em seguida à ocupação, os lotes foram providos de energia elétrica e depósito de água tratada para o consumo.

Nessa Colônia, os pesquisadores do Programa de Pesquisa de Hortaliças fizeram diversos trabalhos de pesquisa, principalmente com produção de mudas e com associação de plantas para redução da radiação solar e da temperatura do solo, que é de turfa escura. Muitos daqueles produtores participaram de cursos e de Dia de Campo na Estação, entre outras atividades técnicas.

## *R*eflexos sociais na comunidade local causados pela instalação da EEI

Por ocasião da implantação da EEI, em 1976, era alto o índice de pobreza humana da população do lugar, entre outros índices desfavoráveis. Ali não havia empregos. A maioria das famílias vivia de empreitadas, tarefas e de atividades extrativas. A chegada de um órgão oficial que empregaria trabalhadores promoveu um corre-corre às vagas. Arnaldo Hugo do Nascimento, o *seu* Arno, morador do lugar, cunhado e ex-capataz do proprietário da fazenda – casara com D. Rosa Cadore – adquirida pela EEI, foi o encarregado da seleção dos candidatos. Conhecia a todos e sabia das necessidades de cada um e também da inabilidade da maioria deles para o trabalho oferecido. Era difícil contratá-los por isso. Era difícil recusar candidatos tão vizinhos e, na maioria das vezes, aparentados.

Mas aquelas pessoas, que eram de boa índole, com o tempo se tornariam bons empregados. Arno acreditou e as contratou. Foi uma festa. Todas as manhãs os novos funcionários chegavam, um após o outro, a pé, ao trabalho. Parecia uma procissão. Era bonito de ver. Caras felizes a sonhar. Em seus sonhos estava uma daquelas bicicletas da vitrine da *Só Cicle* da José Vanolli. Talvez fosse cedo para isso, ponderavam, mas pelo menos uma Barra Circular ou uma Barra Dupla, já usada (Fig. 35), vai dar, suspiravam. Tempos depois ainda estavam a pé. É que primeiro tinham de comprar um relógio. Dois. Um de pulso e outro despertador. Não podiam chegar atrasados ao trabalho. Seria um risco. Uma vergonha para o *seu* Arno, que neles acreditara.

Enquanto o relógio não vinha, o mais sonâmbulo ia passando e acordando um a um. “Tá na hora, *Pampo*; vamos lá, *Berninho*; *acorda, Bem-te-vi*; *bom-dia, Zurrilho*; deixa de ser mandrião, *Buscapé*; já estás pronto, *Porco Saro*? Era assim que todos aqueles *sem hora*, conhecidos por seus apelidos, chegavam na hora, em cima do ponto, ao relógio de ponto. Havia um bem na varanda da Casa da Fazenda, onde o chefe Ferraz ficava de olho. Deu a hora, adeus, cartão! E aí... *Ai seu Silvo*, silvo de uma serpente. Melhor evitar.

Tempo depois, já de bicicleta e relógio, começaram a aparecer de aliança no dedo anelar da mão direita e noiva no bagageiro do *biciclo*, e quantas vezes no ferro, se a bicicleta não tivesse tal assento. E as moças, faceiras. Iam casar com um moço da Empasc. Não era para qualquer uma, zombavam das solitárias. Nas casas só se falava em enxovais. O novo casal moraria na casa dos pais da noiva, é claro. Depois fariam uma meia-água lá nos fundos do terreiro, até comprar um

chãozinho lá pra Paciência, onde os terrenos eram bem baratinhos por causa das enchentes do Rio Itajaí-Mirim. Com essa conversa iam engambelando os sogros e faturando. Pela manhã, um *cafezão* preto com farinha, ao meio-dia a *janta* e à noite a *ceia* e depois... a jovem esposa.

Os empregados, entufados de orgulho por trabalhar na EEI, quando em público davam um jeito de arrumar um gancho na prosa para poder contar que eram da Empasc. Sim, de tão alegres, já se haviam dado para a Empresa. Encheram-se ainda mais de orgulho quando puderam trazer a família para participar das festas juninas, do Dia das Crianças e de Natal promovidas pela Associação dos Funcionários. Era quando tinham a oportunidade de exibir a família aos pesquisadores e também para o *dotô Silvo*. Além de tudo isso, nesses eventos podiam mostrar à família cantinho por cantinho da Estação e até as ferramentas que usavam. O tratorista até se esquecia da festa mostrando o trator. Mais tarde, e hoje, todos têm casa e carro próprios e começam a aposentar-se da Empresa. A EEI foi uma bênção para o lugar, afirmam todos. O *seu* Arno estava cheio de razão quando botou fé naqueles *amarelos da goiaba*, pois todos se tornaram hábeis e dedicados funcionários.

Por falar em apelidos, havia alguns que não gostavam de ser por eles tratados. Por isso, às vezes brigavam, principalmente com o Arno, que não perdoava. Ele, além de chamar a todos pela alcunha, ainda as impunhas pelo jeito ou trejeito de ser de cada um. O chefe Sylvio, querendo evitar discórdia entre os funcionários de campo, chamou a todos e os admoestou. Não queria mais ouvir ninguém apelidando ou tratando um ao outro pela alcunha. O Arno, eterno debochado, perguntou ao chefe: então *Dotô Silvo*, não se pode mais dar uma *gozadinha*? Ao que o chefe vociferou: *Arno, vá gozar em outro lugar, porra!*



**Figura 35.** O funcionário Genésio de Oliveira e sua bicicleta incrementadíssima

# A s equipes pioneiras da EEI

A primeira equipe de empregados contratados para a EEI, em 1976, era formada pelo engenheiro-agrônomo Sylvio Ferraz de Araújo, chefe da EEI, e pelos pesquisadores engenheiros-agrônomo Dario Alfonso Morel, Lucas Miura, Luiz Fernandes Marques, Milton Geraldo Ramos, Silvino Amorim Neto e Takazi Ishy, do Programa Arroz; pelos engenheiros-agrônomo Luiz Alberto Lichtemberg e Osvino Leonardo Koller, do Programa Fruticultura Tropical (limão-siciliano, abacate, café); pelos engenheiros-agrônomo Murito Ternes e Osmar de Moraes, do Programa Mandioca; pelos engenheiros-agrônomo Valmir Vizotto e Antonio Airton Hubert, do Programa Solo; pelos engenheiros-agrônomo Juarez José Vani Müller e Djalma Guimarães, do Programa Hortaliças; pelos empregados da administração Luiz João de Souza Filho, do setor de veículos; Rita Cassia Martins e Fátima Ternes, do Setor de Pessoal e Secretaria; e pelos operários Arnoldo Hugo do Nascimento, Euclides Arnaldo Pinto, Valdecir Merlo, Milton Antonio Cypriano, Gelásio Simas, Jânio Cunha, o primeiro tratorista da EEI. Valdecir, que veio a ser o segundo tratorista da EEI (Fig. 36), foi contratado como carpinteiro, assim como Gelásio Simas.



**Figura 36.** Valdecir Merlo, o segundo tratorista da EEI e seu primeiro trator, um modelo 1972



Dessa equipe, estão na Empresa e sediados na mesma Estação Experimental os pesquisadores Juarez José Vani Müller (1/4/1976), Luiz Alberto Lichtemberger (1/5/76) e Osvino Leonardo Koller (3/5/76); Lichtemberger, de forma ininterrupta (Fig. 37), e também de forma ininterrupta os operários Valdecir Merlo (15/6/76), Antônio Milton Cypriano (14/8/76) e João Henrique Cunhaco (14/8/76) e da administração Luiz João de Souza Filho (1/7/76) (Fig. 38).

**Figura 37.** Pesquisadores remanescentes do primeiro escritório da EEI, quando tinha por sede a casa nº 1.067 da Rua Lauro Müller, de março de 1976 a julho de 1977, em Itajaí, SC. Da esquerda para a direita: Juarez José Vani Müller (1/4/76), Luiz Alberto Lichtemberg (1/5/76) e Osvino Leonardo Koller (3/5/1976)



**Figura 38.** Funcionários remanescentes do primeiro escritório da EEI, quando tinha por sede a casa nº 1.067 da Rua Lauro Müller, de março de 1976 a julho de 1977, em Itajaí, SC. Da esquerda para a direita: Valdecir Merlo, Antônio Milton Cypriano, João Henrique Cunhaco e Luiz João de Souza Filho

# *A*s impressões e a história de trabalho de um pioneiro

Luiz Alberto Lichtemberg é um dos primeiros pesquisadores contratados pela EEI. Desses, é o único remanescente, agora com 35 anos de trabalho ininterrupto nessa Estação. Concedeu-nos uma entrevista na qual relata livremente sua história, que é a própria alma de nossa Estação, como se pode constatar.



*Foi muito interessante presenciar a criação de uma unidade de pesquisa. No início eram poucos funcionários. O chefe Sylvio já havia formado uma equipe administrativa com a Rita na secretaria da chefia, a Fátima na secretaria dos técnicos, o Luiz João, do setor de veículos, entre outros. A Diretoria, em Florianópolis, contratava e enviava os primeiros pesquisadores para a EEI. Os novos pesquisadores eram “pinçados” de outras instituições de pesquisa, de cursos de pós-graduação, da extensão rural, da iniciativa privada, etc. O Juarez Müller e eu, por exemplo, viemos da Acaresc. O Miura veio de uma empresa de agroquímicos. O Osvino, de doutorado na Alemanha, e o Ferreirinha e o Salerno de cursos de pós-graduação da UFRGS. O Uberti e o Vizzotto vieram de um projeto de levantamento de solos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O Dario veio do Paraguai. O Silvino foi achado em Pernambuco.*

*Eu fui contratado em 1º de maio de 1976, um dos primeiros, mas já frequentava a Empasc no final de abril, pois estava em aviso prévio na Acaresc. Por isso, presenciei a chegada de quase todos os funcionários. Era muito interessante acompanhar a vinda dos novos pesquisadores, como a do Murito, meu ex-professor de química analítica na UFPel, do Milton Ramos, vindo da Embrapa, do Osmar de Moraes, que fora meu professor de Solos no Colégio Agrícola de Camboriú, entre outros colegas. Ao tempo em que o grupo aumentava, íamos ganhando novos amigos. No início, como éramos todos forasteiros, nos tornamos muito unidos. Nós nos visitávamos, fazíamos jantares nas sextas à noite nas nossas casas, as nossas esposas se tornaram amigas. Enfim, formamos um clubinho.*

*No começo trabalhávamos em uma casa alugada na Rua Lauro Müller, nº 1.067, pois aqui na área da EEI carecíamos de construções adequadas e de meios de comunicação. Com a chegada de novos pesquisadores, foi necessário ocupar um sobradinho ao lado da casa da Lauro Müller, nos fundos de um terreno onde o pessoal estacionava os carros. Naquela época, não havia a Av. Beira Rio e os fundos dos dois terrenos davam para o Saco da Fazenda. Às vezes a água da maré alta*

*invadia o quintal. Nesse quintal havia umas amendoeiras de boa sombra, sob as quais, no verão, na hora do lanche da tarde, dividíamos melancias, abacaxis e até jacas, estas trazidas pelo Takasi, o tio Taka. Por falar no Taka, ele cultivava uns pés de pimentas nesse quintal e as comia cruas, recém-colhidas. Irc!!!*

*Naquela época, vivíamos sob o regime militar e isso se refletia na empresa pública. Havia muita hierarquia e, às vezes, muito autoritarismo. Não se podia contestar muito. Eu sofri um pouco com isso, pois sempre fui muito língua solta. Mas sobrevivi. Alguns se deram mal e foram demitidos. Que o digam o Silvino, o Luís Salles e outros. Por outro lado, havia uma grande motivação e entusiasmo por estarmos construindo algo novo na sociedade catarinense e por sabermos que poderíamos contribuir para o progresso da agricultura catarinense. Para mim era a realização de um sonho, pois sempre quis trabalhar com pesquisa, sempre gostei de fruticultura e sempre desejei trabalhar em Santa Catarina, especialmente na minha cidade natal.*

Como tínhamos muita energia, além do trabalho, nos dedicamos à política profissional. Reativamos o Núcleo dos Engenheiros-Agrônomos do Baixo Vale do Itajaí, que foi presidido pelo Juarez, pelo Osvino, pelo Takasi, por mim, pelo Vetterle e outros tantos “empasquianos”. Fundamos uma Associação dos Funcionários, a Afei. Isso nos serviu de escola. Participamos também de diretorias da Aeasc, do Seagro-SC, da Fase e da Faper. Alguns de nós presidiram sociedades técnicas e científicas estaduais, nacionais e internacionais, como a Acacitros, Acafruta, SBF, SOB, Sosbai, Colhor, MusaSur, Acorbat Internacional, entre outras. Hoje a EEI é conhecida nacional e internacionalmente também pela liderança de seus pesquisadores no meio técnico-científico.

Na Empasc, as coisas eram muito claras. A Embrapa havia sido criada para fazer pesquisa aplicada, para resolver os problemas do agricultor brasileiro e para promover o desenvolvimento de nossa agricultura. A pesquisa básica passaria a ser responsabilidade única das universidades e de outras instituições de pesquisa. A Empasc, como parte do Sistema Embrapa de Pesquisa Agropecuária, elegeu os produtos a ser trabalhados em Santa Catarina. Para isso, montou sua equipe e seus programas de pesquisa, na época, por produtos.

Eu fui trabalhar no Programa Fruticultura Tropical, que, no início, incluía cítricos, abacate, abacaxi, goiaba e mamão. Esses produtos, à época, eram trabalhados pelo Profito, um projeto de desenvolvimento da fruticultura tropical da Secretaria da Agricultura e executado pela Acaresc. Mais tarde, passou-se a trabalhar também com banana, depois com maracujá e fruteiras diversas. Eu tive a oportunidade de iniciar dois trabalhos. Um com o produto citros e outro com o produto banana. Como tudo estava começando, iniciamos com um levantamento formal ou informal da realidade catarinense naquele produto. Como eu vinha do Profito, já conhecia bem a realidade dos cítricos em Santa Catarina. Mesmo assim, a partir de 1976, fizemos viagens de estudos em Santa Catarina, um estágio em pesquisa com fruticultura na Embrapa, em Pelotas, RS, e outro no Ipagro, além

de um curso de citricultura em Taquari, RS, uma viagem à região citrícola de Limeira, SP, e uma reunião de especialistas da Embrapa, do IAC e do Ipagro, com técnicos da Empasc e da Acaresc. Nessa reunião definimos as linhas gerais e os primeiros temas a ser estudados na cultura, pela Empasc. Em 1981, tive a oportunidade de iniciar o Programa Banana, que ora esteve separado, ora incluído no Programa Fruticultura Tropical ou no Projeto Fruticultura, nas diversas administrações da Empasc e da Epagri.

Naquele ano, eu retornava do meu curso de mestrado na UFRGS e fui incumbido, pela Diretoria, de iniciar os trabalhos com bananicultura. A Epagri já havia realizado um diagnóstico da bananicultura catarinense, publicado em 1980. No ano seguinte, eu fiz uma espécie de “sintonia fina” desse diagnóstico. Viajei muito, por todo o litoral catarinense. Troquei ideias com todos os extensionistas da Acaresc dos municípios produtores de banana, visitei as quatro centrais de abastecimento que mais comercializavam a banana catarinense (Ceagesp e Ceasa de Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre), contatei diversas vezes com técnicos e diretores da Cooperbanana e conversei com muitos produtores de banana-caturra e banana-prata, de diversos sistemas de cultivo. Dessas viagens eu produzia relatórios que eram enviados para a Diretoria da Empasc e para a chefia da EEI. No início de 1982, quando agregamos ao Programa o colega Jorge Malburg, reunimos um grupo de especialistas aqui no Estado. Eu lembro que estavam presentes Élio Alves, Jorge Loyola e Keneth Shepherd, da Embrapa, Raul Moreira, do IAC, João Adelino Martinez, do IB, Ivo Mânica, da UFRGS, Miguel Guerra, da UFSC e colegas da Empasc e da Acaresc. Viajamos em caravana com esse grupo e visitamos Garuva, Corupá, Palhoça, Criciúma e Jacinto Machado. Nessa oportunidade, mostramos aos convidados a realidade e os problemas da bananicultura catarinense da época.

Eu lembro que o automóvel Brasília a álcool que eu dirigia teve que deixar a caravana e foi abandonado numa oficina mecânica, em Araranguá, pois apagava seguidamente. Deu vácuo no tanque e, como o motor a álcool era novidade, os mecânicos não sabiam como resolver o problema. Mais tarde aprendemos. Bastava abrir o tanque e, em seguida, recolocar a tampa. Simples, não? Nós nos apertamos em outra Brasília, dirigida pelo Jandir Francisco Frosi, parceiro da Embrapa trabalhando em tempo parcial no Programa, que “enloqueceu” com os charutos que o Shepherd fumava dentro daquele carro superlotado. Eu era fumante, e depois de três dias de viagem já estava acostumado com a fumaça dos charutos do inglês. Discutíamos a cultura da bananeira durante as visitas, as viagens, as refeições, enfim, durante todo o tempo disponível.

Depois dessa viagem, nos reunimos durante dois dias em Florianópolis para traçar os rumos da pesquisa catarinense em bananicultura. Um de nossos primeiros trabalhos foi um teste de sistemas de produção de banana ‘Nanicão’, em Corupá, e de banana ‘Prata Anã’, em Jacinto Machado. Nessas unidades, implantamos lavouras com toda a tecnologia disponível e recomendável na

época. Para completar o diagnóstico da nossa bananicultura, decidimos realizar um levantamento nutricional e um levantamento de nematoides nos bananais catarinenses. Outros trabalhos que fizeram parte dessa fase foram: coleção de cultivares, avaliação de novos cultivares (que resultou na recomendação do cultivar Grande Naine em meados da década de 1980), estudos de espaçamento de plantio e de intensidade de desbaste para os cultivares ‘Nanicão’ e ‘Prata Anã’, estudos de técnicas de desconcentração da safra da banana ‘Nanicão’, estudos sobre nutrição das bananeiras ‘Nanicão’ e ‘Prata Anã’ (que resultaram nas atuais recomendações de adubação da Rolas Sul), estudo de eliminação de pencas e do mangará da banana ‘Nanicão’ e estudos da flutuação e do controle da broca-da-bananeira.

Além das reuniões anuais de planejamento de pesquisa, em 1992 e em 2008 foram realizadas novas reuniões para a prospecção de demandas e para redirecionar a pesquisa de bananicultura no Estado. Uma coisa muito boa que havia naquela época era a Reunião Anual do PNP, ou seja, do Programa Nacional de Pesquisa, coordenado pela Embrapa. Eu participei de diversas reuniões dos PNPs Citros e Banana em Cruz das Almas, BA, nas décadas de 1970 e 1980. Nessas reuniões, todos os projetos de pesquisa aprovados na Empasc e em outras empresas estaduais de pesquisa eram submetidos a análise, discussão e aprovação do PNP. Essas reuniões eram um ótimo fórum de discussão, que reunia todos os especialistas do produto no país e permitia a melhoria do nível da pesquisa no país. Era mais proveitoso que qualquer congresso devido ao grande intercâmbio que havia. Ah, em 1985 a equipe de banana reforçou-se com a chegada do Robert Hinz e, em tempo parcial, do Honório Prando.

Outra coisa excelente era que nossa única preocupação era fazer pesquisa. Depois de aprovado, um projeto de pesquisa tinha garantia de recursos para sua execução completa, ou seja, por quantos anos durasse. Nossa obrigação era planejar, executar, analisar, publicar e enviar os relatórios no prazo. Para não perder as informações, tínhamos que enviar mensalmente para a Diretoria Técnica uma cópia da tabulação de todos os dados coletados nos nossos experimentos. Os recursos vinham do Estado ou da Embrapa. Nós não nos preocupávamos com a busca e administração de recursos. Tínhamos auxiliares para todo o serviço burocrático, secretárias para datilografar nossos trabalhos e relatórios, uma vida de rei. Para ir a um congresso, por exemplo, bastava manifestar o interesse e se a Empasc aprovasse, recebiam-se na EEI as passagens aéreas, a reserva já paga de um bom hotel e um adiantamento em dinheiro – depósito em conta – para as despesas de alimentação, táxi, etc. Era o Paraíso na Terra.



Instituições técnico-científicas que tomaram a EEl como sede e seus funcionários para dirigi-las

Entidade/Sigla	Período	Cargos
<b>Acafruta</b> – Associação Catarinense para o Desenvolvimento Tecnológico da Fruticultura Tropical	Desde a fundação, em 2/2/2002	Presidentes: Osvino Leonardo Koller e Luiz Alberto Lichtemberg, mais os secretário e tesoureiro
<b>Acorbat</b> – Asociación para la cooperación en la investigación y el desarrollo integral de las musáceas (banano y plátano) – Acorbat Internacional	11/2006	Presidente: Luiz Alberto Lichtemberg
	a 11/2008	
<b>Colhor</b> – Confederação Latino-Americana de Horticultura	9/86 a 11/88	Presidente: Juarez José Vanni Müller, secretário: José Angelo Rebelo e mais o tesoureiro Valmir Vizzotto (11/88 a 7/90) Vice-Presidente: Juarez José Vanni Müller
	11/88 a 7/90	
	7/90 a 3/92	
	3/92 a 9/94	
	9/94 a 8/95	
	8/95 a 12/96	
12/96 a 12/98		
<b>Musasur</b> – Red de investigaciones en bananos en los subtrópicos del Cono Sur - Rede de pesquisa em <i>banana</i> nos subtrópicos do <i>Cone Sul</i>	10/2009 a 2011	Presidente: Luiz Alberto Lichtemberg

		19 de abril foi a data de aprovação do núcleo com sede em Itajaí. Dia 22 de maio de 2000 ocorreu a eleição da diretoria, assim composta:
<b>Abarsul</b> - Núcleo sul-brasileiro da Associação Brasileira de Administração Rural	22 de maio de 2000 até 27 de junho de 2006	- Diretor presidente: Inácio Hugo Rockenbach  - Diretor, secretário e tesoureiro: Maurício César Silva  - Diretor de publicações: Irceu Agostini
<b>SBF</b> – Sociedade Brasileira de Fruticultura	10/83 a 2/86	Presidente: Osvino Leonardo Koller, mais o secretário e o tesoureiro
<b>SBF</b> – Sociedade Brasileira de Fruticultura	12/94 a 10/96	Presidente: Luiz Alberto Lichtemberg, mais o secretário e o tesoureiro
<b>SOB</b> – Sociedade de Olericultura do Brasil (atualmente Associação Brasileira de Horticultura – ABH)	7/82 a 7/87 7/87 a 7/90	Presidente: Juarez José Vanni Müller, mais o tesoureiro
	1998-1999	Primeiro Presidente: José Alberto Noldin
<b>Sosbai</b> - Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado	2003-2005	Presidente: Moacir Antônio Schiocchet
	2010-2012	Presidente: José Alberto Noldin
<b>Fase</b> – Federação dos Servidores da Empasc	4/88 a 3/90 3/90 a 5/9	Presidente: Juarez José Vanni Müller, mais o vice-presidente
<b>Faper</b>	2002-2004	Presidente: Luiz Alberto Lichtemberg
<b>FCO</b> - Federação Catarinense de Orquidofilia	1997-1998 1998-2000	Presidente: José Angelo Rebelo
<b>SBM</b> - Sociedade Brasileira de Mandioca	1990-1992	Diretores: Lucas Miura, Murito Ternes e Áurea Teresa Schmitt

<b>SBF</b> - Sociedade Brasileira de Fitopatologia	1993-1994	Presidente: Lucas Miura Tesoureiro: Robert Hinz
<b>Abrapalmer</b> - Associação Brasileira de Produtores de Pamito de Palmeira Real	2003-2004	Presidente: Miltom Geraldo Ramos Tesoureiro: José Eduardo Manozzo Barros; 2º Tesoureiro: Alécio Borinelli
<b>ACCB</b> - Associação Catarinense de Criadores de Bovinos	2003-2005	Presidente: Lucas Miura

Organizado por Juarez José Vanni Müller.

# P

## rêmios e títulos recebidos por pesquisadores da EEI

<b>Pesquisador</b>	<b>José Angelo Rebelo</b>
Data e local	28 de junho de 2011- Assembleia Legislativa, Florianópolis, SC
Responsável pelo prêmio/homenagem	Deputada Estadual Angela Albino
Prêmio/homenagem	Por trabalhos em prol da orquidofilia e orquidocultura de Santa Catarina
<b>Pesquisador</b>	<b>José Alberto Noldin</b>
Data e local	2005 - IV Congresso Brasileiro de Arroz Irrigado - Santa Maria, RS
Responsável pelo prêmio/homenagem	Sosbai - Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado
Prêmio/homenagem	Destaque Pesquisa
<b>Pesquisador</b>	<b>Juarez José Vanni Müller</b>
Data e local	1998 – Itajaí, SC
Responsável pelo prêmio/homenagem	Prefeitura Municipal de Itajaí
Prêmio/homenagem	Certificado Honorífico de Conselheiro
Data e local	1992 - Uruguai
Responsável pelo prêmio/homenagem	Sociedad Uruguaya de Horticultura
Prêmio/homenagem	Placa de Prata
Data e local	1991
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Sociedade de Olericultura do Brasil
Prêmio/homenagem	Prêmio Marcílio de Souza Dias
Data e local	1990
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Sociedade de Olericultura do Brasil
Prêmio/homenagem	Placa de Prata

Data e local	1990
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Comissão Organizadora do 4º Congresso Latino-Americano de Horticultura e 30º Congresso Brasileiro de Olericultura
Prêmio/homenagem	Placa de Prata
Data e local	1989
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Associação Argentina de Horticultura (Asaho)
Prêmio/homenagem	Sócio Honorário
Data e local	1988
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea)
Prêmio/homenagem	Certificado de Serviço Relevante Prestado à Nação
Data e local	1986
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Prefeitura de La Plata
Prêmio/homenagem	Huésped de Honor
Data e local	1985
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Bureau Catarinense de Congressos e Associação dos Dirigentes de Vendas do Brasil
Prêmio/homenagem	A Noite dos Presidentes
Data e local	1985
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Sociedad Argentina de Olericultura
Prêmio/homenagem	Placa de Prata pela Iniciativa do Trabalho de Integração Latino-Americana
Data e local	1985 - Argentina
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Prefeitura Municipal da Cidade de Rosário, Província de Santa Fé, Argentina
Prêmio/homenagem	Huésped Distinguido
Data e local	1984 - Chile
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Sociedad Chilena de Olericultura
Prêmio/homenagem	Sócio Honorário
<b>Pesquisador</b>	<b>José Maria Milanês</b>
Data e local	1983
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Sociedade Entomológica do Brasil

Prêmio/homenagem	Concurso Nacional sobre cigarrinhas de pastagens: Dinâmica populacional de <i>Zulia (Notozulia) entreriana</i> (Berg, 1879) e <i>Deois (Acanthodeois) flavopicta</i> (Stal, 1854) (Homoptera: <i>Cercopidae</i> ) em diferentes gramíneas
Data e local	2002
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Editora Expressão Sul, Epagri/Cepaf
Prêmio/homenagem	Prêmio Expressão em Ecologia: Controle biológico da larva-minadora-dos-citros ( <i>Phyllocnistis citrella</i> ) pela liberação do parasitparasitoidede <i>Ageniaspis citricola</i>
Data e local	2008
Responsável pelo Prêmio/homenagem	Epagri/EEI
Prêmio/homenagem	Prêmio Expressão em Ecologia: Controle biológico do moleque-da-bananeira com fungo entomopatogênico <i>Beauveria bassiana</i> (Coordenador do trabalho)
<b>Pesquisador</b>	<b>Domingos Savio Eberhardt</b>
Data e local	2009 - VI Congresso Brasileiro de Arroz Irrigado - Porto Alegre, RS
Responsável pelo prêmio/homenagem	Sociedade Sul-Brasileira de Arroz Irrigado (Sosbai)
Prêmio/homenagem	Destaque Pesquisa
<b>Pesquisador</b>	<b>Miltom Geraldo Ramos</b>
Data e local	1987
Responsável pelo prêmio/homenagem	Paraná
Prêmio/homenagem	Trabalho de Plantio Direto



## El sedia reunião do Plano Nacional de Pesquisa

A Embrapa coordenava a pesquisa agrícola nacional. Uma das atividades do coordenador era a Reunião Anual de Pesquisa do PNP (Programa Anual de Pesquisa). Segundo relato do pioneiro da EEI, Luis Alberto Lichtemberg, nessas reuniões todos os projetos de pesquisa aprovados na Empasc e em outras Unidades Estaduais de Pesquisa Agropecuária eram submetidos a análise, discussão e aprovação no PNP. Essas reuniões eram um ótimo fórum de discussão, que reunia todos os especialistas do produto no País e que permitia a melhoria do nível da pesquisa do Brasil. Era mais proveitoso que qualquer congresso em virtude do grande intercâmbio que havia. Foi assim que, entre os dias 21 e 25 de agosto de 1989, a EEI sediou uma reunião de PNP do Programa Nacional de Pesquisa de Hortaliças, sob a coordenação do CNPH/Embrapa, o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças. A essa reunião compareceram 24 cientistas representando o Centro Nacional de Pesquisa de Fruteiras Temperadas de Pelotas, RS, a Empasc (estações de Itajaí, Ituporanga, Caçador, São Joaquim e Urussanga e do Escritório Central de Florianópolis), o Instituto Agrônomo do Paraná, de Curitiba, e o CNPH, de Brasília. Vieram também alguns técnicos do Instituto Ceba e da sede da Acaresc, em Florianópolis, SC. Nessa reunião 75 projetos foram submetidos à avaliação dos presentes, representantes dos três Estados do Sul do País. A Empasc participou com 32 projetos (43% do total apresentado). Além dos aspectos técnicos atinentes aos projetos, foram discutidas as prioridades de pesquisa em hortaliças e em quais espécies se deveriam concentrar maiores esforços e recursos. Alho, batata, cebola e tomate foram as escolhidas (Cavacos, ano VII, nº 5, setembro/1989).

# A

## lguns eventos técnico-científicos sediados pela EEI

- **XII Reunião da Cultura do Arroz Irrigado.** O evento ocorreu em Balneário Camboriú, SC, nos dias 26 a 28 de setembro de 1984.

- **XVI Reunião da Cultura do Arroz Irrigado.** O evento ocorreu em Balneário Camboriú, SC, nos dias 5 a 9 de outubro de 1987.

- **Reunião para elaboração de Normas Técnicas para Cenoura e Sistema de Produção de Tomate.** O evento ocorreu no auditório da EEI nos dias 20 e 21 de março de 1990.

- **7º Encontro em Hortaliças e 4º em Plasticultura.** Os encontros foram sediados em Balneário Camboriú, no Hotel Marambaia, no período de 5 a 7 de dezembro de 1990.

- **XIX Reunião da Cultura do Arroz Irrigado.** O evento ocorreu no Hotel Marambaia, em Balneário Camboriú, SC, nos dias 23 a 26 de setembro de 1991.

- **27º Congresso Brasileiro de Fitopatologia.** O Congresso foi sediado em Itajaí, no Parque da Marejada, no período de 15 a 19 de agosto de 1994.

- **Primeiro Show Room de Hortaliças.** O evento ocorreu nos dias 10 e 11 de outubro de 1994. Compareceram 1.096 pessoas e 70 empresas do setor. Os visitantes procediam dos três Estados sulinos, além de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

- **25º Congresso Brasileiro de Olericultura.** O evento ocorreu no Teatro Carlos Gomes, em Blumenau, nos dias 15 a 19 de julho de 1995. Participaram 500 congressistas.

- **XXII Reunião da Cultura do Arroz Irrigado.** O evento ocorreu no Hotel Marambaia, em Balneário Camboriú, SC, nos dias 23 a 26 de setembro de 1997.

- **III Congresso Brasileiro de Arroz Irrigado e XXV Reunião da Cultura do arroz irrigado.** O evento ocorreu no Centro de Eventos do Hotel Itália, em Balneário Camboriú, nos dias 5 a 8 de agosto de 2003.

- **VI Simpósio Brasileiro sobre Bananicultura.** O evento ocorreu em Joinville, nos dias 3 a 7 de maio de 2004.

- **XVII Reunião Internacional da Acorbat.** O evento ocorreu em Joinville, nos dias 15 a 20

de outubro de 2006.

- **I Simpósio Internacional sobre Banicultura nos Subtrópicos do Cone Sul.** O evento ocorreu em Joinville, nos dias 18 e 19 de março de 2010.

- **VII Congresso Brasileiro de Arroz Irrigado.** O evento ocorreu no Hotel Recanto da Águas, em Balneário Camboriú, nos dias 9 a 12 de agosto de 2011.



## s chefes da EEL

Nesta lista constam os nomes dos chefes que a EEL teve, bem como os períodos em que exerceram a chefia e as portarias de nomeação:

<b>Chefe</b>	<b>Período e portaria</b>
Sylvio Ferraz de Araújo	1/4/1976 a 12/3/1987 – Portaria 5A de 1/4/1976
Osvino Leonardo Koller	1/4/1987 a 12/6/1989 – Portaria 038/87
Milton Geraldo Ramos	12/6/1989 a 1/5/1991 – Portaria 087/89
Juarez José Vanni Muller	1/5/1991 a 7/3/1993 <sup>1</sup> – Portaria 083/91
Moacir Antônio Schiochet	4/6/1993 a 19/11/1993 – Portaria 281/93
Carlos Paulo Vetterle	19/11/1993 a 10/1/1995 – Portaria 531/93
Robert Harri Hintz	10/1/1995 a 27/11/1996 – Portaria 0021/95
Murito Ternes	27/11/1996 a 7/01/1999 – Portaria 0321/96
Carlo Paulo Vetterle	07/01/1999 a 13/01/2003 – Portaria 072/99
Lucas Miura	13/01/2003 a 26/07/2004 – Portaria 048/04
Gilmar Roberto Zaffari	26/07/2004 a 09/08/2006 – Portaria 0468/04
Jorge Luiz Malburg	29/11/06 a 19/07/07 – Portaria 0329/07
Henri Stuker	23/07/07 a 03/01/2011 – Portaria 0318/07
José Alberto Noldin	23/05/2011 – Portaria 0351/2011

<sup>1</sup>Gerente Técnico de 05/09/1991 a 17/03/1993 – Portaria 067/91. Em 30/09/1991 desaparece a nomenclatura de chefe de Estação que muda para Gerente Técnico do CTA-LN (*Centro de Tecnologia Agrícola do Litoral Norte*), que perdura até 1995.



## primeiro chefe da EEI



Para primeiro chefe da EEI, o então presidente da Empasc, José Oscar Kurtz, nomeou o engenheiro-agrônomo Sylvio Ferraz de Araújo (1/4/76 a 12/3/1987). Ele era natural de Minas Gerais e, na época, era o Supervisor Regional da Acaresc em Itajaí. A nomeação de Ferraz se deu pela Portaria nº 5A, de 1/4/1976, que se constituiu em seu contrato de pesquisador da Empresa (Fig. 39). No entanto, Sylvio, na qualidade de Supervisor Regional da Acaresc, já respondia pela EEI antes dessa Portaria. Os contratados para a EEI no início de 1976 recebiam a informação para procurá-lo. Aqueles que o fizeram antes de meados de março não tinham como trabalhar, pois a casa da Rua Lauro Müller ainda não fora alugada para sediar provisoriamente a Estação. Entre esses *sem-sala* estava o Pesquisador Valmir José Vizzoto, contratado em 2 de fevereiro daquele ano.

De acordo com o *Curriculum Vitae* de Ferraz e seu diploma de graduação, ele nasceu em Guaxupé, MG, em 26/12/1931 e graduou-se em Agronomia pela Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná em dezembro de 1955. Após a formatura, tinha três opções profissionais: voltar para a fazenda do pai em Guaxupé – o pai o desaconselhou; aventurar-se em Goiás; ou atender o convite do colega de turma Celso Ivan da Costa, nascido em Curitiba em 1918 e deputado estadual (1963-67, 1967-71 e 1971-75), para vir para Santa Catarina. Sylvio veio e foi trabalhar, em dezembro de 1955, em Itapiranga, no Serviço Estadual de Fomento Agropecuário, do Ministério da Agricultura, chefiado por Glauco Olinger. Em 2 de janeiro do ano seguinte foi transferido para Concórdia a fim de desempenhar a mesma função. Dela, foi contratado

**Figura 39.** Portaria que por meio da qual Sylvio Ferraz de Araújo foi nomeado chefe da EEI



para o Projeto-ETA-17.

De acordo com Olinger (2006), o Projeto ETA-17 de Extensão Rural para Santa Catarina foi assinado em 29 de fevereiro de 1956. Para trabalhar no projeto buscaram-se formandos e recém-formados de Agronomia nas escolas do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais. Os indicados por essas escolas fariam um curso de aperfeiçoamento no qual seriam finalmente aprovados para o serviço. Para formação e seleção, tais indicados partiram para o curso de especialização no Centro de Ensaio e Treinamento de Engenharia Rural de Ipanema (Ceter), do Ministério da Agricultura, em São Paulo. Sylvio participou do curso de Extensão Agrícola no período de 4 de junho a 1º de setembro de 1956 (Fig. 40). Submetido a rígido processo de seleção, que consistiu de avaliação da vida pregressa estudantil, prova escrita, teste de campo, curso de capacitação e estágio supervisionado de campo, o recém-formado Sylvio foi aprovado com outros nove colegas. Foi assim que o mineiro Sylvio se constituiu em um dos 10 extensionistas pioneiros no Estado de Santa Catarina, dos quais três eram catarinenses, três paulistas, dois mineiros, um carioca e um maranhense.

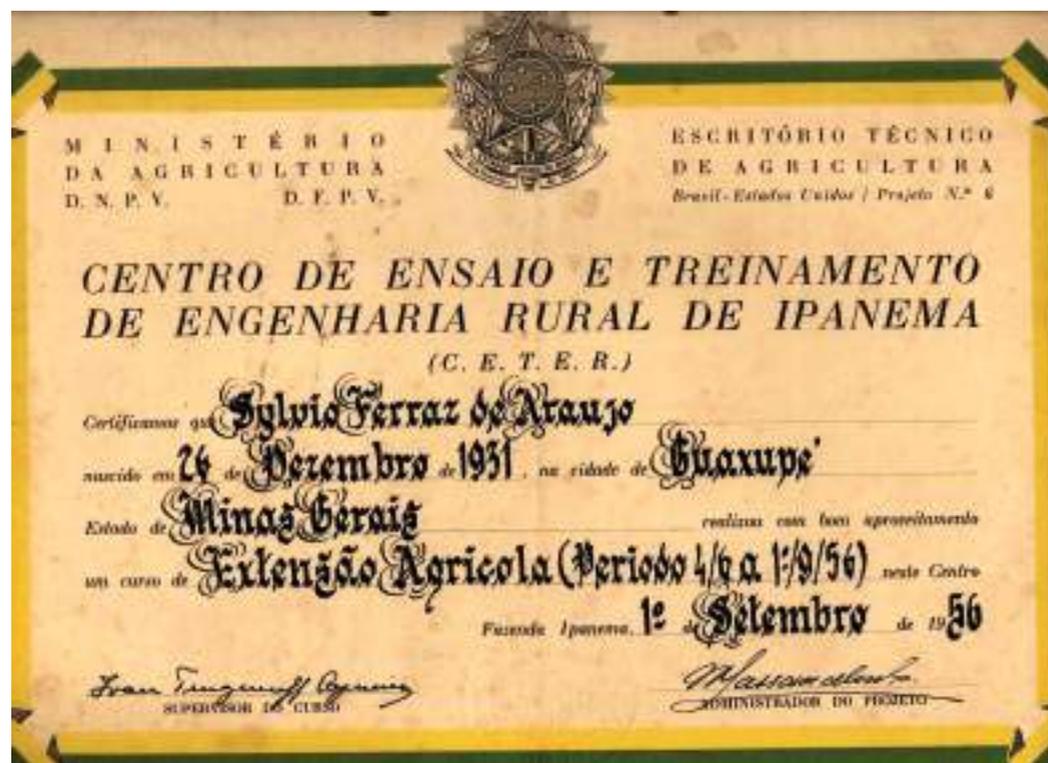


Figura 40. Diploma do Ceter concedido a Sylvio de Araújo

Entre esses pioneiros, pilotos de provas de *Jipe*, veículos usados no trabalho, estavam Renato Paulo Heyse (SC), Christóvão de Andrade Franco (SP), Murilo Pundek (SC) e Glauco Olinger (SC). Para alocar esses extensionistas foram criados, por critérios diversos, oito escritórios municipais

de extensão e assistência técnica rurais. Quatro no Vale do Itajaí (Indaial, Rio do Sul, Ituporanga e Ibirama) e quatro no Vale do Rio do Peixe (Capinzal, Herval d'Oeste, Joaçaba e Videira). No entanto, não havia jipe para o trabalho. Os extensionistas foram dispensados e ficaram a aguardar telegrama de chamada ao serviço. Sylvio foi para Guaxupé. O telegrama chegou. Deveriam ir ao Rio de Janeiro buscar os veículos de trabalho.

A viagem de volta a Santa Catarina durou quatro dias. Glauco Olinger, que se tornara o Secretário Executivo do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, encaminha o jovem Sylvio para abrir o escritório de Videira em 30/12/1956. A abertura de todos os escritórios deveria ocorrer naquele ano, obrigatoriamente. Sylvio, ao chegar, apresenta-se ao prefeito da cidade, Luiz Leoni, ao secretário municipal, César Augusto, e ao Tesoureiro, Valdemar Kleinübing, pai do ex-governador catarinense Vilson P. Kleinübing.

Sylvio atuou como extensionista rural em Videira, onde, segundo ele, realizou o seu 5º ano de Agronomia. Também atuou como extensionista em Indaial e Concórdia, e como Supervisor Regional em Concórdia e em Itajaí, entre tantas outras atividades ligadas à agricultura. Em Concórdia, Sylvio Ferraz de Araújo presidiu a Associação Catarinense de Criadores de Suínos no período de 1963 a 1968.

Entre diversas homenagens e menções honrosas, recebeu a da Câmara de Vereadores de Indaial (representada pelo seu presidente Alvin Rauh Júnior), juntamente com sua colega de trabalho, a extensionista Nilva Wiedemer, em 27 de janeiro de 1959, ainda no Projeto ETA-17, *pelos trabalhos de melhoria dos níveis de vida da população por meio do ensino de novas técnicas para o trabalho no campo e no lar*. Os cumprimentos e agradecimentos do Prefeito Cezar Augusto Filho, de Videira, em 12 de agosto de 1963, *pelos relevantes serviços prestados à agricultura do município, revelados pelo seu renome profissional, seus amplos conhecimentos, sua notável dedicação às coisas da terra. Sua capacidade extraordinária de se fazer compreender pelos agricultores locais fizeram com que o município fosse sumamente beneficiado com a introdução e a adoção por parte dos agricultores de métodos racionais e adequados processos de exploração da terra*. Do secretário de Estado da Cultura, Esporte e Turismo, o deputado estadual Júlio César, em 20 de agosto de 1980, *pelo apoio, sem medir esforços, para solucionar os problemas que lhe são apresentados*. Além dessas, Sylvio recebeu muitas outras homenagens e agradecimentos por serviços prestados à sociedade como profissional da Agronomia, administrador e cidadão.

Sylvio, após relevantes serviços prestados ao Estado de Santa Catarina, durante 36 anos de intensa e eclética atividade, aposenta-se aos 59 anos de idade. Antes de partir, recebe os cumprimentos e agradecimentos pelos relevantes serviços prestados como pesquisador e chefe da EEI dos seus colegas por meio de carta nº 242, de 20/5/1992, assinada pelo gerente geral do CTA Litoral Norte, Luis Carlos Damiani, e pelo gerente técnico do mesmo CTA, Juarez José Vanni Müller.

Segundo Cavacos, ano X, nº 5, junho/1992, p. 3, a despedida e as homenagens feitas a Sylvio pelos diretores e associados da Afei ocorreram no auditório da Estação, na tarde do dia 20 de maio de 1992. Também foram homenageados, nessa oportunidade, o bom mecânico Alfredo Hemann Jankee, o fabuloso carpinteiro Gelásio Simas e a deslumbrada telefonista, a amiga Zizi, cujo nome é Lídia Lucélia Alexandra, mas só ela sabe disso. A cerimônia foi presidida pelo presidente Domingos Savio Eberhardt. O associado Luiz Alberto Lichtemberg relatou fatos e passagens pitorescos de cada homenageado, o que fez todos rirem muito.

Richard Bacha e Luís Damiani discursaram a respeito da vida profissional dos referidos homenageados, que receberam das mãos dos sócios Sueli Mafra e Takazi Ishyi uma singela lembrança ofertada pelos colegas da Afei. Após isso, Ingomar Seidel e Antônio Amaury foram designados para entregar uma lembrança especial ao Sylvio que, ao abrir, provocou risadas em todos os presentes. Era um boné branco, sinal usado pelo chefe; quando o ostentava, era para dizer que não estava nada contente. Após a cerimônia, todos se dirigiram ao salão festivo da Afei para desfrutarem de lauto e festivo jantar. Por ora, esse chefe, que completará em 26 de dezembro 80 anos de vida, repousa de sua labuta, contemplando nossa costa marinha em sua casa de praia na bela orla de Canto Grande. Afirma estar extremamente feliz por ter, em 1955, escolhido Santa Catarina para trabalhar e viver.



## ONEXÃO, o jornal da Gestão de Pessoal da EEI

Sentindo falta de um veículo de comunicação mais eficiente para o seu Setor, as colegas Luciane Luchtenberg Lehmkuhl e Suzette Rovaris Brasil, da Gestão de Recursos Humanos (GRH), adotam um informativo que chamaram de *Boletim Informativo/Gestão Pessoal – Itajaí*, lançado em 2 de abril de 2009. Por ocasião do segundo número, Fabiano Cleber Bertoldi, também com o objetivo de fortalecer a comunicação interna da EEI, sugere um veículo mais abrangente e que contasse com a participação de outros colegas. O novo jornal, que continuaria a tratar dos assuntos do GRH, agora de forma mais abrangente, circula em 5 de maio de 2009, com o nome de *Conexão* (Fig. 41), denominação sugerida por Luciane.

Na edição de 7/10/2009 é criada a coluna *Casos e Acasos*, assumida por José Angelo Rebelo. Em março de 2010 o *Conexão* publica o programa de informatização do Setor de Pessoal da EEI. Tal notícia chama a atenção do presidente da Epagri, Luiz Ademir Hessmann, que visita o GRH da EEI para conhecer de perto tal trabalho. Na ocasião, ao cumprimentar os editores pela qualidade do *Conexão*, recebe o pedido de repasse do informativo *Para Todos*, o que fica permitido. O presidente ratifica seu cumprimento ao jornal por meio deste texto: *Foi motivo de grande satisfação quando, logo após assumirmos a Direção da Empresa, em visita à Gerência Regional e à Estação Experimental de Itajaí, tomamos conhecimento do Jornal Conexão. Julgamos da maior importância, para a Empresa e para os empregados, todas as iniciativas que têm por objetivo, de forma séria e honesta, facilitar a circulação de informações e divulgar os trabalhos da Epagri. O Jornal Conexão é um belíssimo exemplo. Porém, não podemos, nesta oportunidade, deixar de enaltecer o exemplo de desprendimento, de boa vontade, de comprometimento com a Empresa das editoras Luciane e Suzette, que, espontaneamente, somaram às suas atividades administrativas diárias a responsabilidade pela confecção do Jornal. Uma demonstração viva de que “quem quer, faz”. Parabéns a todos que se envolvem na confecção do Jornal Conexão, bem como à gerência e à chefia das duas Unidades pelo apoio prestado a essa iniciativa. Luiz Ademir Hessmann*

O número de março de 2010 apresentou uma entrevista com o presidente Hessmann e se tornou no primeiro *Conexão* “*Para Todos*”. Hoje, esse jornal tem regular circulação mensal. Sem nenhum percalço, cumpre sua missão de informar, integrar, formar e divertir.

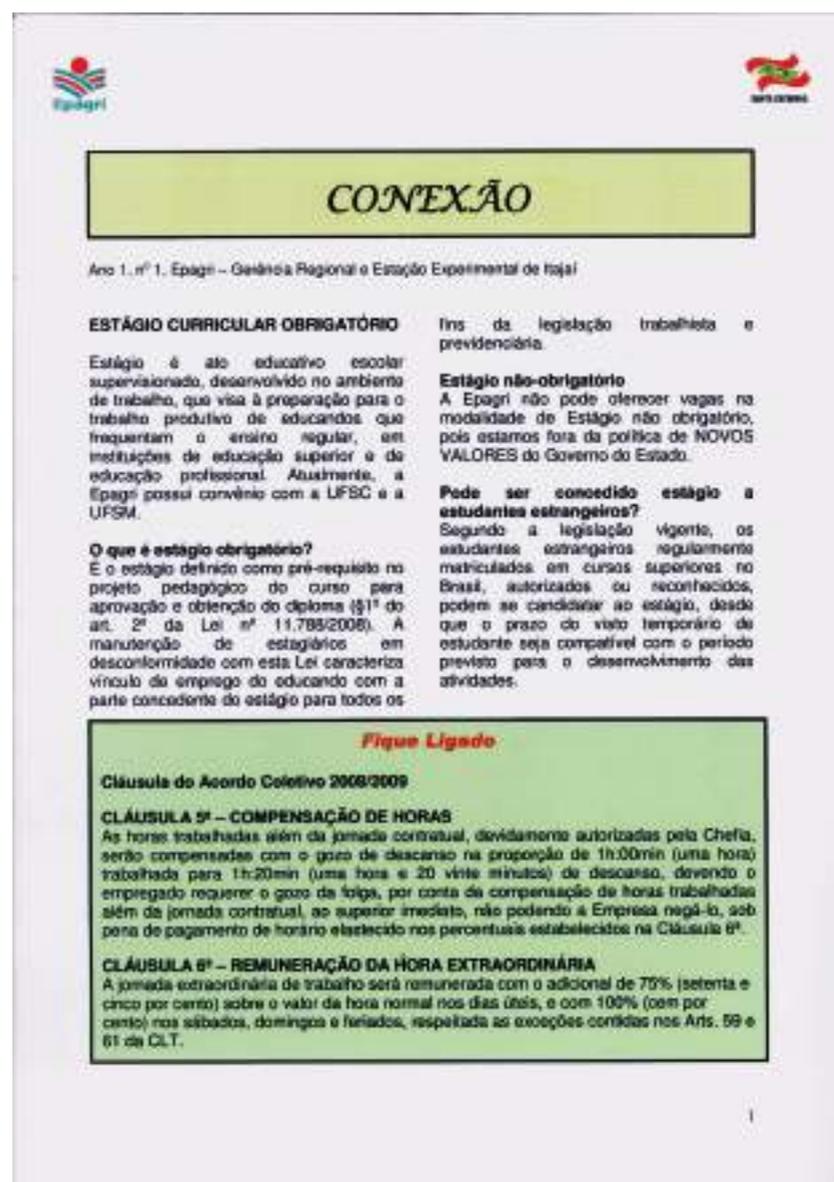


Figura 41. O primeiro número do *Conexão*, jornal do setor de Gestão de Recursos Humanos da EEI

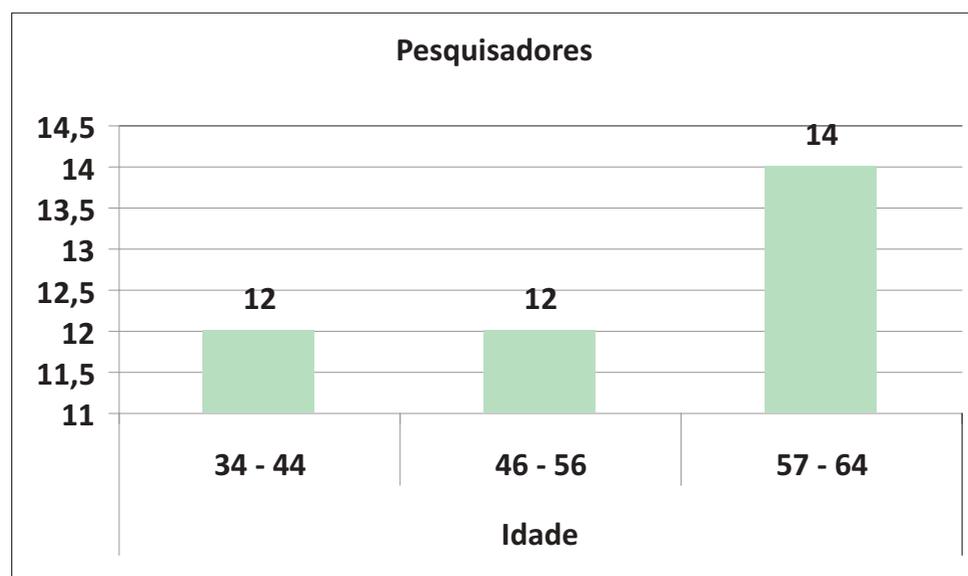


## tuais recursos humanos da EEI

Atualmente, a EEI conta com um corpo de 115 funcionários (Quadro 1). Os pesquisadores têm graduação em Agronomia, Veterinária, Química e Farmácia, com diferentes títulos acadêmicos (Quadro 1). A média de idade é, de modo geral, alta (Fig. 42) e muitos têm idade e tempo de serviço para se aposentar (Fig. 43).

**Quadro 1.** Recursos humanos da Estação Experimental de Itajaí por categoria e qualificação

	Título acadêmico	Número
Pesquisadores	Especialistas	1
	Mestres	17
	Doutorandos	3
	Doutores	17
Auxiliares de laboratório		7
Técnicos de laboratório		5
Operários rurais		41
Funcionários de apoio operacional		19
Assistentes de pesquisa		5



**Figura 42.** Idade dos pesquisadores da EEI

Curiosamente, quatro funcionários têm a idade da EEI, a saber:

Nome	Função	Data de nascimento
Gilberto Niedzeilski	Tratorista	15/5/1976
Aurélio Garcia	Laboratorista	16/5/1976
Andrey Martinez Rebelo	Pesquisador	2/11/1976
Gisele Canan Rothenbach	Técnica de Laboratório	4/12/1976

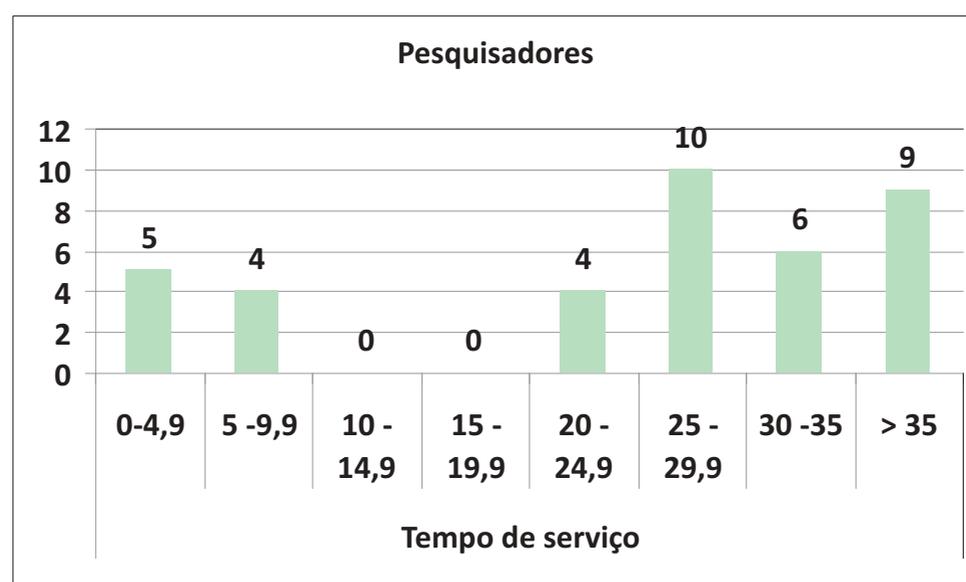


Figura 43. Tempo de serviço na Epagri dos pesquisadores que a servem na EEI



## Programas atuais de pesquisa da EEI

Na EEI, atualmente, os pesquisadores se dedicam a quatro programas de pesquisas: Arroz Irrigado, Flora Catarinense, Fruticultura Tropical e Hortaliças.

**Programa de Arroz** – Estabelecido que o arroz seria um dos produtos a ser trabalhados pela EEI, já em maio de 1976, os técnicos da Estação ligados a esse produto participaram, na sede da Empasc, em Florianópolis, de um estudo da cultura para estabelecimento de suas prioridades. O encontro foi coordenado pela chefia do Centro Nacional de Pesquisa do Arroz e Feijão em Goiânia. Ainda em maio desse mesmo ano os pesquisadores do Programa Arroz da EEI receberam a assessoria do Dr. Clóvis Terra Wetzel, da Embrapa/Brasília, para produção e multiplicação de sementes genéticas e básicas de arroz. Também em maio ficou definido o programa, para 1976, de capacitação dos extensionistas no sistema de produção de arroz. Em junho, com a participação do Centro Nacional de Pesquisa de Arroz e Feijão, houve no Irga, em Porto Alegre, um seminário para análise de trabalhos de pesquisa nos programas da cultura no sul do Brasil. Técnicos da EEI envolvidos com o produto se fizeram presentes e de lá trouxeram importantes subsídios para os seus trabalhos de pesquisa.

Em seguida a esse encontro no Irga, os pesquisadores do Programa Arroz da EEI, juntamente com extensionistas da Acaresc, preocupados com a orientação dos orizicultores, ministraram um curso sobre a cultura nos dias 12 a 14 de julho. Em agosto de 1976, o secretário estadual da Agricultura se manifesta satisfeito com o desenvolvimento do Programa de Produção de Sementes Genéticas e Básicas de Arroz da EEI.

Em 1977 o Programa de Pesquisa de Arroz Irrigado da EEI já havia instalado 19 experimentos localizados nos municípios de Agronômica, Camboriú, Itajaí, Massaranduba, Tubarão e Turvo. Entre esses experimentos, estavam os voltados para ajustes de sistema de produção, instalados em 1976 e 1977.

Em 1977-78 os resultados mais impactantes foram: a) a publicação de *Recomendação de Cultivares de Arroz Irrigado para Santa Catarina, safra 78/79* (Fig. 44); b) *Furadan, um bom inseticida para o controle da bicheira do arroz*; c) *Sistema de Produção de Arroz – Revisão*”; e d) a produção de 12,5t de sementes de nove cultivares recomendados.



**Figura 44.** Recomendação de cultivares de arroz para a safra 1978-79 feita pelos pesquisadores do Programa Arroz da EEI

O pesquisador Moacir Antônio Schiochet tem o tempo de serviço no complexo Acaresc/Empasc/Epagri maior que a idade da Estação Experimental de Itajaí. Ele é um dos pesquisadores do Programa de Pesquisa de Arroz dessa Estação e concedeu-nos a entrevista apresentada abaixo. Nela relata certo histórico do referido Programa de Pesquisa e faz suas ponderações para o futuro do cultivo em Santa Catarina desse importante produto na alimentação da humanidade.

*O cultivo do arroz irrigado é uma prática que faz parte da história das regiões do Baixo e Médio Vale do Itajaí. Os imigrantes italianos, oriundos do norte da Itália, mais precisamente da região do Rio Pó, trouxeram em sua bagagem de conhecimentos as bases para o cultivo do arroz irrigado como forma de prover alimento para suas famílias e comunidades.*

*O sistema de cultivo do arroz irrigado trazido e implantado pelos imigrantes italianos era peculiar. Preconizava a formação de quadros nivelados e cercados por taipas com altura de 20 a 30cm para conter a água da irrigação da cultura. Nesse sistema, a semente de arroz passa por um processo de germinação anterior à semeadura. Dessa forma, a semente está pré-germinada quando é lançada aos quadros de cultivo, previamente inundados com lâmina d'água de 5 a 10cm.*

*O processo de pré-germinação inicia pela imersão em água das sementes contidas em sacos permeáveis por 24 a 48 horas. Após esse período, os sacos contendo as sementes são retirados da água, colocados à sombra e cobertos por outras 24 a 48 horas para as sementes expressarem o início da brotação. Esse sistema de cultivo do arroz irrigado pré-germinado é praticado em mais de 95% da área cultivada com arroz em Santa Catarina.*

*Desde os primórdios desse cultivo as variedades de arroz representavam um grande entrave. Eram trazidas, principalmente, de São Paulo cultivares desenvolvidos pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) e do Rio Grande do Sul, onde o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) atuava no desenvolvimento de tecnologias para a cultura do arroz. Esses cultivares oriundos de sistemas de*

*cultivos distintos do catarinense não estavam adaptados às nossas condições de cultivo de arroz. O acamamento das plantas e a baixa produtividade eram os principais entraves.*

*Os primeiros trabalhos visando atender os anseios dos orizicultores catarinenses foram desenvolvidos pelo Dnpea, um departamento de pesquisa agropecuária vinculado ao Ministério da Agricultura na Estação Experimental de Urussanga. Os registros disponíveis dão conta de experimentos de competição de cultivares de arroz irrigado implantados na propriedade de Edmundo Pasold, no município de Guaramirim, em 10 de setembro de 1971, bem como na propriedade de Ivo Poffo, em Pouso Redondo, Eloi Anastácio da Silva, em Gaspar, entre outros. Além dos trabalhos visando eleger novos cultivares de arroz, foram conduzidos experimentos de calibração de solos e adubação e correção da fertilidade.*

*Esses trabalhos deram origem ao que foi publicado em junho de 1975 como Circular nº 25, pacotes tecnológicos “Sistema de Produção para Arroz”, contendo informações de manejo e recomendações de cultivares, todos oriundos do IAC ou do Irga. A Embrapa e a Secretaria da Agricultura/Acaresc foram as empresas responsáveis pela organização e publicação desse documento.*

Com a criação da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina, em 1975, todos os trabalhos desenvolvidos na Estação Experimental de Urussanga passaram a ser coordenados pela equipe de pesquisadores sediados na Estação Experimental de Itajaí, criada em 1976. A equipe inicial de pesquisadores em arroz irrigado teve o primeiro trabalho voltado para a escolha da área experimental e adequação e sistematização dos quadros visando atender o cultivo do arroz irrigado pré-germinado. A implantação da estrutura mínima para cultivo do arroz contou com a determinação da então chefia da EEI na pessoa do “Dr. Sílvio” e do trabalho laborioso e criativo da equipe de pesquisadores, técnicos agrícolas e principalmente operários rurais que se dedicaram ao árduo trabalho de sistematização das pantanosas áreas de várzea destinadas ao cultivo do arroz.

Os trabalhos de nivelamento grosseiro dos quadros foram realizados por máquinas. A lavração e o alisamento dos quadros de cultivo foram feitos pelo emprego da força de animais, como o cavalo, principalmente. Todo o acabamento dos quadros e tapumes, a semeadura e a aplicação de adubos e defensivos agrícolas eram realizados manualmente pela equipe de operários rurais. Há vários relatos de fatos como atolamento de funcionários, assim como tombos em valas cheias de água ao caminharem em tapumes escorregadios.

Os primeiros resultados do trabalho de pesquisa começaram a aparecer com a elaboração e divulgação do primeiro documento de recomendação de tecnologias para o cultivo do arroz irrigado “Sistema de Produção para Arroz Irrigado (revisão)”, publicado em setembro de 1977. Esse documento continha toda a informação disponível para o cultivo do arroz pré-germinado, ainda

restrito à região do Vale do Itajaí, e para o cultivo do arroz semeado em solo seco com irrigação aos 30 dias, praticado no sul do Estado, à semelhança do que se praticava no Rio Grande do Sul.

Em 1980, a Empasc, a partir dos trabalhos de introdução e avaliação de linhagens e cultivares oriundos de instituições nacionais e internacionais, lançou os três primeiros cultivares de arroz irrigado desenvolvidos para cultivo em Santa Catarina no sistema pré-germinado. Eram os cultivares Empasc 100, Empasc 101 e Empasc 102. Desses cultivares, apenas o Empasc 101 teve boa aceitação pelos produtores e os outros foram logo esquecidos.

Os trabalhos de adaptação de linhagens e cultivares para as condições de cultivo existentes em Santa Catarina apresentavam muitas dificuldades, especialmente pelo fato de que nosso sistema de cultivo, arroz irrigado pré-germinado, ser muito peculiar a nós, dificilmente se encontrava linhagem de arroz que se adaptasse às essas condições. Mesmo assim, introduções de linhagens do Centro Internacional de Agricultura Tropical (Ciat), do Centro Internacional de Pesquisa de Arroz (Irri), bem como de institutos nacionais, permitiram à Empasc lançar e recomendar novos cultivares, como o Epagri 108 e o Epagri 109 em 1995, ainda hoje cultivados em grandes áreas do Estado.

A especificidade do sistema catarinense exigia que aqui se criassem as tecnologias adequadas ao cultivo do arroz pré-germinado. Esse desafio fez nascer na EEI o programa de hibridação de arroz visando à obtenção de novos cultivares apropriados ao referido sistema peculiar de produção.

Esse trabalho de criação de cultivares de arroz, amparado pelo trabalho de mutação induzida, possibilitou a criação e lançamento de 17 cultivares de arroz irrigado pela equipe do Programa de Pesquisa em Arroz até os dias de hoje.

A adequação dos cultivares de arroz criados pela Empasc/Epagri para o sistema de cultivo e para as condições ambientais vigentes em Santa Catarina possibilitou que, atualmente, quase toda a área de cultivo de arroz em Santa Catarina seja desenvolvida com o emprego de cultivares oriundos da Estação Experimental de Itajaí.

Os primeiros cultivares de arroz lançados e recomendados pela Empasc apresentavam um excelente desempenho na lavoura, especialmente adequação ao sistema de cultivo pré-germinado e alta produtividade. No entanto, os grãos produzidos tinham aspecto e forma diferentes daqueles produzidos pelos cultivares tradicionais. Essa mudança de tipo de grão causou inicialmente transtornos para a cadeia produtiva, especialmente para a indústria de beneficiamento, que tinha suas máquinas e equipamentos ajustados ao tipo de grão vigente, bem como aos consumidores, que estranharam o novo tipo de grão.

A persistência dos produtores em cultivar as novas variedades de arroz de alto rendimento de grãos possibilitou a superação dessa disputa entre as indústrias. A elas interessava a manutenção da situação confortável de mercado consolidado e os produtores desejavam mudança em favor

de um melhor desempenho de suas lavouras com os novos cultivares de arroz. Essa questão foi intermediada pelos pesquisadores da Empasc/EEI, que demonstraram aos industriais que os ajustes em suas máquinas e a conscientização dos consumidores para a mudança de hábito permitiria que toda a cadeia produtiva obtivesse vantagens com os novos cultivares de arroz.

Em pouco tempo todas as indústrias passaram a receber o novo tipo de grão de arroz aqui produzido e os mercados continuaram a adquirir o arroz catarinense conhecido popularmente como “arroz amarelão” em alusão à cor do grão descascado e polido, após ter sido submetido ao processo conhecido como parboilização, que aqui em Santa Catarina também foi chamado de maceração.

A aceitação dos cultivares de arroz desenvolvidos e adaptados pela Empasc/Epagri foi tão grande que eles não se limitaram ao cultivo em Santa Catarina. Com a criação da Associação Catarinense dos Produtores e Semente de Arroz (Acapsa), a produção de semente dessa espécie com qualidade comprovada e garantida conferiu credibilidade à semente catarinense e nossos cultivares atravessaram as fronteiras do Estado e do País. Atualmente, os cultivares desenvolvidos em Santa Catarina são plantados por muitos agricultores em todas as regiões produtoras de arroz do Brasil e em vários países da América Latina.

Os desafios para o cultivo do arroz em Santa Catarina mudaram ao longo do tempo. Inicialmente, a produtividade das lavouras foi o grande desafio a ser enfrentado. Esse cenário foi alterado pela adoção das tecnologias geradas pela EEI e difundidas aos agricultores. Atualmente, a maior preocupação dos produtores é a adequação da produção às exigências ambientais e ao mercado cada vez mais exigente em qualidade e em preço baixo. Esse cenário aponta para o desenvolvimento de tecnologia de produção de arroz perfeitamente adequada à legislação ambiental e ajustada à produção sustentável, tanto econômica como ambiental e socialmente.

A competição e concorrência da produção de arroz proveniente de outros países, notadamente no que diz respeito à remuneração por unidade de arroz produzida, têm determinado mudanças profundas na estrutura da produção de arroz no Estado. Para viabilizar a orizicultura catarinense, a área média cultivada com arroz no Estado, que era de 4 a 10 hectares há 30 anos, passou para 20 a 40 hectares. Esse aumento de área foi a forma encontrada pelos produtores para baixar custos por meio da mecanização de todo o processo de cultivo e colheita, associada à elevada produtividade dos cultivares.

Os desafios para o futuro próximo se aglutinam neste cenário:

1. Adequação da produção às legislações ambientais.
2. Produção sustentável em perfeita integração com a cadeia produtiva a fim de viabilizar a rastreabilidade do produto.
3. Redução do custo de produção.

4. Melhoria da qualidade e diversificação de produtos.
5. Implantação de política de amparo à produção nacional de arroz, evitando-se competição desigual com o produto estrangeiro.

**Programa Flora Catarinense** – Segundo integrantes do Programa Flora Catarinense, este programa nasceu na EEI no ano de 2008 constituindo-se, portanto, no mais jovem grupo de pesquisa dessa importante unidade da Epagri. A ideia de sua criação surgiu da justa preocupação da sociedade com as questões ambientais e da necessidade de adequação do setor agrícola estadual a tecnologias mais limpas e sustentáveis. Ciente da importância dessa questão, o chefe da EEI na época, Dr. Henri Stuker, resolveu reunir os pesquisadores até então envolvidos com pesquisas específicas nas áreas de plantas ornamentais, bioativas e florestais. Hoje, o grupo está mais maduro e embora ainda existam necessidades de ajustes é notório o crescimento do Programa Flora na direção da sua vocação natural: a sustentabilidade nos sistemas agrícolas de produção e a preservação do meio ambiente rural.

Os pesquisadores do Programa Flora Catarinense concluíram, neste ano, o Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina – Caracterização Socioeconômica e Sistema de Informações Florestais. Esse projeto de pesquisa identificou, por meio de uma ampla pesquisa junto às comunidades, as espécies mais importantes do ponto de vista socioeconômico-cultural para cada região do Estado, a importância desses recursos àquelas populações, as percepções socioculturais em relação às florestas nativas, seus usos atuais e potenciais e os locais de maior utilização. Finalmente, o conjunto de informações coletadas e trabalhadas nessa fase e nas fases anteriores será organizado em um Sistema de Informações Florestais sedimentado em bancos de dados integrados das diversas metas, com dados alfanuméricos e georreferenciados dos recursos florestais de Santa Catarina. Assim, o sistema de informações florestais *web*, na arquitetura de um portal de informações, possibilitará a consulta dos dados do Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina no formato de relatórios, gráficos e mapas, além de acesso às notícias, documentos, galeria de fotos e *links* relacionados.

**Programa de Fruticultura Tropical** – Para estabelecimento das prioridades deste programa, os técnicos da EEI reuniram-se no Centro de treinamento da Acaresc, no Bairro Itacorubi, em junho de 1976. Lá discutiram os problemas da fruticultura no litoral do Estado e definiram a estratégia de pesquisa para as culturas de abacate, abacaxi e limão.

Inicialmente, trabalharam com citros, abacate, abacaxi, goiaba e mamão. Também, por um período de poucos anos, foi avaliada pouco mais de uma dúzia de cultivares de café, bem como alguns cultivares de goiaba-serrana. A respeito da pesquisa com café na EEI, em junho de 1976

foi realizado, pela Secretaria de Estado da Agricultura, com vista ao incentivo do cultivo pelos pequenos proprietários rurais dos Vales do Rio Tijucas e Tubarão e da Ilha de Santa Catarina, um levantamento das condições e necessidade desse produto.

Em 1977, o Programa de Fruticultura Tropical (abacate, café e citros) já instalara 10 experimentos, localizados no Vale do Itajaí e no Litoral. A partir do início dos anos 1980 os trabalhos foram direcionados prioritariamente para banana e citros, tendo em vista o maior consumo e a maior importância social e econômica dessas duas espécies para o Estado. Em 1997 o programa anuncia o controle biológico do moleque-da-bananeira. (Fig. 45).



Figura 45. Fôlder de 1989 do Programa de Pesquisa de Banana da EEL anunciando o controle do moleque-da-bananeira por meio de *Beauveria bassiana*

Em 1994 se iniciou a implantação de uma coleção de fruteiras nativas e exóticas diversas. O foco dos trabalhos tem sido introduzir, avaliar e selecionar variedades mais produtivas e mais resistentes a doenças e pragas e aperfeiçoar práticas de manejo, com redução do uso de agrotóxicos, bem como disponibilizar material de multiplicação dos cultivares mais promissores. As novas tecnologias de cultivo são transferidas para técnicos e produtores, visando aumentar a produtividade e a qualidade das frutas produzidas no Estado em benefício da sociedade catarinense.

**Programa Hortaliças** – A produção de hortaliças é um dos segmentos mais relevantes do ponto de vista socioeconômico do agronegócio no País. Até o final da década de 1950 as atividades de pesquisa com hortaliças no Brasil se restringiam, quase que exclusivamente, aos programas existentes na Estação Experimental Fitotécnica Domingos Petrolini, em Rio Grande, RS, na seção de olericultura do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), em Campinas, SP, e no Setor de Melhoramento de Hortaliças do Instituto de Genética da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba, SP. Como resultados desses programas, foram lançados ao longo da década de 1960 muitos cultivares de alface, tomate de mesa, abóbora, repolho, couve-flor, couve-brócolos do tipo ramoso, quiabo, morango, cebola, entre outros adaptados aos agroecossistemas das zonas de climas subtropical e tropical do País. Esses cultivares foram essenciais à expansão da área cultivada com hortaliças nas diferentes regiões geográficas do Brasil. Além disso, contribuíram para incentivar a criação das primeiras empresas genuinamente nacionais de produção de sementes de hortaliças, o que reduziu a dependência brasileira da importação delas.

A olericultura nacional foi ainda mais impulsionada entre as décadas de 1970 e 1980, com o estabelecimento de novos programas de melhoramento genético de hortaliças tanto no setor público quanto no privado. Na Embrapa, as atividades de melhoramento genético de hortaliças foram iniciadas em 1974, com a criação da Unidade de Pesquisa de Âmbito Estadual (Uepae) de Brasília, especializada em hortaliças. A partir do sucesso desse empreendimento foi criado o Centro Nacional de Pesquisa de Hortaliças de Brasília (27/5/1981) para a execução de atividades de pesquisa sobre os fatores que limitam o desenvolvimento da olericultura e coordenar o Programa Nacional de Pesquisa de Hortaliças. De 1981 até hoje, inúmeros cultivares foram lançados e o desenvolvimento de sistemas de produção e de manejo cultural contribuíram efetivamente para o aumento da disponibilidade e da qualidade das hortaliças no mercado brasileiro (Tavares, 2011).

Em 1976 a Empasc, de modo visionário, criou seu Programa Hortaliças e o sediou na Estação de Itajaí. Contratou de imediato o extensionista da Acaresc e engenheiro-agrônomo Juarez José Vanni Müller (1/4/1976), que foi seguido pelo também engenheiro-agrônomo Djalma Guimarães. A missão era iniciar os trabalhos de pesquisa do Programa. Posteriormente, e não nessa ordem, nem ao mesmo tempo, vieram os pesquisadores: bióloga Áurea Teresa Schmitt e os engenheiros-agrônomos Takazi Ishiy, Antonio Ferreira da Silva, Lucas Miura (tempo parcial), Jandir Francisco Frosi (tempo parcial), Antonio Amaury da Silva Júnior, Honório Francisco Prando (tempo parcial), Satoru Yokoyama, Valmir José Vizzotto, José Angelo Rebelo, Renato Arcângelo Pegoraro, Euclides Schallenberger, Murito Ternes e Rafael Ricardo Cantú. Como auxiliar de pesquisa, o técnico agrícola Pedro Paulo Fantini (1/12/1979) e os operários, em diferentes tempos, Antonio Miltom Cypriano – chefe de grupo, Sinésio Sardo, José da Silva, Genésio de Oliveira, Enio Rockenbach – chefe de grupo, José Cunhaco, Vanildo Simas, Valdecir Cagnetti, Alvino Mafra, Alcides Simas, Fernando Fernandes, Claudio Cunhaco e Franciele de Souza. Assim que o programa foi constituído, os

pesquisadores puderam participar, em julho de 1976, do XVI Congresso de Olericultura, sediado pela Escola Superior de Agricultura de Lavras, MG. Nesse mesmo conclave ocorreram o Primeiro Encontro de Professores de Olericultura e o Primeiro Encontro de Extensionistas em Olericultura. Logo a seguir, em novembro desse ano, os pesquisadores do Programa Hortaliças da EEI reúnem-se com os colegas da Embrapa e da Pesagro (Rio de Janeiro) para elaborar seu programa de pesquisa para 1977-78.

Em 1977 o Programa Hortaliças iniciou estudos em alface, alho, batata, cebola e tomate para geração de conhecimento em espaçamento, nutrição e controle de plantas concorrentes e cultivares. Também foram feitos estudos para se avaliar a viabilidade técnica da produção de sementes de cebola com o objetivo da produção de sementes básicas. Depois de diversos lançamentos de cultivares de cebola, o resultado com o trabalho de produção de sementes foi anunciado por meio do Boletim Técnico nº 16 da Empasc (Fig. 46).

Em batata, o Programa participou dos ensaios nacionais desse cultivo. Mais tarde lançou cultivar (Fig. 47) e efetuou um levantamento da flutuação de preços das hortaliças nas feiras livres e mercados de Itajaí. Ainda nesse ano, o Programa lançou *Normas Técnicas para o Cultivo da*

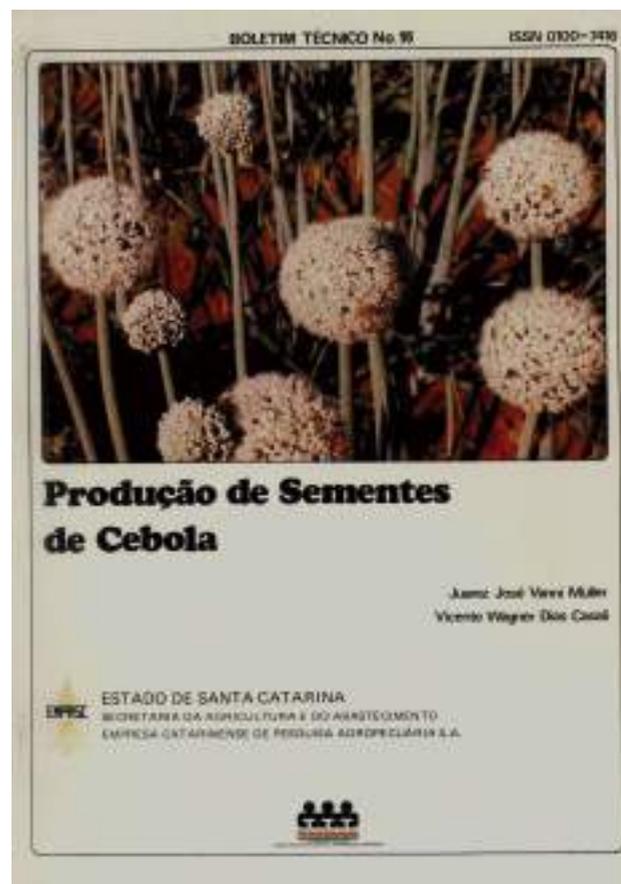


Figura 46. Boletim Técnico para a produção de semente de cebola no Estado de Santa Catarina, lançado pelo Programa de Pesquisa de Hortaliças da EEI

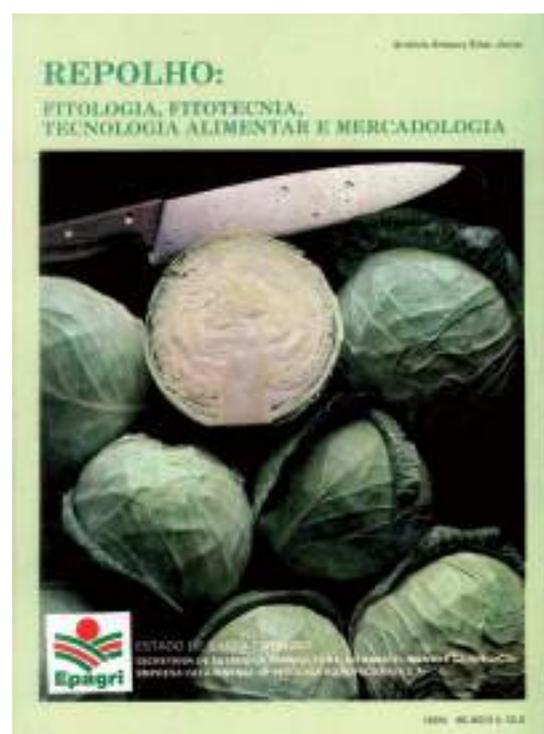


*Cebola* e tinha experimentos nos municípios de Ituporanga, Jaguaruna, Itajaí e Tubarão, dos quais quatro para teste de sistema de produção de cebola.

Figura 47. Fôlder anunciando o lançamento do primeiro cultivar de batata catarinense, cujos trabalhos de seleção foram iniciados na EEI



**Figura 48.** Exemplar da revista Agropecuária Catarinense anunciando tecnologia para a produção de pepino gerada pelo Programa de Hortaliças da EEI



**Figura 49.** Livro sobre a cultura do repolho, lançado pelo Programa de Pesquisa de Hortaliças da EEI

Em 1988 o exemplar nº 2 da revista Agropecuária Catarinense, edição de junho, lançada que fora pela Empasc em março desse ano, anuncia, em sua reportagem de capa, tecnologia para a cultura do pepineiro gerada pelo Programa de Hortaliças da EEI (Fig. 48).

Entre tantas literaturas voltadas para sistemas de produção de hortaliças, seguem como exemplo o livro sobre a cultura do repolho, o mais completo do País, lançado pelo pesquisador Antonio Amaury da Silva Júnior (Fig. 49).

Atualmente, o referido Programa, em vista de demandas atuais da sociedade, está voltado para desenvolvimento de tecnologia para sistema orgânico de produção em abrigos de cultivo e em campo e de cultivares apropriados para esse modo saudável de fazer agricultura (Fig. 50). Esse sistema propicia a qualidade e a competitividade das hortaliças, o que permite a geração de renda e emprego no meio rural. Tais fatos conduzem à sustentabilidade da produção quando se somam a eles o favorecimento da preservação do patrimônio natural e a qualidade de vida dos envolvidos no processo. Assim é que o trabalho de pesquisa está voltado para a obtenção de um sistema adequado à produção, sem impactos danosos ao ambiente, onde as plantas podem revelar seu potencial de produção e de defesa contra pragas e doenças do cultivo. Tal feito pode ser obtido por meio da nutrição orgânica equilibrada, pelo manejo das plantas e do solo, pela irrigação adequada, além de outros fatores indispensáveis à produção estudados e disponibilizados pelos pesquisadores do Programa. Considerando, ainda, os objetivos do movimento Ciência, Tecnologia e Sociedade, o Programa, além desses conhecimentos e informações, possui uma cultura de participação dos produtores na geração de tecnologia e parceiros dos setores público e privado.



**Figura 50.** Produção de tomate em sistema orgânico sob abrigo de cultivo e desenvolvimento de cultivares apropriados para o mesmo sistema do Programa de Hortaliças da EEI

Para orientar os produtores de pepino para picles, de que o Estado é o maior produtor brasileiro, foi lançado em 2011 o Boletim Técnico no 153, que trata exclusivamente dessa produção em sistema orgânico (Fig. 51).



**Figura 51.** Boletim Técnico para a produção de pepino em sistema orgânico



## Outros Programas de Pesquisa da EEL

**O Programa Aquicultura** – Em 1988 a EEL assume a responsabilidade administrativa pelo Campo Experimental de Piscicultura de Camboriú (CEPC) por meio de convênio firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina/Colégio Agrícola Camboriú, no município de Camboriú, com a Acaresc e com a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc).

Atualmente, esse programa está ligado ao Centro de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (Cedap) e se envolve com pesquisa científica nas espécies robalo *Centropomus parallelus* e *Centropomus undecimalis* e com o jundiá *Rhamdia quelen*, principalmente.

No primeiro semestre de 1991, esse Campo Experimental passou por intensa reforma. Para comemorar tal feito, uma festa foi realizada na Associação dos Funcionários do Colégio Agrícola de Camboriú em 12 de julho daquele ano. Entre os presentes, o prefeito municipal de Camboriú e o primeiro presidente da Epagri, o empresário João Basso. À noite, os participantes se dirigiram até as instalações da Santur (Santa Catarina Turismo S/A), em Balneário Camboriú, para participar da Julifest e assistir ao show da cantora Elba Ramalho.

**O Programa Essências Florestais** – Em 31 de agosto de 2011, o engenheiro-agrônomo Airtton Rodrigues Salerno nos concede uma entrevista na qual fornece estes dados sobre o extinto Programa de Pesquisa em Floresta da EEL: *Em 1990 o trabalho de pesquisa com forrageiras estava por findar. Era baixa a adoção pelos agricultores das práticas mais elementares, como o pastejo direto de capim elefante, além da falta de recursos para a pesquisa. Na época, a questão ambiental já era gritante e nada tínhamos de estudo com árvores nativas ou cultivadas e tampouco sabíamos como aproveitar a floresta sem causar irreparáveis impactos ambientais. A Empasc havia deixado esses estudos para a Embrapa Florestas em Colombo, nos arredores de Curitiba, PR. Na Ocasão, o chefe da EEL era Milton Geraldo Ramos, que pouco tempo antes concluía seu mestrado na área florestal na Costa Rica. Expus a ele a nossa carência sobre o assunto e, embora nada dissesse, tornou-se pensativo. Acredito que tenha vislumbrado uma grande oportunidade de trabalho nessa área.*

*Logo mais, começamos a nos envolver com o setor florestal no Estado e formamos uma*

*equipe, à qual se juntou o engenheiro-agrônomo Cidinei Cordini, cedido pela Cidasc ao CTA-Litoral Norte, sediado na EEI. Como havia recursos do Projeto Microbacias (MB1) para o setor florestal, elaborou-se um projeto de pesquisa em três frentes: sementes de florestais nativas, sob minha responsabilidade; manejo de florestas nativas, a cargo de Cidinei; e espécies exóticas, como pínus, eucalipto, grevílea, uva-japão e cinamomo gigante, a cargo de Milton Ramos. A equipe passou a ocupar as intalações e a área anteriormente cedidas ao Planalsucar.*

*Inicialmente, em busca de informações, recorremos ao pessoal do Herbário Barbosa Rodrigues. Lá, fomos recebidos pelo Dr. Roberto Miguel Klein de forma quase paternal. O Pe. Raulino, apesar de mais esquivo, também nos recebeu, o que culminou com a cessão à Epagri do Parque Botânico Morro Baú para estudos, em Ilhota. Do contato com o Dr. Klein resultou a priorização de 14 espécies arbóreas nativas da Floresta Atlântica Catarinense com maior potencial de cultivo na região do Vale do Itajaí. O resultado foi descrito num artigo intitulado Essências da mata atlântica com potencial para reflorestamento, publicado na revista Agropecuária Catarinense, v.4, n.4, dez. 1991, e na seleção de matrizes no Morro Baú para coletas de sementes e início dos estudos. Em setembro de 1992 os resultados do trabalho até então do Programa de Essências Florestais foi mostrado por meio de um vídeo.*

*Destacamos aqui a importantíssima experiência do Sr. José Schmitt, funcionário do Herbário, responsável pela guarda do Baú e exímio conhecedor da flora e sobre quem o próprio Pe. Raulino me disse, pessoalmente: 'o que ele disser que é quanto à identificação de árvores, sementes, plântulas em crescimento na floresta podes acreditar'. Aprendemos muito com José, que era exímio coletor de frutos, sementes e plântulas. Lamentavelmente, faleceu, lá no Baú, em 2007, ao tentar retirar um tronco de árvore quebrado pelo vento que lhe atingiu a cabeça. As coletas e estudos realizados com o processamento dos frutos e sementes das 14 espécies selecionadas e também de outras nativas foram apresentados em outro artigo com o título de Sementes de essências florestais: técnicas de colheita e processamento, publicado na revista Agropecuária Catarinense, v.7, n.1, mar. 1994.*

*Paralelamente aos ensaios com sementes, Cidinei Cordini implantou um amplo experimento em propriedades particulares e instituições públicas do Vale do Itajaí. O experimento testava o desenvolvimento das 14 espécies selecionadas em ambientes de capoeirinha, capoeira e capoeirão. Nesse trabalho foi fundamental o esforço e a dedicação do técnico agrícola Samuel Batista dos Santos, hoje no Programa Arroz da EEI, e também do chefe de campo, na época, Valdir Merlo. Infelizmente, Milton Geraldo Ramos, coordenador do projeto, não acreditava no futuro econômico das espécies florestais nativas. Por isso, concentrava esforços e recursos em pesquisas com as espécies exóticas. As possibilidades de trabalhos nas linhas assumidas por mim e pelo Cidinei foram diminuindo, o que culminou com a impossibilidade de convivência entre os membros da*

*equipe e seu coordenador. A equipe se desfez.*

*Os experimentos de manejo florestal, que por pouco tempo foram acompanhados e avaliados, acabaram sendo abandonados. Na área de sementes a intenção era desenvolver conhecimentos que permitissem a criação de um banco de sementes das espécies nativas para suprir as demandas estaduais com material nativo de qualidade. Saí do projeto em 1994. A colega Terezinha Catarina Schallenberger, que voltara do curso de mestrado na área de sementes, assume meus trabalhos. No Projeto de Essências Florestais o colega Cidinei ainda persistiu por cerca de dois anos, mas também desistiu pelas mesmas razões que me afastaram do Projeto e retornou à Cidasc. Milton permaneceu com suas exóticas até aposentar-se. Após isso, seu trabalho foi incorporado ao Programa Flora Catarinense, que, além das palmáceas, absorveu os trabalhos com plantas Biotivas, flores e plantas ornamentais.*

Segundo a Pesquisadora Teresinha, ao assumir os referidos trabalhos, os recursos do MB1 tinham terminado. As câmaras frias do projeto estavam repletas de muitas sementes de espécies nativas, que eram distribuídas aos municípios mediante solicitação. Considerando o foco do coordenador, as coletas de sementes nativas foram reduzidas até seu encerramento. Novas metas foram estabelecidas, entre elas a difusão do conhecimento até ali gerado. *A mim coube coordenar um curso para viveiristas. Formamos uma equipe de instrutores com Milton Ramos, Cidinei Cordini, Samuel Batista e eu. O recurso disponível agora vinha do Programa de Profissionalização de Agricultores. Realizaram-se cerca de cinco cursos por ano, por três anos seguidos. Simultaneamente, a pesquisa com palmeira-real foi acontecendo e com ela a esperança de realizar uma viagem para Austrália, com recursos da profissionalização, para conhecer a origem dessa espécie e trazer sementes geneticamente puras. Também por falta de recursos financeiros, o projeto foi encerrado e algumas atividades absorvidas pelo já referido Programa Flora Catarinense.*

Registre-se que participaram da equipe de pesquisadores do Programa de Essências Florestais os engenheiros-agrônomo Milton Geraldo Ramos, Airton Rodrigues Salerno, Cidinei Cordini, Teresinha Catarina Heck, Pedro Nicolau Serpa e Fábio Martinho Zambonim, este, de volta de seu doutoramento no segundo semestre de 2011, fará parte da equipe do Programa Flora Atlântica.

**O Programa Gado Bovino Leiteiro** – De acordo com Konrad & Silva (2011), o Estado de Santa Catarina tem duas importantes bacias leiteiras. Uma no Vale do Itajaí e outra no Oeste Catarinense. Até meado de 1970 o Vale do Itajaí era a principal delas. Com a crescente urbanização da região, a produção de leite sofreu drástica redução (oferta de emprego urbano aos produtores de leite), enquanto no Oeste Catarinense aumentou significativamente a partir do final da década de 1960. A partir da década de 1980 essa região (Oeste) se transformou na principal produtora e processadora

de leite de Santa Catarina. Em função da reestruturação da suinocultura, o leite passou a ser a alternativa de renda para o agricultor familiar excluído daquela atividade que é de investimento superior ao da bovinocultura leiteira. No entanto, apesar da evolução da tecnologia para a produção de leite, ela ainda é incipiente nessas propriedades. Mesmo assim, de 1995 a 2006 a produção de leite aumentou 210% no Oeste Catarinense.

O engenheiro-agrônomo Airton Rodrigues Salerno, admitido na Empasc em 2/2/76, contratado ainda quando no curso de mestrado na UFRGS, em Porto Alegre, foi em abril daquele ano para a Estação Experimental de Lages. No final de 1977 é transferido para a EEI. É esse pioneiro que nos conta, em pormenores, sobre o início e o fim do Programa de Pesquisa de Bovino Leiteiro da EEI:

*Quando a Empasc foi criada (1975), sua diretoria estabeleceu projetos de pesquisa prioritários para o Estado. Um deles era o Projeto Bovinos, sediado na Estação Experimental de Lages (EEL), com o objetivo de desenvolver pesquisas em todas as regiões de Santa Catarina. As áreas prioritárias no Projeto Bovinos eram alimentação, sanidade e reprodução animal. Em alimentação havia estudos na área de plantas forrageiras (nativas e introduzidas). Em setembro de 1976 a Estação de Lages recebeu da Alemanha 500 variedades de sementes de forrageiras para serem testadas naquele município e no Vale do Itajaí. No Vale do Itajaí ficariam sob a coordenação do Programa de Bovino de Leite - nutrição animal, englobando cerca de dez a quinze pesquisadores. Em sanidade (endo e ectoparasitoses) e reprodução (sistemas e doenças da reprodução) havia quatro ou cinco pesquisadores, formando uma vasta equipe de aproximadamente 20 técnicos nas áreas de agronomia, medicina veterinária e biologia (botânica). No segundo semestre de 1977 o Diretor Presidente da Empasc, Dr. José Oscar Kurtz, esteve na EEL e convidou três pesquisadores para se transferirem para Itajaí. Nesse município estava sediada a Cooperativa Central de Leite (Cooperleite) e a Empasc foi convidada por algum segmento da sociedade para aí formar uma equipe de pesquisa em Bovinos de Leite. Era preciso contribuir para o desenvolvimento da atividade no Litoral de Santa Catarina e Vale do Itajaí. Assim “desceram a serra”, no final de 1977, os engenheiros-agrônomo Carlos Paulo Vetterle e Airton Rodrigues Salerno, e o médico-veterinário Rui Mello de Souza. Essa equipe foi aumentando gradativamente até 12 pesquisadores em meados da década de 1980, quando o engenheiro-agrônomo Milton Geraldo Ramos chegou, em 1984 [vindo do Programa Arroz da EEI, onde conduzira vários trabalhos com herbicida].*

*Em 1976 a Empasc já contava com assessoria técnica e financeira da GTZ, uma empresa pública alemã – Sociedade Alemã de Cooperação Técnica. [Com esse propósito, os técnicos dessa empresa visitaram a EEI, pela primeira vez, em novembro de 1976.] O técnico dessa empresa era Werner Haag, grande apreciador de cerveja, inclusive da brasileira. Com relação a isso um fato pitoresco aconteceu na primavera de 1976, quando Werner, sediado em Lages, veio à EEI para instalar uma coleção de plantas forrageiras. Para isso utilizou a mão de obra da EEI. Durante a*

*execução do trabalho, como estava muito quente, ele ofereceu cerveja gelada aos operários em vez de água. Foi uma alegria geral para os trabalhadores do campo, mas teve consequências graves para o alemão que acabou “devolvido” para a GTZ.*

Foi substituído por outro, chamado Hans Winkler. Esse tinha temperamento menos impulsivo e bebia com moderação, além de muito competente do ponto de vista técnico. Permaneceu na EELages até o final do convênio, em 1985. Com a abertura de uma nova frente de trabalho em Itajaí, a GTZ enviou o técnico Kurt Emil Aggeler, suíço, para assessorar os pesquisadores em Bovinos de Leite lotados na EEI. Chegou em 1978. Tinha grande experiência em forrageiras tropicais desenvolvidas pela GTZ, principalmente em Bangladesh, na Ásia. Por determinação da diretoria da Empasc, Kurt foi encarregado de liderar a implantação de um sistema de produção de leite na EEI com base nos sistemas reais existentes no Vale do Itajaí, mas acrescido de tecnologias eficientes e de baixo custo. Isso foi feito em 1979, sendo implantado um sistema de produção de leite (SPL) na EEI, com área total e de cultivos semelhante aos existentes no Vale de Itajaí.

A administração do SPL era feita por um casal de funcionários agricultores, como nos sistemas reais. Esses moravam na própria área da EEI e faziam a ordenha e todos os trabalhos inerentes à atividade, registrando também os gastos com medicamentos e alimentos para os bovinos. O tempo gasto no desenvolvimento das atividades era registrado por meio de relógio ponto e o leite produzido era vendido para a Cooperleite. Os rendimentos financeiros e os índices técnicos obtidos eram registrados, avaliados e finalmente apresentados aos agricultores interessados.

Entre 1980 e 1983 praticamente todos os produtores de leite do Vale do Itajaí e Litoral Norte Catarinense assistidos pelo serviço de extensão rural e assistência técnica do Estado (Acaresc) tiveram acesso ao SPL por meio de excursões e também em reuniões em que os dados eram apresentados e discutidos. Infelizmente, todo esse trabalho não foi adotado pelos produtores de leite, embora fosse de tecnologia de baixíssimo custo, que promoviam aumentos na renda econômica e diminuía os gastos com a mão de obra familiar. Contribuiu para isso o baixo nível de escolaridade dos agricultores, a instabilidade nos preços do leite e uma série de outros fatores de difícil análise. O fato é que essa situação causou desestímulo à pesquisa em bovinos de leite na EEI, pois nem as tecnologias recomendadas, mesmo aquelas sem nenhum custo, foram adotadas.

Um exemplo disso foi a sugestão da troca do sistema de alimentação das vacas com capineira (corte manual do capim, transporte ao estábulo, moagem e fornecimento no cocho) para pastejo direto em faixas. O gasto de tempo (horas/homem) era de 12 horas/dia no sistema de capineiras e de menos de 4 horas/dia no pastejo direto. Toda essa diferença não causou o menor impacto nos produtores, que permaneceram radicalizados no sistema tradicional. Essa situação, mais o deslocamento gradativo da bacia leiteira do Vale do Itajaí para o Oeste Catarinense, foi determinante para o fim do projeto Bovinos na EEI. Os pesquisadores foram se retirando do projeto e ingressando

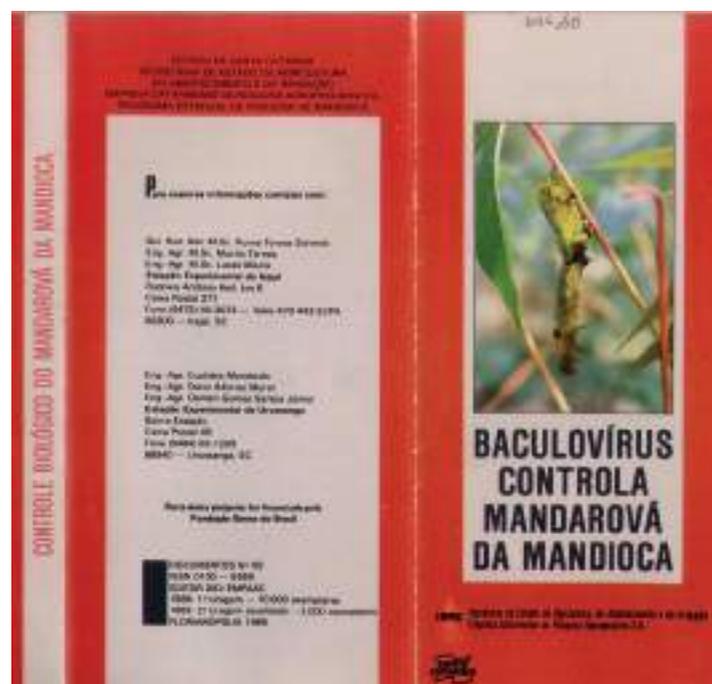
em outras áreas de trabalho com maiores demandas pelo público interessado e com mais recursos disponíveis nas fontes financiadoras. O trabalho foi completamente encerrado com a venda dos bovinos remanescentes e a aposentadoria dos técnicos mais persistentes em meados da década passada.

**O Programa Mandioca** – Os trabalhos com pesquisa com mandioca iniciaram, em Santa Catarina, muito antes da instalação da Empasc e, por conseguinte, da EEI. O Ministério da Agricultura (MA) e a Secretaria da Agricultura (SA) já tinham realizado diversos trabalhos com essa cultura por meio da Estação de Urussanga e da subestação de Rio do Sul respectivamente, quando, em 1975, a Empasc foi instalada no Estado.

A mandioca era uma das culturas com que os pesquisadores da EEI deveriam se envolver quando a Estação foi instalada em março de 1976. Por isso, em maio desse ano, o coordenador do Programa de Pesquisa de Mandioca da EEI participou de um curso de 102 horas no Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca e Frutas Tropicais em Cruz das Almas, BA. O curso tratou de Economia, Planejamento da Exploração, Execução e Exploração, Tecnologia e Agroindústria, Pesquisa e Difusão de Tecnologia em Mandioca. Ainda nesse mês, os técnicos ligados ao Programa de Mandioca, coordenados pela Empasc, reuniram-se no Centro de Treinamento de Araranguá, SC, para elaborar o Sistema de Produção de Mandioca para as regiões do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense. E, também nesse mês, ficaram definidos os treinamentos para os extensionistas relativos ao ano de 1976 no sistema de produção de mandioca. Logo a seguir, em junho, numa promoção da Embrapa, Empasc e Acaresc, foi realizado, no Bairro Agrônômica, em Florianópolis, um treinamento no Sistema de Produção de Mandioca para capacitar agentes da assistência técnica com vista ao aumento da produtividade da cultura. Em novembro de 1976, pesquisadores do Programa Mandioca da EEI participam de curso sobre a cultura no Centro Nacional de Agricultura Tropical em Cali, Colômbia.

Em 1977, o Programa Mandioca já trabalhava com 160 acessos de mandioca colhidos junto a produtores e tinha instalado 21 experimentos. Entre esses experimentos, os de ajustes de sistema de produção, instalados em 1976-77. O Programa estudava a nutrição da espécie e o teor de amido por ocasião do primeiro e do segundo ciclo de cultivo. Os trabalhos foram executados nos municípios de Maracajá, Jaguaruna, Agrolândia, Urussanga, Tijucas e Itajaí. De grande impacto foi a conclusão a respeito dos teores de amido entre os acessos e em cada ciclo, o que serviu para orientar os produtores de farinha e amido. Além desses trabalhos, foi de grande destaque o lançamento de *Sistema de Produção para Mandioca – Revisão e Nova Doença na Cultura da Mandioca*, e a instalação, em 1977, do trabalho para produção de manivas de seis cultivares, sadias de bacteriose, para ser distribuídas para produtores que as multiplicariam para si. Em 1989 o Programa Mandioca

da EEI lança um fôlder anunciando o controle biológico da praga da mandioca, o mandarová (Fig. 52), cuja pesquisa foi coordenada pela pesquisadora Áurea Teresa Schmitt.



**Figura 52.** Fôlder lançado pela EEI anunciando o controle biológico do mandarová da mandioca

Apesar de todo o trabalho realizado com essa cultura em Santa Catarina, por volta de 1990 havia poucos agricultores na atividade. Nos Vales dos Rios Tijucas e Itajaí alguns produtores ainda permaneciam cultivando mandioca com vista ao fabrico de farinha e amido (polvilho doce e azedo). No Sul do Estado o número deles ainda era significativo. A partir dessa época, principalmente no litoral catarinense, floresceu com intensidade elevada a atividade econômica das micros e pequenas empresas urbanas voltadas para confecção e construção civil. Esse evento demandou muita mão de obra, que já era escassa nas pequenas cidades da região. A pressão para suprir essa demanda alcançou o meio rural. Foi assim que muitos filhos de agricultores saíram da propriedade de seus pais para trabalhar nesse mercado de trabalho citadino. A escassez de mão de obra nas propriedades rurais determinou a redução de atividades rurais. As principais culturas afetadas foram aquelas de maior exigência de mão de obra, como era o caso do cultivo da mandioca e de hortaliças.

Inicialmente, pela redução do volume de mandioca oferecido no mercado, as indústrias maiores transferiram suas atividades para outras regiões do país, como o norte do Paraná. Outras se concentraram no sul de Santa Catarina, onde havia oferta de matéria prima ainda abundante. Assim, engenhos de farinha viraram peças de museu. Hoje são vistos como relíquia de um tempo antigo em que tal atividade foi fundamental para a economia da região.

A Empasc, por meio de sua Estação Experimental de Itajaí, desenvolveu, por longo período, intensa atividade de pesquisa em mandioca, mas, pelos motivos expostos, fechou o programa nessa Estação. Considerando que ainda há significativa produção no sul de Santa Catarina, os trabalhos com mandioca – competição de cultivares, introdução de novos cultivares, avaliação do rendimento de farinha em diferentes épocas de colheita da mandioca visando ao escalonamento da colheita e do maior período de funcionamento das indústrias e de engenhos de farinha – foram transferidos, em março de 1999, para a Estação Experimental de Urussanga.

Hoje, na região do litoral norte, apesar da problemática da mão de obra rural, a produção de aipim substituiu a de mandioca em função da demanda para o congelamento de raízes. Tal procedimento agrega valor ao produto em face da oferta na época do ano em que as raízes recém-colhidas não cozinham bem, além do tipo de ofertar o produto, descascado, limpo e embalado.

O pesquisador Murito Ternes, hoje aposentado, foi o pioneiro do Programa de Pesquisa em Mandioca da Empasc. Concedeu-nos uma entrevista, cujo ponto de vista e história é relatada a seguir:

A Pesquisa em mandioca foi muito marcante para a Estação Experimental de Itajaí e para toda a Epagri e teve repercussão nacional e internacional.

*Tudo começou a ser viabilizado pelo Presidente da então Empasc, José Oscar Kurtz, e seus dois diretores, Conrado Zimmermam e Geraldo Caputo Coppola. Fui avisado de que a recém-criada Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (1975) estava contratando pesquisadores e na minha entrevista era para trabalhar e coordenar o Projeto de Pesquisa em Mandioca. Pesquisa com essa cultura era realizada pela Secretaria da Agricultura, porém de uma forma diminuta, ainda que muitos trabalhos importantes tivessem sido realizados. Os fatos geradores do incremento da pesquisa em mandioca eram o processamento industrial em farinha de mandioca e fécula e álcool, este em face da criação do Proálcool [Programa Nacional do Álcool, criado em 14/11/1975, pelo Decreto nº 76.593. Visava substituir em larga escala os combustíveis veiculares derivados do petróleo por álcool em face da crise daquele combustível em 1973, agravada em 1975. Para isso, estimular-se-ia a produção de matéria-prima como cana-de-açúcar e mandioca]. Havia, no entanto, a crença de que em Santa Catarina, por ter inverno rigoroso e, por isso, haver uma parada no crescimento da planta, não era possível produzir álcool de mandioca com viabilidade econômica em nosso Estado. Com essa desconfiança e por desconhecermos a produtividade da planta em amido ao longo do ano, iniciamos com o primeiro projeto de pesquisa em mandioca na Epagri. Fomos a campo em todo o Estado e, por meio de um levantamento da produtividade em todos os meses do ano, concluímos que era viável produzir álcool de mandioca em Santa Catarina. O resultado desse trabalho foi a inserção de Santa Catarina no Proálcool. Com isso vieram recursos e mais pesquisadores para trabalhar na equipe de pesquisa desse produto.*

Nesse início do Programa de Pesquisa em Mandioca, nem a área física da Estação

Experimental de Itajaí ainda existia. Por isso, o coordenador do Programa permaneceu, por cerca de seis meses, em Florianópolis, na sede da Empasc.

No Programa atuaram pesquisadores de diversas especialidades. Os entomologistas Áurea Teresa Schmitt e Renato Arcangelo Pegoraro, os fitopatologistas Lucas Miura e Jandir Francisco Frosi, os melhoristas de plantas Márcio Ender, Gloverson Moro e Rubens Marschaleck, o fisiologista Gilmar Roberto Zaffari, o fitotecnista - produção de maniva-semente Lúcio Tomazelli, e Rogério Mendonça, João Afonso Zanini Neto, Mauro Lavina, Enilto de Oliveira Neubert, Carlos Pola, Murito Ternes, Osmar de Moraes, Mário Miranda, Moacir Antonio Schiochett, e os Estatísticos Renato Dietrich e Henri Stucker. Tínhamos para o apoio de campo o técnico agrícola Mário Moura na EEI e Vilson Ismael da Conceição na Estação de Urussanga, além de uma equipe de campo na EEI, liderada por Domingos Cunhaco. Éramos então uma equipe muito completa, abordando os principais entraves da cultura da mandioca em todo o Estado.

*Essa equipe praticou uma administração participativa da Pesquisa em Mandioca com o rodízio da coordenação do programa entre as Estações Experimentais que participavam dos trabalhos, ora Itajaí, ora Ituporanga, ora Urussanga. A equipe mantinha um vínculo muito grande com a Embrapa de Cruz das Almas, na Bahia, e com o Ciat, na Colômbia. Em função disso, conseguimos um financiamento internacional para gerar clones para microclima semelhante ao nosso que foram levados para diversas partes do mundo. A EEI era um centro de referência da pesquisa em mandioca no País. Conquistaram-se bons resultados e um dos grandes trunfos desse trabalho foi o entrosamento com a Extensão Rural e a determinação na priorização de trabalhos em mandioca.*

**O Programa Plantas Medicinais** – Antônio Amaury da Silva Júnior é o pesquisador fundador e um dos maiores entusiastas do Programa de Plantas Medicinais da EEI, agora Bioativas. Foi por sua perseverança que este projeto sobreviveu mesmo inserido, agora, no Programa de Pesquisa Flora Catarinense. Ao ser entrevistado, nos deu este lúcido relato. Segundo esse pioneiro, o alvorecer do projeto Bioativas na EEI aconteceu em meados de 1994, quando um dos pesquisadores do Programa Hortaliças, em visita à UFSC, deparou-se com um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Concomitantemente, já se havia introduzido um canteiro de espécies medicinais *ao lado da lagoa que fica próxima das casas de vidro*. O edital contemplava recursos para pesquisa da biodiversidade e preservação de espécies.

Foi então proposto pelo colega Antonio Amaury um projeto com a participação de outros pesquisadores da Estação. Em 1996 o projeto foi aprovado e iniciado em abril daquele ano e teria duração de dois anos. Em valores de hoje, o projeto recebeu o equivalente a R\$ 126.000,00 e contou com a parceria da Univali (testes farmacológicos) e Furb (cultura de tecido). O projeto junto ao FNMA permitiu a implantação do maior BAG de bioativas da América do Sul e a caracterização de

centenas de espécies bioativas, culminando com a publicação dos livros *Essentia Herba* vols. 1 e 2. Nessa fase inicial, o projeto contou com uma forte aliada – Irmã Eva Michalak – que trabalhava com plantas medicinais no município de Rodeio havia décadas. Por meio dela obtiveram-se propágulos de inúmeras espécies e resgatou-se todo o conhecimento etnobotânico por ela acumulado. Tal fato culminou com a publicação do opúsculo *Apontamentos Fitoterápicos da Irmã Eva Michalak*, considerado um dos *best-sellers* da Epagri.

Entre os anos 1996 e 1997 o tema plantas medicinais estava incorporado ao Projeto Hortaliças. Em 1998 foi criado o Programa Plantas Medicinais e Ornamentais. Nesse período se observou uma grande romaria de pessoas em direção à EEI, bem como uma *chuva copiosa* de telefonemas, cartas, etc. em busca de fitoterapia. Muitas pessoas, desconhecedoras do real propósito de pesquisa agrônômica do programa, vieram aqui buscar lenitivos ou possibilidade de cura de seus males por meio da fitoterapia. Para desmistificar o Programa, optou-se por alterar o nome do Projeto para *Plantas Bioativas* – um tema que se consagrou na maior parte do Brasil a ponto de a Embrapa estar utilizando-o em suas propostas e discussões.

Em homenagem ao tema bioativas, criado na Epagri, uma cooperativa de produtores, localizada atualmente em Paulo Lopes, intitulou-se Cooperativa de Plantas Bioativas. Outra, em Petrolândia, intitulou-se Bioplanta. Vários seminários de plantas bioativas ocorreram em SC sob a égide do tema bioativas.

Com relação aos recursos humanos, o projeto iniciou com dois pesquisadores (Antonio Amaury e Valmir Vizzotto). Em 1997 o pesquisador Airton Rodrigues Salerno reforçou a equipe, trabalhando pontualmente com pau-amargo (*Picrasma crenata*). A partir dessa data outros colegas participariam de ações de pesquisa em tempo parcial (Gilmar Zaffari, Renato Pegoraro, Eliseo Soprano, Irceu Dagostini, Inácio Hugo Rockenbach). Em 2002 entra o farmacêutico industrial Andrey Martinez Rebelo, que ficou responsável pelas avaliações dos princípios ativos e outros das plantas trabalhadas e pela orientação da construção do laboratório de bioativas, hoje o quartel-general do tema bioativas na EEI dentro do Programa de Pesquisa Flora Catarinense. Em 2010 o químico Fabiano Bertoldi assume o Laboratório Bioativas, substituindo Andrey, que saiu em 2011 para o seu doutorado.

A exemplo dos dinossauros e como uma fênix, o projeto teve momentos de extinções e renascimentos. Por duas vezes o BAG de bioativas herbáceas e arbóreas foi dizimado por tratores da própria Estação por ordem de chefes não simpatizantes do tema. Diante dessas contingências, pelo menos umas 25 espécies foram perdidas e até hoje não foram recuperadas devido a sua raridade. O tema bioativas trilhou vários terrenos da Estação, começando na frente da Estação Meteorológica, ao lado da lagoa, seguindo para a atual área de compostagem do Programa Hortaliças e finalizando na área adjacente à sede da Associação dos Funcionários da EEI.

O tema bioativas acumula também uma série de parcerias e convênios, a saber: Univali, Furb, UFSC, Unisul, Univille, Laboratório Catarinense, Farmaterápica do Valle, Yerbalatina, Herbarium, Instituto Técnico de Camboriú, Phytolabor, Phytosul, Aurora Alimentos, Duas Rodas Industrial, Harmonia Natural, Herbia, Câmara Setorial de Plantas Mediciniais, Associação Catarinense de Plantas Mediciniais e Cooperalfa.

Segundo o Pesquisador Andrey Martinez Rebelo, o contexto do universo do Programa Bioativas pode ser resumido pela relação de atividades e eventos abaixo relacionados. São fatos anteriores e posteriores que colaboraram com a existência do referido Programa de Pesquisa:

1998 – A OMS recomendou que no ano 2000 se incorporassem as práticas tradicionais de saúde como os fitoterápicos;

1998 – I Jornada Catarinense de Plantas Mediciniais, em Tubarão, SC;

1998 – Fundação do Instituto Brasileiro de Plantas Mediciniais (Rio de Janeiro, RJ);

1998 – Publicação da Revista Brasileira de Plantas Mediciniais (Botucatu, SP);

1999 – Criação da Associação Catarinense de Plantas Mediciniais (Criciúma, SC);

1999 – Instalação da Câmara Setorial de Plantas Mediciniais (Criciúma, SC);

2002 - Lei Catarinense de Fitoterapia nº 12.386, de 16 de agosto de 2002;

2003 – Fundação da Cooperativa de Plantas Bioativas (Florianópolis, SC);

2005 – Reunião Técnica de Plantas Mediciniais e Aromáticas das Oepas (Consepa), Cuiabá, MS;

2005 – O termo bioativas para plantas medicinais, utilizado pela Epagri, foi consagrado e difundido pelo Consepa, Cuiabá, MS;

2005 – Plamsur: Programa de Plantas Mediciniais do Mercosul (Brasil);

2006 – Convenção Quadro para Controle do Tabaco (OMS) (Brasil), Art. 17. Decreto nº 5.658, de 2 de janeiro de 2006;

2006 – Governo Federal apoia a produção de plantas medicinais (MDA) com a criação da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos (Brasil);

2007 - Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos – Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006 (Brasil);

2007 – Criação do primeiro anti-inflamatório fitoterápico brasileiro (Acheflan) pela Universidade Federal de Santa Catarina e lançado pelo Laboratório Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.;

2008 – Fapesc libera recursos para pesquisa com plantas bioativas e destina outros editais enfocando o tema.

**O Programa Simulídeos** – Descreve esse Programa Renato Arcângelo Pegoraro, contratado que foi para, com outros colegas, desenvolvê-lo. Segundo esse engenheiro-agrônomo com mestrado em entomologia, o Programa Simulídeos, ou Borrachudo, teve início em 1984. Para isso foram contratados os pesquisadores Gilson Rudinei Pires Moreira, Gosuke Sato, Renato Arcangelo Pegoraro e a inclusão dos já pertencentes ao quadro de funcionários da EEI Darci Althof e Áurea Teresa Schmitt, e o laboratorista Johnny Ernesto Junkes.

No ano seguinte a pesquisadora Áurea deixou o Programa. O trabalho foi iniciado pelo levantamento e pela identificação das espécies de simulídeos de Santa Catarina. Coube a Gilson o estudo da ecologia, a Pegoraro a biologia, a Althof a medida de vazão de rios e a Sato a identificação de espécies de peixes predadores de borrachudos. Tempo depois, Gilson sai para fazer seu doutorado nos Estados Unidos (1989). No seu lugar entra o Pesquisador Honório Francisco Prando para estudar o controle biológico de borrachudos por meio de *Bacillus thuringiensis* subespécie *israelensis*.

Em 1989, o Programa passou a ser de responsabilidade do Ibama e de órgãos ligados à Saúde Pública. O trabalho foi encerrado e os pesquisadores passaram a fazer parte de outros projetos e programas da EEI. Gilson saiu da Empasc para a Universidade do Rio Grande do Sul (1994) tão logo chegou de seu doutoramento; Althof transferiu-se para a Estação Experimental de Urussanga; Sato, para o Programa de Aquicultura; Pegoraro, para o de Mandioca (1989 a 2005), no qual desenvolveu intenso e importante trabalho de criação e controle biológico do mandarová da mandioca (*Erinnys ello ello*) por meio de *Baculovirus erinnys*. Ao final de 2005 transferiu-se para o Programa de Plantas Biotivas (o programa de mandioca, anos atrás, havia sido transferido para a Estação de Urussanga) e depois para o Programa Hortaliças, até agosto de 2008, quando se aposentou. Em hortaliças, Pegoraro gerou importantes conhecimentos para controle biológico das brocas das cucurbitáceas e broca grande do tomateiro.

*Durante os cinco anos do Programa Simulídeos fomos deslocados a muitos Estados da Federação para acompanhamento de problemas causados pelos borrachudos: SUS, em São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal do Paraná, Unisinos de Porto Alegre, Unidades de Saúde Pública do RS e de SP, Instituto Butantã em SP, Instituto Oswaldo Cruz em SP, Unesp, Instituto de Pesquisa da Amazônia, onde o professor e Pesquisador Victor Py-Daniel colaborou para a identificação dos simulídeos. Em 1988 estivemos com uma excursão de pesquisa com borrachudo numa reserva dos índios Ianomâmi no Estado de Roraima, a 50km da Venezuela. Muita aventura e perigos durante a viagem. Permanecemos por 20 dias na selva amazônica e outros três dias na aldeia dos referidos índios. Na época a aldeia estava com 50% da população com a doença oncocercose (cegueira dos rios), transmitida pelo borrachudo. Logo depois soubemos que toda a população da aldeia estava doente. Apesar do pouco tempo de duração do programa simulídeos,*

*ainda se pode publicar alguns trabalhos a respeito.*

A seguir, a lista de alguns desses trabalhos:

- MOREIRA, G.R.P.; PEGORARO, R.A.; SATO, G.** Influência de fatores abióticos sobre o desenvolvimento de *Simulium nogueirai* D'andretta & González, em um córrego da mata atlântica. Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, Jaboticabal, v.23, n.3, p. 525-542, 1994.
- PEGORARO, R.; STUKER, H.** Influência da temperatura no desenvolvimento de pupas e longevidade de *Simulium* (Chirostilbia) *pertinax* Kollar, 1832 (Diptera: *Simuliidae*). Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, Jaboticabal, v.22, n.3, p.433-439, 1993.
- PEGORARO, R.A.** Ciclo biológico de *Simulium* (C.) *pertinax* Kollar, 1832 (Diptera: *Simuliidae*). In: SEMINÁRIO DE VETORES URBANOS E ANIMAIS SINANTRÓPICOS, 3. e REUNIÃO BRASILEIRA SOBRE SIMULÍDEOS, 4., 1990, Rio de Janeiro, RJ. Resumos.... Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 1990. n.33, p.37.
- PEGORARO, R.A.** Ciclo biológico de *Simulium* (Chirostilbia) *pertinax* Kollar, 1832 (Diptera: *Simuliidae*). In: SEMINÁRIO DE VETORES URBANOS E ANIMAIS SINANTRÓPICOS, 3. E REUNIÃO BRASILEIRA SOBRE SIMULÍDEOS, 4., 1990, Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1990. p.38. Resumo, 34.
- PEGORARO, R.A.** Ciclo biológico de *Simulium* (Chirostilbia) *pertinax* Kollar, 1832 (Diptera: *Simuliidae*). Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, v.22, n.1, p.29-38, 1993.
- PEGORARO, R.A.** Combate ao Borrachudo. Agropecuária Catarinense, Florianópolis, v.1, n.2, p.47, Junho 1988.
- PEGORARO, R.A.** Dispositivo para criação de larvas e pupas de *Simuliidae* (Diptera) em condições semi-naturais. Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, v.18, p.179-183, 1989. Suplemento.
- PEGORARO, R.A.** Influência de diferentes temperaturas sobre pupas e longevidade de *Simulium* (C.) *pertinax* Kollar, 1832 (Diptera: *Simuliidae*) em laboratório. In : SEMINÁRIO DE VETORES URBANOS E ANIMAIS SINANTRÓPICOS, 3. e REUNIÃO BRASILEIRA SOBRE SIMULÍDEOS, 4., 1990, Rio de Janeiro, RJ. Resumos... Rio de Janeiro, RJ: FIOCRUZ, 1990. p.38. Resumo 34.
- PEGORARO, R.A.** Longevidade de *Simulium* (Chirostilbia) *pertinax* Kollar, 1832 (Diptera: *Simuliidae*) em ambiente controlado, com diferentes dietas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENTOMOLOGIA, 11., 1987, Campinas, SP. Resumos... Campinas, SP: SEB, 1987. v.2, p.412. Anais da Sociedade Entomológica do Brasil, v.16, n.2, p.315-324, 1987.
- PEGORARO, R.A.** Observações sobre a duração de estágio de pupa, fecundidade e fertilidade em *Simulium* (Chirostilbia) *pertinax* Kollar, 1832, em Laboratório. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE VETORES URBANOS E ANIMAIS SINANTRÓPICOS, 2. e REUNIÃO BRASILEIRA SOBRE SIMULÍDEOS. 3., 1988, Porto Alegre, RS. Resumos... Porto Alegre: CIFURB, 1988. p.86-87.

Destacamos aqui que o laboratorista Johnny morreu no dia 17 de outubro de 1990, aos 28 anos, num grave acidente automobilístico na BR-101, próximo da entrada principal de Balneário Camboriú, SC. Dirigia o automóvel que levava Gosuke Sato a um trabalho com borrachudos junto à Prefeitura de Biguaçu, SC.

**O Herbário Barbosa Rodrigues sob a administração da EEI** – O Herbário Barbosa Rodrigues é uma instituição cultural e científica situada na Rua Marcos Konder, no centro da cidade de Itajaí. Foi criada em 1942 por Raulino Reitz. Raulino, quando estudante de teologia em São Leopoldo, RS, em seu pequeno quarto, naquela cidade gaúcha, mantinha uma coleção de cerca de mil plantas, além de alguns livros especializados em botânica. O nome “Barbosa Rodrigues” é uma homenagem a João Barbosa Rodrigues, importante botânico brasileiro. Em 1946, quando Raulino veio para Itajaí, já padre, trouxe também seu herbário. Aqui, teve a ideia de fundar uma sociedade científica civil e assim nasceu o *Herbário Barbosa Rodrigues*. Em 1950, o prefeito Arno Bauer fez a doação do terreno para a implantação da instituição. No mesmo ano se dá início à construção do imponente prédio (Fig. 53), que só foi concluído em 1954.

Em 1986 a EEI assumiu a administração do Herbário Barbosa Rodrigues e disponibilizou alguns funcionários. Ao Herbário, pertencia a área (cerca de 750ha) do Parque Botânico do Morro Baú, no município de Luís Alves, fundado em 8 de abril de 1961, onde havia instalações e moradia para funcionários da EEI a serviço dessa instituição, além de um pesquisador (Airton Rodrigues Salerno) que o administrava. Era de responsabilidade do Herbário o estudo da flora do sul do Brasil, a coleção da *Flora Ilustrada Catarinense*, a revista *Botânica Selowia* e a preservação do Parque do Baú. Para auxiliar nesse trabalho a Empasc contratou a bióloga Mara Rosa Borges da Silveira (5/1990 a 2/1991).

A comemoração do cinquentenário (22/6/1992), que durou de 15 de junho a 14 de agosto de 1992, foi de intensa programação (Fig. 54). Entre elas, a reforma das instalações do Herbário, pois a situação precária de então punha em risco o grande e importante acervo científico lá guardado, abertura ao público para visita e, entre os muros da instituição, uma



Figura 53. Prédio do Herbário Barbosa Rodrigues em 1992

grande exposição dos trabalhos da Epagri e do Herbário. Na ocasião, mudas de frutíferas e de essências florestais foram distribuídas aos visitantes, além de pôsteres e informações a respeito do trabalho das duas instituições.

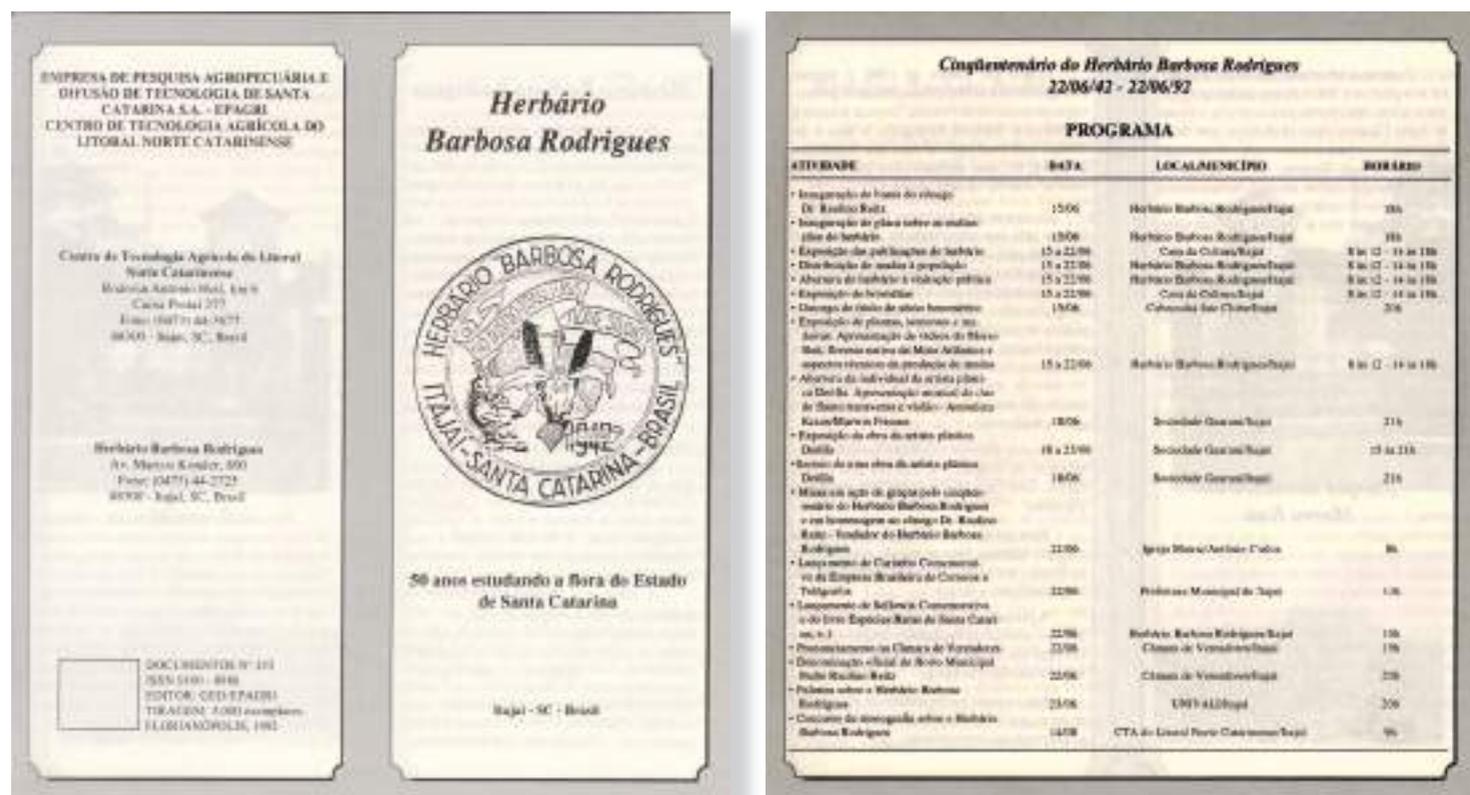


Figura 54. Programação da comemoração do cinquentenário do Herbário Barbosa Rodrigues feita pela gerência técnica da EEI

O Cônego Dr. Raulino Reitz, ou o Padre dos Gravatás, foi diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro entre os anos de 1971 e 1975, diretor da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (Fatma) de 1976 a 1983, e pesquisador da Empac no período de 8/10/86 a 28/02/90 por cessão da Fatma. Morreu em Itajaí em 20 de novembro de 1990, aos 71 anos, durante uma homenagem que lhe prestava a Câmara de Vereadores pelo prêmio Global 500 da ONU que recebera no México. Durante a sessão, seu coração parou fulminantemente. Em homenagem aos serviços prestados à Ciência e ao Meio Ambiente, a diretoria da EEI dedicou-lhe um busto em bronze e o instalou sobre um pedestal nos jardins repletos de bromélias do Herbário Barbosa Rodrigues.



## estrutura laboratorial da EEI

A EEI possui 13 laboratórios que servem de apoio à pesquisa e à prestação de serviços realizado pela Estação.

**Laboratório de Melhoramento Genético de Arroz** – Neste laboratório desenvolvem-se atividades e métodos de melhoramento genético aplicados em caráter contínuo, cíclico e interdependente, por meio de experimentos em campo e em casa de vegetação, que visam à seleção e ao desenvolvimento de novas linhagens e cultivares de arroz irrigado. Analisam-se, entre outros itens, produtividade, qualidade de grãos, aspectos sensoriais, tamanho de grãos, e tolerância a estresses bióticos e abióticos.

**Laboratório de Biotecnologia** – Neste laboratório são executados trabalhos de apoio aos programas de melhoramento genético em arroz, fruticultura tropical, olericultura e espécies nativas da flora catarinense. Entre as atividades de pesquisa em andamento estão a clonagem de espécies vegetais e o desenvolvimento de metodologias para a obtenção de plantas duplo-haploides em arroz. O laboratório de biotecnologia realiza também a limpeza clonal visando à eliminação de vírus que atinge mudas de plantas cítricas, alho e ornamentais no Estado de Santa Catarina.

**Laboratório de Biologia Molecular** – Os trabalhos executados neste laboratório dão suporte às atividades de pesquisa com as culturas e criações nas áreas de melhoramento genético, fitopatologia, entomologia e recursos genéticos. Entre as pesquisas em andamento estão o estudo da variabilidade genética dos fungos causadores da sigatoka e do mal do Panamá em bananeira, a localização do gene multiespigueta em arroz, e a caracterização de acessos dos bancos de germoplasma de guaco e bacupari.

**Laboratório de Fitopatologia** – Neste laboratório ocorrem os trabalhos de apoio aos quatro programas de pesquisa da EEI. Nele são desenvolvidos trabalhos com extratos e óleos de plantas no controle de patógenos de arroz e hortaliças, avaliação da resistência de porta-enxertos de tomateiro a bacterioses, e estudo da variabilidade genética de espécies fúngicas que assolam a cultura da banana no Estado de Santa Catarina. Realizam-se, ainda, neste laboratório, a diagnose e a recomendação de controle de doenças de plantas das mais diversas espécies para todo o Estado de Santa Catarina e outros.

**Laboratório de Entomologia** – Neste laboratório se realizam a diagnose e a identificação de insetos e ácaros de diferentes plantas cultivadas e hospedeiras e os bioensaios de controle químico, biológico e de resistência de plantas. Faz-se ainda a análise rotineira de amostras de bananas para identificação da espécie *Bradinothrips musa*. Há neste laboratório uma coleção entomológica para estudos taxonômicos e também para apresentação aos visitantes.

**Laboratório de Sementes** – Todo o trabalho de beneficiamento, análise e conservação de sementes com fins de pesquisa e conservação dos bancos de germoplasma são feitos neste laboratório. As principais pesquisas estão direcionadas para conservação da viabilidade e uniformidade de germinação.

**Unidade de Ensaios Químicos e Cromatográficos** – Os trabalhos realizados neste laboratório têm como objetivo implantar, adaptar e desenvolver metodologias analíticas para apoiar os projetos de pesquisa da Estação Experimental, atendendo principalmente as demandas dos Programas Arroz e Fruticultura Tropical e também do Projeto Microbacias. Atualmente se realizam análises físico-químicas de água e de pesticidas, além da análise de óleos essenciais e princípios ativos de plantas.

**Laboratório de Farmacognosia** – Desenvolvem-se neste laboratório métodos de extração e aproveitamento de óleos e extratos de plantas. A partir deles se avaliam a concentração e a composição de seu conteúdo com vista à aplicação de seus compostos bioativos nos projetos de pesquisa visando ao controle de doenças e pragas de plantas, entre outros.

# A

## estrutura da EEI para efetuar capacitação de agricultores, técnicos e estudantes

Além de um auditório, dos diversos laboratórios e das áreas de experimentação dos Programas de Pesquisa, a EEI conta com um bem montado centro de treinamento.

**O Centro de Treinamento** – A partir de março de 1996, a EEI passou a sediar o Centro de Treinamento de Itajaí (Cetrei). Esse Centro iniciou suas atividades em 1º de março de 1996, data de sua inauguração (Fig. 55), realizada pelo governador Paulo Afonso Evangelista Vieira, pelo titular da Secretaria de Estado da Agricultura Dejandir Dalpasquale e pelo Presidente da Epagri Joel Vieira de Oliveira (Fig. 56).

No Cetrei são treinados e capacitados produtores rurais e pescadores do Baixo Vale do Itajaí e do Litoral Norte Catarinense, além de funcionários da Epagri e de outras empresas. Para isso, conta com três salas de aula equipadas com recursos audiovisuais, alojamento com 42 leitos, sendo 12 apartamentos para cada três pessoas e três para cada duas pessoas, cozinha, refeitório com

80 lugares, sala de televisão e lazer, cozinha didática e experimental, uma sala para instrutores e duas para a administração. Em 2010, o Cetrei sediou 134 eventos, com a participação de 2.678 pessoas.



**Figura 55.** Flagrante da inauguração do Centro de Treinamento da EEI, em 1º de março de 1996



**Figura 56.** Inauguração do Centro de Treinamento da EEI em 1º de março de 1996. À esquerda o Secretário de Estado da Agricultura Dejandir Dalpasquale, ao seu lado o Governador Paulo Afonso Evangelista Vieira ladeado por um assessor, e à direita o Presidente da Epagri Joel Vieira de Oliveira



## Associação dos Funcionários da EEI

Em busca de maior integração entre os funcionários da EEI, tratou-se logo da criação de uma associação que, depois de fundada, recebeu o nome de Associação dos Funcionários da Estação Experimental de Itajaí (Afei). Em 7 de dezembro de 1978 se reuniram para a fundação Ademir Simas, Adir Hinghaus, Amarildo Sedrez, Almiro Simas, Alvino Domingos Mafra, Antonio Milton Cypriano, Áurea Teresa Schmitt, Carmo Casemiro da Silva, Érico Caviquioli, Euclides Arnaldo Pinto, Fátima Conceição Terres, Genésio Luiz de Oliveira, Inácio Hugo Rockenbach, Isidoro Moser, João Henrique Cunhaco, José Cunhaco, José da Silva, José Tomelin, Juarez José Vanni Müller, Juvelino Machado, Leopoldino Zimmemann, Lucas Miura, Luiz Alberto Lichtemberg, Luiz Fernandez Marques, Luiz João de Souza Filho, Maurina Doracy Pera, Mauri Onofre Machado, Milton Geraldo Ramos, Nelson Izidoro Pereira, Osni Bento Borges, Osvino Leonardo Koller, Pedro Dorval Dias, Pedro Osni Borges, Rita Cassia Martins, Satoru Yokoyama, Sebastião Arnaldo Cipriano, Sílvio dos Santos Mafra, Sinésio Sardo, Takazi Yshiy, Valdeci Cagnetti, Sylvio Ferraz de Araújo, Valdecir Merlo, Valdemar Cagnetti, Valdemir Simas e Vilmar Mário Martins. Indicados por unanimidade, Juarez José Vanni Müller presidiu a reunião, e Rita Cassia Martins a secretariou. Às 16h Juarez abordou a validade da criação de uma associação dos funcionários com vista ao maior entrosamento dos participantes, entre outras vantagens coletivas e individuais. Maurina Doracy Pera apresentou o estatuto que, depois de algumas retificações, foi aprovado pelos presentes. A Associação tinha, conforme seu estatuto, o objetivo de congregar, unir e promover um ambiente familiar entre seus sócios por meio de atividades sociais, culturais e recreativas.

Após a aprovação dos estatutos, deu-se a eleição da primeira diretoria. Uma chapa foi apresentada e aceita por todos os presentes, com a seguinte formação: presidente: Inácio Hugo Rockenbach; vice-presidente: Valdemar Cagnetti; secretário geral: Rita Cassia Martins; 2º secretário: Leopoldino Zimmermann; tesoureiro: Maurina Doracy Pera; 2º tesoureiro: Osvino Leonardo Koller; diretoria social: José da Silva Filho, Áurea Teresa Schmitt e Airton Rodrigues Salerno; diretoria esportiva: Valdemir Simas, Luiz João de Souza Filho e Nelson Izidoro Pereira; diretoria cultural: Lucas Miura, Érico Caviquioli e Adir Hinghaus; conselho fiscal: Sylvio Ferraz de Araújo, Arnaldo Hugo do Nascimento, Osni Bento Borges e Gelásio Simas.

O presidente eleito agradeceu a confiança dos presentes na chapa vitoriosa e prometeu efetivar

a integração dos funcionários, e contaria, para isso, com a participação de todos. O diretor cultural, Lucas Miura, discutiu a programação da primeira festa de Natal organizada pela Afei (Fig.57), que daria ensejo a muitas outras (Figs. 58 e 59), e apresentou as comissões responsáveis pela condução do festejo. Encerrou a reunião o chefe da Estação, Sylvio Ferraz de Araújo, demonstrando grande satisfação pela iniciativa desse grupo de funcionários que objetivava fundamentalmente a maior aproximação entre funcionários e familiares, como também apoio, confraternização e integração com a comunidade. Eram 18h30 quando se concluíram os trabalhos de fundação da nossa Afei, que, por 33 anos, vem cumprindo seu objetivo por meio do esforço de abnegados diretores que por ela muito têm lutado e realizado grandes serviços a todos seus associados.

Para o símbolo da Afei foi lançado um concurso que pagaria Cr\$ 50.000,00 ao vencedor. Entre os oito finalistas, ganhou o apresentado pelo associado Pedro Paulo Fantini (Fig. 60) em 25 de março de 1985.

Em 29 de maio de 1984 a Afei foi de vez legalizada ao receber seu CGC de número 76.695.568/0001-36. Em 31 de março de 1982 foi criada a Associação dos Funcionários da Empasc (Afem), conforme Diário Oficial de Estado de 26/4/1982. Com isso, dar-se-ia baixa em todas as associações de funcionários de Estações Experimentais. Seriam criadas outras que receberiam novos nomes e se vinculariam à Afem. A Afei seria a Afemit; a de Chapecó, a Afenco; a de Caçador, a Afenca; a de Florianópolis, a Afemfo; a de Lages, a Afemla; a de S. Joaquim, a Afemjo; a de Urussanga, a Afemur; e a de Videira, a Afemvi.

Cada associação teria três diretores: diretor presidente, diretor financeiro e diretor social. Cada um deles poderia criar departamentos e nomear sua equipe. Em 17 de dezembro de 1982 José Tomelim, com o apoio do *Dotô Silvo*, é eleito presidente da Afei, vencendo a Osvino Koller. Na sua fala, esclarece que sua gestão, prevista para dois anos, só duraria até a data da filiação da Afei à Afem. Também disse que em função da extinção da Afei, não sabia o que fazer com o patrimônio dela. Tal patrimônio consistia de um televisor em preto e branco com péssima qualidade de imagem, um fogão com quatro bocas a gás, um arquivo de aço com quatro gavetas, um ventilador e um jogo de uniforme para futebol de salão. Algo ocorreu para que nada disso se efetivasse, já que se continuou Afei. O estatuto da Afem deve ter sido mudado de modo a não afetar as associações regionais, conforme sugestão de José Alberto Noldin, feita em 5 de novembro de 1982.

Em 6 de julho de 1992, em face da extinção das empresas da Secretaria de Estado da Agricultura, os representantes das associações de funcionários da Acaresc, a AFA, e da Acarpesc, a ASA, reuniram-se com os representantes da Associação dos Funcionários da EEI, a Afei, para estudar a fusão destas associações em uma só. Essa nova Associação representaria os funcionários da área de abrangência do CTA Litoral Norte. Optaram por manter a Afei, elegendo-a representante dos empregados ligados ao referido CTA.



**Figura 57.** Festa de Natal na EEI promovida pela Associação dos Funcionários



**Figura 58.** Festa junina na EEI promovida pela Associação dos Funcionários



**Figura 59.** Show de talento infantil na EEI promovido pela Associação dos Funcionários



Figura 60. Símbolo da Afei criado pelo sócio Pedro Paulo Fantini

**CAVACOS, o jornal da Associação dos Funcionários da EEI** – Uma Associação precisa ter um veículo de divulgação de seus feitos, de formação, de recreação e de integração social a seu serviço. E um jornal é um efetivo auxiliar nesse trabalho. Para tal, a Afei contava com o *Espantelho* (Fig. 61), jornal da Empasc que cedera uma de suas páginas, solicitada que foi em 7 de fevereiro de 1979 e em 11 de fevereiro de 1980. Mas o *Espantelho* encerrou suas atividades porque foi substituído pelo *Empasc Informa* (Fig. 62). A Afei precisava criar o próprio jornal. E o fez por ocasião da 23ª reunião de diretoria, quinta da segunda gestão, em 22 de julho de 1980, quando era presidente Rita Cassia Martins. A criação do jornal já fora sugerida por ela durante a 20ª reunião de diretoria e 2ª da segunda gestão, em 7 de março de 1980. O nome vencedor, *Cavacos* (Fig. 63), foi apresentado pelo pesquisador Lucas Miura, que assim o justificou: *pedaços de contribuições para a integração de um todo*. Estavam presentes na reunião de criação do *Cavacos* a presidente Rita Cassia Martins, Rosane (secretária), Jandir Francisco Frosi (diretor social), José Roberto Provesi (diretor cultural) e Nelson Isidoro (diretor esportivo). Assumiram o jornal como editores Rita Cassia Martins (datilografia), que era secretária da chefia, e Provesi (diagramação), que era laboratorista. Ambos atuaram nessas funções pelos quatro anos seguintes. Na coluna social estava Jandir Francisco Frosi (pesquisador), na entrevista, Rosane (secretária da chefia), no esporte, Nelson Isidoro e no mosaico toda a equipe.

O *Cavacos* tratava de tudo. O número 12, Ano IV, jan./1985, anunciou o horóscopo para aquele ano que se iniciava *com forte atuação de Júpiter, trazendo elevação na carreira, lucros, ganhos imediatos e a possibilidade de aquisição de imóveis. Seria um ano de muita sorte*.

Certa feita, os editores Airton Rodrigues Salerno e Angelo Cadore, sob a presidência do criador do nome do jornal, sugerem, por meio do nº 13, Ano IV, 1985, a mudança do nome do jornal, apresentando, para tal, um concurso. Queriam “mudar para revigorar”. O vencedor ganharia Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros). Entre os nomes sugeridos apareceram *Empaskim* (Amaury), *Kava & Kinho* (Provesi), *Xereta* e *Murmúrios*. Venceu o velho nome: *Cavacos*. Como foram muitos os que sugeriram o antigo nome, ninguém levou o prêmio no ano seguinte, então de Cz\$ 50,00

(cinquenta cruzados), *pois não haveria cruzado que chegasse*. Foi nesse número que se anunciaram a colação de grau em Estudos Sociais, pela Fepevi, da sócia Marilene Clara de Miranda, a colação de grau do sócio Mauricio César Silva em Economia pela mesma escola, e o casamento de Flávio Motta e de Robert Harri Hinz (diretor social), cujas esposas, Benta e Eliane, passaram a ser presença constante nas promoções festivas da Afei.

Certa vez um editor abusou da regra três e apresentou a *Mulher Dragão*. Juntou partes, que considerava feias, de cada uma das colegas de trabalho para criar o ser diabólico. Foi um deus nos acuda na EEI. As proprietárias das partes usadas para construir o monstro não gostaram de ter reveladas tais peças, trazidas sempre disfarçadas por diversos meios e artimanhas. O idealizador da tal figura tentou remendar e no próximo número do jornal apresentou a mulher ideal, uma formosura. Ao contrário do que havia feito para construir o dragão, recolheu de cada *doadora involuntária* as peças que considerava belas. A orelha de fulana, as pernas de sicrana, e assim por diante, até a montagem da figura formosa. A emenda foi um desastre e a grita foi muito mais violenta. Se antes reclamaram por acharem que tinham uma peça feia, agora por terem apenas uma bonita, o resto do corpo era então um lixo. Para conseguir o perdão das moças, o bisonho construtor apresentou o *Homem Frankstein*, construído ao modo da *fêmea drago*. Quase foi feito em cavacos pelos rapazes.

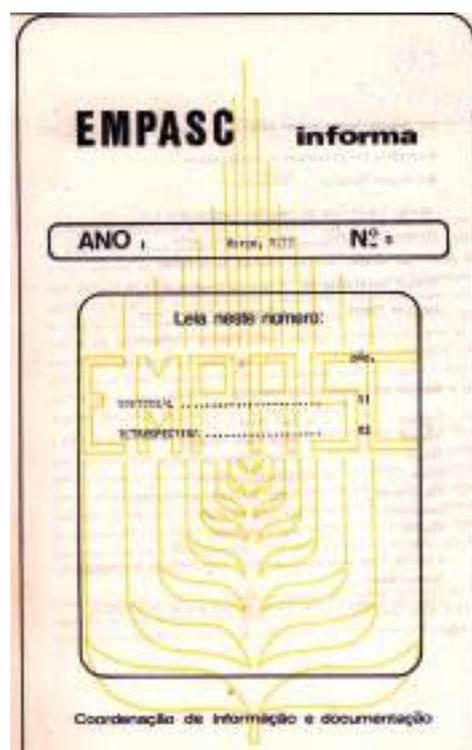
O *Cavacos*, em sua parte cultural, promovia concursos literários. Destacamos três textos destinados a “amigos secretos”, apresentados pelo *Cavacos* Ano IV, nº 13, dez./1985. De alguma apaixonada por pesquisador do Programa Bovino Leiteiro: *Queria ser uma forrageira / Pra teus cuidados ganhar / Cresceria bem bonita / Só para te agradar*. Outro, de alguma que curti um gaúcho desentendido: *Se você fosse uma cuia / Suporte logo ia virar / Somente na tua mesa / Eu iria querer ficar / Ou então seria a bomba / Que tua boca ia provar / Ficaria tão esquentada / Pra teus lábios incendiar*. O Programa de Piscicultura também tinha apaixonantes pesquisadores: *Sou uma tartaruginha / E gosto muito de nadar / Não penses que por ser pequena / Ainda não aprendi a amar / Se um tartarugo você fosse*. Vê-se que a moça tinha dúvida quanto ao animal que o moço era. Poderia ser outro bicho: *Tartaruginha queria ser / Na plataforma submarina / Nós íamos nos conhecer / Eu ia te amar tanto / A ponto de proteger / Debaixo de meu casquinho / Pra outras não te conhecer / Os peixinhos e os crustáceos / Jam morrer de paixão / De ver a tartaruginha / Namorando um tartarugão*.

O *Cavacos* foi um trôpego amado por muitos e odiado por outros. Faltava-lhe participação maior dos associados e eram muitos os que não o liam. Razões não faltavam para isso. Alguns achavam que era de má qualidade, outros de mau gosto e com longas redações. Além disso, havia poucas condições para redigi-lo e às vezes se tornava caro e, por isso, de periodicidade irregular. Certa vez, para facilitar o trabalho e tornar o jornal menos oneroso, decidiu-se publicá-lo em mural disposto no refeitório. Por falta de atualização dele, ninguém mais o lia. Volta a circular na

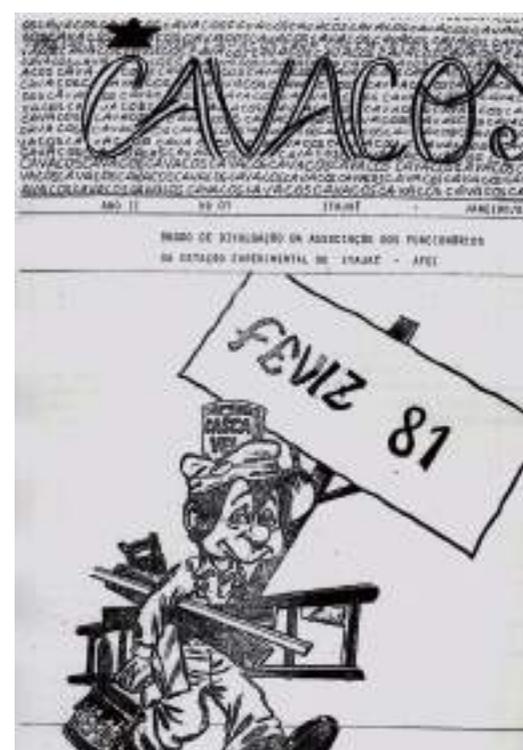
forma impressa aos trancos e barrancos, até desaparecer. O último número da coleção, que não é completa, é de agosto de 2004.



**Figura 61.** Capa do *Espantalho* do Ano II, nº 5, de 8 de dezembro de 1978, jornal da Empasc que emprestava uma das páginas para as notas da Associação dos Funcionários da EEI



**Figura 62.** Capa do *Empasc Informa*, Ano I, nº 0, de março de 1977, jornal que substituiu o *Espantalho*



**Figura 63.** Capa do *Cavacos*, o jornal da Associação dos Funcionários da EEI, Ano 2, nº1, janeiro de 1981

**A luta pela conquista de um restaurante e alimentação** – O período de expediente da EEI oferecia, inicialmente, um intervalo de duas horas para o almoço. Isso permitia que os funcionários almoçassem na própria casa. No entanto, só havia transporte para os que moravam no centro da cidade ou a caminho dele. Os demais teriam que fazê-lo por conta própria, o que não era possível a todos.

A pressão sobre o chefe da Estação para que providenciasse um local adequado para os funcionários, principalmente para os operários, preparar a comida, ou simplesmente aquecê-la, e almoçar foi reivindicação feita desde a contratação dos primeiros empregados. Até as primeiras providências para tal, os operários, e quem quer que fosse, para se alimentar no local de trabalho teriam que improvisar e do modo muito precário (Fig. 64).



**Figura 64.** Um dos locais de almoço dos primeiros operários da EEI

Em 26 de março de 1979 se cogita a criação de um departamento de consumo e um restaurante da Afei para venda de alimentos às segundas e quintas-feiras. Vender-se-iam, ao meio-dia, feijão, pepino, arroz e outros. O preço seria diferenciado a sócios e não sócios.

Em dois de abril de 1979 Sylvio, o chefe da EEI, é convidado

a participar da reunião da Afei que trataria do departamento de consumo da Associação. Era necessária a permissão dele e a cedência de local para tal. Sylvio argumenta que a Afei, por não estar legalizada como pessoa jurídica, não poderia fazer vendas. Quanto ao restaurante, não era da alçada dele permitir ou construir.

Em 9 de abril de 1979 Sylvio sugere que a diretoria faça o pedido de um restaurante para a EEI a José Oscar Kurtz, o presidente da Empasc. Deveria apresentar orçamento para tal e vantagens de almoçar na Estação. Entre as vantagens estava a dispensa do transporte diário dos funcionários para almoço e redução do intervalo. Era mais vantajoso aos funcionários, que poderiam, à tarde, chegar mais cedo a casa para cuidar de seus afazeres. Osvino Koller fica encarregado de preparar o documento e apresentá-lo a José Kurtz. Osvino apronta o documento e apresenta aos associados em 23 de abril de 1979. No entanto, teria que aguardar a volta de Kurtz da viagem que fez à Europa. Em 14 de agosto de 1979, depois da apresentação da referida solicitação a Kurtz, Osvino descreve à diretoria da Afei a reação e a resposta do presidente da Empasc a respeito do assunto restaurante: *aceitou fazer almoço apenas e na medida do possível.*

Em 7 de março de 1980 é pedido um fogão a Sylvio para que os empregado aquecessem suas marmitas. O chefe nega e alega que está prevista a construção de um restaurante na EEI.

Em 6 de abril de 1981 Adir Hinghaus, eleito presidente da Afei, promete pedir ao chefe Sylvio um local para instalar um restaurante para seus associados. Conforme levantamento feito em 20 de maio de 1981, 25 pessoas almoçam na EEI. Sylvio sugere a casa sede da fazenda, esvaziada em 17 de março pelo Setor Administrativo da Estação com a inauguração da nova sede da EEI. Adir contesta dizendo que a área é pequena para o que pretende. O presidente quer o pavilhão

anexo à tal casa, ocupado anteriormente pelo Setor Técnico da Estação, também desocupado pelas mesmas razões citadas para a casa. Sylvio promete resolver quando voltar da viagem que fará ao Japão.

A festa junina de 1981 é suspensa para economizar recursos em prol da adequação do restaurante, ou seja, o local onde os associados pudessem aquecer sua marmita e ali mesmo se alimentar. Assim estava feito em 28 de agosto de 1981.

Após esta data, algum local foi designado para almoço na Estação, pois em 7 de janeiro de 1982 o presidente da Afei, José Tomelim, reclama da desordem causada por associados durante as refeições no restaurante e ameaça fechá-lo. Mesmo depois de saber por seu vice-presidente Cagnetti que tudo já fora resolvido, ele ainda exige policiamento durante o funcionamento do restaurante *para se estabelecer a ordem*.

Na festa do trabalhador de maio de 1982 o diretor social da Afei, Osvino Koller, controla o consumo da carne do churrasco oferecido aos associados para que pudesse efetuar um sorteio da sobra, via bingo, para angariar fundos para a Associação, visando à montagem do restaurante. Os comensais protestaram veementemente: *queríamos, devagarinho, ir comendo toda a carne, mas não deixaram*, reclamaram.

José Tomelim, em 29 de agosto de 1983, para pressionar os não associados, aumenta-lhes o preço da laranja em 400% e o da banana em 150% em relação ao preço pago pelos sócios da Afei por estes produtos.

A venda de leite do Sistema de Bovinos Leiteiros da EEI a preços módicos, a instalação de uma lanchonete e a construção de uma sede própria para os associados foi plataforma eleitoral do candidato Canuto a presidente da Afei, em 7 de dezembro de 1984. Ganhou o pleito e foi empossado em 7 de janeiro de 1985.

Em 1987 a Afei, sob a presidência de Moacir Antonio Schiochet (1986-87), contrata uma cozinha industrial para oferecer almoço, sob encomenda, aos associados. Continua, no entanto, a venda de leite do sistema de bovino leiteiro aos associados prometida por Canuto.

Osvino Koller, em meado de sua gestão de chefe da EEI (1/4/87 a 12/6/89), prepara o ambiente do atual restaurante, manda fazer mesas na marcenaria da EEI e contrata uma cozinha industrial para fornecer a comida e inaugura o improvisado restaurante. Esse mesmo chefe, na tentativa de diminuir as despesas dos funcionários com baixo poder aquisitivo na ocasião, adquiriu um pequeno descascador para beneficiar a colheita de bordadura dos experimentos de arroz e oferecer o produto, a preço de custo, aos empregados. A tal cozinha industrial foi substituída por outra porque, apesar da crise financeira vivida por todos, não havia como explicar tão pouco feijão em tanta água.

Em julho de 1989, quando o presidente da Afei era Gilmar Zaffari (1988-89), o chefe da EEI, Miltom Ramos, promete que colocará forro e piso na cozinha e mesas com cadeiras mais adequadas no refeitório, que até hoje persistem. Também deveria fechar o segmento da rua que passava junto desse refeitório. No local seria implantado um jardim com gramado e árvores, o que foi realizado. A Afei toma para si parte da área do refeitório para sua sede e passa a administrá-lo. Nele instala uma parcial cozinha industrial. Esse presidente, pensando na alimentação dos associados, inicia a criação de peixes e de porcos, o fabrico de queijo, a produção de hortaliças, a venda de carne, e continua com a venda de leite.

As mesas eram para grupos de 10 comensais. Em setembro de 1991 foram trocadas por mesas para quatro, e novas cadeiras. O número de mesas era tal que, de tão apertado o espaço, só podiam sentar dois a cada uma delas. Reduziu-se o número delas. Por outro lado, algo estava errado com elas. Ou eram muito altas ou as cadeiras muito baixas. O certo é que alguns pequenos tiveram dificuldades para saber o que comiam, já que a mirada de seus olhos ficava nivelada com a borda do prato. Os grandes disseram que aquelas mesas eram educativas, já que os pequenos não poderiam mais pôr os cotovelos sobre elas e tampouco nelas se debruçar. Também reclamaram os jogadores de dominó, dizendo que não conseguiam espiar o jogo do adversário assim de baixo para cima. Por fim, ficou acertado entre os usuários (grandes e pequenos) que não mais se encomendariam mesas e cadeiras aos marceneiros alemães da região para ser usadas por açorianos.

Finalmente, com a inauguração do Centro de Treinamento da Estação de Itajaí, em março de 1996, os associados da Afei e todos os demais usuários passaram a dispor de um restaurante propriamente dito. Uma cozinha industrial e outra experimental e salão com 80 lugares, provido de televisor e banheiros, foram final e oficialmente instalados. Em setembro de 2011 o piso desse refeitório foi substituído por novas cerâmicas, as janelas de madeira por amplas vidraças, e as velhas portas por novas aberturas.

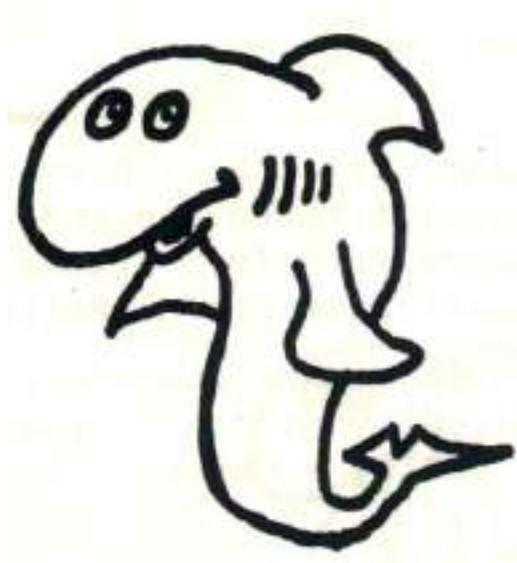
Curiosamente, os operários continuam a comer em seus locais de trabalho, cada um tendo uma cozinha improvisada. De certo modo, a não ocupação do refeitório por eles é compreensível e deveria ser até esperada. Primeiro, pelo maior preço da refeição no restaurante em relação ao custo da comida que trazem ou fazem; segundo, por estarem em suas roupas de trabalho pesado e suados à hora do almoço. Assim posto, por aquela e por esta não se sentem bem em comparecer ao refeitório, frequentado também por pessoas de fora da Estação quando a visitam ou em cursos de aperfeiçoamento profissional. Apontados como principal público a ser beneficiado, esses soldados se espalham pelo campo, de marmita na mão, a comer com os seus pares o feijão com arroz de todo dia.

**A primeira Oline** – A primeira Olimpíada Interna da Empasc (Oline) (Fig. 65) foi coordenada e sediada pela Associação dos Funcionários da EEI. Ocorreu nos dias 8 e 9 de outubro de 1988 nas

dependências do Sesc de Itajaí. Tinha por símbolo a figura de um tubarão (Fig. 66) em homenagem a Itajaí, por ser o 2º maior porto pesqueiro do Brasil. Essa olimpíada se configurou como a pedra fundamental da construção de um melhor relacionamento humano entre os funcionários da Empresa. A olimpíada foi presidida por Robert Harri Hinz, secretariada por Rose Maria Adami e teve Carlos Alberto de Souza por tesoureiro. Foram auxiliados por comissões técnica, de alimentação, de alojamento, de prêmios, de divulgação, de recepção, executiva e social. Participaram sete associações e suas respectivas delegações, e o resultado da competição está apresentado no quadro 3 (Cavacos, nº Especial – agosto de 1989).



**Figura 65.** Cartaz da primeira Olimpíada Interna da Empasc, sediada pela Associação dos Funcionários da EEI em 8 e 9 de outubro de 1988



**Figura 66.** O tubarão, símbolo da I Oline, que foi sediada pela Associação dos Funcionários da EEI

**Quadro 3.** Quadro das conquistas olímpicas pelas Associações de Funcionários das Estações Experimentais da Empasc durante a I Olimpíada Interna da Empasc

Modalidade Esportiva	Caçador		Chapecó		Florianópolis		Itajaí		Ituporanga		Lages		São Joaquim		Urussanga	
	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P	C	P
100m masc.			1 e 2	8					3	1						
100m fem.			1	5			2	3	3	1						
Salto distância masc.			3	1			2	3	1	5						
Salto distância fem.			1	5			3	1	2	3						
Cabo de guerra masc.	2	3							3	1	1	5				
Bocha	1	5					2	3			3	1				
Dama	1 e 2	8					3	1								
Xadrez	3	1									1 e 2	8				
Dominó					1	5			2	3					3	1
Sinuca							1	5			2 e 3	4				
Tênis de mesa							1 e 3	6					2	3		
Futebol de salão			3	1					1	5	2	3				
Voleibol misto			1	5			2	3	3	1						
<b>Total de pontos</b>	<b>4°</b>	<b>17</b>	<b>1°</b>	<b>25</b>	<b>5°</b>	<b>5</b>	<b>1°</b>	<b>25</b>	<b>3°</b>	<b>20</b>	<b>2°</b>	<b>21</b>	<b>6°</b>	<b>3</b>	<b>7°</b>	<b>1</b>

Notas: a) C = classificação; P = pontos.

b) Campeãs olímpicas: Chapecó e Itajaí; troféu disciplina: Campos Novos; Equipe destaque: Itajaí; melhor torcida: Campos Novos; não marcaram pontos: Campos Novos e Videira.

**O Eife de 99 participantes e o Campeonato de Futebol** – O Encontro de Integração dos Funcionários da Epagri (Eife) foi um exemplo de participação e de integração dos funcionários da Epagri. Ocorreu em 2002, no município de Videira. A Associação dos Funcionários da EEI (Afei) conseguiu reunir 99 associados, entre atletas e torcedores. Foi o recorde de participação em eventos esportivos da Associação. Outro feito fantástico da Afei foi seu primeiro título de futebol em Eife. Exemplo de esportividade e dedicação para os que estavam assistindo aos jogos em Tubarão, no ano de 1998. A equipe

era treinada por Luiz Alberto Lichtemberg e composta pelos atletas André Furtado, Marcus de Souza, Maninho Mafra, Jamilton “Barão” Costa, Curru, Edmilson, Jailton “Maninho” Costa, Iremar “Bera” Ferreira, Paulinho Lichtemberg, Gilmar Felisbino, Ronaldir Knoublauch e Luiz Quadra. Desacreditada, venceu o campeonato de forma invicta e sem levar gols em partidas contra os times de Araranguá, Chapecó, Videira, e São Joaquim. Até hoje se fala nisso, principalmente o treinador. É conveniente dizer que futebol era uma prática comum entre os associados da Afei, e tinha todo o apoio de chefe Sylvio (Fig. 67).



**Figura 67.** Um dos times da Afei. De pé, da esquerda para a direita: Osvino Leonardo Koller, Luiz João de Souza Filho e Juarez José Vanni Müller. Acorados, da esquerda para a direita: Sylvio Ferraz de Araújo, Lucas Miura e Inácio Hugo Rockenbach

**A Primeira Oleei** – A primeira Olimpíada da Estação Experimental de Itajaí (Oleei), ocorreu em julho de 1990. Foi criada para selecionar e preparar os atletas às competições das Olines, que ocorriam sempre em outubro. No caso, esta primeira Oleei visava à III Oline, que tinha data marcada para 12 a 14 de outubro e seria sediada pela Estação Experimental de Ituporanga. Essa Estação prometia fazer a melhor das Olines. Sonhava superar a realizada pela EEI em outubro de 1988. A esta Oleei a diretoria da Afei conclamava os atletas a participar dos treinamentos e das competições, bem como a participar das atividades voltadas para angariar fundos para o evento de outubro, tais como bolões da Copa Mundial de Futebol, e rifas de relógio, de rádio, dos torneios de futebol suíço e do bailão.

As equipes montadas para as disputas do Oleei foram assim designadas: Amarela (formada pelos atletas dos Programas de Fruticultura, Hortaliças, Simulídeos e Piscicultura); Branca (formada pelos atletas dos Setores e Programas de Bovino de Leite, Mandioca, Biblioteca e Datilografia Técnica); Azul (formada pelos atletas dos Setores e Programas de Oficina Mecânica, Carpintaria, Administração, Computação, Estatística, Vigilância, Afei e Jardim); Vermelha (formada pelos atletas dos Setores e Programas de Arroz, Proni, Sementes, Meteorologia, e Laboratórios).

As modalidades disputadas foram dominó, sinuca, truco, 100 metros rasos masculino e feminino, tênis de mesa, damas feminino, futebol suíço, voleibol misto, cabo de guerra, corrida do saco, futebol de mesa (patau), dança da cadeira, general feminino e pescaria. Com muita firmeza os organizadores do evento advertiram aos atletas que não poderiam bater nos juízes, xingar adversários, reclamar dos companheiros e dirigir improperios à progenitora de quaisquer pessoas.



# A

## Algumas histórias da vida cotidiana da EEI

**Triste episódio relacionado à EEI** – Se na primeira fazenda comprada para a instalação dos trabalhos de campo da EEI havia uma casa sede, a segunda fazenda adquirida, que era lindeira àquela, também possuía sua casa sede. Ela serviu de moradia, após a aquisição pela EEI, à família dos operários Afonso Schmitt, Luiz Augusto Nascimento e Ademir José Cardoso, responsáveis pela ordenha e alimentação das vacas do Programa de Gado Leiteiro. Antes disso moravam os ex-proprietários. Miguel, casado com uma filha de Michel Senerchi, a Rosa, e José, casado com Antonieta. Valdecir Merlo conta que as mulheres costumavam cozinhar macarrão em panelões para servir à família e aos empregados. Após o cozimento da massa elas retiravam o panelão do fogão e o colocavam no assoalho, próximo à porta, para facilitar o escoamento da água de cozimento.

Rosa era mãe de uma menina de três anos. Certa feita, estando o panelão fervente no chão, chega um empregado que finge oferecer uma bala à menina. Frustrada e envergonhada com a brincadeira do adulto, a criança se afasta cabisbaixa e de costa em direção ao panelão recém-tirado do fogo. Ao nele tropeçar, mergulha no macarrão fervente, vindo a morrer. O enterro, muito triste, deu-se em caixão todo enfeitado por chocolates e balas, numa tentativa, quem sabe, de compensar a falta daquela bala com essa sobeja oferta.

**O Verdão e o transporte de funcionários** – Além dos trabalhadores que moravam no entorno da EEI, havia os que moravam no centro da cidade e arredores e até em municípios vizinhos. Inicialmente, o transporte desses empregados foi realizado por meio de micro-ônibus alugado da Empresa Coletivo Itajaí Transportes Urbanos. Para motorista o *Ajato* e depois o *Zé do Caixão*. O presidente Kurtz, argumentando redução de despesas com o transporte dos funcionários da EEI, envia para ela um velho ônibus da sua ex-Estação Experimental de Caçador. Na verdade, tal *busão* já não mais conseguia subir os morros dos caminhos daquela região montanhosa. Quem sabe numa região plana como a do litoral ainda pudesse rodar, pensou o presidente e se livrou daquela ximbica. Tal calhambeque (Fig. 68) foi entregue nas mãos hábeis do nosso bom mecânico Alfredo Hermann Jankee – o velho Yanque.

Alfredo se animou e desmontou o “latão”. Consertou desde o motor até a última arruela daquele

mostrengo bege-cinza, verdadeiro burro quando foge. Pronto e funcionando, mas não funcional, ficou. No primeiro teste de embarque constatou-se que os passageiros mais *caneludos* não se encaixavam entre os bancos quando sentados. Certo pesquisador, à época o mais alto entre seus pares, que nem de pé cabia no ônibus, ao querer sentar gemeu um triste “hinz”. O Yanque não teve dúvida: eliminou 25% dos bancos originais, alguns já imprestáveis, e impôs novo espaçamento entre os assentos. Agora tínhamos um coletivo aceitável, desde que os mais altos se curvassem um pouco ao entrar e sentando-se de imediato nos bancos fronteiros. O ônibus, agora pronto e funcional, deveria ser pintado. O Yanque o transformou num grilo. Pintou-o de verde e, para não se confundir totalmente com a mata, traçou uma larga faixa branca longitudinal. Ficou sendo usado pela EEI até não poder mais andar, quando se tornou pálido e descascado. Certo motorista, encantado com esse mostrengo, dedicou-lhe a seguinte quadra: *Verdão, amigo Verdão / Digo com muita pureza / Você é lindo demais / Tuas cores têm beleza / Uma representa a paz / E a outra a natureza*. Utilizaram esse ônibus por cerca de dez anos, o quanto perigosamente durou depois dos curativos feitos pelo Yanque e pelos empregados, Armênio, Jankee, Valdecir Merlo, Sabiá, Roberto Testoni, Fofão, Neri Germano Vieira, Catulino, Hilário e José Tomelim.

Por falar em banco fronteiro, houve um colega do Programa Arroz que se adonou do primeiro deles, aquele que fica ao lado do motorista. Apossou-se de tal modo que ninguém tinha coragem de nele sentar. Certa vez, ao entrar no ônibus, encontrou uma das filhas, menina, de certa funcionária e furiosamente a fez mudar de assento. Tal atitude o tornou ainda mais desarmônico perante os usuários do Verdão, que logo se cobraram do tal antipático. Foi na saída, em uma tarde chuvosa. Todas as janelas estavam fechadas e nubladas pela umidade condensada nos vidros. Para partir era preciso dar marcha à ré no ônibus, o que seria arriscado fazer com tão pouca visibilidade. Nosso *frentista* abre a sua janela e põe a cabeça para fora a fim de orientar o motorista. Ao primeiro movimento do veículo, uma enxurrada de água sai pela calha do teto e encharca de alto a baixo o deselegante. Foi o gozo, foi a festa, foram à forra. Dali em diante, quem quisesse orientar o motorista que descesse do ônibus. Aquela janela, em dias de chuva, não seria mais aberta. Não por ele, o encharcado.

O Verdão rodou na EEI por mais de 10 anos. Uma temeridade. Para substituí-lo foi comprado, sem que se soubesse, um Frankstein montado de pedaço em pedaço. Verdadeiro quebra-cabeça que deu muita dor de cabeça quando de seu licenciamento. Após muitas viagens dos administradores da Empresa aos órgãos reguladores da coisa, foi legalizado e naturalizado Eeiano, depois de quatro anos de espera, em 1/7/1999. Nesse intervalo diversas empresas de ônibus fizeram o transporte dos funcionários. Valdecir passa a dirigir o novo ônibus e o faz até 1/7/2005, quando o entrega para Francisco Garcia, o Chico, que o reforma. Virou-o do avesso até torná-lo novamente operante e o pintou de azul, o Azulão (Fig. 69). Ficou bonito. Quem o visse, a certa distância, diria que estava a serviço de turistas internacionais. Apesar da boa impressão, escondia uma mania de não querer

frear quando era preciso parar. Com o tempo foi se tornando impulsivo e impossível. Para evitar problemas de ordem legal e vital em face de transporte tão precário, a diretoria da Epagri o recolheu. Hoje, os funcionários vão e vêm por seus próprios meios.



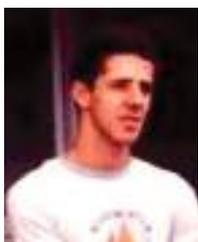
**Figura 68.** Modelo do ônibus existente na EEI para conduzir funcionários, apelidado de *Verdão da Empasc* em virtude da cor que lhe foi dada



**Figura 69.** O último ônibus de transporte de funcionários da EEI, cognominado de azulão e não freava

**O Currupaco** – O fato pode parecer sem importância, mas as testemunhas oculares não o deixam ser esquecido. Por isso, será registrado. Certo chefe da EEI usava um dos funcionários para ser o seu terceiro olho. Sabendo todos que qualquer olho a mais do que os que já estão na face pode não cheirar bem, certo grupo de funcionários passou a ter muita cautela. Por outro lado, o tal olho vivia a queixar-se com o chefe a respeito das zombarias a ele feitas pelos editores do *Cavacos*. Certa vez, esse jornal publicou que tal moço, ao ver que a extensa lista da sua despesa médica ocupava mais de uma página, e por isso foi o somatório transportado dessa para uma segunda, corre para a secretaria protestando que ele fora às consultas com o carro próprio e não com o carro da Empasc. Como então puseram aquele valor todo em *transporte*? Noutro número, o *Cavacos* anuncia que o dito reclamou que gastava muito com o plano de saúde da Empresa, principalmente com exames médicos, *que nunca davam nada*. Cansado de tanta galhofa a seu respeito, só lhe restava processar *aqueles jornalistas*. Avisou aos *abusados* que, se continuassem a citá-lo zombeteiramente, iria às barras da justiça com eles. A solução foi arrumar um pseudônimo para se poder agulhá-lo sem o risco da citação. Daí para a frente passou a ser conhecido por *O Imencionável* e tudo continuou como dantes para os editores daquele informativo. Ante a artimanha, *O Imencionável* passou a espumar de raiva por não saber que atitude tomar contra aquele disfarce. Mas o pior estava por vir.

Um papagaio todo verde e esperançoso pela liberdade fugiu certa manhã da gaiola de seu almoz, vindo a refugiar-se nas goiabeadas da Estação. Feliz, chamava a atenção de todos pelo quanto sabia dizer. *O Imencionável*, aqui denominado de *O Imperdoável*, atirou-se contra o recém-liberto animal e o *gadunhou*. Reteve-o como faria a qualquer dos editores do *Cavacos*, se o pegasse e pudesse. A ave perdeu várias penas e emudeceu. Naquele momento o *currupaco* sentiu saudade de seu ex-carcereiro. À tarde, o dono da ave aparece na EEI a perguntar pelo pássaro. Houve fila de pessoas para dizer-lhe que *O Imencionável* o prendera. Solicitado pelo homem, o *Pega-louro* negou-se a entregar-lhe a ave. Descontente com aquela atitude inesperada, o homem lhe avisou que no dia seguinte o aguardaria ali mesmo para receber a sua *avezita*. *O Imencionável* nem fez caso daquela promessa. No dia seguinte retorna com o *Verdão*, mas sem o *Verdinho*. Na passagem do ônibus pela guarita, *O Imencionável* avista o dono do papagaio e grita para o Sabiá, o motorista: pare o ônibus que eu quero saltar, parodiando Sylvio Brito com seu canto *Pare o mundo que eu quero descer*. Obedecido, ao saltar do veículo, cai nos braços do visitante. Assim *gadunhado* como fizera com a pobre ave, recebe um sopapo que o deixaria sem penas se as tivesse. Foge daquele abraço em desabalada corrida. *O Imencionável* em busca de proteção na sala do chefe, e o homem em busca do seu pescoço. Finalmente, embaixo da mesa da chefia, o perseguido e, à porta da sala, o perseguidor; e entre os dois, o chefe sem nada entender. O *comandante* furiosamente os inquire a respeito daquela maratona e ambos gritam-lhe: o papagaio é meu! A par da história e ante a afirmação de ambos quanto à propriedade do louro, o chefe, inspirado em Salomão, decide dividir a ave ao meio para dar metade a cada um. Ante essa decisão, o verdadeiro dono exclama: senhor, prefiro perder meu papagaio a vê-lo morto. Deixo-o em suas mãos. Então, como fez o Rei, aquele juiz manda buscar a ave para ser entregue ao verdadeiro proprietário. Humilhado, dali para a frente aquele olho se revestiu de catarata. Por isso, pouco passou a ver. e o que via não tinha muita certeza para bem descrever. A compensar tal cegueira, o chefe passou a tudo observar mais arregaladamente para suprir a falta do seu desalentado *zolho*.



**O Menudo** – Menudo foi um grupo musical criado em 1977. Verdadeiro fenômeno de popularidade na América Latina, no Brasil arrastou milhões de adolescentes de todas as classes sociais, que formavam milhares de fãs-clubes, numa extensão comparada apenas à beatlemania no mundo.

Certa vez a EEI recebeu um bolsista que se assemelhava por demais, principalmente pelo tamanho do nariz, com um dos integrantes daquela banda e logo foi alcunhado de Menudo. Naquela época o intervalo de almoço era de duas horas. Esse espaço permitia que os funcionários almoçassem em casa. O chefe Sylvio Ferraz de Araújo também o fazia. O Menudo não. Servia-se de um lanche e, confiado (chamava o Chefe Dr. Sylvio, por Araújo) corria a refestelar-se

no sofá existente na sala da chefia, acima do qual ficava pendurada uma exuberante *samambaia de metro*. O sono de Menudo era profundo e, por isso, tinha que ser acordado pelos colegas que retornavam ao trabalho sempre à frente do chefe. Certo dia, no entanto, o pessoal cansou dessa rotina e deixou que o Menudo dormisse à vontade. Doutor Sylvio entra na sala e se espanta com aquele bolsista de boca aberta, em profundo sono, no seu sofá. Não o acorda. Apenas senta-se à mesa e começa a trabalhar. Uma tensão se instala no pessoal da Administração enquanto espera a expulsão daquele folgado bolsista. Certamente o chefe o faria e aos brados. Mas nada acontecia. Nem lá nem cá, e todos estavam paralisados pela tensão reinante. Quando o relógio da parede apontou 15h20, o Menudo acordou. Espreguiça-se ruidosamente e ao levantar os braços toca-os na samambaia e se assusta. Salta do sofá, dá de cara com Sylvio e, apavorado, grita: *o que tás fazendo aqui Araúuuujo!?* Foi a primeira vez que o pessoal da administração viu o Araújo rir e riu às gargalhadas. O tenso grupo se descontraíu e caiu na farra. Foi assim que, em meio a tanta descontração, o Menudo encerrou sua carreira solo de bolsista na EEI.

**O contrabandista** – Ainda não havia para nós barracas de muambas do Paraguai. Logo, não tínhamos acesso a tantas coisas “úteis, práticas e curiosas” e a preços tão convidativos. Certa tarde, uma kombi foi estacionada no pátio da Estação e dela saltou o motorista, verdadeiro Mandrake. Munido de catálogos e muitas amostras de coisas inusitadas, apresentou-se: sou vendedor – ao mesmo tempo que falava deixava à vista diversos e curiosos objetos que saltavam das recheadas bolsas – e gostaria de um espaço para lhes oferecer minhas mercadorias. Sou importador e por comprar direto vendo por menos. Para demonstrar quanto valeria a pena ouvi-lo, abriu uma sombrinha japonesa. As funcionárias da administração foram à loucura com tamanha novidade e beleza. Nisso passa o chefe Sylvio, que, de soslaio, vê os catálogos com fotos de caniços diversos, televisores, toca-discos, entre tantas outras atrações. Confirma o preço e se entrega ao cambista. Na sala de recepção era quem mais podia encomendar. Os menos afortunados encomendaram de ratoeiras a sombrinhas e os de posse pediram televisores em cores, toca-discos dois em um que aceitavam até cinco *long-plays* na haste central, toca-fitas que, além de reproduzir, ainda gravavam! Todos muito baratos. O chefe encomendou, também o fez o Ramos, pesquisador mais pão-duro de toda a história da Estação, e até os mais espertos, “aqueles que só vão na boa”. Pedidos anotados, só faltava o pagamento. Sim, seria bom que fosse adiantado, pois era desse jeito que o “Porta a Porta” poderia comprar e vender mais barato. Como ninguém viera trabalhar preparado para tanta esbórnica com o próprio dinheiro, o vendedor o pegaria no dia seguinte. No entanto, nem mesmo para o dia seguinte alguns estavam preparados para adiantar-lhe o dinheiro. Ficou acertado que quando chegasse alguém levaria o dinheiro de todos e já traria a mercadoria. O local ele diria quando voltasse das compras. Não levaria dinheiro de ninguém agora.

Aquela noite e as seguintes foram agonizantes. Não só pelo calor daquele verão, mas também pela ansiedade da espera. A promessa do Mandraque era a de que estaria de volta, com todas as encomendas, dali a 10 dias. Salvo se algum contratempo houvesse com o barco em que iria às compras. Passaram-se 12 dias e a notícia de que o homem estava com a mercadoria e à espera do dinheiro chegou. Estava em determinado lugar, um tanto quanto ermo, em Barra Velha. O técnico agrícola Adir Hinghaus foi designado para levar todo o dinheiro coletado e trazer as mercadorias. Adir morava numa das poucas pensões de Itajaí, onde também morava um policial amigo seu. O policial, ao ouvir de Adir a história das mercadorias e de que seu amigo iria, no dia seguinte, em busca delas e com tanto dinheiro nos bolsos, desconfiou do negócio. Prontificou-se a acompanhar, bem armado, o nosso técnico. Foram-se. O tal endereço deixou o policial de sobreaviso. Ao deparar-se com o sujeito, reconheceu nele o velho e procurado meliante. Prendeu-o. Certamente Adir seria assaltado por ele. Adir, para não voltar de mãos vazias, trouxe a única mercadoria que encontrou: o Mandraque que todos quiseram para espetá-lo com a ponta das sombrinhas japonesas. Dali para frente qualquer kombi a passar pela Rodovia em frente a EEI trazia triste recordação. Lembranças daquelas maravilhas que encheram olhos cobiçosos. Muito tempo depois, quando o episódio já estava esquecido, a cidade se encheu de camelôs, todos em kombi. A corrida se inverteu. Os consumidores eram os “Porta a Porta” a andar de barraca em barraca. Continuavam sendo enganados, agora com a péssima qualidade dos utilitários comprados. Com a globalização, foi o fim da era paraguaia, mas não dos enganos e das trapaças.

**O Mobral da EEI** – Por ocasião da instalação da EEI, em 1976, era grande o número de adultos analfabetos na região, de modo que eram muitos os operários contratados que não sabiam ler ou escrever. Tal situação dificultava o trabalho de pesquisa, entre outros. Esses trabalhadores não podiam localizar corretamente as parcelas experimentais e tampouco auxiliar nas anotações de dados. O chefe Sylvio Ferraz de Araújo precisava resolver esse problema. Apelou para o Mobral. O Movimento Brasileiro de Alfabetização havia sido criado pelos ditadores militares, em 1967, com o fito de *conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida*. Confessavam aí que reconheciam a existência de pessoas não humanas, além de acharem que às humanas bastava ler e escrever para terem uma condição melhor de vida. As desumanas não tinham mesmo jeito.

Pois bem, Sylvio aproveitou-se dessa crença e convocou o Mobral para alfabetizar os operários. O salário do professor seria de Cr\$ 1.600,00 (mil e seiscentos cruzeiros). A Prefeitura Municipal de Itajaí pagaria Cr\$ 1.200,00 e a Associação dos Funcionários da EEI complementá-lo-ia com Cr\$ 400,00. As aulas seriam ministradas nos dias úteis, na EEI, das 13h às 14h, durante o intervalo de almoço, que era das 12h às 14h. O professor encontrado era uma bela professora e, por isso, foi

alto o número de inscritos, pois até mesmo aqueles que liam e escreviam se fizeram analfabetos. O início das aulas se deu em 2 de maio de 1979. A mestra, ao sentar-se, cruzava as pernas e, distraidamente, revelava um belo par de joelhos. Nesses momentos, ao perguntar o que faz um **B + A**, os alunos, em uníssono, exclamavam: **Ba...rbaridade!!!** Ante o erro, ela repetia a pergunta, abandonando-se ainda mais na cadeira. Eram 36 aprendizes carentes das letras do alfabeto, mas repletos de testosterona, que logo descobriram que insistir no erro não era burrice. Para tristeza deles, a professora não pôde continuar com as aulas e se despediu. Foi um desânimo geral, pois na aula seguinte ela lhes ensinaria como escrever “**o vovô viu a uva da vovó**”. A reclamação foi geral. Além da perda das aulas, perderam a esperança de, durante lições futuras, vislumbrar o recheio daqueles fêmures que mantinham aqueles joelhos nem sempre tão unidos. Para acabar com tanta infelicidade, Arnoldo Hugo do Nascimento, aluno e simpática figura, passou a imitar a professora. Na sala, durante o período reservado às aulas, punha-se na cadeira e fingia ensinar, cruzando e abrindo as pernas, num triste arremedo de sensualidade que não tinha, mas que divertia a classe. Enquanto isso, o chefe da EEI buscava substituir a mestra demissionária. Vislumbrou solução num dos operários, mais sábio e hábil que seus pares. E chamou-o à responsabilidade de concluir a alfabetização de seus colegas. Ênio Rockenbach encarou o desafio e as aulas recomeçaram. Arnoldo, no entanto, começou a folgar com os colegas. Dizia-lhes que nada aprenderiam com o novo professor que, além de nada saber, pouco enxergava, pois lhe faltava uma das vistas. E lembrava-lhes que perdessem a esperança de ver as coxas do professor, pois Ênio não as mostraria. Iniciou-se a debandada das aulas. De imediato ficaram apenas 14 alunos.

O final do curso, na primeira quinzena de outubro de 1979, foi solene. A formatura se deu em cerimônia oficial em que, ao lado de diversas autoridades, o secretário municipal de Educação diplomou 12 operários. Para o desfecho do evento, Sylvio Ferraz ferrou os desistentes. Anunciou que os formandos teriam um aumento salarial, ou seja, subiriam na vida como predisseram os militares governantes. Ouviram-se então urras, não de alegria, mas de raiva. Raiva que desviaram do Sylvio para o Arnoldo, já que urrar contra o chefe era como trabalhar sem EPI em ambiente insalubre. Fazia mal à saúde. Urraram porque não lhes fora dito que haveria tal compensação e pelo Arnoldo tê-los feito desistir das aulas. Ele pagaria pelo sim e pelo não. Ao final da cerimônia o galhofeiro já havia pedido férias e se fora para voltar somente quando o episódio estivesse dissipado pelo tempo.

**O assalto ao Banco Pagador** – O ex-Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) manteve por muito tempo um posto na EEI para recebimento de contas, pagamento dos salários dos trabalhadores e outras transações bancárias de pequena monta. O funcionário vinha e voltava com o dinheiro em malote, que não passava de um bernal de lona. Vinha de automóvel comum e acompanhado por um arremedo de guarda-costas. De tanto se expor, Osmar, o funcionário, foi assaltado quando o

posto estava locado no pavilhão da ex-sede provisória da EEI. Um afoito ladrão a pé entrou no banco e gritou: é um *assarto*! O caixa passou todo o dinheiro: CR\$ 700,00 (setecentos cruzeiros reais), uma mixaria. Ao entregar o dinheiro, o Osmar grita para o Arremedo, que tremia: reage pô! No que o ladrão exclama: se reagir leva chumbo e, ao sacar o revólver, acerta um tiro no próprio pé. Ao fugir mancando e sangrando é interrompido pela Jandira, que, nessa época, fazia a leitura da estação agrometeorológica na vizinha casa velha, sede da fazenda. Nada vira. Nada ouvira. Acerca do ferido em fuga e o interpela: *O que foi quirido? Te pisasse, foi?* O ladrão tenta se desvencilhar da *caridosa fora de hora*, mas a Jandira o arrasta para sua sala para lhe fazer um curativo. Nisso o Osmar e o Arremedo surgem à porta do banco e gritam para Jandira: *Chama a polícia que ele roubou o Besc!* A Jandira, sem entender a respeito do ocorrido, exclama: *tadiinho!* Nisso o larápio foge deixando uma trilha de sangue pelo caminho que seguiu até o riacho próximo da EEI, onde furtou uma canoa e fugiu pelo Itajaí-Mirim. A polícia apareceu cerca de duas horas depois, quando a ferida do bandido já formara cascão. Nunca mais foi visto. A Jandira acha que ele morreu “*de teto*” por causa do ferimento a bala.

Por falar em Jandira, ela era uma pessoa por demais querida e prestativa. Veio da Acaresc de Blumenau, onde era responsável por serviços diversos, para o CTA Litoral Norte sediado na EEI. Inicialmente trabalharia no Laboratório de Fitopatologia, mas vidraria e meios de cultura não eram a “praia da moça”, que era de pouca instrução, mas muito inteligente. Astuta e observadora, surpreendia e divertia a todos com seu jeito de dizer e nomear pessoas e coisas. Aos pesquisadores Cidnei, Salerno e Milton Ramos, do Programa Essências Florestais, ela chamava de “Minhas Essências”. Os pesquisadores de outros Programas eram por ela chamados de “Meus Meninos” e, às vezes, de “Meus Homens”, dependendo do humor do momento. Ao gerente técnico Juarez Müller ela chamava de “O Sol de Minha Praia”, e assim por diante.



**O Pampo** – Pampo, um peixe, era o apelido de um dos funcionários de campo da EEI. O Chefe Sylvio, apesar de muito rígido como dirigente da Estação, fazia muitas vezes o papel de pai para os funcionários, principalmente aos menos desprovidos de recursos financeiros. Por ocasião das cheias de 1983, ficou impossível aos operários ir até o centro da cidade para sacar o dinheiro do salário. A

situação de muitos era por demais precária em virtude de não terem dinheiro para nada. Sylvio tenta dar um jeito e traz um empregado do Besc, banco onde todos funcionários da Estação tinham suas contas correntes, para pagar aos mais carentes. O bancário trouxe exclusivamente notas de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) e fez o pagamento aproximado do valor total devido a cada um.

O resto ficaria na conta de cada titular para ser resgatado depois. A atitude do chefe agradou e emocionou a muitos, mas não ao Pampo. Ficou a murmurar e a discutir que queria todo o salário. Os colegas tentaram dissuadi-lo da intenção, chamaram-no de mal-agradecido, de encrenqueiro, mas não adiantou. Pampo era mesmo um incompreensível e começou a encrencar com os colegas por estarem satisfeitos com parte do salário. Sylvio, que não chamava ninguém por apelido, ao perceber a encrenca, partiu para cima do incompreensível “peixe” e, metaforicamente esbravejou: “*pora, tu não sabes nadar? Vai então buscar o resto do teu dinheiro*”. Foi uma gargalhada só dos que já estavam por demais felizes.

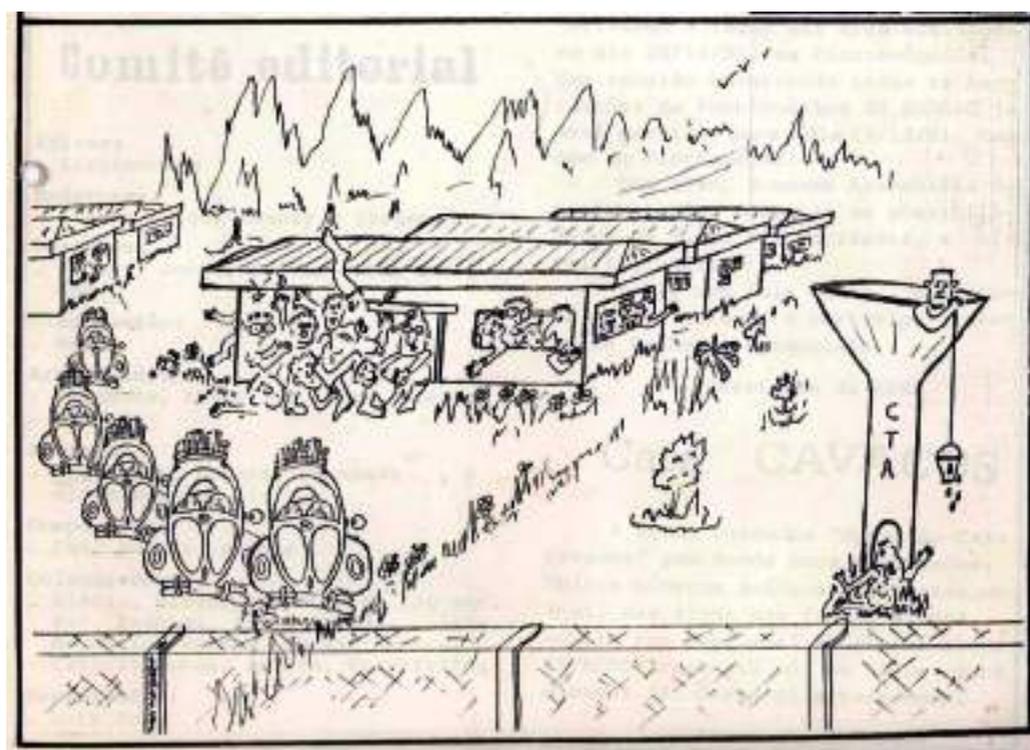


**A morte da vaca fistulada** – O Programa de pesquisa de Bovino Leiteiro da EEI mantinha uma vaca fistulada que chamava a atenção de todos os visitantes. Parecia uma caixa d’água ambulante. Trazia sobre o “vazio” um flange que fixava a pele, outros tecidos e o rúmen aberto cirurgicamente. A vaca, um laboratório vivo, era usada para avaliação da digestibilidade de forrageiras em estudo. Pelo orifício do flange introduziam-se no estômago saquinhos

de seda com certo volume de forragem picada. Posteriormente, de tempo em tempo, eram retirados para avaliação da digestibilidade do conteúdo durante o período de submissão ao rúmen. Certa feita, uma das vacas do plantel leiteiro deveria ser descartada. Ronega, o tratorista, foi encarregado do abate. Antes de o fazer, foi alertado para tomar cuidado para não errar de animal, de modo a não matar a vaca do flange. Ronega não atinou a respeito da recomendação, pois não conhecia nenhum pesquisador com esse nome. Assim desinformado, saiu em busca do animal para sacrificá-lo. Aproximou-se pelo lado direito de uma das vacas e, não vendo nela nada que a identificasse ser a vaca do *Seu Flange*, abateu-a. Percebeu que o animal, ao cair, produziu um ruído estranho: a vaca caíra sobre o flange, que se partiu. Examinou-a e viu, com pesar, que uma roda de plástico quebrada estava espetada bem no vazio da *jersinha*. Achou interessante aquela espetada e contou para um dos técnicos agrícolas da EEI que, desesperado, exclamou: *Ronega, mataste a vaca fistulada. Acabaste com a pesquisa deles*. Ronega contesta: *Não, não, nada de fristulada*. Foi uma *jersinha*. Não adiantava explicar. O homem não sabia mesmo o que fizera.

**O ouvidor da EEI** – Por ocasião da fusão das empresas da Secretaria de Estado da Agricultura (1991), bem no meio do zum-zum de gente que chega, de gente que se ajeita à EEI, agora Centro de Tecnologia Agrícola (CTA), surge uma nova figura na EEI, a de ouvidor. Assumiu-a um político local. Para abrigá-lo, uma sala foi montada no final de um dos corredores, junto à administração

do CTA. Em face do burburinho reinante no local, o ouvidor nada escutava, e tampouco falava, pois não se podia ouvi-lo. O cargo acabou como surgiu. Em silêncio, em meio a tanto barulho. A confusão geral foi retratada por meio de uma charge no *Cavacos* (Fig. 70).



**Figura 70.** Charge no jornal da Associação dos Funcionários da EEI retratando o entra e sai na EEI, sede do CTA, de funcionários das empresas que formaram a Epagri

**O Movimento Construir** – Imperava a ditadura militar e resquícios dela, durante a chefia de Sylvio Ferraz de Araújo na EEI (1º de abril de 1976 a 12 de março de 1987). Sylvio, extensionista pioneiro do serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, veio do cargo de supervisor regional da Acaresc (Itajaí) para chefiar a Estação. Tinha irrestrito apoio de seu presidente José Oscar Kurtz. Com esse histórico e circunstâncias somados a seu caráter temperamental, o chefe exerceu com exacerbação o seu comando. Perante jovens pesquisadores, muitos dos quais sem experiência prática de agronomia, e por gostar de ver a coisa feita a seu gosto, ele interferia na parte técnica, como também na administrativa. Para que isso acontecesse, Ferraz, em sua Brasília azul ou a pé, de boné branco e óculos escuros, era invisível. De modo surpreendente, fiscalizava amiúde os trabalhos dos empregados e não perdoava erros. Tais atitudes deixavam uns desgostosos, outros receosos e até desesperados.

**O escape** – Com o final do Regime Militar e o início do cansaço do velho Ferraz, muitos pesquisadores enxergaram chances para extravasar opiniões, mudar comportamentos,

principalmente das chefias e até de conduzir a Empresa a novos rumos após avaliação do que estava bem e do que precisava ser mudado. As palavras de ordem eram *Avaliar* e *Democratizar*. A ideia nasceu durante churrascos e encontros de pós-expediente e de finais de semana no sítio do Tio Taka. E foi crescendo e se intensificando.

**O sonho e o pesadelo** – Alguns participantes dessa ideia começaram a imaginar-se presidente, diretor ou coisa similar da Empresa. A justificativa era a de que para poder mudá-la era preciso assumi-la. Só assim seria possível alterar os estatutos da Empresa. Os dirigentes deveriam ser eleitos por meio de lista tríplice indicada apenas por pesquisadores. A lista seria apresentada aos governantes de plantão, que indicariam o vencedor. Far-se-ia uma reestruturação, verdadeira revolução, no modo de indicar dirigentes, de dirigir e de estabelecer prioridades e recursos. Para viabilizar tal idílio nasceu o *Movimento Construir*, liderado por pesquisadores da EEI.

**O documento** – Em 1986, era candidato a governador de Santa Catarina, com chance de vencer a eleição, o tenente-coronel do Exército Pedro Ivo Campos, do PMDB, tendo por candidato a vice-governador Cacildo Maldaner. Um documento, contendo todo esse sonho, chamado de *EMPASC – Considerações e Proposições*, foi apresentado pelos pesquisadores a Pedro Ivo numa reunião no Município de Tangará, em 10 de outubro de 1986. Pedro Ivo mostrou-se aparentemente receptivo à ideia e assim se expressou, um tanto quanto irônico: “Então vocês me darão um nome para escolher”.

**Os sonhadores** – Nessa época, a Empasc contava com 189 pesquisadores. Desses, 23 estavam em curso de pós-graduação e três à disposição de outros órgãos. Nas Estações estavam 140 e na sede 23 pesquisadores. Desses 163 funcionários, 80 assinaram o documento. A adesão dos pesquisadores das Estações (140) foi de 93,98%. Desse total, muitos começaram a querer ocupar os cargos de direção da Empresa. Inicia-se então a corrida pelos cargos, dá-se o desentendimento entre os pretendentes e, o que foi pior, esqueceram-se da ideia inicial do movimento, o de rever a Empresa e afiná-la com o seu propósito de origem.

**A esperança** – A eleição para governador ocorreu no dia 15 de novembro de 1986, e Pedro Ivo foi eleito e se constituiu no primeiro governador de Santa Catarina eleito pelo PMDB após 20 anos de ditadura militar. No dia seguinte os pesquisadores, representantes de Estações, reuniram-se para definir o processo para eleger a lista tríplice para cada cargo. A ata dessa reunião foi entregue pelo Senador Dirceu Carneiro ao governador eleito. As listas tríplices seriam definidas por votos a partir de listas sêxtuplas de candidatos aos cargos de presidente, diretor técnico e diretor de administração e finanças da Empasc.

**A apuração** – Em 13 de dezembro de 1986 reuniram 23 pesquisadores representantes do *Movimento Construir*, oriundos das estações de Lages (9), Itajaí (7), Ituporanga (2), Caçador (1), Videira (1) e Chapecó (3), na sede do Crea, na cidade de Lages, para efetuar a apuração dos votos que indicariam a lista tríplice para os cargos de diretores da Empasc. Foram apurados votos de

149 eleitores. Os nomes mais votados foram: para a presidência, Osvino Leonardo Koller, de Itajaí, com 70 votos, Afonso Buss, da sede, com 29 votos, e Juarez José Vanni Muller, de Itajaí, com 17 votos; para a diretoria técnica, João Afonso Zanini Neto, da sede, cedido pela Embrapa, com 56 votos, Takasi Ishiy, de Itajaí, com 30 votos, e Clori Basso, de Caçador, com 29 votos; para a diretora administrativa e finanças, Raul de Nadal, de Chapecó, com 56 votos, Maurélio Correa da Silva, da sede, com 51 votos, e Irceu Agostini, de Itajaí, cedido pela Embrapa, com 11 votos, e empatou com Névio Nuernberg, de Lages.

**A certeza da realização do sonho** – Era grande a fé dos participantes na possibilidade de tomada da Empresa e a gana para dirigi-la. Nessa reunião deliberaram que desencadeariam um processo mais intenso de discussão a respeito da situação atual da Empasc para estruturá-la funcionalmente. Iniciarão a discussão em todas as Estações e, finalmente, por toda a Empresa. Era a revolução propriamente dita. Em 31 de janeiro de 1987 todos se reuniram, em nova assembleia geral, no município de Lages. Lá reuniram os resultados de cada uma das unidades participantes da discussão do tema para, a partir de então, construir a empresa que idealizavam.

**O banho de água fria** – Pedro Ivo, em 15 de dezembro de 1986, recebeu das mãos dos eleitos à lista tríplice e dos representantes das Estações o resultado dessa votação, que também foi enviado à diretoria da Embrapa. A reação foi de indiferença traduzida por um *vamos ver!* Comentou que a Secretaria de Estado da Agricultura havia sido solicitada pelo vice-governador e a ele caberia nomear o Secretário e os dirigentes das Empresas da Agricultura.

**Cacildo e a lista tríplice** – O vice-governador desconsiderou a pretensão do Movimento Construir e empossou, a seu bel-prazer, e segundo acordo e força política, os interessados aos cargos ligados àquela Secretaria. Nomeou para secretário de Agricultura Neuto Fausto de Conto e, para susto geral, para presidente da Empasc (março de 1987 a abril de 1989) um pesquisador da Estação Experimental de Chapecó, que não participara do Movimento Construir e jamais fora cogitado por seus pares para dirigir a Empasc. Seu feito maior foi o de haver participado da campanha política em prol da candidatura de um engenheiro-agrônomo a deputado federal que ficou na suplência pelo partido do governador eleito. Por isso, foi indicado secretário adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura.

Para diretor técnico, ficou João Afonso Zanini Neto (março de 1987 a janeiro de 1990), primeiro da lista tríplice para o cargo e funcionário da Embrapa cedido à Empasc. Não o nomeou pela posição na lista, mas pelo que rezava o convênio entre a Empresa e a Embrapa. O diretor técnico deveria ser um funcionário desta.

**A desconstrução** – É preciso que se diga que o Movimento Construir destruiu muitas amizades e criou um clima de guerra entre muitos dos participantes desse movimento, principalmente na EEI. Por um lado, era ali ferrenha a vontade de muitos em dirigir os destinos da Empasc e de seus

empregados. Para isso, disputavam aguerridamente a imaginária oportunidade. Por outro lado, alguns parceiros, ao sentirem que a chance de o seu candidato ser eleito à lista tríplice reduzia-se, debandavam para o lado do candidato com oportunidade mais promissora. O movimento negava aos operários e funcionários administrativos a participação na eleição das listas tríplices, o que gerou grande celeuma em muitas oportunidades. Para atenuar, houve a falsa promessa de que eles participariam da eleição dos chefes das estações, o que não os convenceu. Outro fator de desacordo foi a promessa do governador de dar 20% de aumento salarial aos pesquisadores, e somente a estes, cujo salário defasado estava provocando grande evasão desses profissionais. Tal fato não ocorria nas demais categorias, cujos salários se equiparavam e eram até superiores aos oferecidos pelo mercado regional. Para que a correção fosse feita, os pesquisadores precisavam fazer com que aqueles empregados desistissem da demanda salarial. Os pesquisadores que antes impediram a participação desses colegas de Estação na participação eleitoral estavam agora a necessitar de sua colaboração em luta muito mais crucial. *A partir daí se instalou a Revolução dos Bichos, de George Orwell.* Para abrir a porteira da fazenda aos cães de George, o presidente da Afei, um pesquisador, era favorável às demandas dos funcionários excluídos. Foi por isso considerado traidor por seus pares, o que o afetou por demais, levando a grande irritação e a adoecer gravemente.

**A saída** – Mas nem tudo estava perdido. Havia uma oportunidade de o candidato mais votado para a presidência da Empasc ocupar a chefia da EEI, afastando, por esse meio, o velho chefe que havia 11 anos ocupava aquele trono. Kurtz, seu protetor, que comandou a Empresa desde sua criação (1975), havia perdido a posição para o inesperado novo presidente. Aos frustrados *Construístas* ocorreu que o prefeito de Itajaí, do mesmo partido político do governador, era irmão de uma pesquisadora da EEI e participante ativa do Movimento Construir. Contrariando a tudo que queriam derrubar e mudar com aquela campanha, recorreram a ele para, por meio de força político-partidária, defender a posse de Osvino Leonardo Koller na chefia da EEI, o que ocorreu em abril de 1987. Osvino assume e nomeia para supervisor técnico da EEI Takasi Ishiy, segundo da lista tríplice para a diretoria técnica da Epagri.

Na Fazenda de Orwell a coisa ainda era confusa. Em 20 de março de 1991, certo presidente da Afei deflagra um processo eleitoral entre seus associados. Tinha por objetivo indicar ao presidente da Epagri, Loris João Basso, por meio de listas tríplices, nomes de eleitos pelos sócios para ocupar as chefias técnica e a administrativa da EEI. Sylvio, sim o Sylvio Ferraz, a quem o Movimento Construir pretendia substituir, após 11 anos no cargo de chefe, aparece indicado nas duas listas.

**O fim do sonho** – O empossado presidente da Empasc não terminou o mandato, que se encerrou com a substituição de Neuto de Conto por Ivo Vanderlinde na Secretaria de Estado da Agricultura. O presidente deposto partiu seu doutoramento.

Independentemente da lista tríplice, mas coincidentemente, Ivo Vanderlinde nomeia Afonso

Buss (abril de 1989 a março de 1991) para a presidência da Empasc, segundo da lista tríplice para esse cargo, mas essa nomeação não era relacionada com a lista. Buss, por sua vez, nomeia seu cunhado e pesquisador da EEI para chefiá-la.

Em fevereiro de 1990 um novo funcionário da Embrapa (Jorge Elias Neto) assume a direção técnica da Epagri até o final do mandato de Buss (2/1990 a 3/1991).

**A perda de identidade e os navegantes** – A fusão das empresas da Agricultura pelo novo governador eleito (1991) destruiu o espírito de corpo nelas existente. Enquanto a nova identidade se estabelecesse, todos viveram confusos e apáticos e isso durou muitos anos. Até as inimizades geradas pelo processo perderam a importância. Hoje, com a identidade da nova empresa ainda não bem definida, aqueles jovens idealizadores jazem como velhos guerreiros açoitados por desilusões e fatigados pelo tempo, cruel professor. Alquebrados, após essas 25 translações, navegam a favor das correntes. É preciso, entenderam.

# A greve

Tivemos um governador que fez história por não colaborar com a pesquisa agropecuária catarinense, apesar das inúmeras provas de sua eficiência e resultados positivos para o Estado. Também foi marcante sua atuação contra o ensino. Já em 1987, Pedro Ivo Campos enfrentou uma greve de professores e apresentou a proposta de pagar os atrasados do período de greve e a implantação de um plano de carreira. Não cumpriu, descontou dos grevistas os dias parados, retirou direitos anteriormente conquistados, como a eleição para diretores de escola, além de usar a força policial para que os professores não pudessem se manifestar. Os mestres apanharam da polícia mesmo quando refugiados na Igreja católica matriz de Florianópolis.

O Governo cortara a escala móvel de salário e só pagaria a inflação acumulada que ultrapassasse 20%, conforme determinação do Governo Federal, que fizera acordo com o Fundo Monetário Internacional. Pedro Ivo nem isso cumpria, alegando falta de recursos para fazê-lo. No entanto, o *Coronel Democrata* do jornalista Moacir Pereira concede, em março de 1988, reajuste a representantes especiais para oficiais militares superiores de 13% e 20%, reajuste de 33% a todos os militares em outubro desse ano e beneficia a atividade militar com gratificações entre 65% e 185% para coronéis. Ademais, cria cargos comissionados na Secretaria da Educação. Ainda em outubro concede reajuste de 87% para desembargadores e veta o aumento para os demais funcionários públicos, entre outros desmandos e desrespeitos (Nascimento, 2007).

Pedro Ivo morreu, e o vice, Casildo Maldaner, o homem dos trocadilhos assume (28/2/1990 a 2/1/1991) e continua a reprimir greves. Afirma que o Estado não tem dinheiro, mas concede até 90% de reajuste para os cargos comissionados que exercem atividades de engenharia, e 21% para o Judiciário.

Com relação aos funcionários da Empasc, também o período de governo do PMDB de Pedro Ivo Campos foi marcado por baixos salários. Por isso, a Empasc perdeu diversos pesquisadores para outras instituições, notadamente para as Universidades. Além dos baixos salários, havia grande inflação. Esse novo governador também não disparava o tal gatilho que corrigiria a inflação acumulada que passasse de 20%. Os funcionários da Secretaria de Estado da Agricultura optam, então, em 1989, por greve para recuperar seus já minguados salários. Foi assim que ocorreu a primeira e, espera-se, a última greve da história dessa Secretaria de Estado, criada pelo Governador

Irineu Bornhausen (1951-56) (Fig. 71).



**Figura 71.** Funcionários da EEI em greve no centro da cidade de Itajaí

Foi nessa oportunidade que o secretário da Agricultura, Ivo Vanderlinde, aprovou o plano de cargos e salários da Empasc apresentado em 5 julho de 1989, durante a presidência de Afonso Buss na Empasc.



## As enchentes no Vale do Rio Itajaí e a EEI

Uma das condições básicas a se considerar na escolha da área para instalação da EEI seria a fácil drenagem e o não risco de inundação por cheias dos rios circundantes. Desde 1967, quando o Ministério da Agricultura cogitou uma Estação Experimental no Litoral Catarinense para atender os cultivos da região, o Ipeas levou em consideração essas premissas. Naquela ocasião, uma área foi cogitada em Gaspar, próxima da atual fábrica da Bunge. Depois de visitada, constatou-se a sua sujeição a cheias e foi rejeitada. Por isso, e por falta de recursos, a ideia foi esquecida por quase 10 anos, quando se voltou ao assunto, mas com a mesma premissa (Informe pessoal de José Oscar Kurtz ao autor).

Segundo Frank (1995), as enchentes do Vale do Rio Itajaí ocorrem desde sempre. De 1850 a 1992 foram 66 enchentes, das quais 11 até 1900. Nos 50 anos subsequentes, mais 20, e 35 nos últimos 43 anos, tornando terras agrícolas e cidades alagadas num cenário comum até os dias de hoje. O monitoramento das cheias na região de Blumenau é feito desde 1852. Naquele ano, lá, o rio atingiu o nível de 16,3m. A maior de todas foi em 1880, quando o nível do Rio chegou a 17,1m. Em Itajaí, o primeiro registro de cheias é de 1880. Há também o registro de outra muito grande em 1911, quando o pico da enchente alcançou 16,9m.

Com as quatro enchentes que atingiram o vale em 1957, beirando a marca dos 13 metros, iniciou-se a luta por medidas de controle de cheias. Nessa época, o presidente Juscelino estabeleceu o primeiro decreto presidencial, em 7 de janeiro de 1957, pelo qual nomeia um Grupo de Trabalho para estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e propor as medidas necessárias a seu desenvolvimento. Entre estudos geoeconômicos, houve a discussão da construção de barragens para contenção de cheias e aproveitamento para potencial hidrelétrico e irrigação. Somente após a enchente de 1º de novembro de 1961, que ocasionou mortes e muitas perdas materiais, levando o então presidente João Goulart a sobrevoar a região inundada, é que se retomaram os projetos das barragens. Iniciadas em 1964, três barragens foram construídas com atrasos clássicos das obras de engenharia, sendo finalizadas somente em 1976. No entanto, suas capacidades se basearam apenas nas enchentes que ocorreram entre 1931 e 1975, alegando-se que seriam suficientes para que não fosse ultrapassada a marca dos 9,9m em Blumenau. As enchentes de 1983, que causaram danos materiais na ordem de US\$ 1,1 bilhão, vieram provar que as estimativas estavam erradas ao

considerar desprezíveis as informações das grandes cheias até 1911.

Em 1983, 100 mil pessoas ficaram desabrigadas em Itajaí. Em julho de 1984, 90 municípios catarinenses sofreram com a enchente, considerada a maior desde 1911. Em Itajaí, o saldo das cheias de 1983 foi de 75 mil desabrigados. Após as cheias de 1983, com um pico de 15,34m e, em seguida, a de 1984, com 15,46m, surgiram os primeiros indícios de que uma relação entre as enchentes e a extensão do uso do solo, incluindo-se o desmatamento, começava a ser percebida.

Em novembro/dezembro de 2008, nova tragédia se abateu sobre o vale, quando morreram cerca de 200 pessoas, mais de 80 mil pessoas ficaram desabrigadas e o prejuízo e os gastos foram

incalculáveis. Em 9 de setembro de 2011, o cenário se repetiu. Só resta juntar os cacos e esperar a próxima. Como todas as áreas da região litorânea são, em maior ou menor grau, sujeitas a inundações, a que foi adquirida para a EEI também o era, como revela a Figura 72.



**Figura 72.** Área da EEI invadida pelo Rio Itajaí-Mirim em 1977. O local inundado fica logo após o antigo laboratório *Beauveria*. Onde hoje há uma coleção de citros (seta), havia milho em 1977

Além do mais, a retificação do Rio Itajaí-Mirim, em 1976, estava realizada de Brusque a Itajaí, exceto no trecho junto à área da EEI, embargado que fora por um de seus vizinhos (Fig.73).



**Figura 73.** Trecho do Rio Itajaí-Mirim nos fundos da área da EEI não retificado por embargo perpetrado por um dos vizinhos da área



Além da necessária continuidade dessa obra (Fig. 74), era preciso construir diques de contenção de cheias na área da Estação. A retificação do Rio é conseguida. O trabalho da construção dos diques é iniciado em 1978 (Fig. 75).

**Figura 74.** Retificação (seta azul) do Rio Itajaí-Mirim (seta preta) junto à área da EEI. A seta amarela indica a sede da EEI, e a branca indica a sede do Programa Flora Catarinense, antiga sede do Planalsucar

Diques feitos, era necessária a construção de comportas para drenagem da água que por chuvas viessem a acumular-se dentro da área protegida das cheias do extremante Rio Itajaí-Mirim. As comportas também foram construídas. No entanto, como o passar dos anos as comportas se tornaram ineficientes pela falta de manutenção e os diques, também sem manutenção, foram perdendo

a altura e, desse modo, a eficiência para conter cheias. Foi assim que em fins de 2008 e em 9 de setembro de 2011, ano da comemoração dos 35 anos da instalação da Estação, a área foi invadida por severa cheia. Em 2008, entre diversos prejuízos, os Programas de Pesquisa de Arroz e de Hortaliças foram severamente afetados. A cheia desse 9 de setembro foi extremamente grave para este último programa.

É conveniente registrar que o prejuízo não se restringe à perda de algum material e à colheita de experimentos, mas à destruição da área preparada em conformidade com a metodologia



**Figura 75.** Construção de diques de contenção de cheias nos fundos da área da EEI

científica aplicada à experimentação. Cheias (Fig. 76) deixam na área grande quantidade de lama, que altera a fertilidade e a composição do solo, onde se estudam adubações e resultados de manejo para produção e saúde das plantas. As cheias poluem com os mais variados resíduos que danificam a conversão do terreno para estudos de sistemas orgânicos de produção e o contaminam com agentes bióticos de moléstias de solo, como fusarioses, verticiloses, galhas de raízes por nematoides e murchas por bactérias, entre outras. Esses são exemplos de danos (Figs. 77a e 77b) que retardam a recuperação da área e, por conseguinte, o reinício dos trabalhos de pesquisa, que acabam prontos às vésperas de nova enchente.



**Figura 76.** Extravasamento da água do Rio Itajaí-Mirim para a área de pesquisa do Programa de Hortaliças em 9/9/2011 por perda de altura dos diques ao longo do tempo de sua feitura



**Figura 77a.** Início da enchente do Rio Itajaí-Mirim na área de pesquisa do Programa Hortaliças em 9/9/2011



**Figura 77b.** Pós-enchente do Rio Itajaí-Mirim na área de pesquisa do Programa Hortaliças em 12/9/2011



# Perspectivas para a Estação Experimental de Itajaí

A regulamentação do Setor Público Agrícola, por meio da Lei Agrícola e Pesqueira nº 8.676, de 17 de junho de 1992, que criou o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cederural) para definir as prioridades do setor agropecuário e os recursos a ser aplicados nas áreas agrícola, pecuária, florestal e pesqueira e, ainda, os critérios de aplicação das verbas do Fundo de Desenvolvimento Rural estadualizou os serviços da Epagri. Informações adicionais estão disponíveis no site [http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=16&Itemid=34](http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=16&Itemid=34). Está, por isso, sujeita à descontinuidade de seus projetos, com as renovações de governo.

Alguns projetos de longo prazo estão à mercê das decisões políticas, nem sempre sensíveis à importância estratégica da matéria em estudo. É assim que, no que se refere à pesquisa, cabe ao Estado a implantação dos programas voltados à geração e à adaptação de tecnologia para o aumento da produtividade e rentabilidade das atividades agrossilvopastoris e pesqueiras, de acordo com os planos de desenvolvimento rural.

Em tese, a Pesquisa deve articular-se com os municípios, os agricultores, os pescadores ou com suas entidades representativas em todas as fases direcionadas à solução de problemas e lacunas tecnológicas durante os procedimentos para o desenvolvimento rural (Silva, 2000). Essa estadualização dos serviços da Epagri promoveu intensa permeabilidade à influência política, ao proselitismo e ao sectarismo. O paradoxo da permeabilidade política é o de poder oferecer o apoio político de que a Empresa precisa para se sustentar, mas não resguarda a sagrada distância do servidor e de seus dirigentes das atividades político-partidárias. Como consequência, a Empresa fica institucionalmente debilitada e impedida de bem aproveitar as pessoas com titulação adequada para a atividade de pesquisa voltada para os cenários atuais.

Preocupa, ainda, o custo operacional da Empresa quando a política do Estado é conter gasto com o que diretamente não produz votos, confirmada pela tendência de estimular demissão voluntária e a lenta contratação de novos funcionários, além dos baixos salários e seu visível achatamento. Embora a partir de 2006 a Empresa tenha renovado em 50% seu quadro de funcionários, tal fato não ocorreu na EEI, principalmente entre seus pesquisadores (*vide Atuais recursos humanos da EEI*). Os programas de Fruticultura Tropical e de Hortaliças, por exemplo, já vislumbram o seu encerramento com a saída de seus últimos pesquisadores, e o Flora Catarinense é um arranjo

formado por pesquisadores de diversos programas extintos. O de arroz tem mais de 50% de seus pesquisadores em véspera de aposentadoria. Por outro lado, a orizicultura no Estado tem seus dias contados por questões ambientais, principalmente em relação ao uso da água e à urbanização do meio rural, do alto custo para produzir e baixo valor da produção, além do altíssimo valor da terra usada no cultivo e a desleal competição permitida pelo governo com as importações do produto.

A Epagri, por ter múltiplas atividades e equipes para atendê-las, e por agregar diversas ações a essas atividades, não se concentra na pesquisa e se perde na sua coordenação. Como podemos ver, à Epagri compete executar o ensino, a capacitação de agentes regionais para o desenvolvimento agropecuário, a assistência técnica a agricultores, além das políticas agrícolas da Secretaria de Estado da Agricultura, que quase sempre é alterada com a posse de um novo secretário ou com a execução de projetos internacionais assumidos como meio de sustentação financeira da Empresa.

Do ponto de vista do político isso pode fazer sentido, pois tem potencial eleitoral, mas dispersa o foco da atividade principal e da pesquisa, quase sempre a administrar minguados recursos financeiros, infraestrutura e recursos humanos. Isso faz com que o pesquisador, para poder fazer seu trabalho, viva à busca de recursos por meio de projetos de pesquisa que tem que administrar. E o faz desde a compra de materiais até a prestação de contas. Tais incumbências o submetem à ameaça de punição sob a forma de estorno de recursos e inviabilização de seu cadastro pessoal (CPF) por erros involuntários, frutos de sua inabilidade administrativa e burocrática. Tal condição de medo e de desvio de função o submete a estresse que o deixa, muitas vezes, sem a condição necessária para avançar e evoluir na geração de conhecimento, além da mazela dos baixos salários e a espera sem fim por acordos coletivos massacrantes e extenuantes.

Reprisando, a múltipla atividade da Epagri a leva a atuar de forma desarticulada e sem efetiva coordenação dos não muitos projetos de investigação em execução. Alguns, às vezes, sobrepostos e concorrentes entre si e distantes das demandas da grande produção e quase sempre sujeitos à descontinuidade em face das limitações de orçamento, de injunções políticas e de mudanças bienais ou quadrienais de governos e diretorias. A desarticulação da pesquisa pode se agravar ainda mais pela falta de um articulador estadual, bem como nacional, a exemplo do que faziam a Embrapa e a Empasc até o evento da fusão das empresas catarinenses de agricultura. Já se disse que a desarticulação da pesquisa agropecuária nacional e a fragilidade de muitas empresas estaduais do setor põem em risco a institucionalidade da pesquisa agropecuária do Brasil. Para salvá-la, urgem esforços coletivos, compromissos e um forte coordenador nacional do processo.

Sabe-se, e ninguém nega, que diversas razões e imposições justificam a ação de apoio da Epagri ao meio rural, embora ela já não seja a única empresa, privada ou particular, a executar essa ação. Por outro lado, as instituições dos governos estaduais que fazem pesquisa agropecuária no Brasil são elementos-chave para a garantia de projetos de Estado. São projetos que visam à

expansão territorial da agropecuária, ao avanço das fronteiras da bioenergia, à defesa fitossanitária e à do meio ambiente do País.

Há que se ressaltar que o Serviço de Extensão Rural da Epagri não é eficiente na transferência dos conhecimentos gerados pelas Estações Experimentais ao setor produtivo e muito menos na capacitação de seus integrantes para bem aplicar tecnologia. Muito do que existe de difusão desse conhecimento é feito pelos pesquisadores, por meio de diversas estratégias de extensão, o que os sobrecarrega ainda mais. Por outro lado, ainda é pequena a integração Universidade/Instituição de Pesquisa/Empresa privada. Provavelmente em face da administração burocratizada, há pouca velocidade de decisão e de respostas e pequenez de alguns programas. Há, também, o fato de as empresas privadas não terem vantagens imediatas para aplicar em pesquisa agrícola, como, por exemplo, a dedução de impostos, entre outras vantagens. Se estivermos despreparados para o básico, estaremos ainda mais para os cenários que se vislumbram. São cenários que revelam a necessidade de novos conhecimentos e ferramentas biotecnológicas com vista a atender a irreversível exigência da sociedade por produtos limpos do ponto de vista social, ambiental, ético e moral.

Nossa fragilidade se apoia no fato de não termos pesquisadores, jovens e em número suficiente, preparados para atender a essa demanda. Em face do sucateamento geral do serviço público e do modo lento para decidir, as empresas privadas que já se preparam para usufruir desse futuro; ao invés de se associar ao setor público, levam dele os profissionais que lhe podem servir, atraindo-os com melhores salários e condições de trabalho. Da Epagri, até empresas públicas, como a Embrapa, conseguem tirar seus pesquisadores mais jovens com ofertas salariais mais tentadoras. É que o modelo institucional atual, principalmente o catarinense, é tão emperrado que o torna incapaz de usufruir da ferramenta legal disponível, a Lei de Inovação, que o tornaria tão ágil quanto o setor privado. Tal lei ainda tem o poder de estimular a criatividade e o empreendedorismo dos pesquisadores por meio de liberdades legais e participação na renda de seus feitos.

A Lei de Inovação está totalmente voltada para o futuro próximo, quando o agronegócio será substancialmente enriquecido com ampliação do mercado mundial de novos produtos; quando o consumidor, mais exigente e mais informado, terá hábitos alimentares alterados e diversificados. Esse consumidor ainda estará organizado para exigir sustentabilidade da agropecuária, além de maior conservação e gerenciamento do uso da água. Haverá, também, de querer maior número de produtos derivados da biotecnologia, desde que relevantes para o desenvolvimento sustentável da agricultura, além da demanda por produtos biofármacos. A indústria de agrotóxicos há de ser revista na sua produção, pois cairá o consumo de agrotóxicos e aumentará o uso de variedades resistentes a pragas e doenças associado ao manejo do cultivo e do ambiente e nutrição em benefício da resistência da planta.

Considerando que as atividades de pesquisa da EEI vão além das circunvizinhanças do Baixo Vale do Itajaí, para o qual foi criada, pois seu trabalho estende-se por todo Litoral Catarinense, Alto Vale do Itajaí e outras regiões do país e do exterior; considerando que o corpo técnico da EEI se empenha na geração e difusão de tecnologia e na instrução de agricultores, técnicos da agricultura e de estudantes; considerando que a EEI dispõe de excelente infraestrutura para a pesquisa; considerando que, apesar dos cerceamentos burocráticos, os pesquisadores ainda conseguem parcerias e vínculo de trabalho com diversas universidades públicas e privadas, com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, com as quais desenvolvem projetos de pesquisa, como GTZ, Embrapa, CNPq, Fapesc, Sindarroz-SC, Acapsa, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Acafruta, Univali, Furb, UFSC, Udesc, Fundação Tupy, entre outras; considerando a importância da Epagri como agente de ação no que se refere ao desenvolvimento agropecuário do Estado de Santa Catarina e a importância e o desempenho da EEI e sua efetiva participação nesse processo durante seus 35 anos de existência, temos a certeza de que se a Epagri se preparar para os cenários vindouros, já tão presentes, e se adonar da Lei de Inovação para evitar que um novo grupo de iluminados, qual vagalumes noturnos, brilhem em nossa noite fingindo-se de estrelas, comemoraremos outros 35 anos de atuação em favor da sociedade e de sua segurança alimentar. Sim, porque, de acordo com Cora Coralina, *não morre aquele que deixou na terra a melodia de seu cântico na música de seus versos.*



## literatura citada e consultada

AULER, D.; BAZZO, W. A. Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro. **Ciência & Educação**, v.7, n.1, p.1-13, 2001.

BAIARD, A. **O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura e as mudanças na agricultura e na agroindústria da Bahia na segunda metade do século XIX**. Disponível em: <[HTTP://econpapers.repec.org/paper/abphe1999/007.htm](http://econpapers.repec.org/paper/abphe1999/007.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2011.

BRASIL. Lei nº 3.454, de 6 de janeiro de 1918. In: **Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1918**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

BRUM, N.B de. **Caminhos do Sul**. Poro Alegre: Metrópole, 167p. 1999.

BUENO, E. **A viagem do descobrimento** – a expedição de Cabral e o achamento do Brasil. Cascais, Portugal: Ed. Pergaminho, 2000. 131p.

CABRAL, O. R.; SANTOS, S. C. dos; HALFPAP, L. C.; JAMUNDÁ, T. C.; DORREA, C. H. **Povo e tradição de Santa Catarina**. Florianópolis: Edeme, 1971. 133p.

CUNHA, (<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/cunha/cap4.html>).

D'ÁVILA, E. **Pequena história de Itajaí**. Itajaí: Edição da prefeitura Municipal de Itajaí, 1982. 156p. il.

D'Ávila, E. Disponível em: <<http://fgml.itajai.sc.gov.br>>. Acesso em: 27 jun. 2011.

DEEKE, M. A fusão que resultou na Epagri. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, S.D.; FRANCO, H. M. (Org.). **Gotas de suor** – uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 188-189

EMBRAPA AGROBIOLOGIA. <<http://www.cnpab.embrapa.br/aunidade/johanna.html>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

- EMPASC. **Histórico e realizações 1975/1981**. Exposição de motivos para concorrer ao prêmio Codesc de Desenvolvimento. Florianópolis, 17p. 1981.
- EPAGRI (Florianópolis). **Estatuto social da Epagri**. Florianópolis, SC, 1991. 12p. (Epagri. Regimentos e normas, 1).
- ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Capturado em 28 nov. 2002. Online. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>>. Acesso em: 24 jun. 2011.
- FARIAS V.F. de. **De Portugal ao sul do Brasil – 500 anos – História, Cultura e Turismo**. Florianópolis: Ed. do Autor, 2001. 840p. il.
- FELIPE SEIBEL. Exame/edicoes/0895/noticias/o-novo-salto-do-agronegocio-m0131023... Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista->>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- FGV. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao\\_Cleofas](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Cleofas)>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- FRANCO, H.M. A pesquisa agropecuária em Santa Catarina. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, S.D.; FRANCO, H.M. (Org.). **Gotas de suor – uma trajetória de 40 anos**. Florianópolis: Epagri, 1996. p.11-14.
- FRANK, B. **Uma abordagem para o gerenciamento ambiental da bacia Hidrográfica do rio Itajaí, com ênfase no problema das enchentes**. 1995. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.
- GRIECO, D. **Viva a república!** Rio de Janeiro: Record, 141 p. 1989.
- GUEDES, M.E.C. **Transferência de Tecnologia Agropecuária: o difícil dilema de formação extensionista**. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- GUÉDON, P. **Breve história da farmácia brasileira**. 1965. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/fernaoca.html>>. Acesso em: 6 jun. 2011.

- ICHIKAWA, E.Y.; SANTOS, L.W. Do “milagre brasileiro” à política neoliberal: reflexões sobre o padrão estratégico da pesquisa agrícola em Santa Catarina. **O&S**, v.6, n. 14, jan./abr. 1999. 37p.
- ISHIY, T.; SCHIOCCHET. M.A.; BACHA, R.E. et al. Rice Mutant Cultivar SCS 114 Andosan. **Plant Mutation Reports**, v.1, n.2, p.25., december 2006.
- JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 225 p. 1979.
- JONES, G.E. **A carta de Clarendon**. Santa Maria, RS: UFSM, 1988. (Série Estudos em extensão Rural, 1).
- KLEINÜBING, V.P.; KONDER REIS, A.C. **Plano SIM – para viver melhor em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Comitê Kleinubing/ Konder Reis, 1990.
- KONRAD, J.; SILVA, C.A. da. A (re)organização espacial da atividade da leiteira em Santa Catarina: a emergência da bacia leiteira do Oeste Catarinense e as transformações na produção de leite. In: ENCONTRO DE GRUPOS DE PESQUISA – AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, 6., Presidente Prudente, 23 a 26/05/2011. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/encontros/engrup/mesas.php>>. Acesso em: 26/8/2011.
- KURTZ, J.O. **Instrução de Serviço (IS) nº 006/75**. Florianópolis: Empasc, 1975. 1 p.
- KURTZ, J.O. **Apresentação e caracterização da Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária**. Florianópolis: Empasc, 1976. 27 p.
- KURTZ, J.O. **A História da Pesquisa Agropecuária Catarinense – dos primórdios até a criação da Epagri**. Florianópolis: do autor, maio 2005. 10 p. Não publicado.
- LACERDA, J. **Democracia e nação (obra póstuma)**. Prefácio de Adonias Filho. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1960. 254 p.
- LACOMBE, A. J. **Resumo de história do Brasil**. 3.ed. rev. São Paulo: Cia. Ed.Nacional, 1977. 149 p.

- LANGER, J. A Revista `Arquivos do Museu Nacional´ e as Pesquisas de Arqueologia no Império (1876-1889). **Revista Museu**. Disponível em: <[http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art\\_.asp?id=3858](http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3858)>. Acesso em: 24 jun. 2011.
- MAPA. **Memória Embrapa**. Disponível em: <<http://hotsites.sct.embrapa.br/pme/historia-da-embrapa>>. Acesso em: 28 jun. 2011.
- MEIRINHO, J. Santa Catarina – política e administração 1945 – 1994. In: KONDER, V.M. et al. **Antônio Carlos Konder Reis: 50 anos de vida pública**. Itajaí: Oficina da palavra, 1997. 138 p. il.
- MONDARDO, E.; ZANININI NETO, J.A. **Localização da Uepae no Vale do Itajaí** – considerações preliminares. Urussanga: Empasc/E.E. Urussanga, 1975. 2 p.
- MORAES, A. G.; dos ANJOS, J. T.; MARTINS, L. B.; GONDIN, P. R. G.; ARAÚJO, S. F. **Relatório**. Florianópolis: Empasc, 1975. 3 p.
- MOTOYAMA, S. Os principais marcos históricos em ciências e tecnologia no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, n.1, p. 41-49, jan.-jun. 1985.
- NASCIMENTO, J. R. C. do. **Estratégia de ação política do Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Santa Catarina - Sinte/SC- e sua relação com a Central Única dos Trabalhadores - CUT, entre a década de 1980 e início dos anos 2000**. 2007. 126 f. Dissertação ( Mestrado em educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- NOGUEIRA, E. **Botânica no Brasil**: descrição do quadro atual/linhas de ação. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1987. 54 p.
- OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: Epagri, 1996. 523 p.
- OLINGER, G. **Extensão rural**: verdades e novidades. Florianópolis: Epagri, 1998. 113 p.
- OLINGER, G. **50 anos de extensão Rural**: breve histórico do serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina 1956 a 2006. Florianópolis: Epagri, 2006. 72 p.

- PAULO, E. História econômica de Santa Catarina. In: **Enciklopedio Simpósio**. 9. Enciclopédia de regiões. Disponível em: <[http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia\\_economicaSC/91sc4914-final.html](http://www.cfh.ufsc.br/~simposio/EncReg/EncSC/MegaHSC/Historia_economicaSC/91sc4914-final.html)>. Acesso em: 14 ago. 2011.
- PERONDINI, A. L. P.; MOURÃO, C. A.; PATERNIANI, E. et al. Ciência e Tecnologia no Estado de São Paulo. **Biociências Genética**, v.8, 1977. 92p. (Publicação ACIESP, 4).
- PETRI, L.P. A Estação Experimental. In: FURTADO FILHO, D.; SILVA, S.D.; FRANCO, H. M. (Org.). **Gotas de suor** – uma trajetória de 40 anos. Florianópolis: Epagri, 1996. p. 103-105.
- PIAZZA, W. F. **Fundamentos da cultura catarinense**. Florianópolis: Ed. Dep. de Cult. da UDESC, 1970. 134 p.
- RANDLES, W. G. L. **Da terra plana ao globo terrestre** - uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas, SP: Papirus, 1994. 162 p. Tradução de Maria Carolina F. de Castilho.
- RELATÓRIO EMPASC. Florianópolis: Empasc, ano 2, 1978. 68p.
- RELATÓRIO EPAGRI. Florianópolis: Epagri, ano 1, 1993. 39p.
- RETROSPECTIVA. **Empasc Informa**, Florianópolis, Ano I, n. 0. março 1977. 19p.
- REVISTA AGROPECUÁRIA CATARINENSE. Florianópolis: Epagri, v.14, n.3, Nov. 2001.
- RODRIGUES, C. M. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. **Caderno de Difusão Tecnologia**, Brasília, v.4, n.2, p. 129-153, maio/agosto 1987.
- RODRIGUES, C. M. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil: da instalação da corte portuguesa ao início da república. **Caderno de Difusão Tecnologia**, Brasília, v.4, n.1, p. 21-38, jan./abr. 1987.
- ROIO, J. L. Del. **Cabral e os descobrimentos**. São Paulo: Ícone, 94p.
- ROITMAN, C.; ALMEIDA, D. F.; AZEVEDO, E. E. et al. Estado actual y perspectivas de las ciencias biológicas en Brasil. La Biología como Instrumento de desarrollo para América Latina. In:

SIMPÓSIO DA RED LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - RELAB, 1., 1990.  
**Anais...** p. 69-87. Editado por J. E. Allende.

SABBATINI, R. M. E. A História das Revistas Científicas. **Jornal Correio Popular**, Campinas, 12/3/99. Disponível em: <<http://home.nib.unicamp.br/~sabbatin>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

SANTA CATARINA. Disponível em: <[HTTP://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/08imigrantes.html](http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/08imigrantes.html)>. Acesso em: 30 jun. 2011.

SANTOS, L. W. dos. **Estação Agronômica e de Veterinária do Estado (1895-1920)**: uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. 197p.

SANTOS, L. W. dos. A presença da ciência na agricultura de Santa Catarina no final do século XIX. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 7., REUNIÃO DA REDE DE INTERCÂMBIOS PARA A HISTÓRIA E A EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS QUÍMICAS E BIOLÓGICAS, 7., 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2001. 471 p. Editado por J. L. Goldfarb e M. H. M. Ferraz

SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência**: a formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.

SCOLARI, D. O sucateamento das instituições científicas e tecnológicas (ICT's) do agronegócio. **Jornal da Ciência**, e-mail 3212, de 28 de Fevereiro de 2007. Disponível em: <[http://www.sbbiotec.org.br/tpl/arq\\_not/sucateamento.pdf](http://www.sbbiotec.org.br/tpl/arq_not/sucateamento.pdf)> Acesso em: 25 ago. 2011.

SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei n. 35/2010**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=73440&tp=1>>. Acesso em: 22 jun. 2011.

SILVA, P. F. **Estudo dos rumos e tendências gerais das instituições públicas de extensão rural e os desafios da sua reestruturação em Santa Catarina**. 2000. 212 f. Dissertação (Mestrado) - UFSM, Santa Maria, RS, 2000.

SILVEIRA Jr., N. C. da. **Itajaí**. Itajaí: Ed. Escalibur, 1972. 65p. il.

- SOUTHEY, R. **História do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1977. 452p. v.1. Traduzida do inglês por Dr. Luis Joaquim de Oliveira e Castro; anotada por J. C. Fernandes Pinheiro, Brasil Bandecchi e Leonardo Arroyo; prefácio de Barasil Badecchi.
- STADEN, H. **Hans Staden, suas viagens e captivo entre os selvagens do Brasil**. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900; São Paulo: Instituto Histórico e Geographico, 1900. Tradução do original : Warhafftig Historia und beschreibung einer Landtschafft der Wilden Nacketen Grimmigen Menschenfresser Leuthen in der Newen welt America gelegen vor vnd nach Christi geburt im LAnd zu Hessen vnckast biss auff dise ij, nechst vergangenejar, 1557. Tradução da primeira edição original. Com anotações explicativas.
- TALHEIMER, A. **A introdução ao materialismo dialético**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. 152p.
- TAUNAY, C. A. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2001. 321 p. Organizador: Rafael de Bivar Marquese
- TAVARES, P. C. Contribuição efetiva. **Revista Cultivar HF**, Ano X, N.68, p.37, junho-julho, 2011.
- TORRES, L. **Atributos do gerente de pesquisa**: o caso da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S.A. 1993. 210 f. Dissertação (Mestrado em Administração: organização e gestão) - UFSC, Florianópolis, 1993.
- TOSCANO, L. F. A agronomia através do tempo. **Diário de Votuporanga**, Ano 50, n.12798, p.12, novembro 2003.
- VIEIRA, J.; MARSCHALEK, R.; ISHIY, T. ; SCHIOCCHET, M.A.; APPIO, K.T. A hibridação no melhoramento genético de arroz irrigado em Santa Catarina. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, v.20, n.2, p.43-46, julho 2007.
- WAGNER, E. S. **Coletânea dos atos constitutivos da Empasc**. Florianópolis: Empasc, 1979. 78p. (Empasc. Série Documentos Oficiais, 4).
- WELTMAN, W. L. A produção científica publicada pelo Instituto Oswaldo Cruz no período 1900 a 1917: um estudo exploratório. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n.1, jan./abr. 2002.

ZIMMERMANN, C.; COPPOLA, G. **C. Carta nº. 062 de 2/2/1976 aos Conselheiros da Empasc.**  
Empasc: Florianópolis, 1976. 2p.



## Colaboradores diretos do autor

Colaboraram diretamente com este trabalho, aos quais muito agradecemos:

Nome	Colaboração
Aires Carmem Mariga	Fotografias
Airton Rodrigues Salerno	Documentos e informações
Alcides Simas	Informações
Andrey Martinez Rebelo	Informações
Almir Cesar Paul	Informações
Antonio Amaury da Silva Júnior	Informações
Antonio Miltom Cypriano	Informações
Arquivo Histórico de Itajaí	Documentos
Euclides João Barni	Recursos diversos
Euclides Shallenberger	Informações e fotos
Eli Maria Duarte	Documentos e informações
Dilnei Souza Medeiros	Fotos
Francisco Deschamps	Informações e foto
Ingomar Seidel	Informações
Fabiano Biel	Documentos
Gilmar Roberto Zaffari	Documentos e informações
Inácio Hugo Rockenbach	Informações e fotos
Irene Geneci Cardoso	Documentos
Juarez José Vanni Müller	Documentos e informações
José Carlos Silva (Carlinhos)	Transporte e entrega de documentos
Jucelito Cardoso	Busca e transporte de documentos
José Oscar Kurtz	Informações e Documentos
Lucemar Winter	Documentos
Luciane Luchtenberg Lehmkuhl	Documentos
Luis Alberto Lichtemberg	Documentos, informações e fotos
Luiz João de Souza Filho	Informações
Marilene Clara de Miranda Kahl	Informações e fotos

Marcelo Cadore	Documentos e informações
Maria do Carmo Marcelino Galatto	Documentos, fotos e revisão da literatura citada
Maurício César da Silva	Documentos e informações
Murito Ternes	Documentos e informações
Nelbe Inês Barbieri	Documentos
Osvino Leonardo Koller	Documentos, informações e fotos
Pedro Paulo Fantini	Informações
Pedro Serpa	Informações
Rubens Marschalek	Documentos e informações
Suzette Rovaris Brasil	Documentos
Silvano Luis Breda	Fotos
Sylvio Ferraz de Araújo	Documentos e informações
Terezinha Catarina Heck	Informações
Valdecir Merlo	Informações e foto









**DIOESC**

Diretoria da Imprensa Oficial e  
Editora de Santa Catarina

**COMPOSIÇÃO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
Secretaria de Estado de Santa Catarina  
Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina

Rua Duque de Caxias, 261 - Saco dos Limões  
Florianópolis - SC - CEP 88045-250  
Fone: (48) 3239-6000

O.P. 2193